



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**FRANCISCO WILLAMS RIBEIRO LOPES**

**“DESTINOS TURÍSTICOS” E POPULAÇÕES NATIVAS: EXPERIÊNCIA E  
NARRATIVAS DE MUDANÇA SOCIAL**

**FORTALEZA**  
**2019**

FRANCISCO WILLAMS RIBEIRO LOPES

“DESTINOS TURÍSTICOS” E POPULAÇÕES NATIVAS: EXPERIÊNCIA E  
NARRATIVAS DE MUDANÇA SOCIAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Irllys Alencar Firmo Barreira.

FORTALEZA  
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- L852" Lopes, Francisco Willams Ribeiro.  
"Destinos turísticos" e populações nativas : experiência e narrativas de mudança social /  
Francisco Willams Ribeiro Lopes. – 2019.  
302 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa  
de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019.  
Orientação: Prof. Dr. Irllys Alencar Firmo Barreira.
1. Turismo. 2. Populações tradicionais . 3. Pescadores artesanais. 4. Experiência. 5.  
Mudança social. I. Título.

CDD 301

---

FRANCISCO WILLAMS RIBEIRO LOPES

“DESTINOS TURÍSTICOS” E POPULAÇÕES NATIVAS: EXPERIÊNCIA E  
NARRATIVAS DE MUDANÇA SOCIAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

Aprovada em: 24/01/2019.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Irllys Alencar Firmo Barreira (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lea Carvalho Rodrigues  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Luís Silva Barros  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Anna Erika Ferreira Lima  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

---

Prof. Dr. Igor Monteiro Silva  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Aos meus pais, Mauro e Auxiliadora.

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente, sou grato a Deus, por me dar fé e a esperança de que sempre posso alcançar novos sonhos, planos e objetivos.

Aos meus pais, Mauro e Auxiliadora, a quem dedico este trabalho, pelo amor, respaldo e apoio incondicional. Apesar de não terem tido oportunidade de estudar, eles foram como arqueiros e tiveram a mim e a meu irmão como flechas em sua aljava, sempre lançando ao alvo de que a educação proporcionaria uma vida melhor.

À Carina Cavalcante, minha esposa, por uma relação de companheirismo, amor e cuidado. Obrigado por cada palavra de afirmação, pelo incentivo e a paciência durante os momentos de minha ausência para me dedicar a este trabalho.

Aos meus familiares, em especial, a minha querida avó, Maria Ribeiro, e ao meu irmão e cunhada, Mauro Junior e Suzana, pelo apoio e palavras de encorajamento.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Irllys Barreira, minha orientadora, pela maestria intelectual de conduzir este trabalho. Minha gratidão pelo privilégio de ser seu orientando e pelas oportunidades que me proporcionou desde a graduação, quando fui bolsista de Iniciação Científica no Laboratório de Estudos de Política, Educação e Cidade (LEPEC). Entre idas e vindas já são dez anos de trabalho conjunto e de experiências de pesquisa compartilhadas.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lea Rodrigues e ao Prof. Dr. Irapuan Lima Filho, pela participação na banca do exame de qualificação. Obrigado pela leitura atenta, orientações, críticas e sugestões, pois cada comentário foi valioso para a escrita desta tese.

Ao Prof. Dr. Igor Monteiro, à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Anna Erika, ao Prof. Dr. Luís Barros e, novamente, à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lea Rodrigues, por comporem a banca examinadora desta tese e aceitarem o convite tão prontamente. Obrigado por fazerem parte deste momento crucial de minha trajetória acadêmica.

Aos demais professores do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC), que fizeram parte do meu processo de formação em sala de aula, nos laboratórios, congressos, seminários e projetos de pesquisa. Obrigado por cada oportunidade que, com certeza, agregou valores e experiência.

Aos meus colegas de turma de doutorado e amigos que fiz aqui desde a graduação, principalmente, àqueles que estiveram mais próximos durante o trabalho no LEPEC. Sou grato pela interlocução, troca de experiências e momentos de descontração que ficarão guardados em minha memória.

Aos professores e amigos do curso técnico de Guia de Turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), que me desafiaram a conhecer as práticas que envolvem essa atividade e se tornaram parceiros de muitas viagens.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de pesquisa.

Agradeço aos meus interlocutores, os moradores da localidade litorânea do Cumbuco, pois devo à disponibilidade deles a produção deste trabalho. Apesar do processo de escrita de uma tese ser um momento de solidão, foi ouvindo os áudios de nossas conversas e entrevistas que tive a certeza de fazer “um trabalho ombro a ombro” e me sentir acompanhado. Obrigado pelos cafés, lanches e conversas compartilhadas e, em especial, agradeço àqueles interlocutores que ultrapassaram as relações de pesquisa e cuja casa ou estabelecimento comercial passou a ser uma parada certa todas às vezes que vou ao Cumbuco.

Enfim, agradeço a todos aqueles que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a produção deste trabalho.

## RESUMO

A tese analisa processos de mudança social derivados da relação entre populações tradicionais de pescadores e atividade turística, na localidade litorânea do Cumbuco, no Ceará, Brasil. O objetivo é mostrar como os moradores nativos dessa localidade pensam e agem a respeito das práticas de mobilidade e intervenções realizadas em nome do turismo. A investigação feita com base em metodologia qualitativa (pesquisa de campo, observação e entrevistas), entre os anos de 2014 e 2018, mostra que a configuração do Cumbuco como lugar turístico decorreu de processos de mobilidade e mudança, vivenciados pelos moradores nativos nas últimas décadas. As narrativas de mudança social das populações tradicionais de pescadores apontaram para as intervenções públicas e privadas que visaram à valorização do litoral pelo veraneio marítimo, à criação de infraestrutura para o fluxo de visitantes brasileiros e estrangeiros e à propagação das práticas de esportes náuticos. Ademais, a construção de uma nova imagem para o Ceará associada ao sol, mar, jangadas e lugares paradisíacos, bem como as políticas públicas, que consideram o turismo uma estratégia de desenvolvimento econômico, integraram também o repertório de intervenções que impulsionaram mudanças na localidade. A tese traz conclusões que podem ser testadas em outros contextos, entre estas, as principais são a de que as mudanças se materializaram no aumento da circulação de pessoas, bens, serviços e capital proporcionados pela atividade turística, que expandiu as relações de interdependência entre agentes que promovem o turismo e populações nativas, influenciando sobre o território e as atividades produtivas, resultando não apenas em transformações de características tradicionais, mas também no reforço de traços da chamada cultura local. Além disso, mostra que os lugares organizados em torno do turismo são influenciados pelas dinâmicas globais da circulação de pessoas, bens e capital, que produzem e reproduzem a configuração de localidades como “destinos turísticos” e contribuem para a formação de translocalidades no mundo contemporâneo.

**Palavras-chave:** Turismo. Populações tradicionais. Pescadores artesanais. Experiência. Mudança social.

## ABSTRACT

This Doctorate dissertation analyzes processes of social change unfolding from the relation between local fishermen populations and touristic activity in the coastal village of Cumbuco, in the state of Ceará, Brazil. The aim is to present how native dwellers of Cumbuco think and act in regards to practices of mobility and interventions conducted on behalf of tourism. The investigation was carried out with a qualitative-based methodology– comprised of field research, observation and interviews – from 2014 to 2018, and shows that the figuration of Cumbuco as a touristic site derived from processes of mobility and change, lived by native dwellers over the last decades. The narratives of social change shared by local fishermen highlighted the public and private sector interventions aiming to increase the coast's value for summer holidays, the creation of infrastructure for the flow of Brazilian and foreign visitors, and the promotion of water sports practice. Furthermore, both the construction of a new branding image for Ceará, which was associated with the Sun, the sea, rafts and idyllic places, and the public policies framing tourism as a strategy of economic development, integrated the repertoire of interventions that boosted changes in the locality. The dissertation draws conclusions that may be tested in other contexts, such as the increased influx of visitors, goods, services and capital set forth by touristic activity, which has expanded the relations of interdependence among agents who promote tourism and local populations, influencing the territory and its activities of production, leading not only to transformations in traditional features, but also in reinforcing traces of the so-called local culture. Besides, it shows that sites oriented towards tourism are influenced by the global dynamics of people, goods and capital flow, which produce and reproduce the figuration of such localities as 'touristic destinations', and contribute to the formation of translocalities in the contemporary world.

**Keywords:** Tourism. Local populations. Artisanal fishermen. Experience. Social change.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Casa antiga no “Cumbuco Velho” .....	48
Figura 2 - Escola antiga no “Cumbuco Velho” .....	58
Figura 3 - Vista aérea da Vila do Cumbuco em 1978.....	73
Figura 4 - Casas da Vila de Pescadores.....	73
Figura 5 - Visita do Governador Adauto Bezerra à antiga escola de palha na década de 1970.....	74
Figura 6 - Reunião do “Clube das Mães” organizado pela Sra. Irismar..	76
Figura 7 - Enfermeiras e rezadores reunidos na Colônia.....	76
Figura 8 - Transplante de coqueiros adultos.....	78
Figura 9 - Colônia de Pescadores do Cumbuco.....	86
Figura 10 - Inauguração da Vila de Pescadores.....	87
Figura 11 - Praias de Caucaia na década de 1970.....	101
Figura 12 - Vista aérea da Colônia de Férias do SESC, Caucaia.....	103
Figura 13 - Orla da praia do Icaraí.....	104
Figura 14 - Icaraí Clube de Veraneio.....	105
Figura 15 - Coqueiros na Praia do Cumbuco.....	106
Figura 16 - Ponte sobre o Rio Barra Nova, entre Icaraí e Tabuba.....	107
Figura 17 - Construções suntuosas nos loteamentos do Cumbuco.....	111
Figura 18 - Bangalôs do empreendimento Saint-Tropez des Tropiques...	115
Figura 19 - Circuito Brasileiro de Windsurf no Cumbuco em 1996.....	130
Figura 20 - Cartões postais do Cumbuco.....	138
Figura 21 - Espacialização dos investimentos do PRODETUR I e II nos municípios litorâneos do Ceará.....	149
Figura 22 - Agentes sociais envolvidos no fenômeno do turismo.....	157
Figura 23 - Avanço da ocupação de residências no Parázinho.....	169
Figura 24 - Procissão em carreta de <i>buggies</i> na Avenida dos Coqueiros.....	197
Figura 25 - Procissão pelas ruas do Cumbuco na Festa de São Pedro...	198
Figura 26 - Procissão marítima na Festa de São Pedro.....	199
Figura 27 - Estrutura das barracas de grande porte no Cumbuco.....	218
Figura 28 - Barraca Cumbuco Beach e Acqua Beach.....	219
Figura 29 - Passeio de <i>buggy</i> , jegue e jangada.....	221

Figura 30 - Reflorestamento com “pinheiro da praia” no Cumbuco.....	229
Figura 31 - Toboágua e tirolesa na duna das Águas Cristalinas.....	229
Figura 32 - Barraca na duna das Águas Cristalinas.....	230
Figura 33 - Intervenções urbanas de “requalificação” na Vila do Cumbuco.....	239
Figura 34 - Resort Vila Galé Cumbuco.....	249
Figura 35 - Carmel Cumbuco Resort.....	255
Figura 36 - Projeto Cumbuco Internacional.....	257
Figura 37 - Lagamar do Cauípe.....	264
Figura 38 - Carlos Mário conquista campeonato mundial na República Dominicana.....	269
Figura 39 - Localização do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP).....	271
Figura 40 - Lojas, comércio e igrejas para coreanos no Cumbuco.....	277

## LISTA DE MAPAS, QUADROS E TABELAS

Mapa 1 - Localidade litorânea do Cumbuco, Ceará.....	17
Mapa 2 - Localidades litorâneas do município de Caucaia, Ceará.....	102
Mapa 3 - Localização do Parázinho e da Vila de Pescadores.....	165
Mapa 4 - Atrativos naturais e pontos de parada do passeio de <i>buggy</i> no Cumbuco, Ceará.....	225
Mapa 5 - Localização dos principais empreendimentos turísticos e imobiliários no Cumbuco, Ceará.....	251
Quadro 1 - Propostas de intervenção relacionadas aos posseiros do “Cumbuco Velho” na década de 1970.....	66
Quadro 2 - Concessões realizadas à Construtora Cumbuco LTDA durante a construção da Vila de Pescadores.....	70
Quadro 3 - Perspectivas técnicas e sociológicas da definição de turismo.....	120
Quadro 4 - Perspectivas técnicas e sociológicas de categorias do turismo.....	123
Quadro 5 - Associações do Cumbuco.....	203
Quadro 6 - Componentes do Prodetur Nacional.....	235
Quadro 7 - Oito localidades alvo do Projeto de Valorização de Destinos Turísticos.....	237
Quadro 8 - Intervenções do Projeto de Valorização de Destinos Turísticos no Cumbuco.....	238
Quadro 9 - Tipologias e características dos empreendimentos do mercado turístico e imobiliário.....	253
Quadro 10 - Empreendimentos do mercado turístico e imobiliário no Cumbuco.....	254
Tabela 1 - Demanda turística via Fortaleza segundo a motivação – 2016.....	209
Tabela 2 - Meios de hospedagem em Caucaia e Cumbuco.....	248
Tabela 3 - Imigrantes asiáticos com vínculo formal de trabalho no Ceará.....	273
Tabela 4 - Imigrantes coreanos com vínculo formal de trabalho, por grupos ocupacionais, no Brasil 2010/2014.....	274

## LISTA DE SIGLAS

ABCTur	Associação de Buggy e Turismo do Ceará
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AKCA	Associação de Kitesurf de Caucaia
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
AUMEF	Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza
CCBNB	Centro Cultural Banco do Nordeste
CIC	Centro Industrial do Ceará
CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COBRAPE	Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos
COOPTUR	Cooperativa Cearense dos Proprietários e Condutores de Veículos para Passeios Turísticos
CPROTUR	Cooperativa dos Profissionais de Buggy e Turismo de Caucaia
DAER	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EMCETUR	Empresa Cearense de Turismo
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IAPM	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IME	Instituto Militar de Engenharia
LABPPTUR	Laboratório de Políticas Públicas de Turismo
MTur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESC	Serviço Social do Comércio
SPU	Sistema de Patrimônio da União
SUDEPE	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	16
1.1	Itinerários de pesquisa.....	29
<b>2</b>	<b>DO “TERRITÓRIO DO VAZIO” À FORMAÇÃO DA COLÔNIA DE PESCADORES</b> .....	43
2.1	O “Cumbuco Velho”.....	46
2.2	A Vila de Pescadores.....	62
2.3	A Colônia de Pescadores Z-7.....	81
<b>3</b>	<b>DA “INVENÇÃO DA PRAIA” À CONSTRUÇÃO DE “DESTINOS TURÍSTICOS”</b> .....	93
3.1	O veraneio marítimo e a valorização de áreas litorâneas no Ceará.....	96
3.1.1	<i>As localidades litorâneas de Caucaia</i> .....	98
3.1.2	<i>O veraneio marítimo no Cumbuco</i> .....	108
3.2	A inserção de atividades turísticas no Cumbuco.....	114
3.2.1	<i>“Cumbuco, a Saint-Tropez des Tropiques”</i> .....	114
3.2.2	<i>Cumbuco, polo de esportes</i> .....	126
3.3	O Cumbuco do sol, mar e jangada: a resignificação da imagem do Ceará.....	131
3.4	O “divisor de águas”: o turismo como estratégia de desenvolvimento.....	140
3.4.1	<i>O PRODETUR/NE I</i> .....	145
3.4.2	<i>O PRODETUR/NE II</i> .....	147
<b>4</b>	<b>A INTERFACE ENTRE O TRADE TURÍSTICO E AS POPULAÇÕES NATIVAS NA LOCALIDADE LITORÂNEA DO CUMBUCO</b> .....	152
4.1	Posseiros, moradores nativos e “cumbuqueiros”.....	158
4.1.1	<i>Os posseiros no “Cumbuco Velho”</i> .....	158
4.1.2	<i>A Vila dos moradores nativos</i> .....	159
4.1.3	<i>O Parázinho e os “cumbuqueiros”</i> .....	163
4.2	Os pescadores e os bugueiros.....	173
4.2.1	<i>Atividades tradicionais</i> .....	173

4.2.1	<i>Atividades turísticas</i> .....	180
4.3	A chegada dos “de fora” e a rede de relações.....	190
4.3.1	<i>A Colônia, a Regata e os Festejos de São Pedro</i> .....	193
4.3.2	<i>As associações</i> .....	202
5	A DINAMIZAÇÃO DE “DESTINOS TURÍSTICOS” E A FORMAÇÃO DE TRANSLOCALIDADES.....	207
5.1	Turistificação seletiva no litoral de Caucaia.....	213
5.1.1	<i>O sistema “day use”</i> .....	216
5.1.2	<i>A requalificação urbanística da Vila de Pescadores</i> .....	233
5.2	O Cumbuco como <i>translocalidade</i> .....	247
5.2.1	<i>Empreendimentos turísticos e imobiliários</i> .....	247
5.2.2	<i>O paraíso do kitesurf</i> .....	260
5.2.3	<i>Uma “mini-Coreia” no Ceará</i> .....	270
6	CONCLUSÕES.....	280
	REFERÊNCIAS.....	288

## 1 APRESENTAÇÃO<sup>1</sup>

O meu lugar era assim: quando era para fazer uma casa nós não se aperreava<sup>2</sup>, nós ia para a mata, mais meu pai, cortava aquelas madeira, forquilha, caibo. Fincava, cavava um buraco e já fazia uma casa. Se uma filha dele [do seu pai] se casasse, não se avexava não, cortava a madeira, ao acabar, morava [...]. Cada qual tinha suas casinhas assim cortando madeira na mata, chegando aqui botando as forquilhas [...], colocava a palha [...] para cobrir, aí pronto era a nossa casa. O Cumbuco antigamente era assim (Amélia, 72 anos, marisqueira. Entrevista em 14 mar. 2016).

Não tinha calçamento pra gente descer para a praia não. Só areia mesmo. Tinha a Colônia [de Pescadores] aí, a gente brincava em frente à Colônia. Aí vinha muita gente no final de semana, vinha com barracas e acampavam aí no meio da Vila. Na frente da Colônia, muita gente acampava, debaixo dos coqueiros. Era uma paz imensa aqui. Só que aí o pessoal foi começando a vir, os fortalezenses, e começou a vir o turista brasileiro [...]. Muitos [moradores] venderam [casas e terrenos] porque foi chegando o pessoal de fora e botando dinheiro num espaço desse muito bonito. Muitos querem voltar ao Cumbuco, mas só podem vir se for a passeio, pra morar não tem mais condições. Quem vender alguma casa no Cumbuco não consegue mais comprar de volta (Ailton, 50 anos, presidente da Colônia de Pescadores. Documentário Cumbuco: um convite à história).

Estas narrativas expressam formas de pertencimento e sentidos de tempo de moradores que acompanharam processos de fixação de moradia, mobilidades e mudanças. Baseado em narrativas como as destes moradores da localidade litorânea do Cumbuco, situada no município de Caucaia, Ceará (MAPA 1), apresento os processos de mudança social derivados da relação entre populações tradicionais de pescadores artesanais e atividade turística,

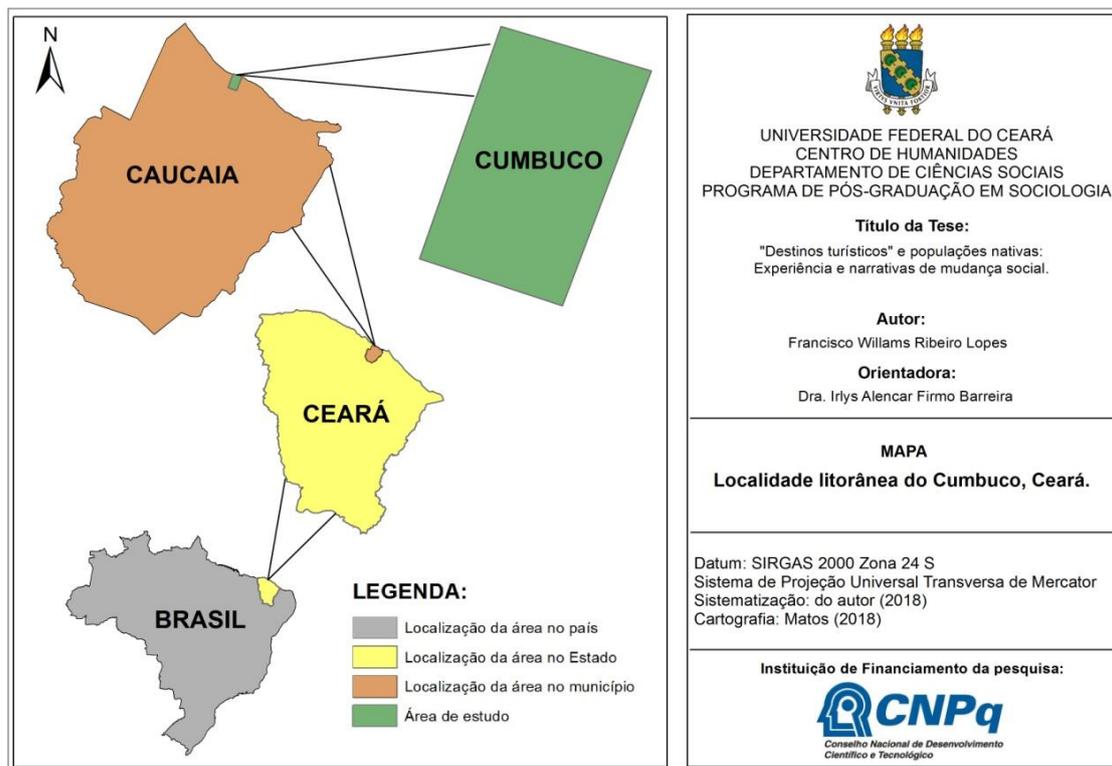
---

<sup>1</sup> Neste trabalho foi adotado o procedimento de preservar a identidade dos sujeitos entrevistados ou daqueles que foram registradas informações verbais. Apesar de alguns interlocutores se tratarem de pessoas públicas, passíveis de identificação, foi realizada a troca dos nomes verdadeiros por nomes fictícios.

<sup>2</sup> No contexto da entrevista, as expressões “aperreava” e “avexava” foram empregadas no sentido de apressar, de acelerar o ritmo da execução de uma ação.

com ênfase na forma como os moradores nativos do Cumbuco pensam e agem a respeito das práticas de mobilidade e intervenções realizadas em nome do turismo.

Mapa 1 – Localidade litorânea do Cumbuco, Ceará



Fonte: elaborado pelo autor.

A localidade litorânea do Cumbuco se constituiu como núcleo habitacional no início do século XX com a ocupação de pescadores artesanais remanescentes de indígenas oriundos de outras localidades. A ocupação destes jangadeiros, cuja economia doméstica era baseada, principalmente, na pesca e na agricultura de subsistência, se dava em casas de madeira e palha construídas de forma dispersa no campo de dunas e na faixa de areia próxima ao mar, como mostra a narrativa da marisqueira Amélia.

Neste período designado atualmente entre os moradores nativos como “Cumbuco Velho”, as famílias de pescadores viviam relativamente “isoladas”, apesar dos 30 quilômetros de distância da capital Fortaleza, em um ambiente marcado de forma predominante por praia, dunas, lagoas e coqueiros. A densidade habitacional era reduzida, pois, devido a motivações

diversas, os jangadeiros costumavam se deslocar para outros pontos do litoral a procura de bons pesqueiros.

Desde a época do “Cumbuco Velho”, a localidade passou a sediar um modo de vida e atividades que caracterizam agrupamentos definidos, atualmente, como populações tradicionais, haja vista seu modo de vida ser predominantemente baseado em uma organização social que se utiliza dos recursos naturais renováveis, em atividades econômicas de pequena escala nas quais os produtores têm o *know-how* tradicional, isto é, o conhecimento do ambiente de onde retiram subsistência passado de geração em geração (DIEGUES, 1994).

A partir dos anos 1970, intervenções e investimentos públicos e privados, voltados para o lazer e o turismo no litoral do Cumbuco, levaram essa população de pescadores a vivenciar processos de mudança, marcados por deslocamento das áreas ocupadas inicialmente e fixação de moradia em uma Vila de Pescadores, construída pela parceria entre órgãos públicos e a Construtora Cumbuco, empresa cujo proprietário se apresentou na época como dono das terras e designou seus ocupantes como “posseiros”.

O processo de fixação de moradia dos pescadores na Vila, protagonizado pela Construtora Cumbuco, forneceu uma Escritura Pública de doação<sup>3</sup> aos pescadores e criou uma Colônia para a organização da atividade pesqueira. No entanto, restringiu as famílias de pescadores a uma pequena parcela do território, para que o vasto espaço litorâneo pudesse se tornar alvo de intervenções que visavam à construção de loteamentos para casas de veraneio marítimo<sup>4</sup> e, posteriormente, de empreendimentos que atraíssem visitantes estrangeiros em suas viagens turísticas.

A Vila de Pescadores se tornou o novo lugar de moradia do agrupamento de pescadores artesanais, o qual adquiriu *status* jurídico, se inseriu no quadro de mudanças nacionais e globais, e passou a evidenciar

---

<sup>3</sup> A Escritura Pública de doação é um documento que cria um título hábil à transmissão da propriedade, mas ainda não é o registro definitivo da titularidade do imóvel.

<sup>4</sup> O veraneio se refere à prática de passar períodos de férias ou de folga em um lugar diferente do habitual e, neste estudo, o veraneio de tipo marítimo se traduz na construção de uma segunda residência, uma moradia ocasional próxima à zona costeira (PEREIRA, 2012).

elementos de constituição da sua tradicionalidade, principalmente com a criação da Colônia de Pescadores. Tais características aproximam os pescadores artesanais do Cumbuco de abordagens que questionam a essencialização da relação entre as populações tradicionais e o ambiente natural, e, assim, mostram que a categoria “populações tradicionais” é “habitada por gente de carne e osso”, ou seja, sujeitos políticos (CUNHA; ALMEIDA, 2009).

Ademais, tendo em vista a definição institucional presente no decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), é possível assegurar legalmente que os pescadores artesanais da localidade litorânea do Cumbuco inserem-se no rol das comunidades tradicionais<sup>5</sup>, haja vista que esta definição trata de

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

---

<sup>5</sup> Os conceitos de “populações tradicionais” e “comunidades tradicionais” são tomados aqui a partir das abordagens de Diegues (1994, 1999) e de Cunha e Almeida (2009), apesar de divergirem em alguns aspectos. O primeiro define “populações tradicionais” como grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que se reproduzem historicamente de forma relativamente isolada, com base na cooperação social e em relações próprias com a natureza. Por considerar esse conceito abrangente, Diegues designa como “comunidades tradicionais” casos empíricos, por exemplo, agrupamentos de pescadores artesanais, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, dentre outros. De outro modo, Cunha e Almeida se contrapõem a essas definições e fazem uma crítica a perspectivas que isolam e essencializam a relação entre populações nativas e ambiente natural, e, por sua vez, trazem novos elementos ao definirem “populações tradicionais” como uma categoria habitada por sujeitos que conquistaram ou “estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados” (2009, p.300). Assim, nesta pesquisa, me aproprio da perspectiva teórica de Diegues sobre populações e comunidades tradicionais, pois considera a “comunidade” como um conjunto de pessoas que tem uma vida e sociabilidade com interações e dependências múltiplas. Porém, ratifico a crítica de Cunha e Almeida ao não essencializar as populações tradicionais, mas considerá-las enquanto conceito uma categoria habitada por sujeitos políticos. Esse referencial teórico permite entender que, nas perspectivas institucional e dos moradores nativos, o conceito de comunidade pode ter usos e apropriações bem diversificados, pois agora a definição de “comunidade” supõe direitos coletivos em relação à terra, a definição de território, bem como o reconhecimento de internos e externos.

Os pescadores artesanais do Cumbuco começaram a reconhecer os elementos que constituem sua tradicionalidade tanto a partir da construção da Vila, como também de outras ações da Construtora Cumbuco, as quais seguiram duas tendências: primeiro, as ações se voltaram para o lazer em casas de veraneio marítimo que atraíram indivíduos oriundos de Fortaleza; e, depois, intervenções com o fim de promover a atividade turística, como a construção do hotel Saint-Tropez des Tropiques, o projeto de voos charters Paris-Fortaleza e a prática de esportes náuticos que viabilizaram na década de 1980 a chegada de turistas brasileiros e estrangeiros na localidade.

As ações da Construtora Cumbuco começaram a atrair não somente indivíduos interessados no produto da pesca, mas também pessoas do próprio país ou estrangeiros em busca de usufruir de momentos de lazer, comercializar e morar permanentemente na localidade, a todos estes os moradores atribuíam a designação de indivíduos “de fora”. A intensa circulação de pessoas e, conseqüentemente, de bens, de capital e de informações reforçou uma percepção polarizada entre os moradores da Vila com relação a internos e externos. Ao mesmo tempo, houve também um processo de integração de indivíduos “de fora” como parte da comunidade, inclusive, estrangeiros. Tais distinções e aproximações evocam a divisão entre *estabelecidos* e *outsiders* estudada por Norbert Elias e John Scotson (2000).

As categorias estabelecidos e outsiders se definem na relação que as nega e que as constitui como identidades sociais. Os indivíduos que fazem parte de ambas estão, ao mesmo tempo, separados e unidos por um laço tenso e desigual de interdependência. Superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão são elementos dessa dimensão da vida social que o par estabelecidos-outsiders ilumina exemplarmente [...]. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.8).

No Cumbuco, a partir da chegada dos indivíduos “de fora”, as famílias de pescadores alteraram suas formas de pertencimento, deixaram de se perceber como “posseiros” e passaram a se identificar como moradores nativos e pessoas tradicionais do lugar. Ademais, na Vila de Pescadores, os agora moradores nativos se apropriaram também da ideia de receber visitantes e, assim, objetivaram aquilo que se impunha como dado natural, tornando-se narradores de histórias sobre o lugar.

Ao longo dos anos, os investimentos e as intervenções públicas e privadas realizadas na área do Cumbuco viabilizaram uma infraestrutura urbana, com vias de acesso, energia elétrica, telefone etc., facilitando os trajetos e a comunicação entre a localidade e os centros urbanos de Caucaia e Fortaleza. Tais elementos levaram o espaço da Vila a ter certa centralidade no Cumbuco, bem como possibilitaram o desenvolvimento de atividades econômicas de um conjunto de agentes sociais denominado *trade turístico*<sup>6</sup>.

O *trade* é formado por uma rede de agentes, como operadores, hoteleiros, transportadores e prestadores de serviços ligados ao tripé dos negócios turísticos: hospedagem, transporte e agenciamento. Tais agentes promovem a atividade turística e comercializam serviços por meio de práticas socioculturais articuladas em uma delimitada base territorial.

É importante mencionar que as considerações elaboradas aqui, em torno da temática da atividade turística, fundamentam-se na concepção de que o turismo corresponde a práticas de deslocamento de indivíduos com diversas motivações, que deixam temporariamente seu lugar de residência para visitar lugares diferentes, em busca de lazer, seja por prazer, recreação, negócios ou conhecimento, utilizando-se de equipamentos e serviços considerados negócios turísticos. Assim, além de uma atividade econômica, o turismo envolve espaços, relações de pertencimento e processos de alteridade (URRY, 2001).

A territorialização de equipamentos e serviços do *trade* no Cumbuco propiciou arranjos específicos para abrigar as práticas turísticas, por meio de infraestruturas de suporte e atividades produtivas que conferem concretude e objetivação aos fluxos de visitantes. Além disso, sua territorialização impulsionou um processo reconfiguracional que transformou o Cumbuco em um “destino turístico”, levando a Vila de Pescadores a sediar tanto atividades tradicionais como também atividades turísticas.

---

<sup>6</sup> Categoria extraída do Glossário elaborado pelo Ministério do Turismo (2018) e reproduzida entre investidores, operadores, agenciadores e prestadores de serviços da atividade turística no Cumbuco.

Nos últimos anos, o município de Caucaia passou a ser o segundo mais visitado pelos turistas nacionais e internacionais que ingressaram no Ceará (excluindo a capital Fortaleza) (SETUR, 2017) e o Cumbuco se tornou um lugar cuja configuração se organiza em torno do turismo. A circulação e a mobilidade de visitantes em seu território imprimiram um novo ritmo à localidade que pode ser visto na construção de empreendimentos turísticos por grupos estrangeiros, na inserção da localidade em eventos internacionais de esportes e na imigração de trabalhadores especializados de nacionalidade coreana.

A transformação do Cumbuco em um “destino turístico”, no sentido de um espaço identificado geograficamente por possuir características reconhecidas por um número significativo de viajantes em potencial, supõe uma construção cultural. Assim, não decorre de uma vocação natural, mas de uma série de fatores que visam adequar a localidade ao consumo de bens, serviços e paisagens, tornando, assim, “a realidade turística de um lugar [...] estabelecida, mantida e negociada” (CASTRO, 2006, p.81).

A permanência do agrupamento de pescadores em uma Vila construída no centro de um ambiente que se transformava para desenvolver atividades de veraneio marítimo e de turismo correspondeu a uma série de implicações, ora de tensão e conflito, ora de imbricação e complementação. Enquanto alguns moradores apresentavam, por um lado, narrativas de “perda da paz”, como a do Ailton mencionada anteriormente: “Era uma paz imensa aqui. Só que aí o pessoal foi começando a vir, os fortalezenses, e começou a vir o turista brasileiro”, por outro lado, alguns moradores se apropriaram e incorporaram atividades do *trade turístico*, substituindo antigos ofícios tradicionais ou relacionando os dois tipos de atividade no processo de circulação de pessoas, bens, serviços e capital proporcionado pelo turismo.

Os múltiplos intercâmbios, imbricações, apropriações e conflitos entre os agentes promotores da atividade turística e as populações nativas que habitam no Cumbuco resultaram em mudanças que podem ser compreendidas como alterações na forma de se organizar a produção da vida social. Com base em Diegues (1995), a “mudança social” pode ocorrer de forma estrutural

ou apenas em alguns aspectos socioeconômicos e culturais, assim, algumas mudanças podem ser apenas alterações que não modificam os elementos fundamentais relacionados à produção e à dominação de uma comunidade.

A discussão sociológica sobre a mudança é ampla e está no próprio processo de constituição desta disciplina<sup>7</sup>. No Brasil, foi no campo de investigação conhecido como “estudos de comunidade”, na década de 1950, que o tema da mudança social foi abordado. Para os estudiosos brasileiros e estrangeiros da época, as comunidades eram consideradas um espaço propício para a análise da mudança social (LIFSCHITZ, 2011)<sup>8</sup>.

No que concerne às comunidades marítimas, entendidas como povos que vivem em um ambiente marítimo considerado ecologicamente distinto do continental como as populações de pescadores (DIEGUES, 1995), o número de estudos era reduzido, e somente ganharam densidade teórico-metodológica quando o foco se voltou para as “mudanças sociais” entre pescadores artesanais.

A relação entre comunidade e mudança social é uma questão clássica nas Ciências Sociais. Mas, em resumo, envolveu explicações que reforçavam o hiato entre sociedade e comunidade, pois entendiam que a

---

<sup>7</sup> O conceito de mudança está no processo de constituição da Sociologia porque essa disciplina surgiu com o objetivo de explicar os padrões de mudança nos séculos XVIII e XIX, principalmente, após a Revolução Industrial e as revoluções políticas. Os trabalhos deste período visavam formular leis universais sobre a mudança social, que logo foram abandonadas por teorias mais focalizadas nas alterações em algumas áreas da vida social, como a política, família, tecnologia, religião. Contudo, estas ainda consideravam que a mudança obedeceria a um modelo privilegiado ou exclusivo. Por sua vez, a Sociologia moderna repudiou em suas formas científicas a ideia de que existe uma causa dominante para a mudança social, por outro lado, reconhece a pluralidade dos tipos de mudança: endógenos, exógenos, mistos, lineares, oscilatórios, previsíveis ou dificilmente previsíveis. Assim, em vez de formular enunciados de alcance geral, analisava-se processos de mudança datados e situados (JOHNSON, 1997; BOUDON; BOURRICAUD, 2004).

<sup>8</sup> Os professores e pesquisadores brasileiros eram Oracy Nogueira, Antonio Candido, Esdras Borges Costa, Azis Simão e Eduardo Galvão, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e os professores estrangeiros, considerados os pioneiros nos estudos de comunidade, eram Donald Pierson, da Universidade de Chicago, que na década de 1940 foi comissionado por esta instituição para vir ao Brasil realizar estudos de comunidade; Emilio Willems e Charles Wagley, da Universidade de Columbia; e outros como Marvin Harris, Williams Hutchinson e Gioconda Mussolini (LIFSCHITZ, 2011).

identidade existe no âmbito comunitário, enquanto no societário só existem diferenças entre os sujeitos<sup>9</sup>.

A ruptura com estas explicações unilaterais ocorre quando se compreende que na relação entre as “identidades comunitárias” e as “diferenças societárias” existe uma mútua atração, que mobiliza a identidade e a diferença em um processo de múltiplos intercâmbios. Essa relação mútua contribuiu para romper com as explicações unilaterais ao mostrar que cada forma de socialização pode inter-relacionar-se com a outra (MIRANDA, 1995).

Desta forma, começa a se romper uma visão essencializada de comunidade, que tanto reproduzia dicotomias como tradicional e moderno, atraso e progresso quando relacionada à sociedade. Essa ruptura também ocorreu no conceito de tradição, quando Sahlins (1990) mostra, no âmbito da Antropologia, que a mudança cultural é orquestrada e ressignificada pelos

---

<sup>9</sup> O conceito de comunidade foi elaborado pelas Ciências Sociais no período em que os avanços da modernidade e do capitalismo indicavam a desestruturação dessa forma de organização social. Foi o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, com seu estudo *Gemeinschaft und Gesellschaft* (Comunidade e Sociedade), de 1887, que inscreveu teoricamente os estudos de comunidade nas Ciências Sociais. Para elaborar uma teoria científica sobre a sociedade, ele formulou o conceito de comunidade como um “tipo puro” definido em oposição ao conceito de sociedade. Para Tönnies, a comunidade era representada como um corpo tanto na dimensão fisiológica como na existencial, pois era vista como um todo cujas partes estão reciprocamente harmonizadas e o lugar no qual ocorre a experiência do vivido. A partir da utilização desta metáfora biológica, Tönnies classifica comunidade em alguns tipos: 1) *comunidade de sangue*, cujos laços comunitários são prolongações de uma “afetividade natural” presente na socialização primária, como na relação entre mãe e filho, casais, irmãos e amigos, por isso considerada a forma mais coesa; 2) *comunidade de lugar*, definida a partir de um território compartilhado por um grupo de famílias, de pessoas próximas ou uma rede de vizinhança ao longo de gerações; 3) *comunidade de espírito*, cujo laço social é compreendido de forma imaterial, como um imperativo moral, uma intuição mística ou uma vontade criadora. Tais concepções sobre comunidade são inseridas no domínio de discussão da mudança histórica, quando Émile Durkheim faz uma resenha de *Comunidade e Sociedade*, em 1889, explicando a transição da “comunidade” para a “sociedade”. Na época, alguns comentaristas afirmaram que Durkheim defendia a mudança como consequência de fatores endógenos, como aumento da população, expansão do comércio local e intensificação da divisão do trabalho, enquanto, para outros, Durkheim atribuía a fatores exógenos relacionados à presença de agentes externos, como o “mercador”. Estas posições divergentes contribuíram para a constituição de explicações unilaterais, que acentuavam apenas uma direção da mudança (LIFSCHITZ, 2011). A obra de Tönnies ressalta que a construção da comunidade abrange elementos subjetivos, de forma que envolve tanto uma vontade racional como uma vontade afetiva. Desta forma, há uma forte relação entre o comunitário e o identitário, pois, na comunidade, os indivíduos se reconhecem como iguais, o “eu” e o “outro” se entrelaçam constituindo o mesmo (MIRANDA, 1995). No mesmo sentido, Max Weber, na obra *Economia e Sociedade* (1999), afirmou que os próprios sujeitos têm a capacidade de “criar” comunidades, ao nutrir uma crença subjetiva de que têm uma procedência comum e acentuar o sentimento subjetivo de pertencer a um mesmo coletivo.

esquemas culturais dos indivíduos, que reavaliam os significados ao serem realizados na prática.

Portanto, nesta tese, as concepções de “mudança” e de “tradição” empregadas consideram as transformações vivenciadas pela comunidade de pescadores artesanais do Cumbuco como um processo inerente à vida em sociedade, com causalidade plural, em que as relações entre “identidades comunitárias” e “diferenças societárias” se interpenetram. E, mesmo que a mudança cultural seja um processo induzido por forças externas, ela é ressignificada nos arranjos sociais dos indivíduos do lugar, que alteram seus conceitos e elaboram novos sentidos (SAHLINS, 1990).

As mudanças na localidade litorânea do Cumbuco foram percebidas, principalmente, nos aspectos relacionados ao território, às atividades produtivas e à rede de relações sociais. Essas três dimensões são importantes tanto para as populações tradicionais se reproduzirem socioculturalmente, como também para que o *trade turístico* desenvolva suas atividades.

Com relação ao território da Vila de Pescadores, muitos moradores vivenciaram uma mobilidade residencial devido à valorização do litoral por atividades ligadas ao *trade turístico* e à intensa especulação imobiliária, que levaram a um processo de mercantilização do espaço. Como narrou o Ailton: “foi chegando o pessoal de fora e botando dinheiro num espaço desse muito bonito”, contribuindo para que os moradores nativos vendessem suas casas na Vila e se deslocassem para outras localidades, entre estas, o local que ficou conhecido, posteriormente, como Parázinho.

No processo de deslocamento para o Parázinho, os moradores nativos da Vila de Pescadores redefiniram a percepção sobre si mesmos, passando a se designar como “cumbuqueiros”, mostrando assim que, apesar de não residirem mais na Vila, permaneciam vinculados ao lugar. Os moradores das duas localidades estabeleceram relações que envolvem laços afetivos, religiosos, de trabalho e de lazer.

Enquanto isso, nas relações produtivas das populações nativas do Cumbuco, a pesca deixou de ser a principal ocupação e houve a inserção de

novas atividades propiciadas pela aproximação com o *trade turístico*, o qual passou a integrar os filhos e as filhas dos pescadores e, também, a interferir no ciclo de transmissão intrafamiliar de saberes tradicionais como a “arte da pesca”. No contexto do turismo, outras práticas de trabalho foram ressignificadas e comercializadas pelos próprios moradores nativos, como o passeio de jangada, de jegue e a produção de objetos artesanais. No caso do Cumbuco, apesar da diminuição no número de pescadores, a pesca artesanal continua sendo praticada na localidade.

A chegada de pessoas “de fora” expandiu a rede de relações dos moradores nativos, que passaram a viver em um contexto marcado por novos atores, necessidades e usos que não representam apenas a perda dos traços característicos das populações tradicionais. A intensa circulação de indivíduos “de fora” deu um contorno às práticas culturais por meio da criação de associações que organizam e mobilizam interesses dos moradores nativos, e da definição de um calendário de eventos e rituais que valorizam a tradicionalidade dos pescadores artesanais, como os Festejos de São Pedro e a Regata de Pescadores.

Desta forma, a transformação da localidade litorânea do Cumbuco em um lugar turístico ocorreu por meio de processos de reconfiguração socioespacial que alteraram as relações de interdependência entre os indivíduos. A configuração socioespacial mostra que os indivíduos estão ligados uns aos outros por laços de “dependência recíproca” e, assim, ocupam espaços ou assumem responsabilidades que estão vinculados a outros sujeitos. Estas relações de interdependência interferem no modo de vida do sujeito, seja com limites ou possibilidades, de forma que o indivíduo não é absolutamente autônomo, nem socialmente determinado em suas decisões, mas constituído por meio de uma rede de relações (ELIAS, 1994, 2001).

Os estudos no âmbito do turismo mostram que o desenvolvimento de qualquer atividade turística altera o ambiente físico e afeta inevitavelmente a vida das populações residentes, desde o momento em que se investe em uma área, antes mesmo da visita do primeiro turista (BARRETTO, 2012; GRABURN, 2009). Tais estudos utilizam comumente a categoria “impacto”

para se referir às mudanças relacionadas às intervenções e aos investimentos voltados para o turismo. Contudo, essa noção traz uma conotação de algo indesejável, de choque, avanço de uns sobre outros, além de levar a um enquadramento da análise entre fatores positivos e negativos.

Os primeiros trabalhos etnográficos sobre o desenvolvimento do turismo, surgidos nas décadas de 1950 e 1960, eram baseados na categoria “impacto”, a qual supunha apenas a existência de dois tipos de indivíduos, os anfitriões e os hóspedes, e considerava “que a presença de turistas era o vetor de mudança ativo enquanto a população local era o receptor passivo, cujo modo de vida tradicional era irreparavelmente alterado” (GRABURN, 2009, p.19). Nas investigações baseadas na categoria “impacto”, é comum encontrar referências que se concentram entre as vantagens e as desvantagens do turismo, com grande parte dos estudos enfatizando os “prejuízos” para as populações nativas.

À vista disso, outros estudiosos têm proposto a utilização do termo “efeito” (SANTANA, 2009), por considerar o encontro, os agenciamentos, as negociações e as relações de alteridade não só entre turistas e nativos, mas entre um conjunto de agentes sociais, não contemplados na categoria “impacto”. Contudo, para mim, a designação “efeito” se assemelha a “impacto” na medida em que não possibilita ao pesquisador escapar de uma perspectiva avaliadora e assentada nos “benefícios” e “prejuízos” do turismo.

Por sua vez, percebo o potencial da noção de *experiência* para escapar de um olhar avaliador e referenciado em aspectos “positivos” e “negativos”, possibilitando a construção de uma reflexão crítica do caráter normativo e avaliativo dos estudos sobre o processo de construção de “destinos turísticos” e da relação com as populações residentes, consideradas tradicionais ou não.

Portanto, a perspectiva dos moradores nativos do Cumbuco que vivenciaram o processo de reconfiguração da localidade em lugar turístico é analisada aqui a partir da concepção de *experiência* de Victor Turner e Edward Bruner, no livro *The Anthropology of Experience* (1986), porque esta permite se aproximar de noções êmicas, compreender como os indivíduos experimentam

sua cultura e os eventos são recebidos pela consciência. Possibilitando, assim, mostrar como os moradores nativos pensam e agem a respeito das práticas de mobilidade e intervenções que eles mesmos designam como turísticas.

A concepção de experiência não equivale a comportamento, até mesmo porque este pode resultar da descrição elaborada por um observador externo, ela é mais pessoal e envolve um “eu” ativo que molda a sua própria ação e que pode narrá-la, como mostra Bruner (1986):

Nós descrevemos o comportamento dos outros, mas nós caracterizamos nossa própria experiência. Não é habitual dizer: “deixe-me dizer-lhe sobre o meu comportamento”, mas nós dizemos sobre experiências, que incluem não apenas ações e sentimentos, mas também reflexões sobre as ações e sentimentos (BRUNER, 1986, p.5, tradução nossa)<sup>10</sup>.

Com o intuito de delimitar ainda mais o conceito de experiência, Bruner (1986) apresenta uma distinção entre realidade, experiência e expressões. A primeira refere-se ao que realmente ocorre; a segunda, a forma como a realidade se apresenta à consciência e, a terceira, a forma como o indivíduo enquadra e articula a experiência. Assim, o autor estabelece uma distinção entre vida vivida, vida experienciada e vida narrada.

Nesta investigação, a concepção de *experiência* foi tomada como pressuposto teórico e emergiu nas narrativas, percepções e práticas realizadas pelos moradores nativos do Cumbuco no contexto de intervenções turísticas. Desta forma, ao invés de descrever apenas os investimentos de capital e os chamados “impactos” ou “efeitos” do turismo sobre as populações nativas, mostro as experiências e as narrativas oriundas da rede de interações implicada no que se designa por turismo.

Entendo por narrativas o conjunto de discursos, representações e evocações que está articulado às experiências individuais e coletivas, nas quais o presente é uma significação e apropriação do passado, como sugere Benjamin (1986). No entanto, é importante mencionar que elas não são tomadas aqui como testemunho nostálgico de experiências do passado, pois,

---

<sup>10</sup> We describe the behavior of others but we characterize our own experience. It is not customary to say, “Let me tell you about my behavior”; rather, we tell about experiences, which include not only actions and feelings but also reflections about those actions and feelings. (BRUNER, 1986, p.5)

ao mesmo tempo, revelam prioridades discursivas, exprimem classificações, pontos de vista e disputas simbólicas. No contexto de pesquisas sobre turismo, Barreira (2005, 2013) mostra que as narrativas possibilitam compreender sentidos de pertença, percepções, práticas sociais, pois evocam sobre acontecimentos que caracterizam as cidades e as localidades, situando-as no tempo.

Ademais, para entender os processos de reconfiguração socioespacial que levam áreas litorâneas habitadas por pescadores artesanais a se tornar em lugares turísticos, me respaldo na discussão do historiador Alain Corbin (1989) sobre a emergência do desejo de estar à beira-mar e da praia como espaço de convivência e lazer. Baseio-me em conceitos que mobilizam as formas de pertencimento entre os diversos agentes sociais envolvidos nos processos de mudança, como as noções de lugar (AUGÉ, 1994) e território (SOUZA, 2000; HAESBAERT, 1995; HAESBAERT, LIMONAD, 2007).

Realizo um diálogo com estudiosos da Sociologia e Antropologia que apresentam o turismo como um fenômeno marcado pela complexidade de fatores econômicos, políticos e socioculturais (KRIPPENDORF, 2009; URRY, 2001; RODRIGUES, 2014, 2015; SANTANA, 2009), com a intenção de aprofundar a compreensão sobre apropriações, incorporações e ambiguidades que envolvem a atividade turística e sua inter-relação com populações tradicionais de pescadores.

Desta forma, esta tese contribui para entender processos de mudança que não estão restritos ao Cumbuco ao tentar romper com visões dicotômicas e lineares, aventurando-se em compreender a mudança de forma múltipla e processual a partir da circulação de pessoas, de bens, de informações e de capital propiciadas pela atividade turística.

### **1.1 Itinerários de pesquisa**

O interesse por esta investigação surgiu na ênfase dada ao turismo nas intervenções públicas e privadas no estado do Ceará e no Brasil nos últimos anos, quando os contornos das políticas de turismo começaram a ser definidos, principalmente, durante o governo federal de Luiz Inácio Lula da

Silva (2003-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT). Por residir no município de Caucaia, percebi, por intermédio dos meios de comunicação, dos dados estatísticos e de trabalhos científicos, o destaque da localidade do Cumbuco no circuito do turismo local e global, ou seja, no conjunto de lugares que ofertam serviços e possuem equipamentos destinados à visitação turística.

Como campo empírico, o Cumbuco é relevante pela ausência de estudos com uma abordagem socioantropológica, exceto a valiosa monografia de uma cientista social nos anos de 1980 sobre a atuação do capital imobiliário na localidade (PINHO, 1981). A maioria dos estudos existentes é de pesquisadores da Geografia (ARAÚJO; PEREIRA; PAULA, 2010; MORAIS, 2010; LIMA, 2008; CUNHA, 2017; dentre outros), os quais abordam o espaço geográfico como um lugar produzido por meio de relações sociais, mas não tratam das práticas, imbricações, apropriações existentes em um núcleo habitacional com acentuada diversidade social.

Por sua vez, a formulação do objeto de pesquisa surgiu a partir da participação em um seminário do Grupo de Estudos sobre Trabalho e Transformações Capitalistas<sup>11</sup>, no qual foram apresentadas comunicações acerca da configuração de espaços turísticos na ilha de Cozumel, no México (RODRIGUES, 2014) e das disputas para a criação destes espaços no litoral do Ceará (RODRIGUES; SANTOS, 2012). Esses trabalhos foram importantes para iniciar uma reflexão sobre os processos de mudança ocorridos no Cumbuco e, assim, perceber como os moradores nativos vivenciavam as transformações, apropriações e incorporações que envolvem o turismo.

Pesquisadores da área do turismo concordam com a necessidade de as Ciências Sociais elegerem essa atividade como objeto de investigação (BARRETTO, 2003; GRABURN, 2009), pois os estudos científicos sobre turismo no Brasil são realizados, em sua maioria, pelas ciências econômicas e administrativas, cujo objetivo é avaliar o crescimento e a movimentação da chamada “indústria” turística. No panorama das discussões teóricas das áreas de Sociologia e Antropologia no Brasil, o turismo aparece como tema no corpo

---

<sup>11</sup> O Grupo de Estudos sobre Trabalho e Transformações Capitalistas é coordenador pela antropóloga Lea Carvalho Rodrigues, professora da Universidade Federal do Ceará.

de pesquisas com outros objetos de análise, como o patrimônio, o comércio sexual e o espaço urbano (BARRETTO, 2009).

Enquanto isso, no plano internacional, o tema já é consolidado nas ciências sociais, principalmente, de países europeus. A sistematização dos estudos ocorreu na segunda metade do século XX, quando o turismo se impôs como uma atividade relevante na economia mundial contemporânea (RODRIGUES, 2015b). Na obra *Anthropology of Tourism*, Dennison Nash (2001) explicou a falta de produção de estudos sobre o turismo na área das Ciências Sociais e destacou que esse tema, até a década de 1960, era considerado sem relevância e sem valor científico. O autor apontou que as principais razões para essa rejeição estavam na analogia do tema e seu vínculo com o lazer, o ócio, a trivialidade e a liberdade, isto é, o oposto ao campo do trabalho.

A investigação sobre o lazer no Brasil também era pouco valorizada, pois muitos intelectuais pensavam o lazer como “uma atividade que está nas antípodas daquilo que se considera o lugar canônico da formação da consciência de classe e, além de ocupar uma parte mínima do tempo do trabalhador, não apresenta implicações políticas explícitas”, como mostrou Magnani (1996, p.11). Assim, tanto o lazer quanto o turismo enfrentaram dificuldades para se constituírem em objetos relevantes de estudo.

Contudo, o estudo do turismo não é tão simples como supõem imaginar aqueles que confundem o ofício do pesquisador com o “tempo livre” de um turista. Entre as dificuldades em estudá-lo, há que se considerar a juventude do campo de estudo, bem como seu crescimento gradativo e contínuo de forma paralela ao desenvolvimento da própria atividade (RODRIGUES, 2015b), além de ter que lidar com publicações oficiais das instituições governamentais baseadas em fontes exógenas.

No Brasil, o turismo como tema de pesquisa ainda está se consolidando no campo das ciências sociais. Ao longo dos anos, na investigação sobre o turismo, a dimensão sociocultural, o ambiente natural e as formas econômicas tradicionais ficaram no esquecimento, enquanto se priorizava a dimensão econômica, o crescimento da atividade e a produção de

destinos. Além disso, é relevante considerar o lugar de destaque do turismo na agenda governamental, quando se torna uma estratégia de desenvolvimento para muitos países a partir dos anos 1970. Este fato, talvez, indique o porquê de o turismo ser mais analisado por seus aspectos econômicos do que sociológicos.

Na investigação sociológica ora apresentada, a metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, com base na pesquisa de campo e na utilização das técnicas da observação e da entrevista, seguidas de registro em diário de campo. A combinação entre a observação e a entrevista de uma forma que uma técnica se torna o meio para se comprovar a outra é denominado por Beaud e Weber (2007) como *observação sociológica* ou *entrevista etnográfica*.

Nesse processo, a observação inclui percepção, memorização e anotação, além de ser entendida como uma atividade mental, realizada num quadro em que o familiar se torna estranho e o estranho se torna familiar (DA MATTA, 1978), e as entrevistas são consideradas um processo social no qual a conversação é orientada pela pesquisa científica (GOODE; HATT; BORI, 1960; ALBERTI, 2004). Desta forma, a observação e a entrevista foram utilizadas na compreensão das dinâmicas sociais relativas à vida dos interlocutores envolvidos, seja em reuniões, eventos ou no cotidiano de moradia, de trabalho e de lazer dos indivíduos do lugar.

Inspirei-me no trajeto metodológico proposto por Certeau (2012) que estuda práticas cotidianas e maneiras de fazer. Ele objetiva explicitar as “combinatórias de operações”, ou seja, os modos de operação e esquemas de ação nos quais o sujeito é autor e veículo. Assim, práticas sociais como andar, morar, trabalhar e recrear-se sugerem uma *retórica pedestre*, cujos significados dão forma aos espaços por meio de atividades e movimentos diários, além de desenhar astúcias de interesses e de outros desejos.

Inicialmente municiado de algumas leituras, foram importantes as idas ao campo de forma aberta com tempo para ver, ouvir, conversar e perceber. As primeiras idas ao Cumbuco ocorreram ainda na fase de pesquisa exploratória, em outubro de 2013, quando busquei a inserção no campo

estabelecendo contato com o Ailton, presidente da Colônia de Pescadores Z-7 do Cumbuco. Mas, como não foi possível encontrá-lo, passei a andar pelas ruas da localidade, conhecer alguns moradores e conversar com eles, isto foi possível na medida em que, com um caderno de notas em mãos, me apresentava como um estudante desejoso a fazer um trabalho acadêmico sobre o lugar.

Um ano após a pesquisa exploratória, agora como aluno do doutorado do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), retornei ao campo compreendendo a necessidade de, como afirma José Machado Pais (2003), descer ao mundo das significações dos interlocutores e ser visitado pela polissemia dos seus significados. Estabeleci contato com o presidente da Colônia e marquei uma entrevista, pois imaginava que sua influência na localidade seria um meio para chegar aos outros moradores.

No dia marcado, enquanto o aguardava, conversei com a secretária da Colônia, a moradora nativa Regiane, e registrei muitas informações no diário de campo. Para o encontro com o Ailton, preparei um roteiro com questões abertas, que não consegui finalizar devido à quantidade de pessoas que o procuravam para conversar no ambiente de trabalho da Colônia. No entanto, neste dia, consegui sua permissão para participar das reuniões dos pescadores realizadas uma vez por mês.

Após analisar as informações registradas no diário de campo, percebi o quanto a conversa com a secretária da Colônia tinha sido significativa, pois ela me relatava como era o cotidiano de trabalho, de moradia e de lazer dos moradores nativos da Vila de Pescadores do Cumbuco. Ao longo da pesquisa, a Regiane se tornou uma interlocutora muito importante, pois me possibilitou o acesso a outros moradores e a materiais. Neste texto, não apresento citações de narrativas dela, porém, os momentos de conversa e a troca de informações no que se refere aos interesses da pesquisa me levaram a conhecer a dinâmica social do Cumbuco.

No período entre outubro de 2014 e setembro de 2015, constatei que o diálogo baseado em muitas perguntas não funcionava em várias ocasiões. Em um dia de pesquisa de campo, presenciava os pescadores

trazendo os peixes e deixando-os na areia da praia. Eu estava ao lado de uma das crianças da localidade, e esta perguntava aos pescadores qual era o tipo de peixe, se eles iam pescar mais etc. Perguntas que seriam, possivelmente, feitas por mim. Um pescador olhou para ele e disse: “Menino, sai daqui que tu pergunta demais!”.

Esta situação ocorreu pelo fato de os pescadores artesanais terem o costume de vivenciar a pesca, e não de falar sobre ela. Para muitos pescadores, a pesca é um exercício efetivo, prático e não algo a ser “explicado” (ABREU, 2012). A partir dessa situação, observei o incômodo de se fazer muitas perguntas e busquei um conhecimento oriundo de aproximações constantes com os interlocutores.

Percebi que, para alcançar o objetivo proposto, a principal atividade de pesquisa era a conversação, por esta consistir na criação de vínculos nos quais as relações sociais são relações de conhecimento. Desta forma, tomei os moradores do Cumbuco como uma comunidade de conhecimento e pesquisa, segundo a proposta de Agier (2015) a respeito do encontro entre pesquisador e interlocutores como sendo fundador: o pesquisador, ao se distanciar do seu círculo privado, “criará a relação com aqueles que são ainda desconhecidos e se tornarão suficientemente próximos, um dia, para que um conhecimento nasça desse encontro” (AGIER, 2015, p.19).

Por meio da conversação, fui conhecendo outros moradores nas reuniões dos pescadores, nas lanchonetes, nas paradas de ônibus ou na praia e, nessas aproximações, buscava compreender as formas de pertencimento, os sentidos de tempo, as contradições e os interesses que envolviam os moradores nativos. Nesse período, o registro em diário de campo foi importante porque alguns aspectos passaram a “fazer sentido com o tempo”, como mostra o *paradigma indiciário* de Morelli (GINZBURG, 1990).

Giovanni Morelli (1816-1891), historiador da arte e político italiano, desenvolveu um método para analisar as obras de arte e distinguir os originais das cópias. Ele sugeria que era preciso ler sinais, seguir pistas e estar atento aos detalhes, pois estes passariam a fazer sentido com o tempo. Morelli defendia a realização de uma análise minuciosa, a qual não se baseava nas

características mais vistosas ou nas referências à escola a qual o pintor pertencia, mas sim conferia atenção aos pormenores mais negligenciáveis, pouco notados ou despercebidos. Desta forma, ele mostrava a importância dos detalhes secundários e das particularidades consideradas insignificantes. Esses germes do que se afirmou, no final do século XIX, como *paradigma indiciário* me levou a pensar o ofício de sociólogo como o de um caçador que

aprendeu a reconstituir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlos [...]. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas (GINZBURG, 1990, p. 151).

Os registros das conversações no diário de campo me permitiram perceber a existência do que passei a chamar de “marcos”, acontecimentos capazes de suscitar narrativas e se tornarem referências simbólicas para demarcar um antes e um depois no contexto das mudanças sociais. Para os moradores nativos, os principais “marcos” relativos às mudanças no Cumbuco são:

- a chegada do engenheiro proprietário da Construtora Cumbuco e a consequente construção da Vila de Pescadores;
- a construção do hotel Saint-Tropez des Tropiques, mais conhecido pelos moradores como “hotel dos franceses”;
- o deslocamento dos moradores para outras localidades, principalmente, o Parázinho;
- a prática de esportes náuticos, em especial o *kitesurf*, e o aumento da circulação de turistas estrangeiros na localidade;
- e, por último, a chegada de coreanos contratados para trabalhar no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), que passaram a residir e comercializar na localidade.

Para compreender a percepção e as narrativas dos moradores do Cumbuco com relação a cada um destes “marcos”, dediquei-me a escutar as interpretações êmicas dos interlocutores. Em muitas ocasiões, privilegiei o ouvir para potencializar a sensibilidade, a criatividade e a imaginação sociológicas. Ecléa Bosi (1983) mostra que

[u]ma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa. E ela será tanto mais válida se o observador não fizer excursões saltuárias na situação do observado, mas participar de sua vida [...]. Não basta a simpatia (sentimento fácil) pelo objeto da pesquisa, é preciso que nasça uma compreensão sedimentada no trabalho comum, na convivência, nas condições de vida muito semelhantes (BOSI, 1983, p.2).

A explicação de Ecléa Bosi sobre o trabalho de pesquisa ser um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro, com uma compreensão sedimentada em aspectos comuns passou também a orientar os procedimentos desta pesquisa. Desta forma, procurava situações que me possibilitassem uma maior aproximação de outros moradores nativos.

Com relação a isto, lembro que um dia após conversar com a Regiane, na Colônia de Pescadores, ela recebeu uma ligação do Ailton pedindo que fosse realizado um levantamento da quantidade de crianças da localidade, pois já se aproximava o Dia das Crianças. Eu me dispus a ajudá-la e ela aceitou, assim fomos de casa em casa na Vila de Pescadores. Nesta ocasião, ela me apresentou como uma “pessoa conhecida” que estava realizando um estudo sobre o Cumbuco. Deste dia em diante, tive mais acesso aos moradores e pude começar a construir uma relação de confiança com eles, retornando em outras ocasiões para marcar a realização de entrevistas.

Os encontros com estes moradores nativos, e dentre estes, alguns pescadores, ocorreram durante os meses de outubro de 2015 até abril 2016, com os quais tive uma aproximação mais efetiva e realizei 20 entrevistas semiestruturadas, em sua maioria, gravadas. Neste período, ia ao Cumbuco normalmente uma vez por semana para os encontros agendados ou, então, para buscar a oportunidade de conhecer mais algum morador.

O material coletado até abril de 2016 possibilitou a construção do texto para o exame de qualificação desta tese de doutorado. Após a apresentação deste material, procurei dar continuidade à pesquisa, investigando aspectos ainda não abordados. Participei de eventos sociais como as Festas de São Pedro, padroeiro dos pescadores, e as Regatas Marítimas do Cumbuco, realizando a observação, mais 20 entrevistas semiestruturadas, o registro fotográfico e em diário de campo.

Durante a Festa de São Pedro de 2016, conheci o Marcelo, bugueiro, proprietário de uma “barraca” de praia feita de madeira e palha, que oferece serviços alimentícios, e filho de um antigo pescador. A relação de conhecimento estabelecida com Marcelo e sua família me possibilitou a aproximação com moradores nativos que se deslocaram para o Parázinho, os “cumbuqueiros”, e, também, com outros filhos de pescadores que se dedicam a atividades produtivas diferentes do ofício de seus pais.

Em seguida, busquei visitar instituições locais para coletar materiais e realizar entrevistas com as pessoas responsáveis. Na Escola Helena de Aguiar Dias, situada na Vila do Cumbuco, consegui, com o seu diretor, o documento Mapeamento Cultural de Caucaia (2006). Este material foi organizado no ano de 2006 pela Prefeitura Municipal de Caucaia em parceria com a escola do Cumbuco, e produzido pelos alunos e alunas que realizaram entrevistas com moradores a partir da utilização de fichas com roteiro estruturado de perguntas.

A organização deste documento proporcionou a produção de informações sobre a história da localidade e a organização de um arquivo com imagens antigas. Seu objetivo era mapear a área do Cumbuco por meio da produção de dados que contemplavam os seguintes eixos: lugares, prédios e construções; instituições e entidades locais; grupos étnicos; figuras populares; manifestações e eventos populares; ofícios e modos de fazer; brincadeiras e brinquedos infantis; lendas, superstições e curiosidades; expressões e vocábulos.

Nas associações e cooperativas locais realizei entrevistas com os presidentes das seguintes entidades: das cooperativas de bugueiros ABCTur e CPROTUR; da Associação dos Comerciantes do Cumbuco; da Associação de Kitesurf de Caucaia; e da Associação de Moradores da Vila do Cumbuco.

Além disso, realizei observação nos equipamentos que compõem o *trade turístico* como alguns hotéis, pousadas, restaurantes, barracas de praia, e registrei, no diário de campo, conversas com os responsáveis dos estabelecimentos visitados e, também, com encarregados de realizar passeios de *buggy*, quadriciclo, jangada, dentre outros. Para ter acesso aos agentes

sociais do *trade*, me aproximei de algumas atividades turísticas como usuário, realizando passeios e visitando a praia como forma de lazer.

Na fase final da pesquisa, consegui também me encontrar e realizar entrevista com o engenheiro cuja chegada no Cumbuco é considerada um “marco” para os moradores, o senhor Jairo Souza. Participaram desse encontro suas duas filhas, que, além de serem responsáveis pelas empresas da família, facilitaram o envio de alguns documentos da Construtora e de fotografias do Cumbuco.

A realização desta última entrevista me fez refletir sobre como o encontro com os interlocutores se deu em contextos sociais variados que vão desde a cozinha da casa dos moradores nativos, passando por ambientes de trabalho e lazer de outros interlocutores, até a sala de reuniões de um grande hotel na Avenida Beira-Mar de Fortaleza, onde foi a entrevista com Jairo Souza.

A pesquisa de dados no acervo de outras instituições também fez parte dos procedimentos metodológicos desta pesquisa. Na Secretaria de Turismo de Caucaia, tive acesso aos projetos de intervenção, bem como aos documentos, planos estratégicos, legislações e mapas referentes à Vila de Pescadores, e pude conhecer o turismólogo responsável pela pasta do turismo, que me apresentou um panorama da atividade turística na perspectiva da Prefeitura Municipal de Caucaia.

Outro acervo utilizado para a coleta de dados foi a hemeroteca do jornal O Povo, uma das publicações mais antigas do estado do Ceará, desde 1928. Realizei pesquisa nos arquivos digitalizados de 1928 aos anos 2000, de duas formas: de 1928 a 1990, utilizei a palavra-chave “Cumbuco”, no banco de dados geral; de 1991 a 2000, utilizei a palavra-chave “Cumbuco” apenas para as referências indexadas<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> O banco de dados geral do jornal O Povo contém os arquivos digitalizados de 1928 até os dias atuais, então, por meio de uma palavra-chave se encontra todas as matérias em que aparece o termo procurado. Por outro lado, a pesquisa indexada por intermédio de uma palavra-chave leva apenas aos arquivos selecionados pela instituição como referentes àquele termo.

Os arquivos localizados foram, a partir da década de 1970, já se referindo à construção da Vila. A maior dificuldade em pesquisar nesses arquivos que, ao mesmo tempo, se tornou um dado de pesquisa, foi se “esquivar” da grande quantidade de anúncios de venda de terreno, casas de veraneio e lotes, revelando-se, assim, dados sobre a especulação imobiliária, principalmente na década de 1980. Somam-se aos arquivos desse acervo, notícias mais recentes coletadas na rede mundial de computadores sobre o Cumbuco nos sites dos jornais O Povo, Diário do Nordeste e outros veículos de informação.

Um acontecimento importante durante a pesquisa foi a participação no projeto Percursos Urbanos<sup>13</sup>, intitulado “Existimos, a que será que se destina? - Um olhar sobre o turismo no Ceará”, realizado pelo Centro Cultural Banco do Nordeste (CCBNB). O objetivo deste percurso foi entender os bastidores do trabalho do guia de turismo, mostrando a relação entre as expectativas dos visitantes e a forma como a cidade é apresentada nos roteiros oficiais.

A atividade foi conduzida por dois guias de turismo, o Adriano e a Íris, que escolheram como pontos de parada a Praça dos Mártires (Passeio Público), no Centro de Fortaleza, e a Vila do Cumbuco, em Caucaia, para mostrar o roteiro de um dos pacotes mais vendidos pelas agências e operadoras de turismo no Ceará. Como minha dissertação de mestrado foi sobre as políticas de intervenção designadas como requalificação urbana na Praça dos Mártires (LOPES, 2013), pude estabelecer conexões entre os dois temas e campos empíricos analisados.

A relação de conhecimento estabelecida com o guia Adriano me despertou o interesse em fazer o curso técnico de guia de turismo. Procurei o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), prestei a

---

<sup>13</sup> O projeto Percursos Urbanos é definido por seus organizadores como a realização de roteiros em ônibus urbanos com o objetivo de discutir sobre temáticas relacionadas à cidade. Criado pela parceria entre o coletivo Mediação de Saberes e o Centro Cultural Banco do Nordeste (CCBNB), o Percurso é mediado por pessoas de saberes acadêmicos e de saberes populares. Esses mediadores trocam ideias com os participantes dentro do ônibus, mas também selecionam lugares representativos do tema abordado para serem visitados.

seleção e, após a aprovação, realizei o curso de guia de turismo<sup>14</sup> de novembro de 2016 a dezembro de 2017. Durante este período, pude conhecer com mais afinco o funcionamento das operadoras, das agências e a ação dos guias de turismo no Ceará. A proximidade com o Departamento de Turismo, Hospitalidade e Lazer do IFCE me possibilitou também a participação em eventos e o acesso a pesquisas e documentos, como o Inventário e Diagnóstico da Oferta Turística do Litoral de Caucaia, realizado em 2016 e produzido pelo Laboratório de Políticas Públicas de Turismo (LABPPTUR) desta instituição. O material é dividido em três módulos, que apresentam a infraestrutura de apoio ao turista, os serviços e equipamentos turísticos e, por último, os atrativos turísticos.

Entre outros materiais, tive acesso a um documentário intitulado “Cumbuco: um convite à história”, produzido pelo Coletivo A favor da Rua, em parceria com a Colônia de Pescadores Z-7, realizado em 2011. O documentário apresenta relatos de vários moradores e está disponibilizado no site de compartilhamento de vídeos *YouTube* dividido em três partes: a) o início, que conta a origem do Cumbuco, a chegada do proprietário da Construtora Cumbuco e a construção da Vila e de uma Colônia para os Pescadores; b) a pesca artesanal, que mostra os instrumentos e as habilidades empregadas na pesca tradicional, bem como as mudanças ocorridas na atividade da pesca ao longo dos anos; c) o Cumbuco hoje, que apresenta depoimentos dos moradores sobre o turismo do Cumbuco e daqueles que se deslocaram da localidade e foram residir no Parázinho.

---

<sup>14</sup> O curso técnico de Guia de Turismo no IFCE foi uma experiência de formação que articulou conhecimentos de história, geografia, cultura popular, etiqueta, psicologia aplicada a vendas, técnicas de comunicação, de primeiros socorros, além do estudo de dois idiomas (inglês, espanhol ou francês). A proposta é formar profissionais para atuar dando assistência aos turistas de grupos durante suas viagens, traslados ou passeios. Para tanto, no decorrer do curso, participei das seguintes atividades práticas: o planejamento de viagens, que inclui a escolha de lugares, definição de uma programação e venda de pacotes; o serviço de bordo, que consiste no atendimento ao passageiro dentro do ônibus turístico servindo com base em um cardápio regional; e o guiamento, que consiste em direcionar o olhar do turista para o que, como e quando se deve aproveitar no lugar de destino. A conclusão do curso me possibilitou tanto informações empíricas utilizadas no decorrer deste texto, como também o cadastro e uma habilitação do Ministério do Turismo (MTur) para atuar como guia de turismo regional e nacional.

Desta forma, apresento este texto da tese de doutorado estruturado em quatro capítulos. O capítulo intitulado *Do "território do vazio" à formação da Colônia de Pescadores* mostra que o litoral do Ceará era marcado por uma ocupação de pescadores artesanais, apesar das representações repulsivas do litoral e das histórias de assombrações no mar que levaram o historiador Alain Corbin (1989) a caracterizá-lo como o "território do vazio". Esse capítulo foi construído como uma forma de retribuição aos interlocutores que não possuem um material organizado e publicado sobre sua história. Para tanto, apresento o período de surgimento da localidade designado no imaginário social como "Cumbuco Velho". Em seguida, mostro a construção da Vila de Pescadores e da Colônia como as principais mudanças ocorridas na localidade, que funcionaram como instrumentos de fixação deste segmento na localidade.

O capítulo seguinte, intitulado *Da "invenção da praia" à construção de "destinos turísticos"*, mostra como o litoral de Caucaia se tornou um espaço de convívio e lazer a partir de transformações derivadas de intervenções públicas e privadas. Tal processo envolveu, principalmente, a valorização do litoral pelo veraneio marítimo, a criação de infraestrutura para o turismo nacional e internacional e a propagação das práticas de esportes náuticos. Além disso, mostra que a transformação do Cumbuco em um "destino turístico" resultou também da construção de uma nova imagem do Ceará associada ao sol, mar, jangadas e lugares paradisíacos, bem como das políticas públicas que consideram o turismo uma estratégia de desenvolvimento econômico.

*A interface entre o trade turístico e as populações nativas na localidade litorânea do Cumbuco* é o capítulo em que discuto os intercâmbios entre os agentes que promovem o turismo e os moradores nativos. No *locus* empírico analisado, mostro que as mudanças se materializaram no aumento da circulação de pessoas, bens, serviços e capital proporcionados pela atividade turística, que expandiu as relações de interdependência entre agentes que promovem o turismo e populações nativas, influenciando sobre o território e as atividades produtivas, resultando não apenas em transformações de características tradicionais, mas também no reforço de traços da chamada cultura local.

O último capítulo, intitulado *A dinamização de “destinos turísticos” e a formação de translocalidades*, apresenta a atual configuração socioespacial do Cumbuco marcada pela circulação de turistas brasileiros e estrangeiros na localidade e por processos de intervenção mais recentes, que impulsionam a atividade turística e levam o Cumbuco a se diferenciar das outras localidades litorâneas do município. Ademais, mostra como os lugares organizados em torno do turismo são influenciados pelas dinâmicas globais da circulação de pessoas, bens e capital, que produzem e reproduzem a configuração de localidades como “destino turístico” e contribuem para a formação de *translocalidades* no mundo contemporâneo.

Enfim, a produção deste trabalho ao apresentar a dinâmica de vida da população de pescadores artesanais do Cumbuco e sua interface com os agentes e as atividades do *trade turístico* contribui com as discussões acerca das implicações da construção de “destinos turísticos” em localidades litorâneas que abrigam populações tradicionais, mostrando que os processos de mudança se fazem acompanhar de intercâmbios, apropriações, ambiguidades e conflitos.

## 2 DO “TERRITÓRIO DO VAZIO” À FORMAÇÃO DA COLÔNIA DE PESCADORES

O mar e o litoral, até a primeira metade do século XVI, eram representados pelas interpretações bíblicas, humanistas e a literatura científica como lugares repugnantes, tenebrosos, perigosos e de mistérios insondáveis. À vista disso, predominou no Ocidente, principalmente na Europa, um conjunto de representações repulsivas que impediam a emergência do desejo de estar à beira-mar. Tais imagens levaram o historiador francês Alain Corbin a caracterizar o mar e suas costas como o “território do vazio” em sua célebre obra “O Território do Vazio: a Praia e o Imaginário Ocidental”, publicada em 1988.

Globalmente, predominam o temor do mar e a repugnância em permanecer em suas praias. A figura do oceano terrível, vestígio caótico das catástrofes mergulhadas no passado dos homens, a cólera imprevisível de sua imensidão movente e lúgubre, conjugam-se aos perigos e à pestilência da praia enigmática, linha indecisa, submissa a todo tipo de incursões, onde vem depositar-se os excrementos do abismo (CORBIN, 1989, p.64).

A cosmovisão bíblica em seus relatos oriundos da tradição judaico-cristã marca profundamente a concepção sobre o oceano como um lugar terrível. As descrições do Gênesis e do Livro de Jó associam o mar a um grande abismo, a um lugar de punição com catástrofes como o Dilúvio, e onde habita o Leviatã, o monstro marinho. A figura do Leviatã constrói a ideia do oceano como recipiente líquido de monstros.

Durante os séculos XVI e XVII, muitos escritores, cientistas e poetas apresentavam o mar como um lugar obscuro. Os humanistas ao interpretarem os textos clássicos e a arte da Antiguidade permaneceram insensíveis às marinhas e ignoraram a calma do mar. Na literatura clássica e na mitologia não faltam episódios que reforçam a visão negativa da beira-mar. O litoral antigo é representado como lugar da violência inesperada, onde se encontram bandidos e contrabandistas, ocorrem invasões, a contaminação de doenças, as contravenções dos piratas e os saques de naufrágios (CORBIN, 1989).

Nesse período, a literatura científica e médica ainda reforçam as imagens negativas do oceano: o barco é um lugar maléfico, nos flancos de

madeira úmida acumulam-se os germes da fermentação e putrefação; dos navios emergem as infecções e as epidemias; de seus porões exalam os miasmas que emanam dos animais ou vegetais em decomposição. Além de esconder os seus monstros, o litoral é tido como o receptáculo dos excrementos do mar.

As raízes do medo e da repulsa ao mar, de acordo com Corbin (1989, p.11), estão na grande extensão do “horizonte líquido sobre cuja superfície o olhar se perde”, na falta de conhecimento e nas dificuldades de navegação. Assim, predominava o medo e a concepção sobre o mar como um lugar hostil e assustador.

Desta forma, o historiador francês apresenta um catálogo de imagens repulsivas acerca da relação do homem com o oceano e suas costas, que o levou a caracterizá-los como o “território do vazio”, para se referir ao período anterior à emergência dos desejos à beira-mar e do litoral como espaço de fruição social (CORBIN, 1989).

Por outro lado, o antropólogo Diegues (1999) mostra que, no Brasil, as populações indígenas, a partir da prática da pesca no mar realizada antes da chegada dos navegadores portugueses, desenvolveram inúmeras comunidades litorâneas. O folclorista Câmara Cascudo (1957) explica que essas populações não estavam isentas de contos de peixes enormes e assombrações no mar, todavia, se estabeleceram e fizeram do litoral o seu lugar.

Inicialmente, essas comunidades viviam de forma nômade, pois os jangadeiros tinham o costume de se deslocar em busca de melhores lugares para a pesca. Com o passar dos anos, eles se territorializaram no litoral e desenvolveram de forma mais sedentarizada suas práticas socioculturais e econômicas.

No litoral do Ceará até o sul da Bahia, desenvolveu-se a cultura dos jangadeiros; entre o litoral do Rio de Janeiro e São Paulo, a do caiçara; e, no litoral de Santa Catarina ao do Rio Grande do Sul, a do açoriano. Enquanto as

duas últimas culturas de pescadores praticavam também atividades agrícolas, muitas comunidades tradicionais do Nordeste dependiam quase que exclusivamente da pesca (DIEGUES, 1999).

Apesar da repulsa ao oceano ser uma evidência histórica que influenciou vários povos na sua relação com o mar, a existência destas comunidades litorâneas no Brasil relativiza a designação de Corbin (1989) do litoral como “território do vazio”, a qual sugere que apenas para alguns segmentos e referente a práticas específicas é que ele se constitui um lugar sem ocupantes.

Tendo em vista a presença de várias comunidades nas costas do Nordeste brasileiro, a localidade litorânea do Cumbuco, no estado do Ceará, é um caso emblemático para esta discussão. Essa localidade se constituiu por remanescentes de indígenas a partir da prática da pesca, a qual era considerada o principal meio de sobrevivência das famílias dos trabalhadores do mar, e vivenciou processos de mudança na sua configuração socioespacial a partir de intervenções e investimentos públicos e privados que visavam transformar esta parte da costa em um espaço de lazer e fruição social.

No Cumbuco, as ações da iniciativa pública e privada e, conseqüentemente, os interesses envolvidos contribuíram para que muitos pescadores permanecessem residindo próximos ao mar, pelo menos durante um período, devido à construção de uma Vila com residências de alvenaria e à política estatal de formação das Colônias de Pescadores, que visava defender a costa brasileira.

Tais fatores levaram populações de saberes e fazeres considerados tradicionais a outras formas de pertencimento e relação com o território. Mas, esse processo não deixa de apresentar as suas contradições pela forma como foram estabelecidas as relações com o poder público e a iniciativa privada. Por essa razão, mostro, a seguir, a configuração socioespacial do Cumbuco antes e depois dos processos de mobilidade e fixação de moradia efetivados com a construção da Vila e a instituição da Colônia de Pescadores.

## 2.1 O “Cumbuco Velho”

“Cumbuco Velho” é a designação dada por antigos moradores à área do litoral de Caucaia, Ceará, ocupada durante a primeira metade do século XX por “posseiros”, com uma economia doméstica baseada, principalmente, na pesca e na agricultura de subsistência. Tratava-se, geograficamente, de uma faixa de terra situada junto à costa marítima com grandes campos de dunas, lagoas interdunares e uma vegetação nativa marcada pela vasta quantidade de coqueiros, diferente de outras áreas praianas.

Os relatos de moradores antigos contam que, no início do século XX, um pescador residente na capital Fortaleza, insatisfeito com a vida nesta cidade, procurou outro lugar para morar. Em suas pescarias, chegou a uma praia considerada muito bonita, de terras férteis, em que a pesca era abundante tanto no mar como nas inúmeras lagoas existentes. Tendo como meio de transporte sua jangada, ele, com sua esposa e filhos mudaram-se para a localidade.

Inicialmente, o lugar era tido como “deserto” por ter apenas sua casa naquela área, no entanto, com o passar dos anos, outras famílias foram chegando trazidas por notícias de pescadores que conheciam o local (PINHO, 1981). Em versões de moradores antigos, a toponímia da localidade deve-se ao formato das dunas, parecidas com uma cumbuca (kuya + buka), palavra que deriva de “cuiambuca” (cuiá partida) (CAVALCANTE, 2012).

Por outro lado, documentos de uma construtora<sup>15</sup>, que após alguns anos adquiriu essas terras, citam que a localidade era uma fazenda abandonada, dividida em duas partes conhecidas como Parnamirim e Jabaquara, pertencente a uma senhora cujo nome era Caetana Tereza das Maravilhas, com Escritura desde 1848 e Registro Imobiliário em 1892. Nestes documentos, o nome da praia aparece como Cumbuco, termo de origem tupi guarani que significa “onda longa e baixa” ou “porto de embarcação frágil”.

---

<sup>15</sup> Documento intitulado “História resumida do Cumbuco” (CONSTRUTORA CUMBUCO, 1997)

O “Cumbuco Velho”, descrito nas narrativas dos moradores nativos, é recorrentemente apresentado como o lugar de outrora, quando as várias famílias de pescadores viviam, apesar dos 30 quilômetros de distância da capital Fortaleza, relativamente “isoladas”, pois não havia uma comunicação efetiva com outras localidades e o único acesso era pela beira da praia, se a maré estivesse baixa.

De primeiro aqui nós vivia que nem índio, só era casa de palha, lagoa, mar e a jangada pra pescar (Eliane, 38 anos, marisqueira. Entrevista em 02 mar. 2016).

Aqui [no Cumbuco], chegava um pobre de outro lugar, chegava pra nós aqui: “Rapaz, aqui tem muito terreno, doido pra morar aqui” [...]. Aí quando meus pais eram vivos, meus avôs diziam: “Rapaz, vá ali na mata e pode escolher um canto pra você morar”, ali ele ficava, trazia a família e tudo (Nogueira, 58 anos, pescador. Entrevista em 22 dez. 2015).

A minha casinha era de taipa, mas era de tijolo, era pequenininha. Eu morava do outro lado de lá, no Cumbuco Velho, que não tinha casa perto e nem nada. Era só, como se chamava antes, as vazantes. E nós morávamos do lado de lá, tinha umas lagoas, plantava batata, essas coisas, criava [animais] (Olívia, 77 anos, marisqueira. Documentário Cumbuco: um convite à história).

Os moradores descrevem o “Cumbuco Velho” fazendo referência a um modo de vida simples, ligado à ocupação do espaço e à sua relação com a natureza. Apresentam a configuração socioespacial como um lugar em que as terras não tinham proprietário, onde famílias de outras localidades chegavam, construíam suas casas de madeira e palha (FIGURA 1) e desenvolviam as atividades que eram comuns à subsistência.

Todavia, a delimitação de terrenos não estava livre de pequenos conflitos: uma moradora relatou que discutia com outro morador vizinho porque, durante a noite, ele alterava as medidas do terreno que ela havia estabelecido anteriormente, levando-a, no outro dia, a fazer a remarcação do terreno de acordo com o que ela achava correto (CAVALCANTE, 2012).

Figura 1 – Casa antiga no “Cumbuco Velho”



Fonte: Colônia de Pescadores Z-7

A Praia do Cumbuco antigamente era só casas de palha e não tinha loteamento, era aquelas cerquinhas, aí plantava batata, cana e também tinha umas lagoas; e só pescava, não tinha outra opção, só pescava e era só isso mesmo; aí cada um dos pescadores, alguns deles tinha um jumentinho, que é justamente o meio de transporte para ir até o sertão com esses peixes para poder vender, quando não conseguia vender trocava por frutas, e trazia de volta para sustentar a família; dinheiro era difícil, mas fartura, graças a Deus, tinha muita (Roberto, 48 anos. Entrevista em 14 mar. 2016).

Os nativos relatam que os primeiros moradores eram, predominantemente, pescadores oriundos de localidades vizinhas e tinham sua subsistência baseada na pesca, complementada pelas “vazantes” e pela criação de alguns animais. As “vazantes” consistiam em áreas consideradas férteis, próximas às lagoas, que eram utilizadas para plantar diversas culturas como batata, milho, feijão, dentre outras, pois a disponibilidade de água garantia a fertilidade da terra. As “vazantes” eram preparadas pelos homens e cultivadas tanto por homens como pelas mulheres.

Além da lavoura, a criação de animais como galinhas e porcos era para própria subsistência e, também, para venda e troca por outros produtos como açúcar, sal, café etc. A alimentação das famílias de pescadores era constituída basicamente de peixe com farinha e, às vezes, incluía outros elementos como feijão, arroz, batata doce e milho. O modo de preparo era bem rudimentar: as mulheres buscavam a madeira na mata e faziam o fogo à lenha para cozinhar ou assar os alimentos.

Os cocos produzidos pelo vasto coqueiral constituíam também uma fonte de renda para aqueles que os possuíam, pois, nessa época, os coqueiros eram utilizados para demarcar a extensão do terreno de cada morador. Cada coqueiro produzia uma média de 50 cocos por ano, chegando alguns até mais de 150 cocos anuais.

A relação destes moradores com os recursos naturais disponíveis estava diretamente relacionada à ocupação no território. A mata era o local de retirar a madeira para a construção de moradias, de embarcações de pesca, de instrumentos de trabalho, bem como de ervas e raízes que serviam de medicamentos.

Coqueiros, troncos fincados ao chão e as próprias “vazantes” eram utilizados para demarcar seus terrenos, eram as “marcas de posse” no território que, nesta época, fora construído com base no respeito, que é a ética que regula as relações sociais em muitas comunidades tradicionais (DIEGUES *et al*, 1999).

O vasto espaço entre as dunas e coqueiros possibilitava a construção de novas moradias, tanto pelos pescadores que chegavam como pelos filhos dos que ali já estavam. Aqueles que desejassem residir no local, não só construíam suas casas de madeira e palha próximas aos seus pais como também aprendiam a sua profissão e a reproduziam.

Nesta época, os pescadores eram destituídos de equipamentos de suporte e localização no mar, o “saber” necessário para tornar-se pescador era transmitido no âmbito familiar por intermédio dos pais ou parentes. Este “saber” não consiste, até os dias de hoje, apenas na habilidade de manejar os

instrumentos de pesca, mas em conhecer como, quando e por que utilizá-los, como relata o pescador Francisco:

Pescar todo mundo sabe, jogar uma linha na água, mas o negócio é saber iscar, saber quantas braças de linha você tem que soltar, a profundidade, o local onde você está, tudo isso tem a ciência da pesca [...] Porque o pessoal diz assim: uma jangada dessa encalhou<sup>16</sup> com tanto peixe e, quando chega aqui, o homem cobra o olho da cara. Mas não é assim, quando você chega lá no local e coloca a jangada, não é em qualquer canto que tem peixe, tem o local apropriado, você tem que procurar onde é o habitat natural do peixe, porque se tivesse peixe em todo canto era muito bom, você não precisava nem passar uma noite no mar, duas noites no mar [...]. (Francisco, 67 anos. Entrevista em 25 ago. 2018).

O pescador Francisco mostra que a “ciência da pesca”, transmitida de geração em geração, corresponde a conhecer “um conjunto de ideias sobre o navegar, o movimento das marés, os tipos de fundos propícios à vida de certas espécies de pescado, noções empíricas sobre os hábitos dos diferentes peixes” (DIEGUES, 1983, p.195).

Ademais, a prática da pesca artesanal também apresenta suas dificuldades: os pescadores têm que identificar pesqueiros, capturar peixes e, muitas vezes, ter que passar noites em uma embarcação, molhados durante todo o tempo, para garantir a subsistência da família. Com relação aos elementos que fazem parte do “saber” da pesca artesanal, Francisco assim prosseguiu:

A pesca artesanal é uma só, ela não muda, em qualquer canto do Brasil que você for, o sistema é um só, a maneira de pesca é uma só, hoje não, não existe mais aquela fartura, aquela riqueza de peixe por causa da sofisticação, a coisa está muito diferente porque tem GPS, você chega com esse aparelho e vê até o fundo do mar com peixe. Antigamente, era através dos astros, era o coqueiro que estava em cima do alto, de noite era a lua, as estrelas, era os ponto de referência pra você basear o local da pescaria. Cada pescaria

---

<sup>16</sup> No vocabulário dos pescadores, encalhar significa “botar pra cima, arrastar a jangada para a terra enxuta, fazendo-a deslizar em cima de rolos de coqueiro” (CASCUDO, 1957, p.50).

tinha um nome, a pescaria do coqueiro de cima, a pescaria do coqueiro de baixo, a pescaria do coqueiro do meio, tudo isso era uma referência, hoje não, ninguém quer mais saber de pescaria de coqueiro, de cajueiro, do monte, do alto, do baixo. (Francisco, 67 anos. Entrevista em 25 ago. 2018).

A descrição sobre o lugar certo da pescaria mostra a habilidade de observar os elementos climáticos e os pontos de referência na costa. Tal habilidade consiste em um complexo sistema de triangulação de pontos em que os pescadores se utilizam de acidentes geográficos na costa, como serras, picos de morro etc., para marcar o lugar mais propício à pesca no mar. A determinação de pesqueiros mostra que, em localidades com atividades de pesca, o mar também é território e apresenta “marcas de posse” (DIEGUES *et al.*, 1999), como reforça a narrativa do Ailton:

O pescador é o verdadeiro engenheiro de pesca, assim, na prática. Porque o pescador ele sai pro mar [...], põe suas redes, marca somente pelas serras, sem nunca ter ido a uma escola, muitas vezes não viu um GPS, e ele faz a marcação da pescaria naquele ponto x como se fosse umas coordenadas, só pelas serras e não vai ter erro. E às vezes quando acontece dele errar, porque às vezes o tempo tá nublado, a serra fica escura, não dá pra ver, ele erra, mas quando o tempo clareia ali ele sabe, levanta o pano novamente e vai para o local que ele desejar (Ailton, 50 anos. Documentário Cumbuco: um convite à história).

Nessa época, a pesca era a principal atividade produtiva para a subsistência dos nativos, desenvolvida com base em uma “pequena produção mercantil”, na qual uma parte era voltada para a venda e a outra, embora pequena, era destinada à subsistência familiar (DIEGUES, 1994, 1995). A pesca era artesanal com procedimentos rudimentares tanto na captura como na conservação e comercialização do pescado. As técnicas de captura mais utilizadas eram a pesca de rede, mais conhecida como “caçoeira”<sup>17</sup>, e a de anzol, chamada de “pesca de linha”.

---

<sup>17</sup> A caçoeira é uma rede de malhas largas que fica estendida flutuando sem tocar o fundo, suspensa por uma série de pequenas boias. Esta técnica é utilizada principalmente em

As embarcações mais comuns no litoral do Ceará, até a década de 1950, eram constituídas de rolos, de seis paus, algumas de até oito metros de comprimento para a pesca em alto-mar, quando os pescadores se afastavam até 80 quilômetros da costa (ABREU, 2012). No “Cumbuco Velho”, as embarcações eram feitas pelos próprios pescadores, que utilizavam a madeira de piúba (*Apeiba tibourhou*), e os dois principais tipos eram as jangadas e os “paquetes”. Estes dois tipos se diferenciam pelo tamanho e a capacidade de carga: as jangadas podem ter cinco metros ou mais e suportam mais quilos de pescado, enquanto os paquetes, também conhecidos como “botes”, têm até quatro metros de extensão e suportam uma quantidade menor de peixes.

A tripulação da embarcação era composta, normalmente, pelo mestre e outros três pescadores. O mestre era um pescador com bastante experiência que, além de direcionar a embarcação, determinava o lugar da pescaria e distribuía o peixe. Outro pescador exercia a função de “proeiro” que, além de embrulhar e derrubar a vela, pescava ao lado do mestre e o substituíam quando necessário. O “bico de proa” e o “rebique” são auxiliares encarregados de molhar a vela, fazer as atividades de cozinheiro do grupo e marcar o pescado. Na época do “Cumbuco Velho”, a tripulação de pescadores passava de quatro a cinco dias no mar até conseguir um “bom pescado” e “trazer o sustento para a família”.

As relações de poder se organizavam de forma que o mestre (seja proprietário ou não da jangada) tem total autoridade sobre os outros pescadores. Fora do mar, os pescadores se classificavam entre autônomos, empregados diaristas de outros pescadores, mestres e proprietários de embarcação, somente proprietários de embarcação e/ou intermediários (PINHO, 1981). Estes últimos eram comerciantes conhecidos também como “atravessadores” ou “marchantes”, pois recebiam o pescado na praia e revendiam-no nas ruas do centro de Caucaia. A astúcia dos “atravessadores” entre os jangadeiros no Nordeste brasileiro foi descrita por Cascudo (1957), quando mostrou que para vender o pescado nas ruas da cidade, muitas vezes,

---

pescaria noturna, sem luar, porque a claridade afugenta o pescado que vê a rede (CASCUDO, 1957).

esses comerciantes se vestiam de pescadores e contavam histórias fantasiosas de pescarias.

Normalmente, no “Cumbuco Velho”, as relações sociais de produção eram organizadas da seguinte forma: os proprietários das embarcações cediam tanto os meios de produção (a jangada, a rede etc.) como a comida que era levada para o mar, a “quimanga”<sup>18</sup>. Em troca, o proprietário recebia 50% da produção, o mestre 25% e os 25% restantes eram divididos entre os outros pescadores. Este modo de repartição é um costume antigo e característico da pesca artesanal, bem como a marcação do pescado para a sua correta divisão.

Na hora de marcar o peixe, o peixe do mestre é conhecido por não ter marca nenhuma, ele vem todo inteiro. Aí o proeiro já marca no rabo de cima; o bico de proa, no rabo de baixo. Quando é com quatro [pescadores] já marca na cabeça do peixe, faz um corte (Ailton, 50 anos. Documentário Cumbuco: um convite à história).

A maior parte da produção era exportada para a sede de Caucaia por intermédio dos “atravessadores” que, nesse período, eram os únicos a circular “dentro” e “fora” da comunidade com mais frequência, além de possibilitar a entrada de bens e dinheiro. O “atravessador” não garantia com segurança o pagamento aos pescadores, pois comprava o produto fiado e se, por acaso, o peixe apodrecesse no caminho ou a fiscalização tomasse o produto, já que não tinha licença para vender, os pescadores não recebiam o pagamento. O restante da produção era vendido para moradores das proximidades e outra parte servia para a própria alimentação (PINHO, 1981).

Devido à ausência de condições de armazenamento e conservação do pescado, os trabalhadores do mar no Ceará tinham que suportar a relação de sujeição aos “atravessadores”, pois dependiam da capacidade comercial dessa categoria que controlava o preço da mercadoria (ABREU, 2012). Pescadores mais antigos relatam que os “atravessadores” cometiam uma série de desmandos, como dar ordens, agir como se fossem donos dos pescadores,

---

<sup>18</sup> O termo “quimanga” pode ser utilizado para se referir tanto à comida levada na embarcação, como à vasilha de coco em que os jangadeiros levam a comida ou, ainda, à cabaça preparada para guardar pequenos objetos.

determinar os preços dos produtos e, até mesmo, agredir fisicamente aqueles que desobedecessem a suas ordens (PINHO, 1981).

No “Cumbuco Velho”, o principal “atravessador” era o comerciante conhecido como Paulo Amaro. Morador de uma comunidade próxima, ele chegou ao Cumbuco logo quando a localidade começou a se estabelecer como lugar de pesca. Paulo Amaro detinha um capital social e econômico que o destacava nas relações de poder na localidade. Ele conhecia sobre o universo da pesca, era proprietário de embarcação, de frigorífico e, durante muito tempo, do único meio de transporte utilizado para levar o produto da pesca para Caucaia. Além disso, era considerado o “delegado” do Cumbuco por resolver questões conflituosas entre os moradores.

O Paulo Amaro, como diz a história dos antepassados, era o dono da situação, o mandachuva do Cumbuco, ele andava com um bolo de dinheiro nos bolsos que quando puxava rasgava o bolso porque tinha dinheiro demais [...] Ele era um empresário de pesca, armador de pesca, comprava o peixe da embarcação de todos os outros “atravessadores”, tinha um frigorífico, a embarcação dele e o carro para transportar na maré seca até a Caucaia. Lá tinha um frigorífico grande que acolhia duas toneladas de peixe, aqui ele armazenava em caixas com gelo e raspas de pau, que era a proteção do gelo, ele dava assistência às embarcações com gelo, mas em compensação ele comprava o peixe do preço dele, ele que definia o preço. Ele sempre ajudou também, nas construções de casas dos pescadores, ele facilitava, cedia o dinheiro, a pessoa construía e ele fazia abatimento, ia pagando aos poucos. No que diz respeito à pesca, ele era o chefão, e era considerado, antigamente, como o delegado, só que não delegado de ofício, registrado, ele era apenas apoiado por um tenente [e deputado estadual] chamado Edson da Mota Corrêa. (Francisco, 67 anos. Entrevista em 26 ago. 2018).

Neste período, no Ceará, muitos pescadores viviam em estado de miséria e exploração, pois não eram proprietários das embarcações devido ao alto custo de aquisição e manutenção das jangadas; a produção era dividida, restando-lhe uma pequena parte e dependiam dos “atravessadores” para venderem seu pescado (ABREU, 2012). Apesar disso, por terem condições de

pelo menos garantir sua subsistência, muitos moradores nativos costumam afirmar “dinheiro era difícil, mas fartura graças a Deus tinha muita”, como disse o morador Roberto em sua narrativa mencionada anteriormente.

Quando não estavam se dedicando às atividades produtivas, os pescadores costumavam se reunir sempre em grupos para jogar baralho, fumar e beber cachaça, características que fazem parte da sua própria convivência. O pescador tem certo “solidarismo jangadeiro”, como trabalha com três ou quatro homens, sozinho se sente um ser incompleto, então, se vai beber na bodega, espera que o outro companheiro chegue para, pelo menos, assisti-lo beber (CASCUDO, 1957).

As mulheres cuidavam da casa, dos filhos, das criações de animais, cultivavam as vazantes e, também, contribuíam com o sustento familiar produzindo renda, labirinto e bordado à mão, produtos artesanais que eram vendidos a senhoras e comerciantes na sede de Caucaia (PINHO, 1981). A sociabilidade das mulheres era marcada pela conversa com as pessoas conhecidas ou em atividades religiosas, principalmente do catolicismo, como os terços e as novenas. Neste período, não existia ainda capela ou igreja no Cumbuco, então os moradores se deslocavam raramente até a sede de Caucaia para participar de grandes celebrações religiosas.

Os espaços de sociabilidade das crianças ficavam entre as dunas e os coqueiros. As crianças jogavam futebol, brincavam de pular corda com salsa, produziam carrinhos de lata e bonecas de pano, banhavam-se nas lagoas e no mar etc. O pescador Carlito relatou que brincava com “jangadinha de capemba de coco”, feita da casca do coco.

A gente procurava as capemba de coco, ajuntava debaixo dos coqueiros, limpava e ficava muito parecida com uma jangada, pelo menos na nossa imaginação. Eu brincava mais uns cinco a sete meninos, a gente colocava as jangadinhas dentro da água e elas pareciam jangadas de verdade. Eu brincava nas águas parada e também no mar (Carlito, 63 anos. Mapeamento Cultural, 2006).

Outros dois momentos de animação no “Cumbuco Velho” eram o “terço do Bida” e as “cantorias”. O Bida era um senhor que, junto com seus

filhos e um grupo de homens, saía em peregrinação todos os anos, de forma que tinha o dia certo em que chegava ao Cumbuco. Os moradores esperavam sua chegada e, naquela noite, rezavam um terço. No dia seguinte, pela manhã, celebrava mais um terço dentro de uma jangada no mar. Ao partir para outra localidade, muitos moradores o acompanhavam até certa distância.

Enquanto o “terço do Bida” ocorria somente uma vez ao ano, as cantorias aconteciam com uma frequência maior. Nas cantorias, a casa de um pescador era preparada, a areia da frente varrida e postos bancos confeccionados de coqueiro para receber outros moradores que ficavam ouvindo as cantorias dos repentistas, conhecidos por tocarem e cantarem músicas de improviso.

A rede de relações era construída com base em uma estreita interação entre os moradores, e muitos tinham laços de parentesco ou compadrio. Estes laços prevaleciam na importância dada à unidade familiar e doméstica e no exercício das atividades econômicas, sociais e culturais, traços que caracterizam a definição de populações tradicionais (DIEGUES, 1994). Os conflitos que ocorriam eram resolvidos pelas pessoas mais idosas das famílias, que se tornavam mediadoras das desavenças quando ainda não existiam indivíduos considerados “de fora” que tentavam mediar os conflitos.

Uma das primeiras transformações nas relações sociais e econômicas do “Cumbuco Velho” ocorreu quando se iniciou a pesca da lagosta, na década de 1950, pois houve um aumento na circulação de pessoas, dinheiro e bens na localidade, e a acumulação de capital por parte de alguns pescadores.

Neste tempo, moradores antigos contam que alguns pescadores rasgavam dinheiro para mostrar o excedente que conseguiam acumular e, até mesmo, casos em que pessoas acendiam cigarros com notas de dinheiro. Foi neste período que surgiu as primeiras casas de alvenaria e outras opções de lazer, como os cavalos de corrida e, também, a aquisição dos radinhos à pilha e dos carros Jeep 1951.

Dos anos 1960 a 1970, o Cumbuco foi conhecido como um dos maiores produtores de lagosta no estado, no país, não teve quem desse vencimento. Esse Paulo Amaro que era o dono da situação. Ele dava duas viagens por dia para carregar lagosta até Caucaia. Como a lagosta é uma fonte de renda e um dos produtos muito procurado, aí começou a aparecer outros empresários. E o Paulo Amaro só comprava daquele preço, que era o chefão. Ele dava toda assistência, mas o preço dele era aquele, aí apareceu outros pagando o dobro. Aí ele [Paulo Amaro] teve que subir o preço dele, porque quase todo pescador foi pescar para os outros que também davam assistência da mesma forma. Aí a gente dizia: não é concorrência desleal, porque deslealmente era ele quem estava agindo, porque ele dava assistência total, até medicamento ele comprava pro pescador, mas em compensação o precinho [era baixo] (Francisco, 67 anos. Entrevista em 26 ago. 2018).

O relato do pescador Francisco mostra a ampliação da rede de relações comerciais no “Cumbuco Velho” a partir da inserção de compradores de lagosta. A incorporação de outros comerciantes e a consequente concorrência local contribuíram para interromper a reprodução da exploração realizada pelo “atravessador” Paulo Amaro. Apesar de ainda serem mantidas relações desiguais na compra e venda da lagosta, os pescadores tiveram mais acesso a parcelas dos rendimentos da produção.

Com relação à educação, as atividades educacionais na localidade eram realizadas em condições precárias, funcionando em uma casa feita de palha de coqueiro, com chão de areia, onde as crianças se sentavam em troncos de árvores e apoiavam o material escolar sobre as pernas. Como relatou a moradora nativa e professora Iraci (falecida)<sup>19</sup>, as primeiras atividades iniciaram no ano de 1946, quando Maria Ferreira de Moraes dava aulas para crianças pela manhã e para adultos à noite, sendo paga pela própria população. Essa professora realizou suas atividades educacionais até 1958, quando foi picada por uma cobra e interrompeu seu trabalho.

---

<sup>19</sup> Informações concedidas pela nativa Iraci aos pesquisadores do Mapeamento Cultural (2006).

No ano seguinte, Iraci, também moradora do Cumbuco Velho, retomou os trabalhos da professora anterior. Construiu no seu quintal outra casa de palha para a escola, conseguiu com a Prefeitura seis carteiras para os alunos, que estudavam até as primeiras séries do ensino formal. Na época, o material escolar era constituído pela cartilha do ABC, caderno, lápis e borracha, comprados na sede de Caucaia. De acordo com o engenheiro que adquiriu as terras da localidade,

a escola original era essa da foto [FIGURA 2], que ficava junto com os porcos, os meninos ficavam assistindo aula e os porcos fuçando dentro, não tinha energia, não tinha água no Cumbuco Velho” (Jairo, 71 anos. Entrevista em 31 ago. 2018).

Figura 2 – Escola antiga no “Cumbuco Velho”



Fonte: Acervo pessoal de Jairo.

Os moradores não dispunham de assistência à saúde, era necessário se deslocar até a sede de Caucaia para atendimento médico. Normalmente o trajeto era feito a pé, deslocando o doente dentro de uma rede até chegar a um local onde pudesse pegar um transporte para levá-lo ao hospital.

Por outro lado, os moradores buscavam a cura de doenças por meio de medicamentos feitos de ervas ou, então, indo aos rezadores ou às

rezadeiras, como a senhora Maria, que chegou à localidade por volta de 1936, após casar-se com um pescador, e praticava a reza como instrumento de cura desde jovem. Detentora de um saber tradicional e reconhecida por sua comunidade pela credibilidade e confiança, Maria não cobrava pagamento pelas rezas, mas recebia muitas ofertas de alimentos e roupas como forma de gratidão<sup>20</sup>.

As mulheres grávidas tinham seus partos realizados na própria localidade, sendo auxiliadas pelas parteiras<sup>21</sup>. Enquanto as parteiras eram eminentemente mulheres que tinham um saber para auxiliar as parturientes, a reza era praticada por homens e mulheres que usavam as palavras e os gestos como agentes de cura. Esses detentores de um saber tradicional eram muito comuns em comunidades rurais e de baixa renda no país (PIMENTEL, 2007), como também eram em áreas costeiras relativamente “isoladas”.

Em caso de morte de algum morador, esperavam um transporte ou deslocavam o morto em redes, da mesma forma que os doentes, até o cemitério, designado como Caranguejo, situado na comunidade do Cipó, a aproximadamente 15 quilômetros de distância.

A condição de quase “isolamento” é sempre destacada pelos moradores nativos, devido à falta de vias de acesso à localidade. O tráfego até o Cumbuco só era feito por meio de carros com tração dianteira ou por animais, mesmo assim, a areia frouxa dificultava. Quando a maré estava “cheia” não havia condições de tráfego, pois o rio Barra Nova, entre Icaraí e Tabuba, era conhecido pela areia movediça em seu leito no ponto que deságua no mar, sendo possível o tráfego somente quando a maré estava baixa. Moradores antigos relatam histórias de carros que eram “tragados” pelas areias movediças do rio Barra Nova, e apesar de sempre contarem com a ajuda de trator, de cabos e da força de muitas pessoas, os veículos eram arrastados pelas areias e águas.

---

<sup>20</sup> Entrevista realizada pelo autor com a moradora nativa Maria, em 12 de novembro de 2015, quando ela estava com 90 anos de idade.

<sup>21</sup> Segundo Mapeamento Cultural (2006), os nomes das parteiras eram Francisca Gomes de Oliveira, Júlia Teixeira da Silva, Maria Rosa dos Santos e uma senhora conhecida como Lica.

Nessa época, o único veículo automotivo que chegava ao Cumbuco diariamente era o jeep do atravessador Paulo Amaro, que buscava o pescado e realizava o trajeto pela praia quando a maré estava baixa, pois não existia estrada asfaltada ligando a localidade a outro lugar, apenas as “veredas”, isto é, os caminhos alternativos desprovidos de espaço, utilizados como atalho pelos moradores para chegar a outros lugares.

O modo de vida no “Cumbuco Velho” é característico dos povos de culturas tradicionais, pois era dependente dos recursos naturais disponíveis e dos ciclos da natureza. O manejo com os recursos naturais não visava apenas o lucro, mas a sua própria reprodução sociocultural. O modo de produção era simples e as tecnologias rudimentares, resultando em uma divisão do trabalho artesanal cujo produtor (entende-se pescador e sua família) dominava o processo de trabalho até o produto final (DIEGUES *et al*, 1999). Desta forma, as percepções e representações dos moradores nativos eram permeadas pela relação com a natureza e a dependência dos seus ciclos.

As terras pertencentes ao “Cumbuco Velho” não eram delimitadas, a posse dos terrenos foi estabelecida de modo informal. É comum certa indefinição por parte dos moradores nativos sobre os limites da localidade antigamente, pois o território era definido para eles a partir das relações sociais, econômicas e das representações construídas na porção da natureza que tinham acesso, controle e uso dos recursos naturais. Esse caráter informal da posse coletiva levou muitas comunidades tradicionais a se tornarem as primeiras vítimas da grilagem e alvo fácil da especulação imobiliária (DIEGUES *et al*, 1999).

Com relação à propriedade da terra em áreas litorâneas, o Patrimônio da União possui uma faixa de terra que corresponde até 33 metros da linha do preamar<sup>22</sup> e seus acréscimos, podendo chegar, até mesmo, a 100 ou 200 metros da orla. O Decreto-Lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946, regulamenta e define esta porção como terrenos de marinha, os quais são

---

<sup>22</sup> A demarcação da Linha do Preamar Médio (LPM) foi um procedimento administrativo e jurídico utilizado para delimitar os terrenos de marinha. A linha do preamar foi definida pela média das marés máximas do ano de 1831. Esse ano foi tomado como referência para dar garantia jurídica às demarcações, tendo em vista que mudanças na costa marítima poderiam alterar a delimitação dos terrenos de marinha.

fiscalizados pela Marinha por intermédio da Capitania dos Portos (BRASIL, 2016).

Estes terrenos podem ser divididos desde que seja concedido ao interessado o aforamento<sup>23</sup> por parte do Sistema de Patrimônio da União (SPU). Para ser concedido o aforamento das terras, a Capitania dos Portos é consultada para saber se o interessado na área não causará problemas à navegação, aos serviços da Marinha e aos interesses da defesa nacional. Após a consulta de órgãos públicos ligados à Marinha, a demarcação pode ser aprovada dando direito legal ao interessado de construir a obra proposta.

Entretanto, na época do “Cumbuco Velho”, as populações de pescadores não conheciam mecanismos legais que pudessem regulamentar sua posse, nem dispunham ainda de recursos institucionais que legitimassem suas práticas econômicas e socioculturais realizadas naquela porção de terra do litoral (LIMA, 2006). Prevalcia um fraco poder político até mesmo pelo relativo afastamento dos centros urbanos.

Apesar de não disporem de instrumentos legítimos de representação de seus interesses, comunidades tradicionais de pescadores remanescentes de grupos indígenas já ocupavam o litoral do Ceará no período Colonial, haja vista que a Coroa Portuguesa não considerava essa área como um lugar propício para o desenvolvimento de atividades produtivas como a agricultura, seja por causa das condições climáticas ou da hostilidade indígena. O interesse da Coroa visava apenas ao desenvolvimento da atividade portuária para o escoamento da produção e a defesa do território nacional (DANTAS, 2011; CAVALCANTE, 2012).

Durante o período Colonial, a Coroa Portuguesa não impedia o desenvolvimento de atividades pesqueiras, na verdade, as comunidades de pescadores eram bem vistas por contribuir na defesa do território nacional,

---

<sup>23</sup> O aforamento é um contrato bilateral em que o proprietário pleno cede a outrem o domínio útil de um trato de terras incultas ou de terreno destinado à edificação, mediante o pagamento de pensão ou foro anual em dinheiro. No caso dos terrenos de marinha, o proprietário é a União e o foreiro é o ocupante do terreno que reparte com a União o domínio útil sobre o terreno. Disponível em: <http://www.terrenosdemarinha.com.br/index.aspx>. Acesso em: 20 jul. 2018.

tendo em vista que a Marinha não dispunha de contingente de pessoal suficiente para proteger a costa brasileira (DANTAS, 2011).

Tais condições levaram ao estabelecimento de comunidades litorâneas de pescadores e ao desenvolvimento de suas práticas econômicas e socioculturais no litoral até a década de 1970, quando se iniciam os primeiros conflitos com especuladores imobiliários.

## 2.2 A Vila de Pescadores

“Não! Ela tem que ir porque ali vai ser casa de veraneio”. Essa foi a resposta dada pelo engenheiro que adquiriu as terras do “Cumbuco Velho”, quando a moradora nativa Iraci disse que não deixaria sua casa de palha para ir morar em uma Vila construída pelo novo proprietário.

Eu tava morando do outro lado, numa casinha de palha, que quando eu dei fé o empregado chegou lá: “Dona Maria, o doutor Jairo quer falar com a senhora”, e eu digo: “Meu filho, a casa é velha, fedorenta e feia, mas chegue até aqui”. Aí ele encostou o carro do outro lado. Eu morava na beirada da praia, com o mar lavando as paredes (Maria, 93 anos, rezadeira. Documentário Cumbuco: um convite à história).

Era muita fartura, eu plantava vazante, capinava vazante [...]. Se você chegasse hoje, se você pudesse cercava, fazia a casa que quisesse e era sua; aí nós cercava, capinava, quando acabava, plantava [...], aí foi até que esse homem [Jairo] chegou e aí foi uma seca para nós, eu achei ruim, [...] antes tinha onde estendesse roupa, lavasse roupa (Amélia, 72 anos. Entrevista em 14 mar. 2016).

Os moradores nativos narram as transformações ocorridas no “Cumbuco Velho” a partir da chegada, no início da década de 1970, de Jairo Souza, mais conhecido como “doutor Jairo”. Este era um engenheiro civil, natural de Crateús, que adquiriu aquelas terras para a construção de loteamentos de casas de veraneio. Jairo estudou arquitetura e engenharia no Instituto Militar de Engenharia (IME), fez pós-graduação na Escola Nacional de Engenharia e defendeu, em 1966, um trabalho acadêmico com o tema

“Urbanização de uma área na cidade de Lages, em Santa Catarina”, a qual decidiu pôr em prática na localidade do Cumbuco<sup>24</sup>.

Ao narrar sua trajetória de vida, Jairo falou sobre sua carreira como militar, o curso de engenharia e de uma ideia que carregou durante a vida por orientação da sua mãe. Esta foi professora em Crateús e depois em Fortaleza, e lhe dizia: “quando for fazer alguma coisa, sempre tenha o cuidado de ver a parte social”.

De acordo com Jairo, durante sua trajetória, ele buscou criar pequenas escolas para pessoas que não tinham acesso à educação, como uma experiência concretizada em Crateús. Após o episódio de pedir demissão do exército, ele conta que procurou construir uma escola e foi assim que chegou a localidade do Cumbuco.

Comecei então a ver onde eu poderia fazer a escolinha, aí andando, eu fui morar em Caucaia, porque um cidadão que morava aqui em Fortaleza, mas tinha casa em Caucaia, no Icaraí, me convidou para trabalhar com ele fazendo construção, porque o Icaraí já foi uma praia de muito glamour. [Interrupção da filha de Jairo, que participou da entrevista:] O Icaraí tinha muito glamour, era a praia mais conhecida para passar as férias. O Icaraí era a vila de férias de Fortaleza. [Jairo:] Era o senhor Francisco Martins de Moraes. Nós fizemos poço para tratamento de água, caixa d'água para um condomínio baixinho, [o Icaraí] era uma mini-cidade. O seu Moraes me deu muita liberdade dizendo: “isso aqui quem vai pensar agora é você”. Comecei a pensar na bendita da escola, porque eu dizia: “tem que ter a escola, esse povo não pode continuar analfabeto”. Eu fui apresentado para um pessoal do Cumbuco, não tinha ponte [sobre o rio Barra Nova entre Icaraí e Tabuba] [...]. Primeiro, pra ter acesso à Tabuba, que em um ato louco nós compramos a Tabuba, pra ter acesso preciso de uma ponte [...] Depois comecei a vender a Tabuba. Aí eu verifiquei um pessoal trazendo peixe lá do Cumbuco aí

---

<sup>24</sup> Informações obtidas por meio de entrevista realizada com Jairo em 31 ago. 2018. Ademais, o artigo de Garcia (2017) mostra as intervenções urbanas e a elaboração de projetos populares participativos que, em meados da década de 1970, levaram a cidade de Lages/SC a ser reconhecida como “administração municipal modelo”.

resolvi visitar o Cumbuco e vi a precariedade, que a miséria era grande demais, aí pensei “vou fazer a escola aqui”. (Jairo, 71 anos. Entrevista em 31 ago. 2018).

A narrativa de Jairo mostra que suas ações não se resumiram apenas à intenção inicial de construir uma escola para a população pobre e analfabeta, mas se voltaram para vendas de terras à beira-mar para veraneio marítimo tanto na Tabuba como no Cumbuco. Em seu relato, Jairo mostra o trabalho e a parceria com o empresário Francisco Martins de Moraes, que ficou conhecido por transformar a localidade litorânea do Icaraí em um polo de veraneio marítimo reconhecido nacionalmente. A Praia do Icaraí está situada entre Fortaleza e Cumbuco, se distanciando em média 20 e 10 quilômetros, respectivamente, destes lugares.

Por intermédio de Francisco Moraes, o engenheiro Jairo Souza passou a trabalhar com a construção de loteamentos para casas de veraneio e, para tanto, realizou intervenções urbanas como a construção da ponte sobre o rio Barra Nova e passou a negociar com os “posseiros” a compra e a venda de terras na localidade litorânea da Tabuba.

Sobre as terras na Tabuba, tinha mais briga do que terreno. Resolvemos de um por um até que resolvemos tudo. Com muita paciência, muita conversa e um pouco de dinheiro. [As pessoas] que tinham um pedaço de terra lá e não tinha documento, nós conseguimos junto com a titular do cartório de registros em Caucaia, ela nos ajudou muito, nós fizemos negociação: “esse terreno aqui pertenceu a quem?”. [O posseiro respondia:] Esse terreno pertenceu ao meu avô, do meu pai passou para mim, vai ser dos meus filhos. [Jairo:] “E os documentos?”. [Posseiro:] “Os documentos não têm não, mas aqui ninguém se mete não, porque ninguém é doido para se meter aqui”. Aí a gente negociou, começou a fazer a negociação. [Jairo] dizia: “faz o seguinte, você me dá essa parte aqui, você assina e nós lhe damos esse terreno aqui construído ou por construir”. Isso na Tabuba. (Jairo, 71 anos. Entrevista em 31 ago. 2018).

Com relação à Tabuba, Jairo adotou uma prática chamada por ele de “negociação”, a qual consistia na permuta das terras dos posseiros,

incluindo as vazantes e coqueiros, por um lote, normalmente, com uma casa por construir. Essa foi a prática aplicada também nas terras do Cumbuco, com a diferença de que nesta localidade a troca foi realizada de forma direta com as populações de pescadores e com o apoio do capitão dos portos.

No Cumbuco foi diferente, porque a negociação foi direto com os pescadores, diretamente com os pescadores no Cumbuco. Tinha uma coisa muito curiosa na época, quem dizia a maneira de negociar, de acertar as coisas, era o comandante da capitania dos portos, Paulo Gustavo. (Jairo, 71 anos. Entrevista em 31 ago. 2018).

No Cumbuco, Jairo realizou estudos de reconhecimento e viabilidade da área e criou a empresa Construtora Cumbuco Ltda., que inicialmente chamava-se Cumbuco Empreendimentos Turísticos. Moradores nativos contam que, neste período, ele trazia visitantes para conhecer a localidade e planejar futuros empreendimentos, e as reportagens do jornal O Povo destacavam “a presença constante de visitantes, de toda a região Nordeste ou da Sul”, considerados “exigentes” e “sensíveis ao belo”<sup>25</sup>.

Por meio desta empresa, ele solicitou à União a demarcação e o aforamento das terras naquela praia, todavia, a empresa não aguardou resposta das instituições cabíveis para o início da construção do Loteamento Cumbuco (PINHO, 1981). O doutor Jairo começou a avisar, por intermédio de seus funcionários, que tinha adquirido as terras e iria, em breve, precisar delas. Ele mesmo declarou: “sabia que tinha posseiros, e avisei para eles que quando precisasse das terras avisava a eles”<sup>26</sup>.

Uma moradora nativa relatou que os funcionários do engenheiro, chamados algumas vezes de “capatazes”, marcaram com tinta as árvores dela para o corte, sem que ela soubesse disso. Logo após ela conta que, em um ato de enfrentamento, raspou a tinta de todas as árvores que foram marcadas (CAVALCANTE, 2012).

---

<sup>25</sup> CAUCAIA ontem e hoje. *O Povo*. Fortaleza, 24 mar. 1979. p.2.

<sup>26</sup> Entrevista com Jairo Souza concedida à cientista social Elizabeth Pinho, na época de sua pesquisa (PINHO, 1981).

A Construtora conseguiu a demarcação e o aforamento das terras de Marinha e, tendo já comprado outras áreas pertencentes a 149 herdeiros, residentes em Fortaleza e outros estados, elaborou alguns planos que pudessem retirar os “posseiros” daquela localidade, haja vista que dos 182,52 hectares da área conhecida como Cumbuco adquiridos, cerca de 100 hectares eram ocupados por 120 famílias de pescadores.

A Construtora planejou inicialmente a retirada dos posseiros, mas, devido à inviabilidade desse processo, pensou em formas de mantê-los na localidade, como destacou Pinho (1981). A partir do quadro abaixo (QUADRO 1), percebe-se quais foram as propostas que tinham como principal protagonista a Construtora Cumbuco.

Quadro 1 – Propostas de intervenção relacionadas aos posseiros do “Cumbuco Velho” na década de 1970

AGENTES SOCIAIS ENVOLVIDOS	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	RESULTADOS
Construtora Cumbuco  Capitania dos Portos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A Capitania dos Portos era responsável por informar aos nativos que as terras tinham um novo proprietário e que deveriam procurar outro lugar.</li> <li>- A Construtora Cumbuco indenizaria cada posseiro: pela casa, independentemente do tamanho e material que fora construído, receberia Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros); por cada coqueiro, uma quantia que variava entre Cr\$ 60,00 a Cr\$ 70,00.</li> </ul>	A proposta foi parcialmente executada, pois 20 famílias aceitaram a indenização e se deslocaram.
Construtora Cumbuco  Capitania dos Portos  Governo do Estado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A Construtora Cumbuco delimitaria uma parte do território para aqueles que desejassem permanecer, contudo, eles deveriam fazer alguns melhoramentos nas casas, como paredes de tijolos ou de taipa revestida e uma coberta de telhas.</li> <li>- O deslocamento para a área delimitada e a execução das exigências relacionadas às residências deveriam ser feitas no prazo de 90 dias, caso não concordassem, deveriam se retirar.</li> </ul>	A proposta não foi executada, porém outras 20 famílias deixaram a localidade e, algumas destas, passaram a residir em casebres no litoral de Fortaleza.

<p>Construtora Cumbuco</p> <p>Outros agentes não mencionados</p>	<p>- Construir uma Vila de casas na localidade Lagoa do Barro ou no Cipó, situadas após os campos de dunas.</p>	<p>O deputado estadual e tenente Edson da Mota Corrêa, pai do prefeito de Caucaia na época, Danilo Corrêa, apoiou os moradores contra este plano afirmando que os pescadores deveriam morar perto da praia.</p>
<p>Construtora Cumbuco</p> <p>Capitania dos Portos</p> <p>Governo do Estado</p> <p>Órgãos municipais e federais</p>	<p>- A Construtora realizaria a construção de uma Vila de Pescadores, a partir da doação do terreno, do fornecimento do material de construção necessário para as famílias que queriam permanecer no local.</p> <p>- Cada um dos agentes sociais envolvidos deveria, de alguma forma, beneficiar este projeto da Construtora Cumbuco.</p>	<p>A construção da Vila com 80 residências construídas em convênio com órgãos públicos</p>

Fonte: elaborado pelo autor, a partir da descrição dos pesquisadores Pinho (1981) e Cavalcante (2012).

De início, como mostra o Quadro 1, os agentes sociais envolvidos visavam realizar a desapropriação dos moradores por meio de indenização, que contemplava apenas a casa e os coqueiros, deixando de lado aspectos culturais relacionados à subsistência valorizados pelos nativos, como o cultivo nas “vazantes” e a coleta de frutos em espécies frutíferas. No caso dos coqueiros, os valores oferecidos pela Construtora equivaliam apenas à quantia que os “posseiros” conseguiam com a venda de um cacho de cocos.

A segunda proposta contou com a participação do governador do estado, Aduino Bezerra, que neste período se preocupava com a publicidade que seria produzida com a expulsão daqueles moradores, pois tal fato contribuiria para o aumento de favelas na capital Fortaleza, local onde muitos dos posseiros expulsos provavelmente se instalariam.

Por esse motivo, as propostas passaram a envolver a permanência dos posseiros por meio de deslocamento para área delimitada na localidade, no entanto, como era necessário um investimento financeiro por parte das populações de pescadores, a proposta não teve continuidade, pois muitas

famílias viviam em situação de miséria, com péssimas condições financeiras. Naquele momento, pelo menos metade das famílias morava fora da área delimitada e, portanto, necessitariam se deslocar e arcar com os custos.

Outra proposta relatada por moradores durante pesquisa de campo foi a construção de uma Vila na localidade Lagoa do Barro, após o campo de dunas, longe do mar, local onde se estabeleceram alguns moradores que se deslocaram do Cumbuco. O pescador Francisco explicou que a Vila seria construída no Cipó, localidade próxima ao cemitério. Contudo, essa proposta foi recusada pelos moradores com o apoio do deputado estadual e tenente Edson da Mota Corrêa, pai do então prefeito de Caucaia, Danilo Corrêa (mandato de 1977 a 1982), que defendia a permanência dos pescadores na praia.

A proposta era levar todo morador daqui, do jeito que o Cumbuco tá feito a Vila ali, ele ia fazer a Vila lá perto do cemitério chamado Caranguejo, no Cipó, e levar todo mundo para lá, aí foi quando o tenente Edson, que era mandachuva na Caucaia, juntamente com o prefeito de Caucaia Danilo Corrêa, filho do tenente, aí eles dois interviram e disseram que não. Caranguejo e crustáceo vivem enterrado no mangue e se o pescador vivia do mar e morava na praia, como é que eles iam botar ele lá... como eles vinham de lá pra cá, para se locomover para a praia, pro mar [...]. Era lá na CE 085, onde hoje é o Alto do Garrote [...]. Eles dois interviram, aí foi aquela polêmica, e os pescadores se revoltaram: “como é que nós mora aqui na beira da praia, nós só atravessa o coqueiral, desce pra praia e vamos pro mar. Como é que a gente vai fazer pra pescar? Não tem condição” [...]. Começou aquele conflito que envolveu Capitania, Federação, Prefeitura, envolveu tudo, aí ele [Jairo] viu que estava perdido no meio dessas autoridades, foi quando chegou à conclusão de construir e fazer as vilas aqui. (Francisco, 67 anos. Entrevista em 26 ago. 2018).

A mudança na proposta da Construtora Cumbuco, junto com alguns órgãos públicos, que variou da expulsão dos “posseiros” para a permanência destes na localidade, envolveu alguns interesses que beneficiariam o

proprietário das terras. Jairo Souza percebeu que obteria mais vantagens com a permanência dos pescadores, pois se conseguisse instalá-los em uma área mais reduzida no final das terras destinadas ao loteamento, lograria a desocupação dos terrenos, além de uma série de benefícios junto ao Estado, que levaria infraestrutura e melhores condições de vida para a Vila dos Pescadores, passando, conseqüentemente, por toda a área loteada na Tabuba e no Cumbuco (PINHO, 1981). Por isso, a quarta proposta da Construtora foi a construção de uma Vila de Pescadores para as famílias que queriam permanecer na localidade, em troca de algumas concessões por parte do poder público.

De acordo com as pesquisas de Pinho (1981) e Cavalcante (2012), baseados no relato de moradores, havia aproximadamente 120 famílias naquela área antes da construção da Vila e 40 se deslocaram para outras localidades. Por outro lado, de acordo com documentos da Construtora e explicação do doutor Jairo, habitavam 80 famílias quando ele chegou ao Cumbuco e apenas uma recusou a proposta de morar na Vila.

Todo mundo já tinha sua casa arrumadinha, tinha 80 famílias lá e ficaram as 80 famílias, não foi retirada nenhuma família. Aí determinado dia, eu fui chegando lá e tava havendo uma briga e, de modo geral, a briga em Caucaia tinha faca pelo meio, não tinha revólver, mas tinha faca. Eu entrei pelo meio, acabei com a briga e disse: “acaba logo, se não mando prender todo mundo”. Aí um deles disse: “agora eu quero vender a minha casa”. A casa que eu tinha doado. Ele disse: “não quero ser vizinho desse cara, se eu continuar sendo vizinho desse cara, eu mato ele”. [Eu perguntei:] “Já que você não quer ficar, você quer quanto pela casa?”. Aí eu paguei. Ele acabou de receber a casa de graça e aí vendeu (Jairo, 71 anos. Entrevista em 31 ago. 2018).

Com relação a esse assunto, o doutor Jairo, na entrevista supracitada, afirmou, com tom de voz enfático, que não propôs a retirada de pescadores e, em seguida, narrou a história do que aconteceu com a única família que desistiu de morar na Vila após a entrega das casas.

Desde o início, as propostas elaboradas para construção da Vila de Pescadores tiveram como intermediários e financiadores instituições públicas, que facilitaram os interesses e lucros do empresário da Construtora Cumbuco, que pretendia construir outros loteamentos para casas de veraneio (PINHO, 1981). No quadro seguinte (QUADRO 2), destacam-se as concessões feitas por tais instituições à Construtora no período.

Quadro 2 – Concessões realizadas à Construtora Cumbuco LTDA durante a construção da Vila de Pescadores

INSTITUIÇÕES	CONCESSÕES REALIZADAS À CONSTRUTORA CUMBUCO LTDA
Prefeitura de Caucaia	Concedeu isenção de impostos de toda a área loteada à Construtora, não só dos terrenos da Vila, mas de todos os outros loteamentos posteriores. Os impostos só seriam cobrados ao novo proprietário a partir da venda de cada lote.
Governo do Estado	Instalação de energia elétrica na Vila de Pescadores, alcançando, conseqüentemente, a área loteada. Fornecimento de asfalto líquido à Construtora para aplicar na estrada que liga a Praia da Tabuba à Vila.
Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB	Financiamento da compra de alimentos para os operários que estavam trabalhando nas obras da Vila.
Ministério do Trabalho	Permitiu que as casas fossem construídas em regime de mutirão: os empregados trabalhariam sem carteira assinada, ficando o empregador desobrigado a pagar alguns direitos concedidos aos trabalhadores, como décimo terceiro salário, férias, previdência social, dentre outros.

Fonte: elaborado pelo autor, a partir da descrição da pesquisadora Elizabeth Pinho (1981).

As concessões realizadas por parte das instituições públicas em troca da construção da Vila de Pescadores mostram que os órgãos do poder público possibilitaram as condições materiais necessárias para a reprodução do capital e a acumulação dos grupos dominantes envolvidos na construção civil.

Assim, na época, Governo do Estado, Prefeitura Municipal e Capitania dos Portos, visando legitimar-se perante a população, apresentavam os “benefícios” da construção da Vila como a geração de renda, de empregos e

as facilidades de locomoção. O trecho do jornal O Povo a seguir mostra como o capitão dos portos, comandante Paulo Gustavo, se posicionava com relação às mudanças no Cumbuco:

Tudo que foi discutido, planejado e analisado foi logo posto em prática pelo proprietário da área desconhecida até então, fazendo com que a partir da execução de obras diversas, melhoras essenciais ao bem estar social do homem do Cumbuco, aquela comunidade viesse chegar ao desenvolvimento social e econômico, logrando alcançar posição hoje invejável (O POVO, 07 mar. 1982).

Os relatos dos moradores nativos sobre este período mostram um cenário de tensões e conflitos entre os que aceitavam e os que discordavam da proposta de construção da Vila. O período de desconfiança e incerteza fez muitas famílias se deslocarem ainda durante a fase de elaboração das propostas.

Aí eu mandei dizer pro doutor Jairo que eu não vinha pra cá, que ele podia dar a casa pra quem ele quisesse, mas eu não vinha. Aí ele foi e disse: “Não, ela tem que ir porque ali vai ser casa de veraneio”. Aí eu disse: “Ora, eu não deixo! Eu não vou sair de cima da minha casa pra ninguém derrubar”. Até que eu mandei desmanchar a casinha, mandei desmanchar a casinha da escola. Aí me botaram pra ensinar na Colônia (Iraci, 70 anos. Documentário Cumbuco: um convite à história).

Meu irmão, o doutor Jairo aqui, pra mim ele foi uma ótima pessoa e pra nós todos. Porque minha casa era de palha. Hoje em dia, graças a Deus, tenho essa casa por causa dele. É uma pessoa muito boa, muito legal. Faz anos que eu não vejo ele, não sei se ele é vivo, se é morto [...]. Ele foi quem fez essa casa e me deu. E nós pensava que ele ia tomar e alugar. Eu tinha era medo, mas ele fez as casas, quando acabou, entregou. Era uma pessoa muito boa [...]. Pra mim, todo mundo gostava dele porque todo mundo ganhou aqui as casas. Não é de ter raiva daquele homem (Olívia, 77 anos. Documentário Cumbuco: um convite à história).

Ele [Jairo] se beneficiou muito daqui do Cumbuco. Ele se fez. Mas também por outro lado foi bom para a gente também (Roberto, 48 anos. Entrevista 14 mar. 2016).

A chegada do doutor Jairo na localidade e, conseqüentemente, a construção da Vila de Pescadores (FIGURA 3) representam dois “marcos” na história da localidade, isto é, aqueles acontecimentos que suscitam diversas narrativas entre os moradores. Enquanto uns compreendem a saída de suas casas de palha para uma de alvenaria na Vila como uma doação do engenheiro, outros perceberam, ao longo dos anos, a “troca” como uma forma desigual de negociação, pois o lote de terra que receberam não tinha espaço suficiente para o desenvolvimento de práticas que realizavam antes, como o cultivo nas “vazantes”.

A Vila dos Pescadores foi então construída e inaugurada em 1978, com oitenta casas divididas em oito quarteirões, cada um com dez casas geminadas (FIGURA 4), com dois quartos, sala, cozinha (com uma pia), banheiro (com um tanque d’água e aparelho sanitário, sem descarga), tanque para lavar roupas, fossa e sumidouro<sup>27</sup>. Não havia instalação elétrica, nem hidráulica, muito menos esgotamento sanitário, apenas dois poços forneciam água para toda a Vila, os quais ficaram comprometidos devido à falta de infraestrutura para a coleta de esgoto.

Após a construção, 79 famílias ocuparam as casas e a que ficara vazia tornou-se uma maternidade. No convite da festa de inauguração, no dia 7 de janeiro de 1978, o doutor Jairo apresenta-se como doador de parte dos recursos e do terreno. De acordo com documentos da Construtora, no dia da inauguração, as famílias de pescadores receberam as residências com Escritura de Compra e Venda, no caso, uma Escritura Pública de Doação<sup>28</sup>.

A área em que a Vila de Pescadores foi construída é de 50.616,00 m<sup>2</sup>, sendo que 23.400,00 m<sup>2</sup> é de área loteada para a Vila, 22.896,00 m<sup>2</sup> de ruas e 4.320,00 m<sup>2</sup> para serviços comunitários e sede de uma Colônia de Pescadores. Da área loteada, 14.400,00 m<sup>2</sup> foram ocupados na inauguração e o restante que compreende o espaço para cinco quarteirões, ou seja, 50 lotes foram destinados a futuros moradores.

---

<sup>27</sup> O sumidouro é o nome dado a um poço sem laje no fundo que permite a infiltração dos efluentes da fossa séptica no solo.

<sup>28</sup> Escritura Pública de Doação. Matrícula sob nº. 1347/01 (CONSTRUTORA CUMBUCO LTDA., 1997).

Figura 3 – Vista aérea da Vila do Cumbuco em 1978



Fonte: Colônia de Pescadores Z-7

Figura 4 – Casas da Vila de Pescadores



Fonte: O Povo, 24 mar. 1985.

De 1985 até 1988, 1990, eram muitas famílias lá de Beberibe que se instalaram aqui, pescadores. E hoje moram aqui, tem casa aqui, que foram pessoas que ocuparam justamente essas cinquenta casas que

ficaram pra ser construídas (Ailton, 50 anos. Documentário Cumbuco: um convite à história).

Estes cinquenta lotes restantes foram destinados aos filhos de pescadores, para quando estes formassem suas famílias, mas, na década de 1980, uma parte foi ocupada por pescadores oriundos de Beberibe, que passaram a residir no Cumbuco por causa do aumento da pesca de camarão na localidade e dos conflitos por terra no município de origem (CAVALCANTE, 2012). Tais famílias construíram suas residências em um dos quarteirões, a partir da permissão da Construtora Cumbuco, da Capitania dos Portos e da Colônia de Pescadores, porém, não receberam o documento de escritura da casa como as outras 79 famílias.

A Construtora Cumbuco construiu no centro da Vila de pescadores um prédio, que se tornou a Colônia dos Pescadores, e viabilizou a organização de uma escola e de uma maternidade. A escola passou a funcionar no prédio da Colônia e oferecia aos estudantes os primeiros anos do ensino regular com professoras da própria localidade. Após alguns anos, se tornou uma das escolas mais bem estruturadas, recebendo alunos das localidades vizinhas. Mesmo assim, a antiga escola de palha foi mantida com a tentativa de que visitantes pudessem comprovar a transformação pela qual a localidade tinha passado (FIGURA 5) (PINHO, 1981).

Figura 5 – Visita do Governador Adauto Bezerra à antiga escola de palha na década de 1970



Fonte: Mapeamento Cultural (2016)

A maternidade foi construída a partir o Programa Comunitário de Saúde Familiar<sup>29</sup>, seguindo a orientação de professores do curso de medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC). Estes professores treinaram quatro parteiras (Irismar, Edna, Regina e Maria) que residiam na Vila de Pescadores ou nas proximidades, ensinando-lhes noções básicas de higiene e assepsia, que contribuíram para uma diminuição no índice de mortalidade infantil e de parturientes.

O doutor Jairo disse assim: Dona Irismar, eu soube que a senhora fez uns partos por aí [...]. Só sei que depois ele fez a maternidade, ele disse “a senhora vai ficar trabalhando nessa maternidade, vai fazer uns cursos, vai pra Fortaleza [...]”. Aí veio um médico com ele, conversou comigo. Aí eu passei uns meses na maternidade escola, fiquei observando os partos, fazendo tudo que os outros faziam. [...] Depois, fui para Caucaia, aprender a parte de enfermagem, injeção, fazer curativo [...]. Fez a maternidade, no dia da inauguração era muita gente, prefeito, gente demais (Irismar, 73 anos. Entrevista em 25 ago. 2018).

A senhora Irismar relatou que fez dois partos durante a vida até o dia em que foi convidada pelo doutor Jairo para receber treinamento e, em seguida, se responsabilizar pela maternidade. A parteira Irismar relata que preparava o enxoval para os bebês por sua própria conta, ajudava no pré-natal e, inclusive, organizava o “Clube das Mães”, reunião de orientação e sociabilidade das gestantes (FIGURA 6).

Estas parteiras também eram conhecidas como “enfermeiras” (FIGURA 7) e passaram a auxiliar o médico enviado pela Prefeitura para fazer atendimento duas vezes por semana na localidade. O atendimento médico era realizado na casa que não foi ocupada, onde também ofereciam assistência

---

<sup>29</sup> O Programa Comunitário de Saúde Familiar tinha o financiamento da Fundação Kellogg e era administrado pela a Sociedade de Assistência à Maternidade Escola Assis Chateaubriand (SAMEAC). A Universidade Federal do Ceará (UFC) era a instituição intermediária que apoiava e orientava as ações (PINHO, 1981).

médico-odontológica em um consultório equipado mantido por convênio público<sup>30</sup>.

Figura 6 – Reunião do “Clube das Mães” organizado pela Sra. Irismar



Fonte: Acervo pessoal de Irismar. Fotografias datadas de agosto de 1982.

Figura 7 – Enfermeiras e rezadores reunidos na Colônia



Fonte: Acervo pessoal de Irismar. Na foto, as “enfermeiras” estão de roupas da cor rosa e os rezadores estão sentados, da esquerda para a direita, Maria do Chinó, Vicente, Júlia e Isaías, em agosto de 1982.

A construção da Vila de Pescadores foi bastante divulgada nos meios de comunicação na época como o “primeiro projeto de desfavelamento no Brasil”<sup>31</sup>, por dar direitos aos nativos de permanecerem nas áreas antes

<sup>30</sup> O convênio foi mantido pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Fundação Kellogg.

<sup>31</sup> COLÔNIA do Cumbuco é modelo para o Brasil. *O Povo*. Fortaleza, 26 mar. 1985. p.7.

ocupadas. Todavia, o fato excepcional de doação de terras e de construção da Vila para populações de pescadores estavam envolvidos por outros interesses que não são apenas destes segmentos, mas, principalmente, do capital privado do proprietário da Construtora Cumbuco.

A Construtora visava construir loteamentos para casas de veraneio e, posteriormente, investir em negócios turísticos. Desta forma, a permanência dos nativos foi uma estratégia para conseguir infraestrutura para a área dos loteamentos (PINHO, 1981) e a construção da Vila foi utilizada para reforçar a imagem de lugar bucólico, exótico, com passado idílico, objeto de interesse de brasileiros e estrangeiros em suas viagens turísticas (como mostrarei no próximo capítulo).

O jornal *O Povo*, em 1979, veiculou uma matéria sobre as praias de Caucaia, na qual a do Cumbuco é apresentada como um modelo de organização de agrupamentos humanos pobres que viviam em áreas litorâneas como “posseiros”.

[O] Cumbuco, um exemplo de como organizar uma sociedade pobre, sem criar problemas sociais, pois o homem que ali residia há anos, enfrentando todas as dificuldades, não mudou de lugar, nem de profissão, nem tampouco pagou coisa alguma para desfrutar de moradia e outros benefícios. Atualmente, as famílias desenvolvem as mais diversas atividades, atividades estas que garantem seu ganha pão, sua normal sobrevivência. (*O POVO*, 30 nov. 1979).

Os meios de comunicação reforçavam o discurso de legitimação do Governo do Estado e da Prefeitura de Caucaia como benfeitores sociais, acentuando as vantagens das transformações ocorridas e de que a parceria com a iniciativa privada produzia no Cumbuco um ambiente de perfeita harmonia. Desta forma, o favorecimento e os privilégios concedidos aos grupos imobiliários que garantiam a reprodução e acumulação do capital eram velados. Como afirmou o nativo Roberto: “o doutor Jairo se fez”, ou seja, o apoio adquirido dos governos estadual e municipal favoreceu seus interesses como empresário da construção civil.

Nesse período, o doutor Jairo também era apresentado pelos jornais como um benfeitor e ecologista. Tais adjetivos se devem a sua proposta de “reflorestamento” da mata atlântica no litoral do Cumbuco. A matéria *Ceará vai*

*ter uma floresta atlântica* (1986) mostrava sua iniciativa de plantar várias espécies de árvores como pau brasil, aroeira, angico, cedro, além de árvores frutíferas como goiabeiras, cajueiros, azeitoneiras e coqueiros em 15 quilômetros de extensão do Cumbuco.

Com relação à produção de cocos, Jairo Souza foi à África estudar técnicas de irrigação para aumentar a produtividade de três para dez cocos durante o mês para cada unidade de coqueiro. Outra matéria intitulada *Um homem cultiva as terras do mar* (1986) descreve-o como um visionário, capaz de (re)naturalizar a paisagem costeira plantando cerca de quatro mil mudas de coqueiros e fazendo o transplante de coqueiros adultos, como mostram as imagens (FIGURA 8) e a narrativa sobre a visita à África.

Figura 8 – Transplante de coqueiros adultos



Fonte: Acervo pessoal de Jairo Souza. As imagens apresentam o transporte de coqueiros adultos, o transplante com uso de lixo orgânico para adubação e uma vista geral de coqueiros transplantados.

Eu fui para Costa do Marfim [...]. Comecei a ver que aquele pessoal fazia plantio de coco, coco d'água, faziam um trabalho de transformação do coqueiro de tal maneira que o coco produzido ali era vendido aqui para o Brasil. Para cá, trouxeram carradas e carradas de coco da Costa do Marfim. Então, eu fui ver como o pessoal trabalhava naquelas fazendas de coco e como faziam para melhorá-las. Eles melhoraram com plantio de feijão, por exemplo, porque a raiz do feijão e o próprio feijoeiro, não sei se o termo é esse, o “pé de feijão” serve de adubo para o coqueiro. Aí eu pensei o seguinte, se daqui [Costa do Marfim] dá para mandar coco para o Brasil e feijão para servir de alimento aqui e de adubo, pode ser feito isso no Cumbuco. (Jairo, 71 anos. Entrevista em 31 ago. 2018).

Jairo Souza também plantava espécies ornamentais, contribuindo para a criação de uma paisagem artificializada com árvores que não são nativas do litoral cearense, como a *Casuarina Equisetifolia*, conhecida como “pinheiro da praia”. A proposta de “reflorestamento” visava à atração de visitantes que começavam a chegar à localidade.

Por outro lado, as narrativas de pescadores mostram a sua percepção sobre a modificação na natureza causada pela intervenção do doutor Jairo:

[O Cumbuco] era todo no meio do coqueiral. [Na época do doutor Jairo], eles cortaram os coqueiros do quintal tudo, esses coqueiros mais altos era tudo do meu tempo ainda, agora esses assim [menores] foram plantados depois. Cada casinha nossa tinha quintal, e o quintal era grande tinha quarenta coqueiros, trinta coqueiros. Os pés de coqueiro, ele não pagou nenhum, cortaram para fazer a Vila (Nogueira, 58 anos. Entrevista em 22 dez. 2015).

Em relação ao meio ambiente, o doutor Jairo vai ser tanto elogiado como também criticado pelos meios de comunicação. Se ora é visto como ecologista pela preocupação em preservar o meio ambiente, e ser capaz de recuperar o que o homem (ou melhor, ele mesmo) devastou, ora é criticado

pelo desmonte de dunas no processo de terraplanagem iniciado em 1977 e pelo soterramento de várias lagoas interdunares<sup>32</sup>.

Nos anos subsequentes à construção da Vila, alguns problemas começaram a surgir, como a falta de espaço para as vazantes e para a criação de animais, e os conflitos entre vizinhos pelo fato das casas serem geminadas, de forma a compartilhar o mesmo telhado e parte da estrutura. Quando ocorria alguma situação de conflito, os moradores recebiam advertências do doutor Jairo, por intermédio de seus “capatazes” (CAVALCANTE, 2012).

Em algumas narrativas de moradores, o engenheiro e a sua família apresentam-se como reguladores da vida social a partir de mecanismos de controle e de um processo civilizador, como mostra a narrativa da moradora nativa Eliane.

O doutor Jairo, antigamente, a mãe dele, a dona Helena, nós temos muito que agradecer ela. Ela ensinou a nós a conviver com esse povo. Porque nós era que nem um índio, não tinha conhecimento. Ela ensinava a falar, levava a gente pra casa dela, levava pro colégio, ela ensinava várias coisas a nós (Eliane, 38 anos. Entrevista em 02 mar. 2016).

A família do proprietário da Construtora passou a fazer parte da convivência dos moradores nativos na Vila, inclusive, instalaram sua própria casa de veraneio nas proximidades, patrocinavam comemorações para os pescadores como festas religiosas, regatas de jangadeiros e, também, organizavam feiras de artesanato com artesãos<sup>33</sup>.

Nessa época, o doutor Jairo e sua esposa estabeleceram relações de compadrio com moradores ao aceitaram o convite para se tornarem padrinhos de muitas crianças que nasciam na maternidade construída por ele. O doutor Jairo relatou que a cada nascimento de uma criança, ele e os

---

<sup>32</sup> COSTA de Caucaia devastada com aval do extinto IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. *O Povo*, Fortaleza, 6 jul.1989.

<sup>33</sup> O convite era descrito da seguinte forma: “A Praia do Cumbuco convida você e seus amigos para uma feirinha de artesanato (como a de Cascavel) no próximo dia 4, domingo, de 9 às 12 horas, na Vila de Pescadores de Cumbuco. Nós, artesãos e pescadores esperamos você. *Uma cortesia da Construtora Cumbuco Ltda*” (O POVO, 10 nov. 1984, grifo nosso).

moradores costumavam contar o número, pois lembrou que a criança 131 se tornou afilhada do comandante da Capitania dos Portos, Paulo Gustavo.

O processo de reconfiguração social em torno da construção da Vila contribuiu para o surgimento de outras formas de pertencimento das populações de pescadores artesanais do Cumbuco. A mudança das casas de madeira e palha no “Cumbuco Velho” para as residências de alvenaria na Vila de Pescadores levou esses indivíduos a saírem da condição de “posseiros” para moradores e a diminuírem a tendência de viver de forma nômade, se deslocando facilmente em busca de novas pescarias.

Assim, a Vila de Pescadores foi uma construção sociocultural realizada em certas bases materiais por meio de processos de desenraizamento e mobilidade, mas também de inserção e apropriação, os quais correspondem ao par dialético *desterritorialização* e *reterritorialização* explicado por Haesbaert (1995)<sup>34</sup>. A saída das casas de palha para a Vila envolveu movimentos marcados pelo construir, destruir e reconstruir de vínculos, sejam materiais ou simbólicos, na medida em que os indivíduos se utilizavam e apreendiam o território.

Um fator que contribuiu também para a emergência de outras formas de pertencimento das famílias de pescadores foi a organização da sua atividade produtiva e a criação de instrumentos de representação dos seus interesses, como as Colônias de Pescadores que começaram a ser criadas no Brasil no início do século XX.

### **2.3 A Colônia de Pescadores Z-7**

Quando foi entregue a Vila dos Pescadores aqui em 1978, não tinha assim uma representatividade de Colônia, uma Colônia sede, que eu

---

<sup>34</sup> O geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert tem uma compreensão de que o território é construído a partir de relações de poder, e os processos que dão sentido aos territórios como construções socioculturais em bases materiais se evidenciam no par dialético “desterritorialização” e “reterritorialização”. Estes conceitos mostram que as dinâmicas territoriais são marcadas por “um incessante de construir, destruir e reconstruir vínculos de identidades com certos espaços, vínculos estes tanto materiais quanto simbólicos” (FUINI, 2017, p.21). Em muitas análises, a desterritorialização é associada à exclusão e à desintegração dos espaços, e a reterritorialização é tida como uma forma de reapropriação política, econômica e simbólica de novos espaços.

digo. Existia Capatazia, né?! É tanto que na época aqui quem recebeu a Colônia da mão da Construtora Cumbuco foi o irmão Laurindo, que era pescador e morava na Barra do Ceará. (Ailton, 50 anos. Documentário Cumbuco: um convite à história).

Os primeiros movimentos em busca de uma representatividade dos pescadores e moradores da localidade, como afirma o Ailton, surgem com a Vila de Pescadores inaugurada em 1978. Anteriormente, o Cumbuco era apenas uma “capatazia” da Colônia de Pescadores da Barra do Ceará, isto é, um grupo de pescadores organizados na comunidade, reconhecido pela Capitania dos Portos e filiado a uma Colônia de Fortaleza.

No Brasil, as Colônias de Pescadores foram criadas a partir de 1919, pela Marinha de Guerra. Os principais fatores que contribuíram para esta ação do Estado foram: primeiro, no início do século XX, o país importava peixes apesar de possuir um vasto litoral e uma diversidade de águas interiores; segundo, após a Primeira Guerra Mundial, o Estado procurava defender a costa brasileira criando pontos de fiscalização e vigilância no litoral; e terceiro, o Estado queria garantir efetivamente a posse dos terrenos de marinha, organizando as aglomerações relativamente “isoladas” de pescadores (MORAES, 2001; ABREU, 2012).

Para tanto, entre 1919 e 1923, o governo brasileiro organizou a Missão do Cruzador José Bonifácio, com o intuito de fazer o reconhecimento do litoral. Esta missão foi coordenada pelo comandante Frederico Villar, que se tornou criador das colônias de pescadores no Brasil. Ele dividiu o litoral e os rios em “Zonas de Pesca”, por isso, as colônias são identificadas com um “Z”. (ABREU, 2012)<sup>35</sup>. Para Frederico Villar, os pescadores representavam uma “verdadeira sentinela avançada da pátria sobre o oceano”, e as colônias “um material precioso que nada nos custará na paz e nos será de grande utilidade em caso de guerra. São reservas de homens e de barcos que se articularão ao mecanismo bélico do país” (DANTAS, 2011, p.72)

Baseando-se no discurso de defesa nacional, sob o lema de influência positivista “Pátria e Dever”, as colônias foram instituídas

---

<sup>35</sup> Informações obtidas na Cartilha Colônia de Pescadores (2004).

considerando o “saber” dos pescadores sobre os “segredos” do mar. O primeiro estatuto, de 1923, definia as colônias como “agrupamentos de pescadores” ou “agregados associativos”, assim, para exercerem a profissão, os pescadores eram obrigados a se associar à colônia mais próxima de onde residiam ou trabalhavam. As colônias eram subordinadas às Federações locais e estas à Confederação dos Pescadores do Brasil, criada em 1920.

A Colônia Z-1, na capital do Ceará, foi fundada em 1922, a qual se tornou a mais importante colônia de pesca do estado, exercendo influência sobre os pescadores das redondezas. Foi em 1939, quando o jangadeiro Manuel Olímpio Meira, mais conhecido como Jacaré, assumiu a presidência dessa colônia que ocorreu um episódio com repercussão no Brasil e no mundo, sendo conhecido nos Estados Unidos como *Four Men on a Raft*<sup>36</sup> (quatro homens em uma jangada).

O pescador Jacaré tinha um sonho de viajar até ao Rio de Janeiro, capital do país na época, e falar com o presidente Getúlio Vargas em nome dos pescadores cearenses. Ao analisar as possíveis motivações deste sonho, Abreu (2012) mostra que o projeto nacionalista da ditadura do presidente Getúlio Vargas disseminava a criação de uma Escola de Pesca, na Ilha de Marambaia, Rio de Janeiro. O objetivo desta escola era a preparação técnica e moral dos pescadores a partir do ensino de técnicas de pesca e noções de moral e civismo. “O sonho de Jacaré de ir ao Rio de Janeiro foi realimentado, [...] surgindo daí a ideia de viajar em uma jangada de piúba e doá-la à primeira-dama a fim de ornamentar a fachada da Escola de Pesca Darcy Vargas” (ABREU, 2012, p.73-74).

Outra motivação era o conhecimento das leis de amparo ao trabalhador elaboradas durante o governo Vargas e a característica paternalista deste presidente, que fazia Jacaré acreditar na possibilidade de negociar diretamente com ele. O jangadeiro pretendia pedir o amparo para os

---

<sup>36</sup> “Four men on a raft” (quatro homens em uma jangada) foi o título da notícia publicada na Revista *Time*, em 1941, nos Estados Unidos, sobre a saga de quatro pescadores cearenses a bordo de uma jangada em direção ao Rio de Janeiro para reivindicar seus direitos ao presidente.

pescadores e o reconhecimento de direitos, pois apesar de pagarem mensalidades às colônias, não recebiam nada em troca (ABREU, 2012).

Em 14 de setembro de 1941, a jangada nomeada *São Pedro* partiu rumo ao Rio de Janeiro em uma viagem longa e arriscada, levando a bordo Jacaré e seus três companheiros, Jerônimo André de Souza, Raimundo Correia Lima (o Tatá) e Manuel Pereira da Silva (o Manuel Preto). Os jangadeiros viajaram durante 61 dias, um percurso de 2.381 quilômetros, sem equipamentos técnicos de localização como bússola ou carta de navegação, onde dependiam unicamente de sua destreza. Receberam apoio de várias capitanias dos portos ao longo do litoral percorrido na viagem, a pedido do comandante da Capitania dos Portos do Ceará (ABREU, 2012).

A história de jangadeiros cearenses envolvidos com movimentos reivindicatórios é recorrente. No final do século XIX, Francisco José do Nascimento, natural de Aracati, e seus companheiros, influenciados pelos movimentos abolicionistas, engajaram-se neste propósito e se recusaram a transportar para o local de desembarque dos navios negreiros os escravos vendidos para outras províncias. Ele participou da “greve dos jangadeiros” em 1881 e influenciou outros trabalhadores do mar a bloquear o porto. Esse fato contribuiu para a abolição dos escravos no Ceará em 1884, quatro anos antes da declaração da Princesa Isabel. Francisco José do Nascimento foi levado até ao Rio de Janeiro para ser homenageado, onde também recebeu o nome de “Dragão do Mar” (GIRÃO, 1988).

Com relação aos jangadeiros da *São Pedro*, estes foram recebidos por Getúlio Vargas, em 16 de novembro de 1941, com uma grande festa cívica. No palácio Guanabara, o presidente ouviu as demandas dos trabalhadores do mar, suas denúncias e reivindicações de direitos. No dia seguinte, foi decretado a associação da categoria de pescadores ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), estendendo benefícios sociais. Todavia, o decreto possuía contradições que limitavam a garantia efetiva de direitos para pescadores (ABREU, 2012).

[O]s jangadeiros cearenses que “arrancaram” das mãos do presidente a “carta de alforria” dos pescadores brasileiros, nas palavras apologéticas de um jornalista, não reuniam naquele momento

condições efetivas para serem beneficiados pela política social do governo de Getúlio Vargas. Mas a inclusão simbólica que o encontro com o presidente e o decreto sinalizavam foi suficiente para que eles não desistissem de lutar com a arma que se mostrou eficaz, ou seja, a viagem reivindicatória em jangada (ABREU, 2012, p.108).

As colônias de pescadores no Brasil já estavam subordinadas ao controle do Estado desde a sua fundação e os presidentes eram indicados por políticos municipais ou oficiais do governo federal. Os Estatutos eram aprovados por meio de decreto do Ministério da Agricultura ou Marinha, favorecendo decisões autoritárias e a distribuição desigual de concessões. Na época, quaisquer pessoas ligadas à pesca poderiam ser sócias: além dos pescadores artesanais, os patrões de pesca, donos de frigoríficos, comerciantes, dentre outros. Mas, como os interesses de cada uma destas categorias são diferentes, se apresentavam muitas vezes de forma oposta (CARTILHA COLÔNIA DE PESCADORES, 2004).

Foi somente a partir da promulgação da Constituição de 1988 que os pescadores artesanais conquistaram avanços nos seus direitos sociais e políticos, pois as colônias foram equiparadas a sindicatos de trabalhadores rurais e puderam elaborar seus próprios estatutos, adequando-os à realidade de seus municípios (DIEGUES, 1995; MORAES, 2001). Mas, o “reconhecimento como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca”, de acordo com o “princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal”, só ocorreu em 2008 (BRASIL, 2016).

A estrutura do sistema sindical dos pescadores artesanais está organizada da seguinte forma: as Capatazias/Núcleos de Base são grupos de pescadores organizados em suas comunidades ou bairros, constituem a base de formação de uma Colônia; a Colônia de Pescadores é a organização que reúne, associa pessoas físicas e representa os pescadores de sua base territorial; por conseguinte, as Federações correspondem a uma reunião de Colônias, normalmente, são de um estado, mas podem ser de uma região do estado; e as Confederações, organizações que reúnem as federações, apesar de ter um caráter nacional, podem ser regionais.

Na localidade do Cumbuco, a Colônia de Pescadores foi instituída concomitantemente à Vila e para o seu funcionamento foi construído um prédio

na área central entre as casas dos pescadores (FIGURA 9). O pescador Francisco Pereira de Barros se tornou o primeiro “capataz” da Colônia por indicação de Jairo, que mantinha proximidade com a família do pescador. Após 12 anos como presidente da Colônia, Francisco passou o cargo para o seu secretário Sansão Bispo de Moraes, que esteve à frente durante nove anos. Em seguida, Francisco voltou à presidência permanecendo seis anos, até quando a Capitania dos Portos instituiu eleições para dirigente de Colônia. De acordo com Francisco, ele perdeu por três votos para Ailton, presidente atual da Colônia por doze anos.

Figura 9 – Colônia de Pescadores do Cumbuco



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=434872&view=detalhes>. Acesso em 16 jul. 2018.

No Cumbuco, a Colônia não representava apenas o prédio ou a instituição, pois na fala de alguns nativos, nos documentos da Construtora ou em jornais locais, o termo “colônia” era utilizado para se referir também ao espaço físico e sociocultural da Vila, como ocorre no convite da festa de inauguração da localidade (FIGURA 10):

O coronel Adauto Bezerra, o Comandante Paulo Gustavo da Silva Castro Pinto, o Engenheiro Danilo Delmo Rocha de Corrêa, o Eng. Agrônomo Francisco Neves, o Sr. Francisco José Cavalcante e o Engenheiro [Jairo Souza]. Têm a honra de convidar V. Sa. e Exma.

Família para a inauguração da COLÔNIA DE PESCADORES Z-7 DE CUMBUCO, em Caucaia, Ce., que é fruto de um trabalho conjunto do Governo do Estado do Ceará, da Capitania dos Portos do Estado do Ceará, "MA-SUNAB-APD", da Prefeitura Municipal de Caucaia, da Federação dos Pescadores do Estado do Ceará e do doador de parte dos recursos e do terreno, Eng. [Jairo Souza] (CONSTRUTORA CUMBUCO LTDA, 1978 *apud* CAVALCANTE, 2012).

Figura 10 – Inauguração da Vila de Pescadores



Fonte: Mapeamento Cultural (2006).

Durante muitos anos, a Colônia de Pescadores do Cumbuco foi caracterizada por um cunho corporativo como espaço de sociabilidade e de assistência, e, ao mesmo tempo, considerada um instrumento legítimo de representação dos interesses de seus membros. Esta situação se repetia em outras comunidades de pescadores no Ceará, como a da Praia de Iracema, em Fortaleza, que assim como a do Cumbuco não considerava a Colônia apenas uma organização de caráter sindical, mas o lugar de relações socioculturais (ABREU, 2012).

A centralidade dada à Colônia no Cumbuco ocorreu porque seu prédio passou a abrigar as atividades educacionais, os serviços de atendimento à saúde, as reuniões coletivas e, até mesmo, as cerimônias religiosas. Missas e novenários eram realizados na frente do prédio da Colônia

pelo padre Vital Elias Filho, pároco da Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres, situada na sede Caucaia.

Com relação à religiosidade, os pescadores e seus familiares têm como principal característica a devoção a São Pedro, um santo católico cuja história está descrita na Bíblia. Pedro era um pescador artesanal que, após um encontro com Jesus Cristo, tornou-se um “pescador de homens”, ou seja, um influenciador religioso. Na religião católica, ele é considerado o fundador da igreja e o possuidor das chaves do céu. Para os jangadeiros, Pedro representa a proteção dos trabalhadores do mar e a garantia do bom pescado, mostrando assim que a relação dos pescadores com a natureza é perpassada pela religiosidade.

Após a fundação da Colônia, os pescadores passaram a organizar celebrações religiosas no dia 29 de junho, dia de São Pedro, com missas, novenas e quermesses para agradecer e renovar os votos com seu padroeiro. Normalmente, as celebrações envolviam toda a família e o ritual passou a ser marcado, principalmente, por procissões em terra e de jangadas no mar. Estes rituais contribuíam para fortalecer a solidariedade entre os moradores e dar início a rituais considerados, posteriormente, tradicionais.

A criação da Colônia contribuiu para a fixação da categoria dos pescadores na localidade, pois elas funcionavam como as guildas espanholas<sup>37</sup>, de forma que só os pescadores cadastrados podiam exercer a profissão. Tal fato, juntamente com a estratégia da Marinha de Guerra de que os jangadeiros defenderiam as costas brasileiras, reforçou o uso que eles já faziam do litoral (DIEGUES, 1995; DANTAS, 2011).

Desse modo, novas formas de pertencimento das populações de pescadores artesanais no Cumbuco derivaram do movimento de organização de sua atividade produtiva e dos processos de desenraizamento e fixação de moradias, efetivados com a criação da Colônia e da Vila de Pescadores. Tais processos conduzidos pela Construtora Cumbuco em parceria com os

---

<sup>37</sup> Durante a Idade Média e mesmo após, na Europa, as guildas eram associações de artesãos de um mesmo ramo, isto é, de pessoas que desenvolviam a mesma atividade profissional e, assim, procuravam garantir os interesses de sua atividade produtiva.

governos estadual e municipal geraram novas rugosidades, pois reduziu a área de moradia dos pescadores a uma pequena parcela do vasto litoral e, ao mesmo tempo, realizaram intervenções e investimentos que levaram ao aumento da circulação de pessoas não interessadas somente no produto da pesca, mas principalmente no território para torná-lo local de moradia, comércio e lazer.

Somam-se às ações da Construtora e de órgãos públicos, a visibilidade que o lugar obteve, por intermédio dos meios de comunicação, desde as discussões sobre a permanência ou retirada dos “posseiros”. A construção da Vila começou a atrair pessoas interessadas em conhecer um lugar apresentado como exótico, rústico, paradisíaco e com uma população cujo modo de vida havia passado por um processo de transformação social.

As mudanças provenientes do aumento na circulação de pessoas e, conseqüentemente, de bens, de capital e de informações reforçou uma percepção polarizada entre os moradores com relação a internos e externos, isto é, os “de dentro” e os “de fora”. Desta forma, ao saírem da condição de “posseiros” para a de moradores da Vila, as populações de pescadores alteraram suas formas de pertencimento, passando a se identificar como pessoas do lugar, “de dentro”, a se apresentarem como moradores nativos e, assim, se tornarem narradores de histórias sobre o lugar.

Com o aumento do fluxo de visitantes, as populações de pescadores passaram a se relacionar com aqueles que chegavam e a identificá-los como “de fora”. Estes eram, normalmente, classificados em:

I- visitantes em momentos de lazer: pessoas oriundas de Fortaleza que chegavam de transporte próprio para aproveitar a praia nos fins de semana;

II- excursionistas: pessoas que passaram a chegar de ônibus junto com um grupo para momentos de lazer;

III- veranistas: indivíduos oriundos de Fortaleza, proprietários das casas de veraneio construídas nos loteamentos do entorno, interessados em aproveitar a ambiente da praia próximo à Vila;

IV- comerciantes: pessoas interessadas em comprar as casas dos pescadores para construir estabelecimentos, equipamentos e criar uma ambiência para receber os fluxos de visitantes;

V- turistas: indivíduos de outro estado ou de nacionalidade diferente que chegavam à localidade com o intuito de usufruir do espaço da praia, conhecer o modo de vida da população e acampar entre as vilas de casas e coqueiros. Era, principalmente, a estes atribuída a designação de uma pessoa “de fora”.

A chegada dos “de fora” levou os moradores nativos a se apropriarem da ideia de receber visitantes na sua localidade, o que pôde ser percebido, principalmente, quando eles passaram a falar da localidade destacando atrativos naturais, a conduzir as pessoas em passeios nos campos de dunas ou em jangadas no mar, e a hospedar turistas, alugando quartos de suas próprias residências. Tal fato levou as populações de pescadores a iniciarem um processo de substituição de suas atividades tradicionais ou de combinação entre várias atividades para garantir o sustento da família.

A visibilidade adquirida pela Vila de Pescadores e pelos loteamentos do Cumbuco atraiu também indivíduos interessados em comercializar, comprar casas da Vila, abrir pontos de comércio, restaurantes, bares, pousadas e outros estabelecimentos para receber visitantes que chegavam à localidade. Assim, além do proprietário da Construtora Cumbuco, que realizou várias intervenções com o intuito de transformar a localidade em um lugar de lazer e turismo, começou a surgir um agrupamento de comerciantes com a mesma finalidade.

As relações entre os moradores e os agrupamentos “de fora” mencionados eram diversas. Com os visitantes, excursionistas, veranistas e turistas, os moradores da Vila consideravam a relação com estes, normalmente, como de “ajuda” e cooperação. Isto ocorria quando este agrupamento bebia no seu bar, se tornava freguês na sua bodega, comprava o peixe de um pescador ou se hospedava nos quartos alugados da casa de um morador nativo.

Já com os comerciantes e com aqueles que visavam promover a atividade turística, podia ser de “ajuda”, mas em sua maioria era vista como de “interesse”. Esta última situação ocorria porque alguns “comerciantes” eram especuladores imobiliários que visavam comprar a casa dos pescadores com a expectativa de que seu valor de mercado aumentasse no futuro e, assim, pudessem vender para brasileiros de outros estados ou estrangeiros. Para os moradores nativos, estes eram tidos como “interesseiros” por terem uma intenção clara de não se preocupar com a saída dos pescadores da Vila.

Enquanto isso, outros comerciantes queriam comprar a casa dos pescadores para transformar em algum estabelecimento comercial, seja restaurante, pousada etc. Aqueles comerciantes “de fora”, sejam brasileiros ou estrangeiros, que conseguiam abrir alguma forma de negócio também eram vistos como “interesseiros” quando não contratavam alguém da Vila para trabalhar, isto é, não permitiam que os moradores participassem da circulação de dinheiro na localidade. Se, por outro lado, o comerciante contratasse pessoas do lugar para trabalhar, a relação dele com os pescadores era caracterizada como “ajuda” e cooperação.

Assim, os intercâmbios entre as populações de pescadores e os indivíduos tidos como “de fora” são marcados por momentos de apropriação e incorporação, mas também de tensão e conflito. Ao mesmo tempo, as ações da Construtora e dos órgãos públicos que continuaram intervindo para promover a atividade turística na localidade levaram a mudanças na vida dos moradores do Cumbuco percebidas, principalmente, nas suas narrativas sobre o território, as atividades produtivas e a rede de relações.

Tais mudanças possibilitaram que o Cumbuco se tornasse um lugar turístico, que, na perspectiva das populações de pescadores, corresponde a um lugar de intensa circulação de visitantes, seja de outros estados do Brasil ou países, interessados em usufruir do espaço da praia e que, conseqüentemente, impulsionam a construção de estabelecimentos comerciais e equipamentos voltados para as práticas decorrentes de seus momentos de lazer e de viagem.

À vista disso, os próximos capítulos mostram as intervenções e os investimentos da Construtora e de órgãos públicos que levaram o Cumbuco a se transformar em um lugar turístico, bem como as apropriações, incorporações e tensões das populações de pescadores em sua relação com o que designam como turismo.

### 3 DA “INVENÇÃO DA PRAIA” À CONSTRUÇÃO DE “DESTINOS TURÍSTICOS”

Nas investigações sobre a relação do homem com o oceano, Corbin (1989) identificou, em quatro anos de pesquisa nos arquivos da Biblioteca Nacional de Paris, que no período de 1750 a 1840 os europeus descobriram o mar como um lugar propício a banhos, tratamentos medicinais e viagens de lazer. Para ele, a repulsa pelo mar como forma de representação social, antes da emergência de um novo olhar sobre o oceano e o litoral, começou a ser desconstruída um século antes.

No século XVII, os mistérios do oceano começaram a ser dissipados pelos conhecimentos oriundos da oceanografia na Inglaterra, e por grupos de poetas franceses que já escreviam sobre formas de se desfrutar a paisagem do litoral: sentindo o prazer de se colocar sobre as falésias, passear pelas praias e contemplar a variação do mar.

Nenhum prazer me pode tocar  
Exceto o de me deitar  
Sobre a relva de uma falésia,  
E abandonando ali meu pesar  
Deixar-me sonhar à vontade  
Sobre a majestade do mar

*Texto do poeta barroco francês Tristan (CORBIN, 1989, p.30-31)*

Além dos poetas franceses, os estudiosos ligados à teologia natural exaltavam a contemplação da natureza por expressar o poder e a bondade de Deus, fazendo emergir formas de desfrutar o espaço litorâneo como a meditação e a contemplação. “A teologia natural opera com sucesso a dissolução das imagens repulsivas inicialmente evocadas” (CORBIN, 1989, p.37). Essa construção de um novo olhar sobre o litoral iniciada a partir do século XVII culminou no que Corbin (1989) designou como a “invenção da praia”.

No século XVIII, novos costumes foram disseminados pelos médicos a partir da apuração de que banhos em água salgada geravam benefícios à saúde. Tal constatação levou ao surgimento de várias estações balneárias para

facilitar o banho terapêutico, destinado a curar doenças pulmonares e a melancolia, pois a água fria ativava a circulação e amenizava a ansiedade.

Na Europa, os banhos terapêuticos com o intuito de medicalização eram praticados pelas classes dominantes, de modo segregado com distinção de classe social e de gênero. Outras formas de banho eram os populares, normalmente, realizados de forma lúdica a partir do desejo de desfrutar da beira-mar.

Com o passar dos anos foi construída o que Corbin (1989) chamou de “arquitetura para o mar”, como os “quebra-mares” portuários que se tornavam um convite para prolongar o passeio pela praia. Além disso, as áreas litorâneas foram racionalmente ocupadas para receber classes mais abastadas, surgindo uma infraestrutura com serviços oferecidos para atender a prática do banho terapêutico, como os camarotes de banho privados, que consistiam em cabines com rodas para conduzir os banhistas para dentro da água, onde trocavam de roupas, e usufruíam do banho de mar.

A partir destas novas práticas coletivas, o espaço do litoral foi associado à ideia de bem-estar e ao aumento da longevidade da população, atraindo pessoas para a beira-mar. Os médicos não só explicavam os benefícios do banho terapêutico, como também afirmavam a importância da vilegiatura marítima.

A vilegiatura é um termo derivado de *villa*, a casa de campo italiana ou sinônimo de povoação, e consistia, no passado, em uma prática de lazer e descanso da aristocracia. Inicialmente, ela se desenvolvia em locais montanhosos e lagunares, e somente com a disseminação da prática de banhos terapêuticos no mar é que passou a ser realizada no litoral (ARAÚJO, 2011).

No caso da vilegiatura marítima, trata-se de uma prática equivalente ao veraneio marítimo, que se traduz na construção de uma moradia ocasional próximo à zona costeira. Para alguns estudiosos (PEREIRA, 2012; ARAÚJO, 2011; PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016) o veraneio não é um termo muito

empregado por derivar da estação climática designada como verão, e, por isso, ser um fenômeno com a necessidade de uma relativização espaço-temporal<sup>38</sup>.

A prática do veraneio marítimo se tornou comum entre os aristocratas e gerou um “efeito da moda”, pois tais famílias desfrutavam de temporadas nas estações balneárias não somente para fins terapêuticos, mas também para o lazer. A visita destas famílias se tornou uma forma de difusão e promoção dos balneários (URRY, 2001; DANTAS, 2010). “A aristocracia encontrou um novo local de desfile; o teatro social [...] descobre o desejo de ver, sentir e experimentar o mar” (CORBIN, 1989, p.282).

A atração de pessoas para desfrutar dos espaços costeiros faz surgir, no final do século XVIII, as primeiras viagens em busca de novos lugares litorâneos, com o intuito de apreciar suas particularidades, principalmente, outros balneários e localidades portuárias. Nesta época, o litoral é visto como o lugar de pescadores e o seu modo rústico de viver se torna um atrativo para muitos visitantes. Esses visitantes, predominantemente de classes abastadas, buscam “descobrir a alegria de viver de um povo até bem pouco tempo considerado bruto” (CORBIN, 1989, p.246).

Ademais, ao longo do século XIX, a emergência do modelo produtivo industrial transformou as concepções sobre o tempo. No período hegemônico do capitalismo industrial, o tempo livre era vinculado ao trabalho, à geração de riqueza e produtividade, mas, com a exacerbação do trabalho, a sociedade moderna separa o tempo do trabalho do tempo livre de trabalho. Emerge a concepção de que o homem possui a necessidade de momentos de lazer, associando seu tempo livre ao descanso, a atividades recreativas e educativas (CORIOLANO, 2006). Assim, o lazer não é considerado ociosidade, nem suprime o trabalho, mas o pressupõe, “[c]orresponde a uma liberação periódica do trabalho no fim do dia, da semana, do ano ou da vida de trabalho” (DUMAZEDIER, 2008, p.28)

---

<sup>38</sup> O *locus* empírico desta pesquisa trata-se de uma área do litoral do Nordeste brasileiro na qual o veraneio é praticado durante todas as estações climáticas devido às altas temperaturas e a insolação em quase todo o ano. Portanto, o termo empregado neste estudo para se referir à prática de passar períodos de férias ou de folga em uma segunda residência é veraneio, até mesmo por ser a expressão mais conhecida entre os interlocutores.

Nesse contexto, a nova concepção sobre o tempo associada à disseminação do novo olhar sobre o litoral estende-se para outros continentes e influencia a concepção sobre os espaços costeiros. A praia passa por um processo de valorização e se torna um espaço inserido em momentos de lazer e de viagens turísticas.

Nas localidades litorâneas de Caucaia, onde a Praia do Cumbuco está situada, a crescente admiração pelo mar e uma nova concepção sobre o tempo desdobram-se no processo de valorização do litoral, ocorrido a partir de alguns fatores: da proliferação de casas de veraneio adquiridas por segmentos da elite local; da criação de uma infraestrutura para o turismo nacional e internacional; da promoção das práticas de esportes náuticos; da criação de uma nova imagem para o Ceará; e de programas e políticas públicas de desenvolvimento.

Assim, é possível notar que os lugares não são “naturalmente” turísticos, mas envolvem a criação de um sistema integrado de significados, de narrativas e seleção de elementos que serão “iluminados”, enquanto outros permanecerão “na sombra” (CASTRO, 2006). O processo de configuração socio-histórica do Cumbuco como “destino turístico”, categoria utilizada para caracterizar os espaços de atração turística, é apresentado a seguir a partir dos fatores que contribuíram para transformar a localidade de pescadores da Praia do Cumbuco em um lugar de visitação internacional.

### **3.1 O veraneio marítimo e a valoriza o de áreas litorâneas no Ceará**

O litoral do Ceará e de outras cidades do Nordeste brasileiro eram tidos como espaços impróprios para habita o por segmentos sociais mais abastados, haja vista a predominância de representa es repulsivas sobre o mar e, no caso do Ceará, o imaginário social sobre o semiárido associado a imagens negativas como a fome, seca, miséria e emigra o (DANTAS, 2015). Em vista disso, muitas cidades foram construídas de forma a “dar as costas ao mar”, apesar de atividades portuárias e de pesca dinamizarem o litoral, que já era ocupado, principalmente, por comunidades de pescadores artesanais (SILVA, 2005).

No Ceará, um dos fatores de a cidade Fortaleza “dar as costas ao mar” era os investimentos da elite regional concentrados na indústria e em atividades que reforçavam a estrutura produtiva do sertão. A capital era atraída pelo seu interior, de forma que Dantas (2015) a designa como cidade “litorânea-interiorana” ou “cidade litorânea com alma de sertão”.

Mas, com a modificação da percepção do homem sobre o mar e a dissociação de que a situação de miséria do Nordeste era por causa da semiaridez, foi realizada outra leitura do litoral relacionada à modernização, possibilitando a construção de uma cidade “litorânea-marítima”. Assim, a capital Fortaleza inicia seu processo de “maritimidade”, entendido como o tipo específico de relação da sociedade local com o mar (DANTAS, 2011, 2015).

Os “primeiros passos” da capital em direção ao mar ocorreram devido ao contato da elite local, após a abertura dos portos, com os hábitos, valores e costumes da Europa. No Brasil, no final do século XIX e início do século XX, a elite local começou a se apropriar do espaço da praia para os banhos de mar terapêuticos e, posteriormente, recreativos, bem como se iniciou um processo de veraneio marítimo (DANTAS, 2015).

A valorização de áreas litorâneas no Ceará está ligada diretamente às práticas de veraneio marítimo, que ocorreram seguindo duas tendências: primeiro, na década de 1930, nos limites da própria capital com a incorporação da Praia de Iracema, tanto para o tratamento da tuberculose, como para práticas de lazer dos usuários dos bondes, que ligavam aquele bairro ao Centro (PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016).

Em Fortaleza, por volta de 1920, várias famílias ricas começaram adquirir propriedades na Praia de Iracema, quando ainda era conhecida como Praia do Peixe ou Porto das Jangadas. Construía bangalôs alpendrados, próximos ao mar, para veraneiar e visitar clubes elegantes, como o Ideal, o Jangada e o Praia (ABREU, 2012; PONTES, 2005).

A segunda tendência ocorre a partir dos anos 1950 e extrapola os limites da cidade (capital). Foram os indivíduos da elite, oriundos dos grandes aglomerados urbanos que se tornaram os proprietários de segundas

residências no litoral dos municípios vizinhos (PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016). Este fenômeno ocorreu no contexto da expansão das fronteiras das capitais e do início de um processo de metropolização que instituiu as regiões metropolitanas a partir da década de 1970 (PEREIRA, 2012).

A partir da relação da elite cidadina com o mar, ocorre uma urbanização gradativa das zonas costeiras e a valorização do mercado de terras em praias, pois os veranistas não mais satisfeitos com o uso ocasional buscam morar permanentemente no litoral. As elites cearenses seguem a tendência das elites europeias (e, posteriormente, norte-americanas) pelos espaços “vazios” das praias. Nos anos pós-guerra, a visita frequente a praias no Brasil, como Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Natal ou Fortaleza, torna-se um fenômeno de massa (PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016).

### **3.1.1 As localidades litorâneas de Caucaia**

O processo de valorização do litoral Oeste do Ceará e, em particular, do município de Caucaia, está associado à capital Fortaleza e às práticas de veraneio marítimo de seus habitantes a partir da segunda metade do século XX. Em tempo anterior, seu litoral era ocupado por comunidades de pescadores remanescentes das sociedades indígenas.

O surgimento de Caucaia ocorreu a partir da configuração de aldeamentos indígenas implementados pela Coroa Portuguesa interessada em colonizar novos territórios. Os aldeamentos tiveram início no século XVII com a chegada dos padres jesuítas da Companhia de Jesus, Luís Filgueiras e Francisco Pinto, encarregados pela empresa colonial portuguesa de aldear os povos nativos por meio da catequese (LEAL, 1991; SILVA, 2003).

Nesta época, o território era habitado pelos índios Potiguares, Tremembés, Cariris e Anacés. Enquanto os índios potiguares habitavam o centro da Aldeia, onde hoje está situado o bairro Centro de Caucaia, os Tremembés ficavam mais nas cercanias, os Cariris próximos ao litoral e os Anacés na zona litorânea, onde se encontram hoje distritos como Japuaara, Camará e Mangabeira (FREITAS, 2015, 2016; IFCE, 2016).

As missões jesuíticas em Caucaia eram esporádicas, tornando o aldeamento dependente da Vila de Fortaleza. Apesar disso, os padres jesuítas conseguiram aldear os índios “caucaias”, executando a proposta de dominação portuguesa. Porém, uma intriga do diplomata e estadista português conhecido como Marquês de Pombal com os jesuítas levou, pelo decreto de 14 de setembro de 1758, à expulsão dos padres das colônias portuguesas e à elevação dos aldeamentos à condição de Vila. Desta forma, o aldeamento foi desmembrado em 1759 de Fortaleza e elevado à condição de Vila Nova de Soure, fazendo referência a uma antiga freguesia do Bispado de Coimbra, em Portugal.

A Vila Nova de Soure ou, após a Independência do Brasil, apenas Soure foi algumas vezes extinta e restaurada até chegar à condição atual de município. Em 1833, por exemplo, a extinção ocorreu por meio da resolução do Conselho do Governo ao alegar que Soure e, também, outras vilas como Arronches e Messejana, estavam “encravadas no território do termo e da freguesia da cidade de Fortaleza, [...] visto não terem, além disso, território e habitantes suficientes para sua administração”<sup>39</sup>.

Em meio a estes processos de restauração e extinção, inicia-se a formação territorial com desmembramento e anexação de distritos, bem como a elevação à condição de município que, em 1943, passa a ser denominado como Caucaia, uma expressão de origem indígena que na língua tupi significa “mato queimado” (caa - mato e caya – queimado) (FREITAS, 2015, 2016).

No Ensaio Estatístico da Província do Ceará, de 1864, o litoral de Caucaia é descrito por Sousa Brasil: “O terreno é em parte coberto de carnaúbas nas várzeas [...]. É próprio para diversas culturas e criação de gados. Seus habitantes vivem de plantar e criar, e os da praia da pesca. O clima passa por muito saudável” (SOUSA BRASIL, 1997, p.24). Outra publicação sobre o Nordeste colonial apresenta o litoral como uma zona de pescadores, rodeada de dunas e falésias, onde as comunidades de pescadores remanescentes de indígenas são os maiores grupos (POMPEU SOBRINO, 1937).

---

<sup>39</sup> Dados obtidos em documentos da Biblioteca Pública Municipal de Caucaia.

A partir da década de 1960, o município de Caucaia passa a ser visto como uma área propícia à visitação e ao lazer. No livro *Ceará*, de 1966, Caucaia apresenta-se marcada pela abundância de peixes e mariscos, pelo lazer aos domingos e o veraneio marítimo:

Não só pela natureza do seu clima muito ameno, como pela excelência da carne e abundância de frutas, peixes e mariscos, é muito procurada pela população de Fortaleza como lugar de vilegiatura e de passeios domingueiros (MARTINS FILHO; GIRÃO, 1966, p.140).

As manchetes do jornal *O Povo*, no final da década de 1970, associam os espaços da praia no município de Caucaia (FIGURA 11) ao desfrutar de belas paisagens, a novas formas de sociabilidade e ao renovar-se por meio do descanso. As notícias deste veículo de comunicação apresentam as zonas costeiras como lugares de convívio social e de construção de segundas residências para fins de semana e férias.

*As maravilhosas praias de Caucaia (24 mar. 1979)*

*Caucaia tem as mais belas praias do Ceará (24 mar. 1979)*

*Praias e lagoas de Caucaia atraem famílias e turistas (26 ago. 1979)*

*O renascer das alegrias e de todas as belezas (30 nov. 1979)*

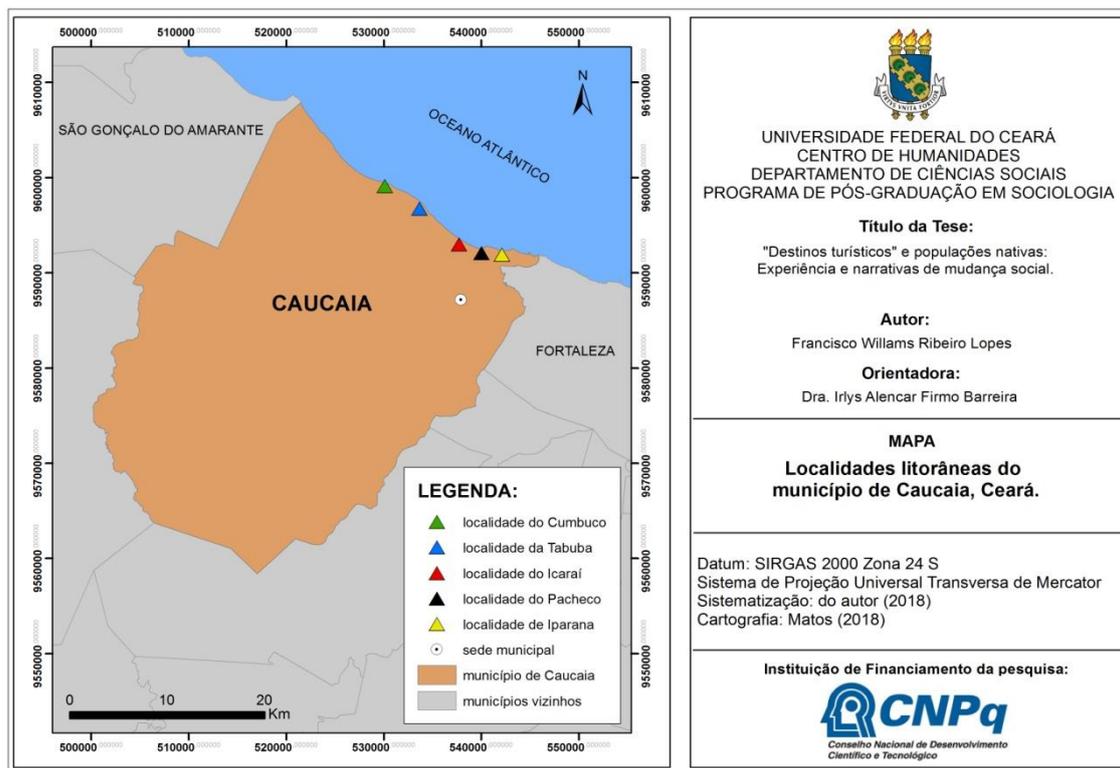
Figura 11 – Praias de Caucaia na década de 1970



Fonte: O POVO, 24 mar. 1979.

A partir das notícias das manchetes supracitadas, é possível perceber a configuração social, no final dos anos 1970, das cinco localidades litorâneas do município de Caucaia, a saber, Iparana, Pacheco, Icaraí, Tabuba e Cumbuco (MAPA 2).

Mapa 2 – Localidades litorâneas do município de Caucaia, Ceará



Fonte: elaborado pelo autor.

Iparana é a localidade mais próxima à capital Fortaleza, separadas pela foz do Rio Ceará. Foi o primeiro espaço do município a ser ocupado, sendo considerada a praia mais conhecida pelos moradores da capital, principalmente entre os anos 1950 e 1960, haja vista a construção da Colônia de Férias do Serviço Social do Comércio (SESC), um equipamento destinado ao lazer inaugurado em 1954 (FIGURA 12). Nesta época, possuía muitas residências destinadas ao veraneio e na sua faixa de praia, de cerca de 5 km, era comum a prática de esportes e ginástica pelos banhistas.

A Praia do Pacheco é descrita como uma das áreas costeiras considerada mais bonitas, com grandes casas destinadas a fins de semana e férias. Já possuía infraestrutura para receber visitantes, como estrada asfaltada, energia elétrica, oferta de água, meios de hospedagem e restaurantes rústicos à beira-mar. Sua faixa de praia também é caracterizada pela prática de esportes, passeios de *buggy* e ginástica pelos banhistas.

Figura 12 – Vista aérea da Colônia de Férias do SESC, Caucaia



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo>. Acesso em 10 set. 2018.

Por sua vez, a Praia do Icaraí (FIGURA 13), dentre as cinco áreas litorâneas mencionadas, foi a primeira a ser considerada o ponto mais conhecido por visitantes de outros estados do Brasil, com vários equipamentos de lazer e centenas de casas de veraneio, inclusive, a segunda residência do governador do estado. A praia era apresentada como “uma grande vila de veraneio” que, ao longo dos anos 1970, recebia “os visitantes para que fiquem próximos às belezas naturais da área: banho de mar, o balanço em redes de corda, as tacadinhas no ‘frescobol’ ou outro esporte preferido”<sup>40</sup>.

Figura 13 – Orla da praia do Icaraí



Fonte: O POVO, 16 jul. 1983.

<sup>40</sup> AS MARAVILHOSAS praias de Caucaia. *O Povo*. Fortaleza, 24 mar. 1979.

Até a década de 1960, a localidade litorânea do Icaraí chamava-se Caraçuí, termo de origem indígena que significa “águas bentas ou sagradas”, e era ocupada por comunidades de pescadores. Em 1962, o empresário Francisco Martins de Moraes, oriundo da cidade do Rio de Janeiro, chega à localidade e realiza investimentos imobiliários com o objetivo de transformá-la em uma área de lazer e veraneio. Dois anos depois, ele denomina a localidade de Icaraí, termo de origem indígena que designava uma praia de classe média alta situada em Niterói, no Rio de Janeiro.

Francisco de Moraes atraiu investidores privados para a construção de casas de veraneio e clubes de lazer, bem como contou com o apoio governamental na construção e asfaltamento de vias de acesso entre a sede de Caucaia e a praia do Icaraí. O senhor Francisco de Moraes ficou conhecido como o construtor do Icaraí e teve o apoio do engenheiro Jairo Souza, futuro proprietário da Construtora Cumbuco.

O primeiro conjunto de casas para veraneio, construído entre 1962 e 1972, ficou conhecido como “Centro de Veraneio Icaraí”, composto por 195 unidades habitacionais, com garagem, churrasqueira de tijolos, dois quartos, entre outros cômodos. As casas deste conjunto funcionavam como segundas residências e grande parte dos proprietários eram moradores da capital Fortaleza (SILVEIRA, 2011).

Na década de 1980 foi construído o “Icaraí Clube de Veraneio” (FIGURA 14) que após a sua instalação atraiu outros investidores do setor privado. O governo estadual, na época, providenciou infraestrutura como energia elétrica, telefonia e água potável, que contribuiu para a valorização das terras em faixas de praia, atraindo novas residências.

Empresários do setor imobiliário comercializavam terrenos nas proximidades da faixa de praia, construíam condomínios de até três andares para atender a demanda da classe abastada de Fortaleza. Além disso, a praia do Icaraí foi o local onde se instalaram o Clube dos Correios e o Clube dos Jornalistas, empreendimentos que contribuíram para reforçar a imagem da localidade como centro de veraneio do município (SILVEIRA, 2011).

Figura 14 – Icaraí Clube de Veraneio



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo>. Acesso em 10 set. 2018.

Assim, devido à classe média alta residente em Fortaleza, que procurava uma praia para lazer e veraneio, às ações do poder público de infraestrutura, que tinha o intuito de facilitar o fluxo de pessoas, e aos investimentos privados em equipamentos para atender essa população, a praia do Icaraí se torna a localidade mais valorizada do litoral oeste do Ceará no final da década de 1970.

Certamente o progresso alcançado pelas praias do Icaraí, e agora o desenvolvimento que passa à praia do Cumbuco poderão transformar o município de Caucaia no maior pólo turístico do Estado, com a vantagem de ser vizinho à capital, o que facilita o acesso dos turistas que anualmente visitam a terra do sol. (O POVO, 16 jul. 1983).

O “progresso” da Praia do Icaraí e as transformações ocorridas no Cumbuco mencionados na reportagem levavam os governantes estaduais a projetarem a cidade de Caucaia como maior polo turístico do Ceará.

Contudo, poucos anos depois, outras notícias mostravam a Praia do Icaraí como um ambiente esquecido, que não despertava mais o interesse da população quando comparada à Praia do Cumbuco. Os proprietários de estabelecimentos e comerciantes do Icaraí se apresentavam insatisfeitos com os prejuízos devido à diminuição de demandas e à sensação de insegurança por causa do aumento de assaltos, que provocava, conseqüentemente, o receio de alugar casas de veraneio. Ademais, mostravam-se descontentes com

a presença de motoristas embriagados em *buggies* malgovernados na faixa de praia que afastavam frequentadores.

Aquela área [Praia do Icaraí] não mais desperta o interesse de até bem pouco tempo, quando a Praia do Cumbuco, um pouco adiante, não passava de um local abandonado, longe dos olhos da especulação imobiliária (O POVO, 03 jun. 1983).

Enquanto isso, a Praia do Cumbuco é apresentada como recém-descoberta e explorada, com coqueiros que produzem a sensação de bem-estar (FIGURA 15) e que atraiu “boa parte da freguesia do Icaraí”.

Figura 15 – Coqueiros na Praia do Cumbuco



Fonte: O POVO, 24 mar. 1979.

As reportagens do jornal O Povo sobre as praias de Caucaia, durante a década de 1970, apresentavam a Praia do Cumbuco com um relativo isolamento. De acordo com o proprietário da Construtora Cumbuco, as dificuldades de acesso à Tabuba e ao Cumbuco ocorriam devido à foz do rio Barra Nova, entre Icaraí e Tabuba. Para resolver esta situação, Francisco de Moraes e Jairo Souza investiram na construção de uma ponte sobre o rio Barra Nova, possibilitando o acesso às duas localidades.

O senhor Moraes, determinado dia, ele perguntou: “você não quer ser meu sócio?” Eu disse que o único meio que eu tinha era raciocinar. Aí ficamos sócios, nós compramos a Tabuba, mas para chegar na Tabuba tinha um problema, não tinha acesso, aí

começamos a pensar em fazer uma ponte, [assim] tinha condições de chegar [também] no Cumbuco (Jairo, 71 anos. Entrevista em 31 ago. 2018).

Os dois empreendedores construíram a ponte (FIGURA 16) com o intuito de resolver os problemas de acessibilidade a um lançamento imobiliário em 1974 na Praia da Tabuba. Nos anos seguintes, o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) concluiu uma via com pavimentação asfáltica, ligando Icaraí ao Cumbuco. Na reportagem, “a construção da estrada ligando Icaraí ao Cumbuco e com a ponte que tem 52m de vão, [o] Cumbuco foi descoberto para o progresso e para o desenvolvimento”<sup>41</sup>.

Figura 16 – Ponte sobre o Rio Barra Nova, entre Icaraí e Tabuba



Fonte: O POVO, 10 mar. 1984.

Desta forma, durante os anos 1970, a localidade litorânea da Tabuba se configura como uma estação de veraneio, com um número elevado de casas de moradia ocasional, além de oferecer serviços de restaurante, bar e pescarias. Assim como o Icaraí, a Praia da Tabuba também foi fruto de investimentos imobiliários que dotaram o local com vias de acesso, energia elétrica e outros serviços.

No final dos anos 1970, as notícias do jornal O Povo apresentam a Praia do Cumbuco como um lugar cativante pelas belezas naturais dos campos de dunas, dos pontos altos para se mirar outros lugares, dos inúmeros

---

<sup>41</sup> O PASSADO e o presente da linda praia do Cumbuco. *O Povo*. Fortaleza, 07 mar. 1982. p.8.

coqueiros e de área propícia para acampamento individual ou em grupo. As notícias destacam a Colônia de Pescadores, as mudanças ocorridas com a construção da Vila, a receptividade de seus moradores donos de bar e vendedores de comidas típicas, bem como a prática de deitar na rede e comer peixe e camarão debaixo dos coqueiros.

Nesta época, já se destacava a chegada de visitantes de carro ou em ônibus de excursão. O jornal *O Povo* enfatiza que, tanto fortalezenses como moradores de outros estados, “após conhecerem o grande lançamento imobiliário criado para lá, logo, logo, resolveram aderir”<sup>42</sup>. Tal “lançamento imobiliário” tratava-se dos loteamentos de terra vendidos pela Construtora Cumbuco.

Em resumo, o processo de ocupação do litoral de Caucaia teve três etapas predominantes: 1) ocupação de comunidades de pescadores vivendo como “posseiros” no Icaraí até aos anos de 1950, e na Tabuba e no Cumbuco até 1970; 2) ocupação veranista oriunda de Fortaleza em todo o litoral, mas, principalmente, em Iparana, Icaraí e Cumbuco entre 1950 e 1980; 3) ocupação turística desde os anos 1980 até os dias atuais, principalmente no Cumbuco e, em menor escala, nas demais localidades (ARAÚJO; PEREIRA; PAULA, 2010).

### **3.1.2 O veraneio marítimo no Cumbuco**

O primeiro loteamento no Cumbuco destinado à construção de casas para veraneio surgiu oito meses após a inauguração da Vila de Pescadores. O proprietário da empresa Construtora Cumbuco estava envolvido pela ideia de que a construção das residências para os pescadores tinha sido a resolução dos problemas sociais, por essa razão, se orgulhava de somente meses depois ter iniciado a venda dos lotes de terra<sup>43</sup>. A ação da Construtora se intensificou nos anos seguintes, passando a construir outros loteamentos.

Foram construídos quatro grandes loteamentos: um na área conhecida como Parnamirim, com 53,41 ha; outro nas terras conhecidas como

---

<sup>42</sup> O RENASCER das alegrias e de todas as belezas. *O Povo*. Fortaleza, 30 nov. 1979.

<sup>43</sup> Documento História resumida do Cumbuco (CONSTRUTORA CUMBUCO, 1997).

Jabaquara, com 58,55 ha; e outros dois na Praia do Cumbuco, próximos à Vila dos Pescadores, com 29,77 ha e 58,79 ha, respectivamente (PINHO, 1981). Nesta época, o setor da construção civil e o mercado imobiliário tiveram uma elevada taxa de crescimento, haja vista o noticiário destacar a “larga procura que os investidores realizam em busca de loteamentos e construção de apartamentos nas proximidades das lindas praias do município”<sup>44</sup>.

Em sua maioria, os loteamentos eram adquiridos por famílias de elevados níveis de renda, oriundas da capital cearense, que, devido ao crescimento urbano da cidade, passaram a procurar formas de lazer fora do lugar habitual de residência, e influenciados pelos ideais da elite europeia, para quem o veraneio era uma prática comum, os segmentos abastados associaram o residir ocasionalmente próximo ao mar ao símbolo de status social.

O colunista do jornal O Povo, Lúcio Brasileiro, foi responsável por dar visibilidade à Praia do Cumbuco na época. Ele instalou residência e construiu o restaurante *Ugarte*, inspirado no filme Casablanca, na Praia do Cumbuco. Lúcio mesmo afirmava que na sua Coluna fazia observações sobre o mundo e, também, sobre os frequentadores do seu restaurante.

Ele registrava a presença de políticos, famosos e de indivíduos oriundos da elite da capital, bem como divulgava eventos e outros acontecimentos do Cumbuco. As constantes referências à praia na sua coluna social contribuíram para a valorização da localidade e atraíram a presença de mais visitantes, cuja ida ao seu restaurante era destacada como símbolo de status, prestígio e diferenciação social.

Lúcio Brasileiro se relacionava com os moradores da Vila, participava de eventos locais e, em datas comemorativas, costumava doar presentes, tornando-se para alguns moradores nativos o “Tio Lúcio”. Por outro lado, enquanto ele era considerado “tio”, Lúcio inúmeras vezes se referia ao doutor Jairo como o “pai da praia”. Um exemplo foi quando, sob o título

---

<sup>44</sup> CAUCAIA ontem e hoje. O Povo. Fortaleza, 24 mar. 1979. p.2.

“Traição”<sup>45</sup>, ele afirma em sua coluna social: “Não será no Cumbuco o casamento da filha do [Jairo Souza], o pai da praia”.

Com relação aos loteamentos, a Construtora Cumbuco definiu, na época, que apenas 25% de um lote adquirido poderia ser utilizado para construir, e os outros 75% deveriam ser destinados a áreas verdes, campos de esportes ou piscinas, com o objetivo de a área parecer um grande bosque<sup>46</sup>. As áreas próximas a Vila, antes constituídas de dunas e coqueiros, tiveram sua paisagem alterada pelo processo de terraplanagem para serem ocupadas por quarteirões de casas de veraneio. Toda a área loteada foi beneficiada com via de acesso asfaltada, energia elétrica e linha de ônibus que fazia o percurso até a sede de Caucaia, cinco vezes ao dia (PINHO, 1981; CAVALCANTE, 2012).

A Construtora Cumbuco não só teve seus loteamentos beneficiados pelas concessões cedidas pelo governo estadual e prefeitura municipal, como também, em parceria com os jornais locais, se utilizou da configuração social construída pelos pescadores que residiam na Vila com um modo de vida peculiar para atrair novos veranistas, como mostra o noticiário da época.

Abrigando hoje cerca de 800 pessoas, a maioria tendo a pesca artesanal como principal atividade econômica e entre as quais reina a mais completa harmonia, a Praia do Cumbuco, fruto de paradisíaco conjunto de belezas naturais, beneficiado com a elaboração de um projeto bem feito, e melhor executado ainda, é hoje a localidade mais procurada por quantos almejam uma residência tranquila na faixa litorânea de nossa área metropolitana (O POVO, 24 mar. 1979).

O projeto da Construtora que resultou na construção da Vila de Pescadores, reforçado pelas representações elaboradas de “lugar paradisíaco”, “tranquilo” e de “perfeita harmonia”, contribuiu para uma intensa circulação de pessoas de Fortaleza, de outros estados e, até mesmo, estrangeiros que chegavam à localidade envolvidos pelo desejo de experimentar o novo e evitar o ordinário. Para estes indivíduos, o encontro com os moradores da Vila se tornou uma comunicação transversal com o heterogêneo, que produz a dispersão de recorrências familiares e a introdução do inesperado em suas visitas a localidades desconhecidas (CAIAFA, 2007).

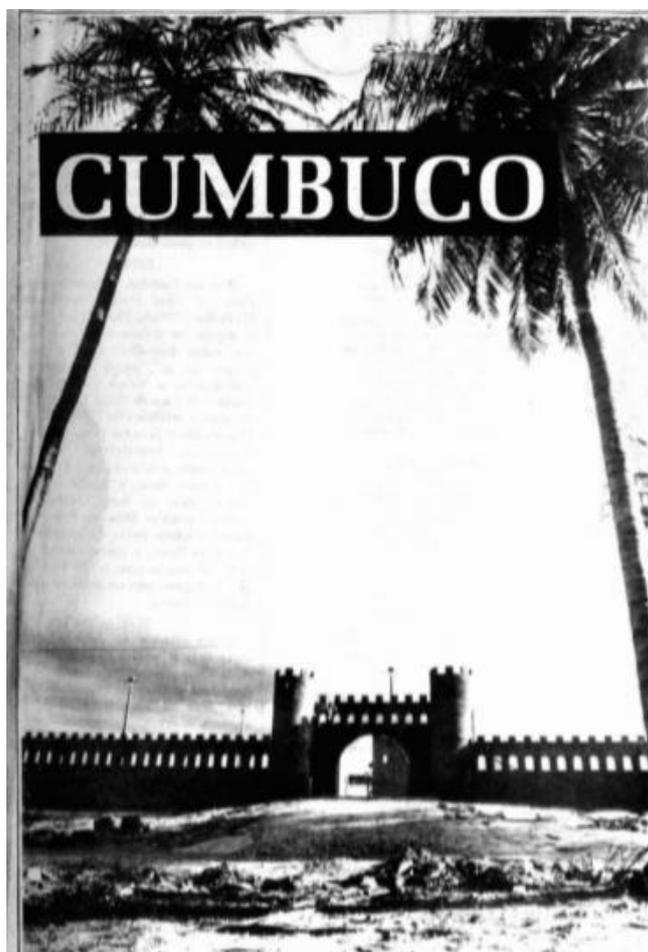
---

<sup>45</sup> TRAIÇÃO. Coluna social Lúcio Brasileiro. *O Povo*. Fortaleza, 04 abr. 1988. Cidade, p.8.

<sup>46</sup> Na época, a legislação urbana permitia apenas construções de dois pavimentos. Contudo, a partir de 2001, o Plano Diretor permitiu construções de até quatro pavimentos.

Os discursos produzidos sobre a relação entre veranistas e moradores nativos, principalmente, pelos meios de comunicação na época, apresentam o intuito de atrair mais visitantes à localidade. Para tanto, enfatizam a harmonia e negam a divergência de interesses: “bem pertinho, as pequenas cidades litorâneas encantam visitantes exigentes pelo esplendor da beleza natural e dos contrastes que a invasão pacífica dos veranistas trouxe”<sup>47</sup>. Muitos visitantes eram atraídos pelo contraste entre a dinâmica da Vila de Pescadores e das grandes mansões de veraneio (FIGURA 17).

Figura 17 – Construções suntuosas nos loteamentos do Cumbuco



Fonte: O POVO, 24 mar. 1985.

Desta forma, os loteamentos construídos pela Construtora Cumbuco se tornaram a expressão da valorização das áreas litorâneas e a base para práticas de lazer modernas, como o veraneio marítimo. Ao mesmo tempo, os

---

<sup>47</sup> UMA ATRAÇÃO à parte no roteiro do Ceará. *O Povo*. Fortaleza, 09 jun. 1984. p.8.

empreendimentos alimentaram a lógica da especulação imobiliária, favorecendo interesses do capital privado, o que pôde ser percebido entre 1979 e 1980, quando o preço da terra no Loteamento Praia do Cumbuco aumentou 100% (PINHO, 1981).

No Cumbuco, a infraestrutura edificada pelo veraneio tornou-se alicerce para a constituição da atividade turística, levando tanto o uso ocasional das segundas residências como o uso turístico a se tornarem a principal atividade econômica do final dos anos 1980 até os dias atuais, principalmente com o incremento promovido pelas políticas de desenvolvimento do turismo no Brasil (DANTAS; PANIZZA; PEREIRA, 2008).

Mas, antes de entender a emergência da atividade turística na localidade litorânea do Cumbuco, é importante compreender a diferença entre a configuração social gerada pelo veraneio daquela derivada do turismo, ou seja, distinguir o momento de lazer propiciado pelo veraneio de um lazer proveniente da atividade turística.

Com relação ao veraneio, o veranista possui uma lógica de origem doméstica, ele sempre passa o verão no mesmo lugar, tem um status ambíguo de anfitrião e hóspede, bem como garante a reprodução de uma rede de relações sociais onde sua segunda residência está situada. O veraneio consiste em um estilo de viagem cujo destino é a casa, onde o encontro com entes queridos é crucial.

Dessa forma, o veraneio segue uma lógica diferente do turismo, porque este último deixa para trás ambientes conhecidos do dia a dia e se baseia em condições de externalidade, em busca de novidades e do que considera exótico (CALETRÍO, 2011), enquanto isso, o dia de um veranista

[...] passa pela socialização com parentes e amigos de uma forma descontraída [...]. Tal estilo de vida envolve um padrão de mobilidade espacial restrito, gravitando em torno da praia e do calçadão, o cenário de uma gama de práticas mundanas como caminhar, comer e beber em bares e lanchonetes, ou tomar sol e banhar no mar, repetidos com precisão cirúrgica dia após dia do começo até o final de suas férias (CALETRÍO, 2011, p.123-124).

O ritmo do veranista é pontuado por rituais cotidianos que expressam vividamente o sentido de familiaridade. Assim, tendo em vista a

dicotomia entre casa e alhures (em outro lugar), pode-se associar a casa ao familiar e o alhures à novidade e ao exótico (CALETRÍO, 2011). Nesse sentido, a casa e o familiar são o que o turista deixa para trás, em busca de “um novo lugar”, embora tenha a intenção de voltar para casa (URRY, 2001)<sup>48</sup>.

Na experiência do veranista, o vínculo com o lugar é de longo prazo, reproduzido em várias gerações da mesma família, vivenciado como lugar familiar mesmo que, muitas vezes, haja a perda de status e de prestígio do lugar com a expansão de novas construções (CALETRÍO, 2011). A natureza doméstica do veraneio é de tal forma evidente que pode ocorrer dos veranistas decidirem se fixar nas moradias de uso ocasional. Esse fato ocorreu na Praia do Icaraí, devido à proximidade com a capital, à melhoria do sistema viário e às características socioambientais. Vários veranistas ou seus familiares passaram a morar de forma permanente nas residências (SILVEIRA, 2011).

A relação entre veraneio e turismo ora se apresenta com fundamentos diferentes, mas também exhibe algumas aproximações. O veraneio surge na Antiguidade relacionado à “vila” e a “casa”, priorizando o lazer individual ou familiar, enquanto o turismo é uma invenção moderna, surgida na Inglaterra do século XIX, que mercantiliza a viagem e o lazer.

Por sua vez, ambos se desenvolveram inicialmente em locais de serra, mas, após a emergência de um novo olhar sobre o mar e suas costas, se constituíram como práticas relevantes de ocupação do litoral, além disso, estão relacionados à produção de espaços de lazer para classes mais abastadas (ARAÚJO, 2011; PEREIRA, 2010).

Na Praia do Cumbuco, enquanto ocorria a consolidação de segundas residências, outras ações do proprietário da Construtora foram planejadas visando torná-la um polo turístico por meio da construção de um empreendimento hoteleiro para atrair visitantes internacionais. Jairo Souza, o “pai da praia”, não restringiu sua ação apenas ao veraneio, mas ampliou para a atividade turística. Assim, surge o primeiro equipamento turístico, o Hotel Saint-

---

<sup>48</sup> Na literatura acadêmica sobre o turismo, o familiar também aparece na experiência de viagem turística associado à comodificação e ao resultado da crescente padronização do cotidiano, principalmente nos estudos que entendem o turismo como a busca do autêntico (CALETRÍO, 2011, p.124).

Tropez des Tropiques, que contribuiu na construção da praia do Cumbuco como um lugar turístico.

## **3.2 A inserção de atividades turísticas no Cumbuco**

### **3.2.1 “Cumbuco, a Saint-Tropez des Tropiques”**

“Cumbuco, a Saint-Tropez des Tropiques” foi o primeiro projeto turístico implementado na localidade litorânea do Cumbuco. Esse projeto, que consistia na construção de um empreendimento hoteleiro, se constituiu em um “marco” para os moradores nativos da localidade, que passaram a identificar a chegada de turistas e a designar o empreendimento, popularmente, como “hotel dos franceses”.

A denominação Saint-Tropez des Tropiques faz referência a uma cidade francesa formada por uma antiga vila de pescadores que, a partir da década de 1960, se tornou um dos pontos turísticos mais frequentados na Côte D’Azur (Costa Azul). No Cumbuco, o hotel foi construído pela parceria entre o prefeito de Saint-Tropez, Michael Cuve, o presidente da operadora de turismo francesa “El Condor”, Robert Giarratano, e empresários cearenses<sup>49</sup> ligados ao associado brasileiro Jairo Souza. Inaugurado em abril de 1989, o investimento na construção do empreendimento foi de dez milhões de dólares e outros investimentos em publicidade e voos charters<sup>50</sup>.

O responsável pelo projeto arquitetônico foi Luiz Fiuza<sup>51</sup> e a obra foi dividida em duas fases, a cargo da Construtora Diagonal. A primeira fase foi realizada em 600 mil metros quadrados de área construída, contava com 50 bangalôs, cada um com duas suítes conjugadas e varandas com espaço para

---

<sup>49</sup> Na época, de acordo com a notícia do jornal O Povo, *Só em abril inauguração do Saint-Tropez des Tropiques*, de 03 de fevereiro de 1989, p.6b, os outros empresários cearenses envolvidos eram Lauro Fiuza, Walder Ary, Franco Antonio Bonorandi, Júlio Coaci Pereira e Luiz Fiuza.

<sup>50</sup> De acordo com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), os charters não são voos regulares, pois seus horários, locais de partida e de destino são ajustados em função da demanda. Informação disponível em: [http://www2.anac.gov.br/anacpedia/por\\_esp/tr3850.htm](http://www2.anac.gov.br/anacpedia/por_esp/tr3850.htm). Acesso em 11 ago. 2018.

<sup>51</sup> Luiz Fiuza é arquiteto, músico e sócio-fundador do Escritório Luiz Fiuza Arquitetos Associados. Foi autor de obras em Fortaleza como o Aquaville Resort (Aquiraz), os condomínios Presidente Kennedy, as primeiras duas etapas do Shopping Iguatemi, o Solar Volta da Jurema e o Landscape na Avenida Beira Mar, dentre outras. Na época de construção do hotel Saint-Tropez, seu pai, o engenheiro João Fiúza, era proprietário da Construtora Diagonal e responsável pela obra.

“rede de dormir”, totalizando a capacidade de hospedagem para 200 pessoas (FIGURA 18). Foram também construídos um restaurante, um lago artificial, bem como toda uma infraestrutura de estação de tratamento e distribuição de água, iluminação, telefonia e som com ligações subterrâneas.

Figura 18 – Bangalôs do empreendimento Saint-Tropez des Tropiques



Fonte: O POVO, 18 jun. 1989.

Para a segunda fase, estavam previstos, além da construção de mais 50 bangalôs, campos de esporte, piscinas, boate e outros equipamentos como sauna, salão de beleza e lojas de artesanato. Na época, o associado cearense Jairo Souza garantia manter a vegetação local, de forma que prometeu um plantio de coqueiros cinco vezes maior que a área ocupada pelo terreno<sup>52</sup>.

A empresa francesa El Condor, com sua sede em Paris, era considerada a primeira operadora francesa a investir na América do Sul. O presidente da empresa, Roberto Giarratano, relatou as motivações que o fizeram estabelecer parceria com empresários cearenses:

Escolhi o Ceará há dois anos para a programação de voos charters, porque vi a necessidade de desenvolver aqui o turismo internacional,

<sup>52</sup> MILHÕES de dólares em jogo. *O Povo*. Fortaleza, 04 fev. 1989. Cidades, p.9a.

especialmente da Europa. Fizemos o projeto Cumbuco para adaptar a oferta da infra-estrutura turística para os turistas franceses que gostam muito de hotel horizontal perto do mar e com equipamentos de lazer (O POVO, 04 fev. 1989).

Para o empresário Jairo Souza, os atributos socioculturais paisagísticos do Cumbuco contribuíram para que a localidade se tornasse o destino escolhido pelos investidores franceses para construir o hotel. Ele afirmou:

Fixamos todos os pescadores, fizemos uma vila com toda a infra-estrutura necessária e, além de tudo, cuidamos do ponto de vista ecológico, mantendo todas as árvores existentes. Já é a praia verde do Ceará e estamos atuando para melhorar ainda mais esse quadro (O POVO, 13 mar. 1990).

Um dos objetivos da parceria era atrair turistas estrangeiros, principalmente franceses, durante os meses de inverno na Europa, por meio de voos charters e, assim, contribuir para uma inserção da Praia do Cumbuco no circuito turístico internacional. Sob o título *Aterrissa hoje primeiro vôo proveniente de Paris* (1989), o jornal O Povo comenta sobre a chegada do primeiro grupo de franceses:

Trata-se do início do projeto da operadora francesa El Condor, responsável pelo empreendimento “Saint-Tropez des Tropiques” atualmente em fase de conclusão no Cumbuco. Esse primeiro vôo trará 60 franceses atraídos por uma publicidade que está sendo feita na França, sobre o complexo turístico Saint-Tropez des Tropiques e o Ceará, de modo geral (O POVO, 02 fev. 1989).

Este primeiro voo foi realizado em fevereiro de 1989 e se tornou a primeira experiência de turismo receptivo internacional no aeroporto de Fortaleza. Os charters Paris-Fortaleza passaram a ser semanais e os primeiros grupos, que se hospedavam por uma ou duas semanas, eram formados por profissionais liberais, jornalistas e agentes de viagem franceses, especialmente convidados, com o intuito de se familiarizarem e divulgarem o Ceará como um produto turístico na Europa.

Na época, o projeto do hotel foi criticado pelas entidades locais de defesa do meio ambiente, por causar o uso “predatório” das praias e por transformar, mediante os voos charters, o Cumbuco em “colônia de férias exclusiva de europeus e norte-americanos”. Desde essa época, o Cumbuco começou a apresentar uma configuração diferenciada das outras localidades

litorâneas de Caucaia, tornando-se um lugar de concentração do turismo internacional (GONÇALVES, 2007; ARAÚJO; PEREIRA; PAULA, 2010).

A chegada de visitantes estrangeiros era facilitada pelos valores dos pacotes turísticos que eram mais econômicos para as praias do Nordeste do que para as do Sudeste e Sul brasileiros, as quais foram as primeiras a receberem turistas estrangeiros interessados em banhos de mar (DANTAS, 2009; PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016).

Graças ao voo charter está-se vendendo pela primeira vez, no mercado francês, um pacote turístico de sete dias por apenas mil dólares. Em outras companhias, com voos regulares para outro lugar como o Rio de Janeiro, o pacote não sai por menos de dois mil dólares. Esse é o primeiro charter da França para o Brasil e o primeiro internacional para o Ceará. (O POVO, 04 fev. 1989)

Com relação à publicidade, o slogan divulgado pela Europa era “Fortaleza, a Saint-Tropez des Tropiques” com o objetivo de atrair estrangeiros que, neste período, tinham interesse em visitar as praias cearenses. A localidade de Canoa Quebrada, em Aracati, já era uma praia conhecida por *hippies* na década de 1970 e, também, visitada por turistas nacionais (principalmente, paulistas e mineiros) e internacionais nos anos 1980. É importante destacar que foi a produção do filme *Operação Tumulto*, de uma indústria cinematográfica francesa, e as gravações do canal francês ANTENNE 2 que fizeram Canoa Quebrada se tornar popular na Europa e atrair estrangeiros para a localidade (SILVA L., 2013).

No que concerne ao Cumbuco, o jornal O Povo veiculava notícias durante os anos 1980, mostrando que a praia tinha sido incluída no roteiro de visitantes internacionais ao Ceará, e que as motivações destes estrangeiros em suas viagens turísticas eram a

[...] descoberta de locais paradisíacos, onde se reúnem as condições ideais para o lazer e a emoção de conhecer lugarejos onde o sistema de vida de seus habitantes permanece praticamente inalterado através dos tempos, imune à evolução de centros mais adiantados existentes ao seu redor. (O POVO, 09 jun. 1984)

A partir do trecho citado, é notório que, na modernidade, as formas e os sentidos de viagem se transformaram e muitos deslocamentos foram associados a experiências de encontrar o exótico e evitar o ordinário por meio

de práticas e de percepções relativas à excitação e ao prazer, possibilitando o advento do turismo.

As viagens existem desde a Antiguidade e ocorrem por motivos diversos, como a busca pela sobrevivência, pela saúde, devido às guerras ou ritos sagrados. Nestes casos, elas são tidas como uma imposição do destino, uma determinação da vontade divina ou, às vezes, uma aventura. Contudo, a realização de uma viagem não implica em turismo, embora ela faça parte dele, pois a diferença entre turismo e viagem consiste no fato de que esta última “implica apenas deslocamento, e o conceito de turismo (...) implica a existência também de recursos, infraestrutura e superestrutura jurídico-administrativa” (BARRETTO, 2014, p.45-46).

Seguindo uma metodologia weberiana de construção de tipos-ideais, a “viagem turística” pode ser definida como uma forma de deslocamento que ocorre por diversas motivações e se utiliza de equipamentos e serviços destinados a esse tipo de visitação. A atividade do turista começa no lugar de origem, ao comprar uma passagem ou pacote turístico, continua quando chega ao lugar de destino e se utiliza da infraestrutura de transportes, acomodações e demais serviços e, ainda, prorroga-se quando ele retorna para casa com narrativas, fotografias e *souvenirs* relativos ao lugar visitado (BARRETTO, 2003).

A “viagem turística” é um ato praticado por pessoas que realizam uma atividade específica de lazer, seja por prazer, recreação, negócios ou conhecimento, fora de suas respectivas cidades, em equipamentos ou por meio de serviços considerados negócios turísticos. O crescimento da quantidade destes equipamentos e serviços turísticos pode ser avaliado a partir do seguinte tripé: transportes, hospedagem e agenciamento (BARRETTO, 2003).

Assim, o turismo surge a partir de “deslocamentos que impliquem uma mentalidade coletiva e de uso/consumo de infraestruturas, bens e serviços” (SANTANA, 2009, p.26). Essa mentalidade resultou de uma transformação psicológica e social, que se manifestou em uma realidade

socioeconômica e histórica mais ampla de circulação de povos (ROCHE, 2003).

A perspectiva sociológica sobre o turismo tende a relativizá-lo para não se perder em discussões acerca da sua origem, e apropria-se da história com o intuito de desnaturalizar conceituações utilizadas de maneira imprópria, como aquelas que ora o explicam como uma atividade originada em tribos nômades, ora o confundem com outras formas de deslocamento, como as rotas comerciais, peregrinações, expedições de guerras, anteriores à noção de turismo (ARRILLAGA, 1976; CHAGAS, 2010).

Não existe um acordo quanto à reconstrução do seu tempo histórico, mas, concorda-se que buscar sua cronologia não significa vinculá-lo rapidamente às viagens, ou a qualquer tipo de deslocamento e lazer, pois a associação direta ao termo “viagem” contribui ainda mais para uma indefinição do conceito de turismo, haja vista a carga semântica daquela palavra que compreende significações variadas e simultâneas. Tal indefinição é reforçada também pela tendência moderna de supervalorizar o turismo e associá-lo a atividades similares (BARRETTO, 2014).

Por isso, é apresentado a seguir um quadro (QUADRO 3) com algumas definições técnicas e outras sociológicas sobre o que é turismo, ou em que condições ele é possível, com a tentativa de evitar confusões sobre a noção de turismo. Denomino como perspectivas técnicas aquelas elaboradas fora do âmbito acadêmico-científico, utilizadas por agentes sociais promotores ou prestadores de serviços turísticos, e as perspectivas sociológicas como aquelas produzidas por estudiosos das ciências sociais e humanas, que se utilizam de uma visão crítica e integrada de diversos saberes.

Quadro 3 – Perspectivas técnicas e sociológicas da definição de turismo

PERSPECTIVAS TÉCNICAS	PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS
<p>Um “conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo, inferior a um ano, com fins de ócio, negócios e outros” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 1994).</p>	<p>A gênese do turismo corresponde a uma série de mudanças estéticas e intelectuais para que a ideia de viajar por prazer vingasse no imaginário social, por exemplo, “a valorização da natureza, a ‘descoberta’ das paisagens e de cenas ‘pitorescas, [e] a noção de lazer como uma forma de relaxar do <i>stress</i> da vida moderna” (CASTRO, 2006, p.80).</p>
<p>“[T]urismo é descanso; conhecimento de novos lugares e pessoas; boa comida e bebida; bronzado novo, status social; [...] prêmio merecido após um período de trabalho; férias; viagem para longe; não fazer nada estando distante de casa” (PANOSSO NETTO, 2013, p.16).</p>	<p>O turismo resulta da expansão das necessidades econômicas, sociais, culturais e psicológicas das sociedades, em geral ou de forma restrita a determinados segmentos sociais, que contam com excedentes de tempo e capital. Nesse contexto, os deslocamentos humanos desligam-se das visões românticas e potencializam uma concepção comercial e mercantil, na qual o turismo é válvula de escape para o estresse social (SANTANA, 2009).</p>
<p>“[T]urismo envolve oportunidade de ter renda e lucros financeiros; empregabilidade para os trabalhadores do setor; busca investimentos para aumentar um negócio; [...] geração de riqueza na localidade; pensamento estratégico na criação de campanhas de marketing de destinos” (PANOSSO NETTO, 2013, p.16-17)</p>	<p>O turismo é um substantivo da modernidade e só pode ser analisado quando se refere aos deslocamentos temporários datados no final do século XIX. Neste período, o sistema capitalista absorve o turismo transformando-o em um objetivo em si mesmo, isto é, um negócio na história do desenvolvimento econômico (SILVEIRA, 2007).</p>

Fonte: elaborado pelo autor, a partir do referencial teórico citado.

Nas perspectivas técnicas, o fenômeno do turismo tende a ser reduzido à viagem e ser abordado sob uma ótica predominantemente econômica. Essas definições são baseadas no tempo de visitação, interpretam toda viagem como turismo e não consideram os usos, os significados e os comportamentos dos indivíduos no lugar de destino. Por outro lado, as

perspectivas sociológicas não se limitam a questões econômicas, mas apresentam as condições sócio-históricas que possibilitaram novas formas de deslocamento e os sentidos atribuídos ao que é designado como turístico, identificam as contradições e a rede de relações sociais envolvida na prática das atividades turísticas.

Desta forma, para entender as condições que tornaram o turismo possível e facilitaram parcerias como a dos empresários franceses e cearenses do Hotel Saint-Tropez de Tropiques no Cumbuco, não é preciso retornar a tempos remotos, basta lembrar que *turismo* é um conceito surgido na Inglaterra, no século XVII, referindo-se a um novo tipo de viagens conhecido como *Grand Tour*. Portanto, o conceito deriva de *tour*, palavra de origem francesa<sup>53</sup>, cujo significado é *volta*, mostrando que a viagem no âmbito do turismo implica voltar, retornar. O *Grand Tour* era realizado pelas classes privilegiadas por motivos educacionais, culturais e, posteriormente, recreativos (SANTANA, 2009).

Outra referência importante é o vendedor de bíblias Thomas Cook, considerado o primeiro a praticar o turismo na forma que conhecemos hoje. Em 1841, com o intuito de levar seus colegas para o encontro de uma liga contra o alcoolismo, Cook alugou um trem, comprou e revendeu bilhetes para o deslocamento, configurando, assim, a primeira viagem agenciada. Nos anos seguintes, Cook agenciou viagens por todo o continente, oferecendo um pacote de férias, dando início ao “turismo coletivo, a ‘excursão organizada’ que atualmente leva o nome de *all inclusive tour, package* ou pacote” (BARRETTO, 2014, p.53-54).

A partir dos anos 1870, o desenvolvimento do turismo acelerou-se, principalmente na Europa e América do Norte, por indivíduos que dispunham de economias e excedentes para se dedicarem ao lazer. Em sua maioria, eram negociantes oriundos de uma burguesia enriquecida com o processo de industrialização de suas sociedades, os quais se uniram aos nobres e aos aristocratas que já visitavam o mundo. Os lugares preferidos eram as estações

---

<sup>53</sup> *Tour* é uma palavra de origem francesa utilizada pelo inglês moderno devido ao período de ocupação francesa na Inglaterra.

de inverno, lugares montanhosos considerados tranquilos e, a partir das recomendações médicas de banhos terapêuticos nas águas do mar, o litoral também se tornou objeto de desejo (SANTANA, 2009; URRY, 2001; CORBIN, 1989).

Entretanto, as condições necessárias para as pessoas começarem a se deslocar massivamente estabeleceram-se somente no período pós Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, houve o desenvolvimento das companhias de transporte, principalmente, aéreas, e o avião se tornou um instrumento que facilitou os fluxos de pessoas e a consequente propagação de informações (PEREIRA, DANTAS, GOMES, 2016), assim, intensificou-se a circulação de pessoas viajando não mais motivadas por necessidade e obrigação, mas por prazer e por ser uma forma de gozo.

Neste período, o turismo era “praticado por uma classe média com muito poder aquisitivo que visita, principalmente, países pobres ou empobrecidos: o Caribe, as Antilhas, a Polinésia, e países europeus devastados pela Segunda Guerra Mundial” (BARRETTO, 2003, p.25). Isto contribuiu para o chamado “turismo de massa” que levou a prática de viagens turísticas a se tornar uma mercadoria, objeto de desejo e de felicidade para a população contemporânea. O termo “turismo de massa” passou a designar o modelo como a atividade era desenvolvida: de forma padronizada, envolvendo

o agenciamento da atividade bem como a interligação entre agenciamento, transporte e hospedagem, de modo a proporcionar o barateamento dos custos da viagem e permitir, consequentemente, que um grande número de pessoas viaje. (CRUZ, 2001, p.6).

O “turismo de massa” deste período era considerado um “fordismo turístico” ou “indústria do turismo”, fazendo referência às empresas automotivas Ford, as quais a partir de uma perspectiva sociológica tornaram-se sinônimo de um período de maior controle dos trabalhadores e do tempo por meio de uma produção em série. “Indústria do turismo” e “turismo de massa” passaram a ser duas noções amplamente empregadas por agentes sociais da área do turismo, mas criticadas por estudiosos. No quadro a seguir (QUADRO 4) é apresentada a diferença das duas noções, entre as perspectivas que designei como técnicas e sociológicas.

Quadro 4 – Perspectivas técnicas e sociológicas de categorias do turismo

CATEGORIA	PERSPECTIVAS TÉCNICAS	PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS
<b>Indústria do turismo</b>	<p>- O turismo é comparado à indústria por utilizar recursos da natureza, mas sem consumi-los; investir capitais, propiciando receitas para a economia; empregar mão de obra; utilizar técnicas variáveis (ARRILLAGA, 1976).</p>	<p>- O termo reduz o fenômeno à dimensão econômica, ao passo que é também sociocultural.</p> <p>- O turista é visto como um hóspede, consumidor ou cliente, enquanto em uma perspectiva cultural, ele é um visitante em contato com o território, a cultura e o cotidiano dos moradores locais (SANTANA, 2009).</p>
<b>Turismo de massa</b>	<p>- O turismo de massa é considerado o deslocamento em massa de um grande número de pessoas para um lugar. Ocorrem em lugares onde a procura para a visitação é alta (REJOWSKI, 2002).</p> <p>- Para os estudiosos da área, o turismo de massa aumenta com o passar dos anos, e supõe uma simetria na realização dos deslocamentos turísticos (REJOWSKI, 2002).</p>	<p>- As massas não fazem turismo, pois o número de pessoas que viaja está distante de corresponder ao número total da população mundial (CRUZ, 2001).</p> <p>- As formas de lazer, viagens e turismo apresentam assimetrias históricas: enquanto as famílias abastadas visitavam estações de inverno, lugares montanhosos e balneários, os servos e os operários encontravam apenas em manifestações religiosas, como as peregrinações e romarias, as justificativas aceitáveis para viajar (URRY, 2001; SANTANA, 2009).</p> <p>- O lazer das classes trabalhadoras na Europa, no final do século XIX até a década de 1930, era predominantemente passeios a pé ou de bicicleta aos domingos; no Brasil, o lazer dos trabalhadores da periferia era restrito ao ambiente da própria casa ou da vizinhança (MAGNANI, 1998).</p>

Fonte: elaborado pelo autor, a partir do referencial teórico citado.

Enquanto as perspectivas técnicas produzem categorias abrangentes, homogêneas e voltadas ao âmbito econômico, as concepções sociológicas avaliam as categorias de forma crítica, dando ênfase às contradições e aos aspectos econômicos e socioculturais da “atividade turística”, termo mais adequado e aplicável por considerar um conjunto de

operações ou tarefas realizadas por uma pessoa ou instituição (SANTANA, 2009), em vez de “indústria do turismo”.

Desta forma, enquanto os turistas de classes mais abastadas passaram a viajar no período pós Segunda Guerra Mundial e viam as áreas litorâneas dos países da América do Sul, principalmente do Nordeste brasileiro, como lugares paradisíacos, onde habitam pescadores relativamente “isolados” com um modo de vida rústico e tradicional (CORBIN, 1989), as perspectivas sociológicas desconstróem a ideia de isolamento e autenticidade das comunidades marítimas, compreendendo a dinâmica social, o modo de vida local e o imaginário criado sobre elas. Ademais, mostram que essas populações de pescadores não praticavam turismo, suas viagens eram baseadas na necessidade e seus momentos de lazer eram restritos ao ambiente familiar da localidade.

Os turistas estrangeiros associavam as localidades à noção de autenticidade, de que seus moradores nativos preservavam um modo de vida passível de ser vivenciado pelos “de fora”. No município de Caucaia, os visitantes estrangeiros tinham o interesse de conhecer o lugar “onde o sistema de vida de seus habitantes permanece praticamente inalterado”<sup>54</sup>.

Aqueles que chegavam a outras localidades, como Canoa Quebrada, eram atraídos pelo cenário bucólico, as paisagens naturais e o modo de vida da população nativa. Nesta última, os *hippies* estrangeiros se estabeleceram por longos períodos, e ficaram conhecidos pelo convívio de amizade com os nativos e por transformar o lugar em um reduto de “paz e amor” (SILVA L., 2013).

Ao mesmo tempo, os turistas estrangeiros eram atraídos pela ideia de contraste, pois as localidades como a do Cumbuco eram tidas como um lugar “imune à evolução de centros mais adiantados existentes ao seu redor”. Desta forma, encontravam no Cumbuco a possibilidade de experimentar algo “diferente”, fora de casa e distante da vida ordinária.

---

<sup>54</sup> UMA ATRAÇÃO à parte no roteiro do Ceará. *O Povo*. Fortaleza, 09 jun. 1984. p.8.

No mesmo sentido, a notícia cuja manchete era *Cumbuco dos Trópicos a nossa Saint-Tropez*, sobre o hotel que fora construído na localidade, aponta para o contraste propiciado na relação entre anfitriões e hóspedes no Cumbuco, bem como o desejo dos investidores de que a localidade se tornasse um “destino turístico”:

Cumbuco é todo festa. Em agosto os franceses vão tomá-la de assalto. Uma legião deles, como combina bem ao antigo sangue gaulês, acostumados a viagens longas em busca de aventuras. A aventura maior, agora, é o sol do Ceará. Mais precisamente o pouso do Cumbuco, antiga aldeia de pescadores, hoje confinados a uma vila em constante transformação. Os aldeões antigos ainda vivem de mar e das prosas em suas casas simples, confrontando-se com a imponência das mansões ricas que se erguem a cada metro. Agora, principalmente, o Cumbuco vai mudar. Os franceses estão chegando. Até o nome do lugar tende a mudar a nacionalidade. Já existe quem, por ali, faça biquinho para pronunciar seu novo nome: Saint-Tropez des Tropiques. (O POVO, 18 jun. 1989)

A atração pelo contraste identificada na publicidade e nas notícias sobre a chegada de turistas estrangeiros a localidades litorâneas do Ceará pode ser considerada, a partir do “modelo existencial da sociedade industrial”, defendido por Krippendorf (2009), como uma resposta ao estresse e à uniformidade da vida urbana.

Tal modelo é estruturado em polaridades, como o trabalho e o lazer, o cotidiano e as viagens, mostrando que uma análise mais precisa do turismo remete ao estudo simultâneo do trabalho e do cotidiano, ao passo que são partes do mesmo processo. Assim, no cotidiano, os indivíduos sentem a necessidade de viajar por um desejo de se desfazerem de forma temporária da rotina maçante de trabalho, de moradia, ou por não se sentirem mais à vontade onde se encontram. Nesse sentido, a viagem também pode ser entendida como um ciclo de reconstituição, no qual o homem comum, com suas necessidades, torna-se turista e, em seguida, volta a ser homem comum (KRIPPENDORF, 2009).

Os estímulos gerados pela calculabilidade, pontualidade, barulho e o estresse no mundo industrial, somados às situações monótonas, repetitivas, como a moradia, o trajeto para o trabalho, o próprio trabalho e até mesmo o

lazer levam o homem à necessidade de “fugir” do cotidiano (SIMMEL, 2001) e buscar experiências extraordinárias.

O homem atribui ao cotidiano conotações negativas e a ideia de que ele só será suportável se dele puder escapar. Então, a necessidade gerada só poderá ser satisfeita “fora” deste cotidiano e não “dentro” dele. As folgas e as férias tornam-se sinônimos de sair, de viajar. Muitos indivíduos projetam seus momentos de descanso e repouso para “fora” do seu cotidiano, gerando outra polarização: “trabalhar e morar aqui, repousar em outro lugar” (KRIPPENDORF, 2009).

Nesse contexto, localidades litorâneas se tornaram o lugar de descanso, diversão, entretenimento e sociabilidade de segmentos sociais que buscavam uma satisfação extraordinária, levando ao que Corbin (1989) designou como “invenção da praia”. Entre os novos usos do mar e suas costas, a prática de esportes náuticos estabeleceu relações estreitas com a atividade turística, aumentando a circulação de pessoas, bens e capital em algumas localidades, como aconteceu no Cumbuco.

### **3.2.2 Cumbuco, polo de esportes**

Na localidade do Cumbuco, o processo de “invenção da praia” transformou suas áreas litorâneas em espaços de convívio, fazendo emergir usos associados a atividades físicas. No litoral de Caucaia, desde os anos 1960, práticas desportivas como caminhada, ginástica, frescobol, voleibol, dentre outras, eram presentes nas suas zonas costeiras e, também, em áreas próximas a lagoas. “Praias e lagoas de Caucaia atraem famílias e turistas”<sup>55</sup>, era como o jornal *O Povo* apresentava a extensão da faixa de areia das localidades litorâneas de Iparana, Pacheco e Icaraí, em 1979, como o lugar considerado preferencial para a prática de esportes, ginástica e passeios de *buggy*.

Nesta época, os usuários predominantemente encontrados nas praias e lagoas eram os veranistas que ocupavam suas segundas residências em períodos de férias e fins de semana. Após alguns anos, era comum

---

<sup>55</sup> PRAIAS e lagoas de Caucaia atraem famílias e turistas. *O Povo*. Fortaleza, 26 ago. 1979.

também a vinda de moradores de Fortaleza, que se deslocavam de ônibus nas folgas ou fins de semana para utilizarem o espaço da praia.

A chegada de visitantes estrangeiros levou a novas práticas de esportes náuticos, como o *windsurf*, e a usos recreativos, como o *sandboard*, isto é, o “esquiar nas dunas” que já era praticado entre os moradores nativos. Com a construção do hotel Saint-Tropez des Tropiques, as práticas desportivas e de lazer dos visitantes estrangeiros passaram a ter relações estreitas com as atividades turísticas, de forma que os empresários envolvidos na construção do empreendimento hoteleiro planejaram áreas voltadas para atividades desportivas com o interesse de aumentar os fluxos turísticos.

Entre a testada do hotel e a praia, em maré alta, há uma faixa de terra livre, de 150 metros de largura por 500 metros de comprimento, para a prática de esportes de praia. O visitante contará ainda com o pavilhão de esportes para jogos de salão, como baralho, gamão, pingue-pongue para ginástica aeróbica. As cinco quadras que serão construídas destinam-se à prática de tênis e a esportes polivalentes. (O POVO, 04 fev. 1989).

A partir desta descrição, percebe-se que as áreas externas e internas do hotel Saint-Tropez foram planejadas de forma a facilitar a prática de atividades físicas e de esportes. Nessa época, os turistas estrangeiros de origem francesa, além de usufruir dos espaços do hotel, procuravam no Cumbuco atrações, tais como, fazer passeios a cavalo, de *buggy* e de jangadas, e na Lagoa do Banana praticavam o esqui aquático e esportes à vela.

As modalidades de esportes náuticos e de atividades praticadas nos campos de dunas no Cumbuco são possíveis devido aos elementos do ambiente natural, dentre eles, o clima que associado às variações pluviométricas e ao regime dos ventos se constituem como variáveis controladoras dos processos costeiros.

No litoral de Caucaia, o clima semiárido predominante, marcado por dois períodos definidos (um seco, longo, e outro úmido, curto e irregular) e a dinâmica eólica que transporta sedimentos contribuem para a formação de um extenso cordão de dunas (móveis, fixas e semifixas). Por sua vez, as dunas influenciam na desembocadura dos rios, dificultam o escoamento e possibilitam

o surgimento de represas naturais e lagoas interdunares, como a Lagoa do Banana e a do Parnamirim (MORAIS, 2010).

Com relação ao regime dos ventos, dados relevantes sobre a velocidade dos ventos no litoral de Caucaia ajudam a entender a relação com as práticas de esportes náuticos como o *windsurf*.

As médias mensais da velocidade dos ventos, nas séries de 1972 a 2001 e 1966 a 1995, revelam que nos meses de agosto a dezembro a velocidade é alta, superior a 4,0m/s, sendo que as maiores velocidades ocorreram nos meses de setembro e outubro. Nos meses de março e abril, foram observadas as menores velocidades, ficando abaixo de 3m/s. Na estação chuvosa (primeiro semestre do ano), a velocidade média do vento foi de 3,1m/s enquanto na estação seca (segundo semestre do ano), a velocidade média do vento foi de 4,3m/s de acordo com os dados do período de 1966 a 1995. (MORAIS, 2010, p.57)

A velocidade dos ventos no litoral de Caucaia, principalmente, entre os meses de agosto e dezembro começou a atrair uma grande quantidade de visitantes interessados em praticar o *windsurf*. Esta constatação despertou o interesse de empresários locais, como o senhor Jairo Souza, que traçou como objetivo associar as práticas de esportes às atividades turísticas. Para a imprensa local, a chegada deste senhor à Praia do Cumbuco e suas intervenções realizadas no espaço contribuíram para a transformação do lugar em um polo esportivo.

[O] Projeto Poliesportivo do Cumbuco só pode ser desenvolvido no momento porque há 20 anos uma pessoa, considerada um lunático, na época, acreditou no sonho de transformar aquela praia num pólo turístico [...] Jairo quer agora levar o projeto adiante com a transformação do local num pólo esportivo (O POVO, 01 jul. 1991).

Durante os anos 1990 foram realizados investimentos para integrar a Praia do Cumbuco no circuito de competições brasileiras de esportes náuticos. Para o senhor Jairo, a inserção do Cumbuco em competições levou o empresário a construir equipamentos que servissem de apoio aos eventos, como foi a construção do Restaurante Velas do Cumbuco.

Realizamos [investimentos], o [restaurante] Velas do Cumbuco foi construído para receber o campeonato internacional de *windsurf*, na década de 1990. O *windsurf* chegou ao Cumbuco, nasceu dentro do Velas do Cumbuco, aí depois apareceu outros campeonatos

internacionais, todo ano teve (Jairo, 71 anos. Entrevista em 31 ago. 2018).

“Cumbuco colorido de esportes no fim de semana” era a manchete da notícia apresentando o cenário da praia em dias de campeonatos esportivos, que incluíam modalidades aéreas e marinhas.

Nos céus a beleza dos vôos dos ultraleves. No mar, a habilidade e colorido dos *windsurf* e do *jet ski*. Nas areias a harmonia do vôlei de praia. Cumbuco se transformou no final de semana num verdadeiro centro esportivo do Ceará com a realização da primeira etapa do Cumbuco Windsurf, que contou como convidados o vôlei de praia, *jet ski* e ultraleve. As disputas simultâneas das três modalidades e a apresentação dos ultraleves trouxeram para a praia o charme peculiar dos esportes que só o corpo saudável dos atletas é capaz de proporcionar. Foram dois dias de regatas e partidas (O POVO, 01 jul. 1991).

A competição de jet ski e de ultraleves foram apenas exhibições para promover a prática, já a de *windsurf* foi denominada “Cumbuco Open de Windsurf”, que consistiu em uma preparação para os velejadores que disputariam o campeonato brasileiro alguns meses depois na própria localidade. Nesse mesmo período, foram realizadas outras competições como o 1º Campeonato Cearense de Buggies.

Os projetos poliesportivos de *windsurf* previam a parceria com empresas internacionais ligadas ao esporte e a criação de uma base de apoio aos praticantes, com o intuito de a praia ser divulgada para turistas europeus. Nesse período, os filhos dos moradores nativos passaram a se aproximar destas atividades esportivas, pois eram convidados a ensinar os estrangeiros a velejar. Esse contato com a população nativa também fazia parte do interesse daqueles que chegavam “de fora”.

Um caso emblemático da rede de relações construída a partir da associação entre modalidades esportivas e atividades turísticas, possibilitada pelo elemento natural vento, foi a realização do Circuito Brasileiro de Windsurf no Cumbuco em 1996 (FIGURA 19). A competição envolveu a participação de 64 velejadores de 12 estados brasileiros que se hospedaram, utilizaram os serviços dos restaurantes, realizaram passeios e outras atividades na localidade, intensificando a circulação de pessoas no Cumbuco.

Os usos propiciados pelos ventos do Cumbuco, nas suas águas e nos seus campos de dunas, a partir da década de 1990, mostram as atividades que fazem parte do processo de reconfiguração desta localidade em um “destino turístico”. A realização dessas atividades levou o Cumbuco a ser um lugar em que predominam os segmentos turísticos de sol e praia, e de esporte e aventura<sup>56</sup>.

Figura 19 - Circuito Brasileiro de Windsurf no Cumbuco em 1996



Fonte: O POVO, 09 ago. 1996

Dessa forma, a construção do hotel Saint-Tropez des Tropiques, o projeto de voos charters<sup>57</sup> e a prática de esportes náuticos nos anos 1980 e 1990 inseriram o Cumbuco no consumo dos lugares via atividade turística. Essa inserção foi possível porque em torno da hospedagem e das práticas desportivas emergiu um conjunto de agentes sociais e comerciantes designado como *trade turístico*, que realizaram intervenções e investimentos em hotéis, pousadas, restaurantes, barracas de praia, pontos de apoio de atividades recreativas e desportivas para prestar serviço aos turistas.

---

<sup>56</sup> A segmentação turística é a distribuição dos consumidores com características comuns ou sua divisão por atividades, serviços e atrações turísticas. No capítulo 5 deste estudo, apresento mais detalhes sobre como funcionam esses três segmentos no Cumbuco atualmente.

<sup>57</sup> Os projetos de voos charters e do Hotel Saint-Tropez des Tropiques não vigoraram. No caso do hotel, ele teve os bangalôs demolidos após conflitos internos entre seus sócios. Contudo, ambos contribuíram para estabelecer laços entre brasileiros e franceses no setor turístico e, conseqüentemente, inserir o Cumbuco nas rotas turísticas internacionais.

Ao longo dos anos, o *trade turístico* na localidade do Cumbuco pôde se consolidar com as mudanças derivadas da publicidade comercial e propaganda política, que produziram uma nova imagem para o estado do Ceará, bem como dos programas de governo que consideram a atividade turística uma estratégia de desenvolvimento econômico.

### **3.3 O Cumbuco do sol, mar e jangada: a ressignificação da imagem do Ceará**

“Faça como Matias Beck, descubra o Ceará pelo lado mais bonito” era o anúncio publicitário criado, no início da década de 1980, pela Prefeitura de Caucaia, a Empresa Cearense de Turismo (EMCETUR) e a Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza (AUMEF). Matias Beck era um militar, administrador colonial neerlandês e comandante da expedição que visava explorar minas no Ceará. Ao chegar a Fortaleza, em 1649, empreendeu a construção do Forte *Schoonenborch*, considerado pelo historiador Raimundo Girão (1982, p.8) “o elemento de fixação da posterior cidade de Fortaleza. Junto aos seus muros, reconstruídos e remodelados, a cidade estendeu as ruas e agrupou a população”.

O anúncio referente a Matias Beck destaca a chegada do estrangeiro nas terras cearenses e a possibilidade de usufruir das áreas litorâneas, dois aspectos que vão direcionar as intervenções e os investimentos públicos e privados voltados à atividade turística no município de Caucaia nos anos 1980.

Nessa época, a propaganda turística do governo estadual enfatizava o objetivo de criar polos de lazer e turismo em áreas litorâneas. Os anúncios também eram acompanhados de informações sobre as intervenções realizadas pelo poder público, como a construção de estradas ligando as localidades à sede de Caucaia e à Fortaleza, para facilitar o deslocamento de moradores e visitantes e, também, beneficiar o mercado imobiliário com a venda de loteamentos. Essas ações de caráter midiático empregadas pelo governo estadual contribuíram para a construção de uma nova imagem para o Ceará (DANTAS, 2002).

A construção de uma nova imagem do Ceará como lugar turístico foi impulsionada a partir da ascensão de um grupo político autodenominado “Governo das Mudanças”, na década de 1980. Liderado por Tasso Jereissati, o grupo político era formado por jovens empresários provenientes do Centro Industrial do Ceará (CIC), que visavam à superação de práticas políticas clientelistas. Esses gestores, que ficaram conhecidos como “mudancistas”, priorizaram a indústria e os serviços, em destaque, o turismo, como setores modernizadores da economia cearense (BELMIRO, 2018; GONDIM, 1995).

Uma característica dos gestores do “Governo das Mudanças” foi a utilização da propaganda nos meios de comunicação, a partir da campanha de Tasso Jereissati para governador em 1986. As ações administrativas e políticas eram baseadas na argumentação da “modernização”, de forma que a designação “moderno” era sempre utilizada como uma forma de apresentar um novo Ceará, jovem, dinâmico e com eficiência administrativa, em oposição ao período do governo dos coronéis, marcado pelo atraso e a pobreza (CARVALHO, 1999, 2001).

Nesse contexto, houve uma transferência da imagem de eficiência administrativa dos governos mudancistas para as ações voltadas ao turismo, de forma que este setor se tornou um artifício capaz de proporcionar a visibilidade de seu projeto político (BELMIRO, 2018). Desta forma, imagens e discursos no âmbito de uma propaganda turística procuravam fundar uma imagem do Ceará diferente daquela relacionada à seca, tradição, pobreza e atraso, bem como legitimar o projeto político de modernização.

Ao mesmo tempo em que o turismo se tornou uma estratégia de construção de uma nova imagem para o estado, as ações políticas atenderam as demandas oriundas desse setor, principalmente no período áureo do “Governo das Mudanças”: o primeiro governo de Tasso Jereissati (1987-1990) e o governo de Ciro Gomes (1991-1994).

A propaganda turística empreendida pelo governo mudancista, com o suporte dos meios de comunicação de massa e de estratégias de marketing, procurou reverter a imagem negativa do Ceará, principalmente a partir da reelaboração de discursos sobre o elemento climático “sol”. Assim,

[s]aía a imagem do sol capaz de causar danos ao desenvolvimento, de gerar atraso sociocultural, de trazer a fome e a morte aos cearenses; entrava a imagem do sol da indústria do turismo, que brilhava o ano inteiro, gerando emprego e renda e tornando o estado uma ilha de prosperidade dentro do Nordeste (BELMIRO, 2018, p.17).

Empregava-se uma diferenciação entre o sol do semiárido, que castigava com seca, fome, miséria, além de rachar o solo marrom do sertão, e o sol do turismo cearense, associado a praias, falésias, dunas de areias claras e aos verdes mares. Apesar de o sol ter se tornado o foco das campanhas publicitárias, outros dois elementos característicos recorrentes são o mar e a jangada (BELMIRO, 2018).

A resignificação na percepção sobre o sol se associou ao epíteto dado ao estado por José do Patrocínio: “Ceará terra da luz”, contribuindo para que “sol” e “luz” fossem duas palavras utilizadas pela publicidade e propaganda para referenciar o Ceará. Nesse contexto, a cidade de Fortaleza, capital do estado, torna-se a personagem principal dessa nova imagem do Ceará, passando a ser conhecida como a “Terra do Sol” (BELMIRO, 2018).

A imagem do sol foi trabalhada de tal maneira pela propaganda turística que as primeiras ações promocionais propostas junto aos agentes de viagem, pelos governos mudancistas, estabeleceram o “seguro sol”<sup>58</sup>. Essa estratégia de marketing consistia em incluir na venda de pacotes de viagem o seguinte acordo: se chovesse entre 10 e 16 horas, considerado o horário de praia, durante o mês de julho, o contratante receberia o dinheiro de volta.

Outras estratégias de marketing que fizeram parte dos primeiros investimentos no turismo foram a distribuição de *souvenirs*, como termômetros artesanais marcando 28°C (temperatura média do mês de julho) e chapéus de palha para se proteger do sol, oferecidos aos turistas que chegavam ao Aeroporto Pinto Martins, em Fortaleza (BELMIRO, 2018).

O litoral do Ceará passou a ser veiculado nos meios de comunicação como uma imagem-síntese de todos os outros elementos que fazem referência ao estado: o sol, a luz, o mar, a jangadeiro, o sertanejo, o mestiço, o moleque e a culinária. Ademais, era apresentado como um lugar

---

<sup>58</sup> Em 2009, o Seguro Sol foi retomado pelo governo Cid Gomes, de acordo com Ministério do Turismo (MTur). *Seguro Sol no Ceará*. Notícias, 01 jul. 2009.

exótico por possuir praias, falésias e dunas, às quais eram associadas a sentidos de lugar paradisíaco e de natureza intocada.

Nesse contexto, foram criados “clichês imagéticos que sobrevivem há anos no imaginário humano: oceano de um azul maravilhoso, coqueiros verdes, areia branca, gente bonita e feliz, aldeias de pescadores, índios exóticos e sol eterno” (BELMIRO, 2018, p.114), como a Praia do Cumbuco que era veiculada nos meios de comunicação como um lugar onde “convivem a sofisticação e o rústico”<sup>59</sup>.

Assim, constrói-se durante o “Governo das Mudanças” a marca “Ceará Produto Turístico”, de forma midiática e simbólica, por meio da ressignificação de imagens e construção de novas representações, que procuram apagar um imaginário social considerado negativo. Essa reconstrução identitária do estado resultante do projeto político modernizante, associado a novas estratégias de comunicação e marketing nas ações políticas e administrativas, principalmente no setor do turismo, contribuíram para que fosse atribuída ao estado a designação de “destino turístico”.

Para compreender a construção da marca “Ceará Produto Turístico”, Belmiro (2018) analisou campanhas e anúncios veiculados durante os governos estaduais de Tasso Jereissati e Ciro Gomes, entre 1987 e 1994, em meios de comunicação impressos nacionais e internacionais<sup>60</sup>. Ela percebeu que a relação do discurso político modernizante e as demandas do turismo levaram a criação de uma nova identidade do Ceará, voltada para o turismo.

Durante o período do governo mudancista, foram realizadas cinco grandes campanhas, além de outros anúncios isolados, que não se limitam a capital Fortaleza, mas a todo o litoral do Ceará. Com base em Belmiro (2018), apresento uma rápida descrição das campanhas nacionais e internacionais de maior destaque na época:

---

<sup>59</sup> SETOR privado desenvolve, Governo atrapalha turismo. *O Povo*. Fortaleza, 14 mar. 1987.

<sup>60</sup> Os veículos de comunicação utilizados na análise de Belmiro (2018) foram: a Revista *Veja*, com publicações semanais e distribuição nacional; os jornais argentinos *Clarín* e *La Nación*, com circulação diária e distribuição nacional; e dois *folders* internacionais, em inglês e em espanhol. As campanhas publicitárias foram elaboradas pelas agências CBC&A e Ágil, responsáveis pela estratégia de comunicação que visava criar uma imagem do Ceará como destino turístico.

- “Sinta na pele esta magia” (1987/1988);
- “Ceará. Aqui o sol brilha o ano inteiro” (1992);
- “Fortaleza, el Caribe Brasileiro” (1992);
- “Ceará Verão” (1993);
- e o *folder* “Ceará. It’s all true” (1991).

O slogan da primeira campanha realizada foi “Sinta na pele esta magia” (1987/1988), visava estabelecer uma relação mágica entre o turista e o estado, o qual era apresentado como um lugar paradisíaco. A repercussão foi nacional, principalmente, entre turistas paulistas e paranaenses, que eram atraídos pelas imagens tropicais, haja vista o frio e o tempo nublado característicos do inverno de suas regiões. As peças publicitárias apresentavam imagens sobrepostas de praias, serras e sertão, com predominância das áreas litorâneas.

Como parte desta primeira campanha, a Revista Veja, em 1989, veicula um encarte publicitário no qual mostra várias áreas litorâneas, intitulado-as de “paisagens de cinema”: Canoa Quebrada, Lagoinha, Jericoacoara, Praia das Fontes, Flecheiras, Iparana e Cumbuco. Nesse encarte, a Praia do Cumbuco aparece associada a atividades esportistas e como um lugar exótico, “descoberto” pelos franceses.

Com o intuito de ressignificar o sol na percepção dos brasileiros, a segunda campanha “Ceará. Aqui o sol brilha o ano inteiro”, de 1992, evidencia o sol como o principal elemento do turismo no estado. Os anúncios na televisão são veiculados utilizando a técnica testemunhal: cinco cearenses conhecidos nacionalmente, José Wilker, Luíza Tomé, Chico Anísio, Renato Aragão e Raimundo Fagner, convidam as pessoas a conhecer o estado. Enquanto isso, os anúncios mostravam imagens de praias, dunas, lagoas e coqueiros.

Nestas duas primeiras campanhas, as áreas litorâneas, em sua maioria, eram apresentadas como lugares paradisíacos, pouco explorados pelo homem. Por outro lado, o anúncio “Ceará Verão”, divulgado a partir de 1993, ampliou as representações sobre o Ceará na medida em que fazia referências

ao sertão, às serras, ao artesanato e ao folclore cearenses. O objetivo desse anúncio era divulgar o guia dos melhores roteiros do estado.

No ano de 1992 foi realizada uma campanha na Argentina na qual o Ceará era tido como o “Caribe brasileiro”, destacavam-se as belezas naturais e, também, a vantagem de realizar pacotes turísticos mais baratos<sup>61</sup>. Outro fator que contribuiu para a divulgação do Ceará na Argentina foi a propaganda veiculada nos intervalos do programa infantil apresentado por Xuxa Meneghel. De acordo com Belmiro (2018, p.161), a apresentadora Xuxa, ao convidar os argentinos com um breve “*Vamos a la playa?*”, se tornou “a garota-propaganda do Ceará Produto Turístico na Argentina”. O slogan dessa campanha foi “Fortaleza, el Caribe Brasileiro”, pois consideravam que o nome Ceará não inspirava tanto em espanhol quanto o nome da capital.

Neste período, o caderno de turismo do jornal argentino *La Nación* publicou a matéria “Fortaleza guarda lo mejor de Brasil”. A repórter descreve as praias mais conhecidas do estado, entre elas, a Praia do Cumbuco:

Cumbuco: 37 quilômetros. Nesta antiga vila de pescadores são contratados *buggies*, gerenciados por moradores experientes, que percorrem as dunas em um passeio emocionante, até chegarem à lagoa de Parnamirim. De lá, em uma espécie de skate, pode-se deslizar pela areia para chegar à lagoa. Além disso, o visitante pode ir fundo no mar em rústicas jangadas e barcos à vela (BELMIRO, 2018, p.165-166, tradução nossa).<sup>62</sup>

Os meios de comunicação e marketing apresentavam a Praia do Cumbuco aos argentinos como um lugar de aventuras, belezas naturais e que possibilitava o contato com práticas da comunidade de pescadores artesanais que residia na localidade.

“Ceará: It’s all true” foi um *folder* elaborado em 1991 para uma feira internacional de turismo. O título faz referência ao filme de Orson Welles, cineasta de Hollywood, gravado na Praia do Peixe (hoje Praia de Iracema) em

---

<sup>61</sup> Nesta época, a propaganda turística do Brasil entre os argentinos se intensificou devido ao plano econômico implantado na Argentina nos anos 1990, que dava maior poder econômico aos desta nacionalidade em relação aos brasileiros (BELMIRO, 2018).

<sup>62</sup> “Cumbuco: 37 kilómetros. En esta antigua aldea de pescadores se alquilan *buggies* que, manejados por lugareños experimentados, recorren las dunas en un paseo emocionante, hasta llegar cerca de la laguna de Parnamirim. Desde allí, en una especie de skate, uno puede deslizarse por la arena hasta llegar a la laguna. También el visitante puede internarse en alto mar en jangadas, embarcaciones rústicas de vela.” (BELMIRO, 2018, p.165-166).

Fortaleza nos anos 1940. O filme trata da saga de quatro pescadores cearenses que partiram de jangada para o Rio de Janeiro a fim de levar ao presidente, na época, reivindicações dos pescadores (como mostrei no capítulo anterior). Contudo, o filme não foi concluído<sup>63</sup> e parte das filmagens foi recuperada posteriormente para a elaboração de documentário, que contribuiu para a criação do *folder*. Esta peça publicitária divulgava imagens representativas do Ceará, como a jangada enquadrada em uma claquete na capa e diferentes paisagens litorâneas nas oito páginas apresentadas em rolos de filmes.

O uso de campanhas para promover os lugares como “destino turístico” e as estratégias de marketing e construção de marcas utilizadas em projetos urbanísticos têm se tornado uma tendência em expansão na contemporaneidade. Essas ações contribuem para a “espetacularização das cidades contemporâneas”, que consiste em intervenções que priorizam a “identidade” das cidades, a qual emerge no contexto de competitividade entre as cidades em torno de fatores representacionais (BARREIRA, 2013; BELMIRO, 2018; JACQUES, 2008).

Entre os meios representativos da imagem de uma cidade, os cartões postais se constituem naqueles que anunciam as “marcas” da cidade, os lugares eleitos e as práticas valorizadas. Os cartões postais de Fortaleza

---

<sup>63</sup> A saga dos quatro pescadores cearenses a bordo de uma jangada em direção ao Rio de Janeiro virou notícia em 1941 na Revista *Time*, com o título *Four Men on a Raft* (quatro homens em uma jangada), como já mencionei no capítulo 2 deste estudo. A matéria da Revista *Time* levou o cineasta de Hollywood a definir que esta saga seria o segundo episódio de *It's All True*, um filme baseado em histórias reais rodado no Brasil com o apoio do presidente norte-americano, que procurava estabelecer uma “política de boa vizinhança”. Os Estados Unidos estavam ingressando, em 1941, na Segunda Guerra e, diante da indecisão ideológica dos países latino-americanos, tentava se aproximar do Brasil para conseguir a sua adesão. No Brasil, Orson Welles realizou as primeiras gravações no Rio de Janeiro sobre o Carnaval, ele filmava os negros, os pobres e as favelas. Para as filmagens de *Four Men on a Raft*, ele convidou os próprios pescadores que foram ao encontro do presidente. No Rio de Janeiro, durante a gravação da cena de chegada dos jangadeiros, uma forte onda faz a jangada virar, fazendo os quatro pescadores caírem no mar e, tragicamente, o corpo de Jacaré nunca foi encontrado. Desta forma, o filme não foi concluído porque a morte de Jacaré fez surgir uma série de especulações sobre as causas da sua morte, tendo em vista que era uma época de repressão da ditadura do Estado Novo, do presidente Getúlio Vargas, e o líder do grupo de pescadores era considerado uma ameaça. Além disso, a produtora americana RKO tinha interesse em um Brasil idealizado e paradisíaco, mas o cineasta só dava ênfase em imagens de negros e pobres. Além disso, o presidente Getúlio Vargas não queria veicular a imagem de um Brasil mestiço, com pescadores reivindicando direitos devido à situação de miséria em que viviam e às péssimas condições de trabalho (HOLANDA, 2001).

mostram que o litoral da capital do Ceará só se tornou um cenário representativo da cidade a partir da década de 1960.

Com relação aos “lugares eleitos” nos cartões postais, Barreira (2013) apresenta três momentos distintos: a) na passagem do século XIX para o XX, os cartões postais registravam praças, prédios, ruas e igrejas; b) nos anos 1950, destacam os clubes como lugares de sociabilidade das classes mais abastadas; c) nos anos posteriores, mostram a mudança de concepção sobre o litoral apresentando sua paisagem e as novas práticas de lazer na beira-mar. No contexto do turismo, os cartões postais se tornam uma espécie de catálogo do que deve compor o roteiro de visitas de um turista. Os cartões da Praia do Cumbuco, durante a década de 1980 e 1990, reproduziam os elementos enfatizados pelas campanhas publicitárias: o sol, o mar e a jangada, bem como outros elementos também característicos do Cumbuco: o coqueiro, as dunas e a rede de balanço (FIGURA 20).

Figura 20 – Cartões postais do Cumbuco



Fonte: Coleção pessoal de Jairo Souza.

Outros recursos utilizados na mudança da imagem do Ceará e na atração de turistas foi o investimento em produtos culturais, como as telenovelas. No Ceará, foram gravadas tramas da emissora de televisão Rede Globo, como *Final Feliz* (1982, de Ivani Ribeiro), *Tropicaliente* (1994, de Walter Negrão) e *Meu bem querer* (1998, de Ricardo Linhares), realizadas no Ceará, utilizando como cenário, principalmente, o sertão e as praias.

As telenovelas passaram a ser utilizadas como instrumentos políticos e ideológicos para promover a administração governamental e o turismo, como pode ser percebido na reportagem de Neuza Sanchez, na Revista Veja, em 1994, na qual Paulo Ubiratan, diretor artístico da emissora Rede Globo, Walter Negrão, autor da novela *Tropicaliente*, e Ciro Gomes, governador do estado estabeleceram como o Ceará seria reproduzido na telenovela (ARAGÃO, 2005, p.102):

- Paulo Ubiratan: Quero fazer uma novela aqui
- Ciro Gomes: Tudo bem. Mas gostaria que você mostrasse o Ceará que não fosse clichê. E sim o lado que tem infra-estrutura turística, modernidade e indústrias.
- Walter Negrão: Vamos mostrar que o Caribe fica em Fortaleza.

O governador impôs as condições para que a novela fosse gravada no Ceará e acreditava no potencial comunicativo das imagens deste produto cultural para difundir sua administração. Após as negociações, o governador Ciro Gomes comentou: “Acho que foi um dos melhores investimentos que fiz, porque, é claro, traz também dividendos políticos na medida em que mostra a administração pública feita aqui”. Com base nesses pronunciamentos, as imagens veiculadas na telenovela *Tropicaliente* são denominadas por Aragão (2005) como “imagens político-turísticas”, pois a sua veiculação contribuía para a propaganda política do governador do estado e fomentava a atividade turística.

Os filmes também foram outros produtos culturais que difundiram imagens do Ceará no Brasil e no mundo, como os filmes *Tigipió* (1986, de Pedro Jorge de Castro) e *Bela Donna* (1998, de Fábio Barreto). Este último foi uma produção brasileira e estadunidense, com roteiro baseado no romance

*Riacho Doce*, de José Lins do Rego, gravado em Morro Branco e na praia de Canoa Quebrada, cujo título em inglês era *White Dunes* (Dunas Brancas).

Em período anterior aos investimentos do “Governo das Mudanças”, para transformar a imagem do Ceará, várias localidades litorâneas foram palco para a indústria cinematográfica nacional e internacional. Em 1968, uma equipe francesa chegou a uma das praias de Aracati para filmar *Operação Tumulto*, a primeira produção estrangeira a utilizar imagens das praias de Canoa Quebrada. Na época, as cenas do filme mostrando o modo de vida da comunidade e a prática da pesca atraiu grande número de turistas para Canoa Quebrada (SILVEIRA, 2013).

Com o título *Cumbuco vai a Cannes*, a matéria do jornal O Povo de 1986 mostra que a praia foi o cenário de gravação das cenas finais do filme *Luzia Homem*, do diretor Fábio Barreto. O filme mostra as cenas da sertaneja Luzia conhecendo o mar, do alto de uma duna na Lagoa do Banana, os vastos coqueirais, a foz do rio Cauípe e, também, as casas de veraneio. O título da matéria faz referência ao Festival de Cannes de 1987, realizado na França, onde foi a estreia do filme.

Em suma, anúncios publicitários e propagandas, ações promocionais junto aos agentes de viagem, cartões postais, investimentos em filmes e telenovelas e a associação de grande parte destas ações ao projeto político do grupo “Governo das Mudanças” contribuíram para a ressignificação da imagem do Ceará e sua consolidação como “destino turístico”. Na década seguinte, outro fator que contribuiu para essa consolidação foi a inserção da atividade turística em políticas públicas e programas de desenvolvimento econômico no estado do Ceará.

### **3.4 O “divisor de águas”: o turismo como estratégia de desenvolvimento**

A transformação do estado do Ceará em um lugar turístico reflete as políticas públicas que priorizaram o turismo em seus espaços litorâneos. Tais políticas surgiram no Brasil com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e contribuíram para demarcar o turismo cearense como litorâneo e metropolitano.

A atividade turística passou a ocupar lugar na agenda governamental na década de 1970, quando organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), acreditaram que o turismo poderia “salvar” as economias dos países de Terceiro Mundo. Para tanto, incentivaram esses países a investir na atividade turística como estratégia de desenvolvimento econômico. É importante destacar que as orientações dos organismos internacionais surgiram no contexto de globalização da economia e buscavam lugares exóticos, novas paisagens, longe dos centros urbanos, para serem inseridos no circuito de consumo de bens, serviços e paisagens (RODRIGUES, 2015b).

Os países da região da América Central e Caribe foram os primeiros a atender as orientações das organizações internacionais. O México tornou-se um caso emblemático para a compreensão do desenvolvimento turístico nos países em desenvolvimento, pois implantou as atividades relacionadas ao segmento turístico de sol e mar, e elaborou uma política nacional que tornou a atividade sua terceira maior fonte de divisas (BENEVIDES, 1998; RODRIGUES, 2014).

Desta forma, a expansão do turismo no mundo se apresenta, principalmente, em duas dimensões: a) uma diacrônica, que considera o turismo, o lazer, o consumo cultural e a ecologia como novas modalidades de atividade econômica no processo histórico de desenvolvimento do capitalismo; b) uma sincrônica, que se refere ao amplo movimento de “descobrimto” e valorização das áreas tropicais, do qual o Nordeste brasileiro tornou-se alvo (BENEVIDES, 1998).

No caso do Brasil, as intervenções visando ao turismo na região Nordeste apresentam uma simetria com o modelo de “turismo de massa” voltado para os países considerados de Terceiro Mundo, ou em desenvolvimento, desde 1970 (RODRIGUES, 2014). Basta lembrar da construção do complexo turístico Costa do Sauípe, na Bahia. Um conjunto de cinco *resorts* planejado para ser o maior centro integrado de turismo do país. Em muitos aspectos, as intervenções pareceram reproduzir a experiência do

Caribe mexicano, levando o complexo turístico Costa do Sauípe a ser conhecido por Caribe brasileiro.

Nesse contexto, o Estado é considerado um ator central no processo de desenvolvimento turístico, pois articula a escala local-regional com o sistema global e a geopolítica do turismo. Sua ação recebe a colaboração de empresas privadas (de turismo, de meios de comunicação, dentre outras) para a produção e a reprodução de uma nova geografia cultural dos lugares, levando os espaços a serem organizados pelos critérios funcionais da atividade turística (LÓPEZ; MARÍN, 2010).

No Brasil, o turismo se desenvolve desde a segunda metade do século XX de uma forma desordenada, tendo os contornos das suas políticas definidos somente na primeira metade do século XXI, durante o governo federal de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), quando se criam o Ministério do Turismo (MTur), em 2003, responsável pela elaboração da Política Nacional de Turismo (PNT) com planos trienais<sup>64</sup>, e a Lei do Turismo, em 2008<sup>65</sup>. Embora tenha definido efetivamente a política institucional do turismo nos últimos anos, os governos federais, desde a década de 1960, tentavam pontualmente estabelecer a atividade turística como uma estratégia para o desenvolvimento econômico.

---

<sup>64</sup> O Ministério do Turismo (MTur) elaborou o Plano Nacional do Turismo (PNT) para estabelecer objetivos, metas e estratégias norteadoras da atividade. O primeiro PNT refere-se ao triênio 2003-2007 (BRASIL, 2003) e mostra as dificuldades enfrentadas para o aumento da competitividade do país como destino turístico, propõe a implantação de uma gestão descentralizada, e considera a atividade como uma vocação natural do país. O plano do triênio 2007-2010 (BRASIL, 2007) assume o turismo como assunto prioritário da agenda governamental, como uma estratégia de desenvolvimento econômico com capacidade para gerar emprego e renda. As metas a partir deste período apresentam-se ligadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, bem como procuram delimitar regiões, destinos e roteiros turísticos. O PNT atual, referente ao período 2013-2016 (BRASIL, 2013), traz em suas metas a realização dos megaeventos (Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016) e o objetivo de, a partir destes, transformar o Brasil no terceiro maior PIB turístico do mundo até o ano de 2022 (RODRIGUES, 2011, 2015b).

<sup>65</sup> A Lei do Turismo 11.771/08 ratifica a concepção do turismo como um instrumento para o desenvolvimento econômico e social, gerador de renda, de empregos diretos e indiretos, bem como fator de desenvolvimento sustentável e de preservação da biodiversidade, do patrimônio e cultura nacionais. Essa lei é reconhecida principalmente por regular as relações entre as prestadoras de serviços turísticos e o Estado, definindo direitos, deveres e a sua fiscalização.

O marco institucional das políticas de turismo foi a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), em 1966, no contexto dos governos militares que encaram o turismo como uma “indústria nacional” com prioridade estratégica. As ações da EMBRATUR eram controladas e centralizadas, haja vista os governos militares do período (BECKER, 2001). Anos depois, no governo de Fernando Collor, foram criadas políticas públicas que descentralizaram as ações de turismo do governo federal e da EMBRATUR, e, em 1992, no governo de Itamar Franco, foi implantado o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), que visava distribuir geograficamente infraestrutura turística antes concentrada nas regiões Sul e Sudeste.

No estado do Ceará, em 1971, foi criada a Empresa Cearense de Turismo (EMCETUR), cujo objetivo era executar programas de desenvolvimento da atividade turística e produzir infraestrutura de suporte, com a intervenção do Estado e o apoio de agências governamentais. A primeira ação da EMCETUR foi a criação de quatro polos turísticos para distribuição de programas e investimentos: o Costa do Sol, que abrange o litoral de Majorlândia até a foz do Rio Acaraú; Serra de Baturité e suas cidades; Vale do Cariri, com destaque para Juazeiro do Norte, terra de padre Cícero; e o Planalto da Ibiapaba (BELMIRO, 2018).

A divisão em quatro polos realizada pela EMCETUR visava integrar o interior com a capital, no entanto, essa proposta era marcada pela ausência do semiárido e dava pouco destaque para o litoral, pois as praias de Canoa Quebrada e Jericoacoara, reconhecidas hoje internacionalmente, não eram mencionadas (BELMIRO, 2018). Entre 1979 e 1982, o governador Virgílio Távora incorporou o turismo como um setor estratégico de desenvolvimento da economia no Plano de Metas Governamentais (PLAMEG), levando os municípios a executarem suas primeiras ações relacionadas ao turismo (BENEVIDES, 1998).

No município de Caucaia, em 1983, o prefeito Domingos Pontes associou o “progresso” da cidade à transformação de suas localidades litorâneas em polo turístico, como mostra a matéria do jornal O Povo:

[...] Caucaia tem 110 mil habitantes e sua área é de 1293 quilômetros quadrados, o que corresponde a 40 por cento da Região Metropolitana de Fortaleza. Com esse crescimento, e com os recursos vindos quase que unicamente das indústrias localizadas na área, seria difícil se promover o *progresso*. Transformando nossas praias, que tem um grande potencial de beleza natural, em pólo turístico, certamente mais divisas serão geradas em favor do município. Daí a nossa esperança do sucesso destes projetos de loteamento (O POVO, 16 jul. 1983, grifo nosso).

A partir da fala do referido prefeito, nota-se a mudança na percepção dos gestores municipais com relação ao potencial de suas áreas litorâneas para gerar divisas e a crença no “progresso” econômico alcançado com o previsto crescimento do turismo. Além de evidenciar o momento de associação da atividade turística a “vantagens” econômicas, o trecho citado acima mostra que o alvo dos investimentos ainda eram os loteamentos destinados ao veraneio marítimo, considerados a base para o desenvolvimento da atividade turística.

Até este período, todos os planos executados no Ceará representaram apenas uma tomada de consciência, pois não houve investimento nem políticas efetivas voltadas para o setor turístico que levassem ao seu desenvolvimento, como afirmou Dantas (2009). Contudo, a partir da ascensão política do grupo intitulado Governo das Mudanças, foram elaborados programas que consideravam efetivamente a atividade como norteadora do desenvolvimento econômico do estado e o turismo foi considerado um setor modernizador da economia cearense.

O governador Tasso Jereissati afirmou, em 1987, no seu discurso de posse, que iria “acabar com a miséria no Ceará” e transformar o estado em um polo de turismo nacional e internacional. Além de seguir a tendência mundial de utilizar a atividade turística como estratégia de desenvolvimento econômico para países periféricos, Tasso percebeu a possibilidade de atrelar ao seu projeto político o discurso da “geração de emprego e renda” relacionados ao turismo (BELMIRO, 2018).

As ações dos governos mudancistas contribuíram para os investimentos recebidos pelo governo estadual na década de 1990. O primeiro programa turístico no estado considerado inovador foi o Programa de

Desenvolvimento do Turismo no Litoral do Ceará (PRODETURIS), iniciado em 1989. Este programa mapeou os recursos naturais paisagísticos e culturais de todo o litoral, dividindo-o em quatro zonas prioritárias<sup>66</sup>.

Os dados produzidos equiparam o governo cearense, colocando-o à frente dos outros estados do Nordeste, o que favoreceu a obtenção de recursos e investimentos para as zonas costeiras. O PRODETURIS tornou o Ceará um paradigma para a região Nordeste e é considerado o embrião do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) (ARAÚJO, 2011; BENEVIDES, 1998). A criação e execução do PRODETUR/NE, na década de 1990, são consideradas um “divisor de águas” na produção do litoral nordestino, pois contribuíram para o aumento dos fluxos de turistas e provocaram mudanças significativas no litoral (DANTAS, 2010; PEREIRA, 2012).

De forma geral, o PRODETUR/NE foi elaborado a partir de estudos realizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 1990, que identificaram no turismo uma atividade com potencial de desenvolvimento econômico. Ademais, o financiamento e a execução do programa foram impulsionados por instituições financeiras internacionais que incentivavam a promoção da atividade turística, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Programa financiou obras de infraestrutura, projetos de proteção do patrimônio histórico-cultural e ambiental, bem como fortaleceu instituições municipais e estaduais (LIMA, 2003). O PRODETUR é emblemático para mostrar como as políticas de turismo no Brasil priorizaram o litoral, no caso, o da região Nordeste. O programa foi realizado, principalmente, em duas fases: a primeira a partir do ano de 1993 e a segunda do ano de 2004.

### **3.4.1 O PRODETUR/NE I**

---

<sup>66</sup> O PRODETURIS dividia em quatro grandes zonas turísticas o litoral cearense: a) Região Turística I, com Fortaleza, Aquiraz e Caucaia; b) Região Turística II, com Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca; c) Região Turística III, com Aquiraz, Cascavel, Beberibe, Aracati e Icapuí; d) Região Turística IV: Amontada, Acaraú, Cruz, Camocim e Barroquinha (ARAÚJO, 2011).

A União e os estados da região Nordeste do Brasil começaram, na década de 1990, a planejar uma série de mudanças infraestruturais no seu litoral, com vistas a obter financiamentos e desenvolver atividades turísticas. A partir do impulso de agências internacionais de financiamento, efetivou-se a primeira fase do PRODETUR, sendo executado, na época, pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). O acordo assinado em 1993 contou com recursos de US\$ 800 milhões destinados a construir infraestrutura para a atividade turística.

A aplicação dos investimentos do PRODETUR/NE I foi dividida entre sete componentes, os quais seguiam esta ordem: reforma de aeroportos (35,7%); saneamento (25,8%); transportes (22,7%); recuperação do patrimônio histórico (7,3%); desenvolvimento institucional (3,5%); recuperação e proteção ambiental (3,3%); e estudos e projetos (1,8%) (PEREIRA, 2012).

A principal intenção do Programa era urbanizar o território, como indica a distribuição de recursos para o saneamento e os transportes, bem como o montante destinado à reforma dos aeroportos visando facilitar a conexão da região aos contextos nacional e internacional (DANTAS, 2010; PEREIRA, 2012). Por outro lado, os valores destinados à recuperação do patrimônio histórico e à recuperação e proteção ambiental são bem menores, mostrando que o Programa não se preocupou com monumentos históricos e o ambiente natural da região.

Com relação às unidades federativas, os recursos foram distribuídos favorecendo principalmente os estados da Bahia (34%) e Ceará (23%), com mais da metade do total dos recursos. Entre os estados do Nordeste, foram definidos 12 polos turísticos<sup>67</sup>, dos quais apenas um não é litorâneo, deixando claro que o modelo adotado era o do turismo receptivo litorâneo<sup>68</sup>.

---

<sup>67</sup> Os polos do PRODETUR/NE I: São Luís (MA), Costa do Delta (PI), Ceará Costa do Sol (CE), Costa das Dunas (RN), Costa das Piscinas (PR), Costa dos Arrecifes (PE), Costa Dourada (AL), Costa dos Coqueirais (SE), Salvador e entorno (BA), Litoral Sul (BA), Costa do Descobrimento (BA) e Chapada Diamantina (BA). Este último é o único que não é litorâneo.

<sup>68</sup> O turismo receptivo consiste nos serviços destinados aos viajantes que precisam de apoio em seu deslocamento, no que se refere à oferta local, seus respectivos atrativos, bens e serviços.

No Ceará, a reforma do Aeroporto Pinto Martins elevou o equipamento à categoria internacional e aumentou sua capacidade de 900.000 passageiros/ano para 2.500.000 passageiros/ano, após a realização de reformas internas e da construção de uma via de acesso de seis quilômetros. Os investimentos nos transportes resultaram na construção de muitas rodovias, como a CE-085, mais conhecida como Estruturante ou Costa do Sol Poente. Com as intervenções do PRODETUR nos transportes, o espaço litorâneo no Ceará se organizou em dois eixos: de um lado, a oeste com a CE-085 e, do outro lado, a mais antiga, CE-040, que liga a capital ao litoral leste (Fortaleza-Aracati).

Os investimentos em saneamento contemplaram seis municípios: Caucaia, Itapipoca, Paracuru, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante e Trairi (os mesmos a receberem investimentos na área dos transportes), e destinaram-se ao esgotamento sanitário e ao abastecimento de água. No caso do litoral de Caucaia, foram realizados investimentos apenas no Sistema de Abastecimento de Água, deixando de lado, em algumas áreas como a Praia do Cumbuco, o Sistema de Esgotamento Sanitário considerado essencial para minimizar os riscos ambientais referente à contaminação dos recursos hídricos subterrâneos.

### **3.4.2 O PRODETUR/NE II**

O PRODETUR anunciou sua segunda fase em 2004, com investimento em torno de US\$ 400 milhões. O Banco do Nordeste do Brasil avaliou como positivos os resultados da primeira fase, mas constatou que as ações realizadas não foram suficientes por si mesmas, haja vista a precariedade na gestão pública das localidades beneficiadas e os “impactos” ambientais promovidos (BNB, 2005).

Portanto, o PRODETUR II foi organizado com base em três eixos: 1) fortalecimento da capacidade municipal de gestão do turismo, 2) planejamento estratégico, treinamento e infraestrutura para o crescimento turístico, e 3) promoção de investimentos do setor privado (PEREIRA, 2012).

Nesta segunda fase, as metas financeiras foram inferiores as da primeira. O estado de Pernambuco recebeu a maior parte dos investimentos, seguido da Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte. A execução seguiu a distribuição por polos sendo um para cada estado da região Nordeste (exceto, a Bahia, com quatro polos), além de um em Minas Gerais e outro no Espírito Santo<sup>69</sup>. Os investimentos foram organizados em dois grupos de ações: no primeiro, as ações vinculadas ao planejamento e a gestão e, no segundo, aquelas responsáveis pela implantação e reformulação de infraestrutura (PEREIRA, 2012).

As ações relacionadas ao planejamento e gestão são: capacitação profissional, fortalecimento institucional, gestão municipal do turismo, gestão de resíduos sólidos e apoio ao setor privado. Tais investimentos direcionados a essas áreas constataam a falta de eficácia dos diagnósticos e leis dos planos diretores municipais, limitados pela capacidade técnica dos servidores municipais (PEREIRA, 2012). Por isso, o PRODETUR II destinou 7,06% do montante dos recursos para a estruturação da gestão dos estados e municípios, os quais foram distribuídos, principalmente, entre Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, contemplados com investimentos na primeira fase.

O segundo grupo de ações concentrou medidas relacionadas à recuperação do patrimônio histórico, transportes, urbanização de orlas e áreas turísticas, proteção e recuperação ambiental e ampliação de centro de convenções. Os estados de Pernambuco, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte receberam 92,9% do montante total dos recursos.

Durante a segunda fase do PRODETUR no Ceará, o componente dos “transportes” foi o que mais se destacou. O projeto da Rodovia CE-085 continuou estendendo-se de Itapipoca à Jijoca de Jericoacoara e, também, construíram um “ramal” conectando o litoral à Chapada da Ibiapaba. O

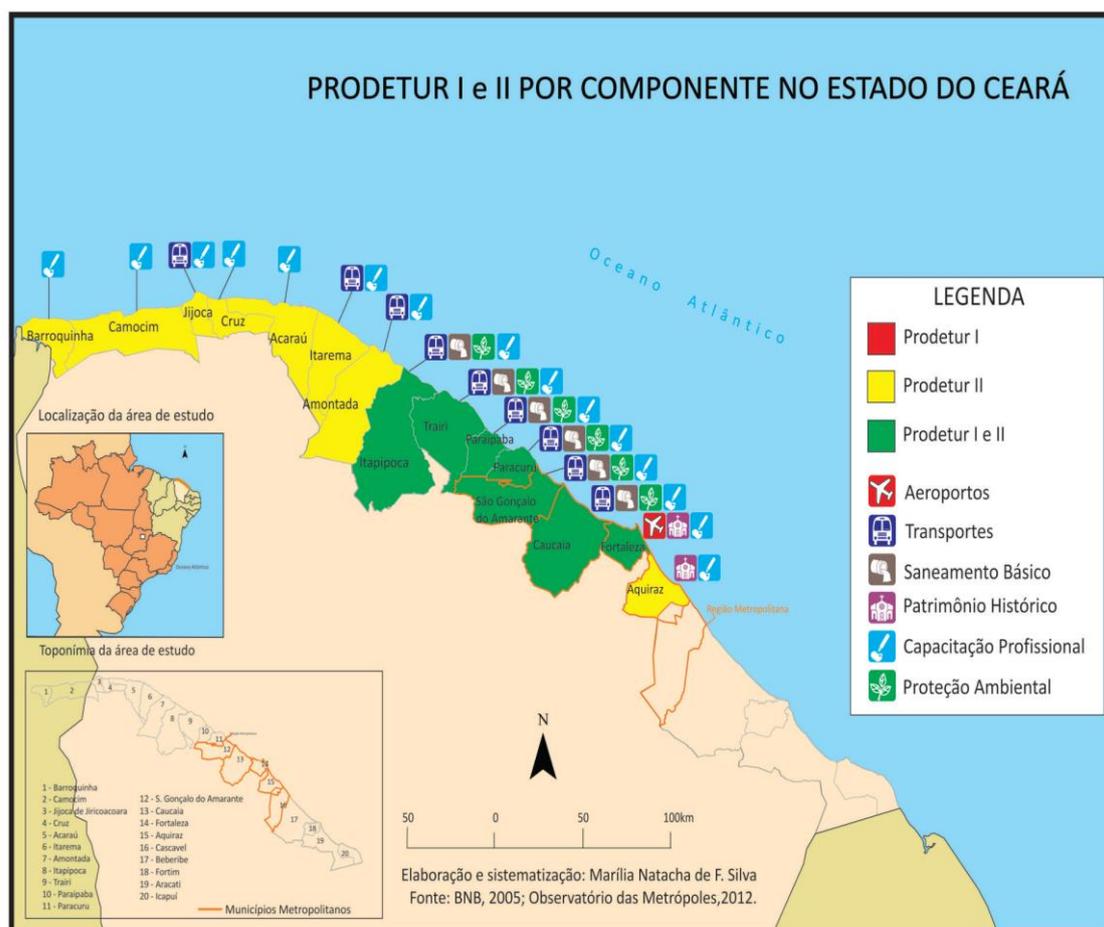
---

<sup>69</sup> Os pólos do PRODETUR/NE II são Costa dos Corais (AL), Chapada Diamantina (BA), Costa das Baleias (BA), Costa do Descobrimento (BA), Litoral Sul (BA), Salvador e Entorno (BA), Costa do Sol (CE), Capixaba do Verde e das Águas (ES), São Luís e Entorno (MA), Vale do Jequitinhonha (MG), Costa das Piscinas (PB), Costa dos Arrecifes (PE), Costa do Delta (PI), Costa das Dunas (RN) e Costa dos Coqueirais (SE).

PRODETUR II também duplicou um trecho da CE-040, via de acesso entre Fortaleza e o litoral leste.

O componente “urbanização de orlas e áreas turísticas” consiste na realização de obras paisagísticas, construções ou reformas em praias e/ou vias urbanas visitadas por turistas. Os recursos foram destinados às praias do município de São Gonçalo do Amarante: Taíba e Pecém. O polo mais beneficiado no Ceará no PRODETUR II foi o Costa do Sol, que inclui todo o litoral Oeste, e ainda Fortaleza e Aquiraz. No PRODETUR I, os municípios mais beneficiados também foram do litoral Oeste, principalmente São Gonçalo do Amarante e Caucaia, sem considerar os recursos utilizados na ampliação do aeroporto (FIGURA 21).

Figura 21 – Espacialização dos investimentos do PRODETUR I e II nos municípios litorâneos do Ceará



Fonte: Observatório das Metrôpoles (DANTAS, 2015).

Embora a construção de vias de acesso não determine a difusão de práticas turísticas no litoral, a ligação daquelas aos aeroportos formam uma rede importante para a consolidação de áreas litorâneas em lugares turísticos. A territorialização dos investimentos dos PRODETUR I e II evidencia a estratégia de inserção de muitas localidades litorâneas ao circuito internacional de consumo dos lugares via atividade turística.

Assim, as políticas públicas voltadas para o litoral do Nordeste contribuíram para o processo de *turistificação* de áreas litorâneas, isto é, de configuração de uma “ambiência apropriada às práticas turísticas”, as quais concedem aos locais novas funcionalidades que valorizam as atividades turísticas (BENEVIDES, 2007). No sentido aqui mencionado, o processo de *turistificação* pode ser entendido como a criação de “destinos turísticos”.

Os planos e ações do PRODETUR contribuíram para o processo de *turistificação*, possibilitando uma infraestrutura no território e, inclusive, a reprodução de outras atividades socioeconômicas não restritas ao campo do turismo, como o veraneio marítimo (PEREIRA, 2012). Por não se tratar de um processo fechado e exclusivo de atividades turísticas, a *turistificação* contribui para o aumento dos espaços de lazer.

Em resumo, a partir da discussão realizada neste capítulo, entende-se que a configuração do Ceará e da localidade litorânea do Cumbuco como lugar turístico não decorreu de uma “vocação natural”, como destacam os guias turísticos, a propaganda e a publicidade, mas envolveu uma série de fatores que contribuíram para a criação de uma configuração socioespacial designada como “destino turístico”, são estes:

- 1) a aquisição da propriedade da terra e a valorização do litoral por meio do veraneio marítimo, que produziu o alicerce para o exercício posterior da atividade turística;

- 2) a concepção de “tempo livre” de trabalho e a possibilidade de viajar por prazer, em busca do novo;

3) a construção de uma nova imagem do Ceará, que alterou o imaginário social sobre o estado, dantes associado à seca, fome e miséria, e o relacionou ao sol, mar, jangadas e lugares paradisíacos;

4) a criação de uma infraestrutura que contempla o tripé dos negócios turísticos: transportes, hospedagem e agenciamento, por meio de investimentos públicos e privados;

5) a promoção da prática de esportes náuticos devido aos elementos climáticos e às ações que inseriram o Cumbuco no circuito dos eventos mundiais;

6) as políticas públicas e os programas sociais em nível federal e estadual que consideram o turismo uma estratégia de desenvolvimento econômico, proporcionando infraestrutura para as localidades litorâneas;

7) e, principalmente, uma ordem mundial, que escolhe lugares periféricos como suporte para o exercício da atividade turística.

Se, por um lado, a “invenção da praia” de Corbin (1989) foi possibilitada pela emergência de um novo olhar sobre o litoral e da criação de uma “arquitetura para o mar” relacionados ao lazer, principalmente a partir do discurso médico dos banhos terapêuticos, por outro lado, a construção de “destinos turísticos” no Ceará envolveu uma amálgama de fatores políticos, econômicos e socioculturais apresentados aqui.

Tais fatores levaram à emergência de um conjunto de agentes sociais e comerciantes relacionados aos negócios turísticos (operadores, hoteleiros, transportadores, prestadores de serviços, sejam organizações privadas ou governamentais) que compõem o chamado *trade turístico*. Desta forma, o processo de transformação de áreas litorâneas em “destinos turísticos” não está isento de produzir mudanças infraestruturais e simbólicas no lugar de moradia daquelas populações que já residiam antes do processo de “invenção da praia”, quando ainda, conforme Corbin (1989), se poderia atribuir a alcunha de “território do vazio”.

#### 4 A INTERFACE ENTRE O *TRADE TURÍSTICO* E AS POPULAÇÕES NATIVAS NA LOCALIDADE LITORÂNEA DO CUMBUCO

O jornal O Povo publicou, em seu perfil na rede social Facebook, a notícia “Fortaleza: a cidade que encanta os turistas”<sup>70</sup> com o seguinte *post*: “Eu moro onde você passa as férias”. A notícia, baseada no levantamento da plataforma de turismo Decolar.com, apresenta as razões pelas quais a capital do Ceará tem se tornado o destino mais procurado para o turismo nacional e internacional. O levantamento mostra o cenário econômico de desvalorização do real em relação ao dólar e ao euro, a receptividade das pessoas, a variedade das praias e a tendência para os esportes de aventura como atrativos para os viajantes brasileiros e estrangeiros.

O *post* “Eu moro onde você passa as férias”, reproduzido na reportagem de forma ufanista, é um instrumento ideológico comumente utilizado pelo conjunto de agentes que promovem o turismo, por intermédio dos meios de comunicação e publicidade, para gerar a aceitação da atividade turística por parte da população residente nos lugares de destino. Ademais, sugere o fato de que residir próximo a equipamentos desta atividade equivale a acessá-los.

Por sua vez, constata-se que, no Brasil, o crescimento e a expansão do turismo ocorreram principalmente em espaços urbanos e litorâneos, ocupados por populações consideradas pobres ou tradicionais, as quais foram expulsas dos seus lugares de moradia (RODRIGUES; SANTOS, 2012; RODRIGUES, 2014), restando apenas poucas ações para a permanência dessas populações, como o caso da construção da Vila de Pescadores na Praia do Cumbuco, no Ceará, que, apesar de todas as contradições, foi considerado, no fim da década de 1970, um “modelo para o Brasil” por ser o único projeto naquela época a manter os moradores no lugar.

A evidência de que muitos lugares turísticos foram constituídos com base na expulsão de populações pobres ou tradicionais mostra que, para esses agrupamentos, morar (ou não morar) em lugares designados como turísticos

---

<sup>70</sup> FORTALEZA, a cidade que encanta turistas. *O Povo*. Fortaleza, 17 jan. 2016.

envolve mudança, contradição e conflito. O caso de permanência das populações de pescadores do Cumbuco em uma Vila construída, comemorado como excepcional na década de 1970 por gestores públicos e iniciativa privada, não ficou isento de vivenciar a dinâmica da mudança social inerente à vida em sociedade, principalmente, quando se tem em vista o desenvolvimento da atividade turística.

Portanto, contrapor o *post* “eu moro onde você passa as férias” à expulsão de populações em prol da construção de lugares turísticos, considerando o caso específico de permanência de pescadores na Vila do Cumbuco, levanta algumas questões que são discutidas adiante: Como os moradores nativos pensam e agem a respeito das práticas de mobilidade e intervenções realizadas em nome do turismo? Quais sentidos são ressignificados com a transformação de localidades litorâneas em lugares turísticos? Quais as estratégias das populações tradicionais para permanecerem vinculadas ao lugar?

Tais questões estão relacionadas à interface entre atividades promovidas pelo *trade turístico* e populações tradicionais de pescadores que residem na localidade litorânea do Cumbuco ou nas suas proximidades. As primeiras idas à pesquisa de campo nessa localidade, com o intuito de investigar essas questões, me fizeram chegar ao José e ao Lucas, e registrar suas percepções, medos e necessidades no diário de campo:

José, 65 anos, pescador, nativo da localidade litorânea do Cumbuco, Ceará, afirma que continuar morando no lugar onde nasceu está ficando cada vez mais difícil, pois a intensificação do turismo trouxe muitos problemas como as drogas, a prostituição e a poluição sonora. Além disso, ele diz que os preços dos produtos no comércio local estão muito altos, não tem mais terreno para construir uma casa para seus filhos e estes não querem mais dar continuidade à pesca. Afirma que, por isso, muitos pescadores têm vendido suas casas e saído da localidade. O Sr. José diz ter medo de alguém chegar e retirá-lo dali. Ele paga o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) como uma forma de comprovar que reside ali há várias décadas (Diário de campo, 23 out. 2014, na casa do pescador).

Lucas, 32 anos, nativo, bugueiro, filho de pescador, diz que o turismo é bom, saiu da pesca porque trabalhar com passeios turísticos lucra mais, não precisa mais “dormir no mar”, e o Cumbuco tem uma movimentação de pessoas de vários lugares do mundo, principalmente durante a noite e nos finais de semana. Ele diz que os jovens da localidade dormem mais durante o dia e utilizam à noite e madrugada para sua sociabilidade (Diário de campo, 23 out. 2014, na Praça do Cumbuco).

No Cumbuco, as conversas com José e Lucas mostram que a experiência das populações tradicionais de pescadores em sua relação com a atividade turística é marcada pela resignificação de práticas de trabalho e de lazer, e por aspectos contrastantes que se evidenciam com as alterações ocorridas não só nos espaços físicos, mas também nos aspectos socioeconômicos e culturais. De fato, a inter-relação entre agentes promotores do turismo e populações de pescadores artesanais implicou em mudança na configuração social da localidade.

É importante considerar que na relação entre populações nativas e agentes promotores do turismo, estes últimos não são a única causa de transformação das primeiras. Afinal, no atual estágio de globalização da cultura propiciado pelas tecnologias da comunicação, o turismo é apenas um entre vários fatores que influem nos processos de mudança e produzem novas experiências, juntamente com as migrações, os contatos comerciais, a urbanização, a industrialização, os meios de comunicação e o sistema educativo. Segundo Barretto (2003, 2012), metaforicamente, o turismo não é a bola que corre na mesa de sinuca e as que estão estáticas, a cultura. Se o turismo é uma bola de sinuca, existem muitos fatores que agem como taco.

Com relação às populações tradicionais, não existe uma comunidade tradicional em estado puro, porque tais populações se encontram, em maior ou menor grau, transformadas (SAHLINS, 1990). No caso de comunidades marítimas, a relação com o mar não é o único elemento constituinte de sua configuração social (DIEGUES, 1995). Desta forma, uma localidade litorânea como a do Cumbuco não é um lugar idílico, ausente de

conflitos e, tampouco, possui um modo de vida inalterado, como era veiculado nos meios de comunicação.

As mudanças em localidades litorâneas podem ter também sua origem no mundo natural, pois as forças da natureza são um agente natural, que agem sobre uma realidade social, mas que se diferem dos atores sociais por não terem vontade, nem intencionalidade. Desta forma, o impacto da natureza nela mesma é maior do que a ação do próprio homem, como afirma Little (2006):

O Sol, a força gravitacional, as forças eletromagnéticas, os buracos negros, a via Láctea, só para citar alguns, podem existir muito bem sem os seres humanos e, portanto, não são nem ciborgos, nem coletivos, nem vivem na época da biossocialidade. (LITTLE, 2006, p.89)

Entretanto, é importante não esquecer que o *trade turístico* representa um dos setores da produção capitalista e, conseqüentemente, seu desenvolvimento implica em alterações de diferentes graus no modo de vida, nas representações, nos valores, nas crenças, na rede de relações, principalmente de comunidades marítimas de pescadores que residem em áreas de interesse do capital imobiliário e turístico.

No âmbito da literatura que trata dos processos de mudança impulsionados pelo turismo em sociedades e culturas, Santana (2009) produziu uma revisão sobre o tema e mostrou que as mudanças podem ser classificadas em três categorias:

a) físicas: alterações no território, na fauna e na flora;

b) socioeconômicas: custos e benefícios provenientes do desenvolvimento e do uso dos bens e serviços turísticos, e alterações na estrutura social;

c) socioculturais: mudanças nos modos de vida, padrões de resposta a conflitos e comportamentos, cultura material, percepção de si mesmo e de outros etc., que afetam todos os envolvidos na atividade turística.

Para o autor, esta divisão metodológica é artificial, pois os conteúdos das categorias estão inter-relacionados e as passagens de uma para a outra

são normalmente difíceis de delimitar. Por isso, a proposta também procura distinguir os níveis primários e os secundários das mudanças.

As mudanças de nível primário são visíveis e ocorrem nas fases iniciais do desenvolvimento de uma localidade turística, referem-se, sobretudo, aos aspectos físicos e socioeconômicos. As de nível secundário possuem um alcance mais profundo, que ocorrem em longo prazo e, portanto, são mais difíceis de associar ao turismo. Essas se relacionam especialmente aos aspectos socioculturais e consistem, principalmente, na mudança de valores e na alteração dos significados patrimoniais (SANTANA, 2009).

Por sua vez, a literatura que se baseia nos “impactos” do turismo sobre populações, ora normativa, ora avaliadora, considera as mudanças de modo negativo, e apresenta uma série de riscos capazes de afetar uma localidade ou país, como mostra a revisão elaborada por Santana (2009): deslocamentos territoriais de populações que vivem em áreas de interesse de capital turístico; emprego precário; aumento dos índices de gravidez adolescente e prostituição infantil; expansão das redes de narcotráfico e aumento da violência nas localidades turísticas; sazonalidade; desastres naturais; crises econômicas nos países emissores de turistas; revoluções e guerras; violência urbana e epidemias.

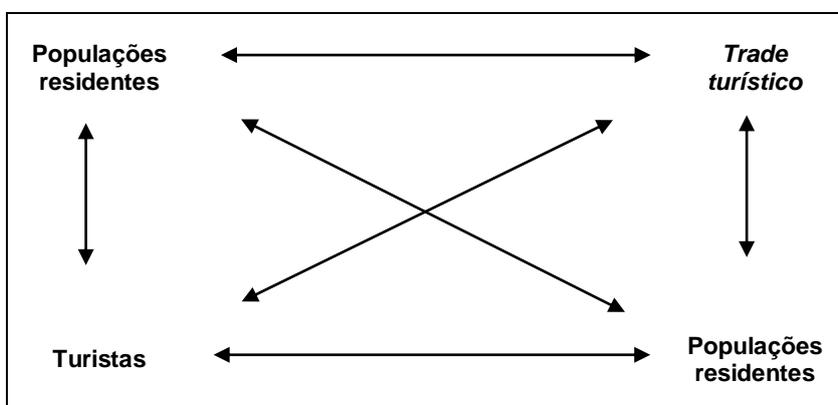
Apesar das mudanças supracitadas serem o produto da inter-relação de complexos fatores políticos e econômicos, e o atores sociais envolvidos e os cenários sejam diversos, a literatura dos “impactos” do turismo compreende as mudanças como extinção dos modos de vida tradicionais e perda de características consideradas autênticas das populações residentes em localidades turísticas.

Contudo, a partir de narrativas dos moradores da localidade do Cumbuco, a atividade turística pode ser vista como um fenômeno de múltipla repercussão, haja vista a inserção de moradores nativos na sua cadeia produtiva e a incorporação de suas intervenções e investimentos como sinônimos de “desenvolvimento” e “progresso”. Desta forma, a literatura dos “impactos” sobre populações, sejam tradicionais ou não, pode não dar conta de

explicar os intercâmbios, as apropriações, as incorporações e as permanências, já que sua proposição sugere apenas uma direção da mudança.

Em um lugar turístico, as relações entre os diversos atores sociais envolvidos no fenômeno do turismo ocorrem como em um quadro de quatro vértices cujos atores se inter-relacionam, como está representado na figura abaixo (FIGURA 22): 1- entre os membros da comunidade entre si; 2- entre populações residentes e *trade turístico*; 3- entre populações residentes e turistas; e 4- entre turistas e *trade turístico*.

Figura 22 – Agentes sociais envolvidos no fenômeno do turismo



Fonte: elaborado pelo autor a partir da explicação de Robinson (1999 *apud* BARRETTO, 2012).

Tendo em vista a interface entre o *trade turístico* e as populações tradicionais na localidade do Cumbuco, a “experiência” dos moradores nativos, entendida como a forma que esses indivíduos vivenciam, percebem e narram sua cultura (BRUNER, 1986), possibilita compreender os processos de mudança na localidade. A “experiência” ao invés do “impacto” mostra as rupturas e as permanências, os intercâmbios, as formas de pertencimento e os sentidos de tempo atribuídos pelos interlocutores.

Desta forma, com base na vida experienciada e nas narrativas sobre a experiência (BRUNER, 1986), foi possível identificar como os moradores nativos do Cumbuco pensam e agem a respeito das práticas, intervenções e investimentos designados como turísticos. Tais narrativas trataram, principalmente, de aspectos relacionados ao território, às atividades produtivas e à rede de relações sociais, apresentados, a seguir, de forma separada

apenas para fins de exposição, pois os conteúdos acerca dos três aspectos estão inter-relacionados.

#### **4.1 Posseiros, moradores nativos e “cumbuqueiros”**

##### **4.1.1 Os posseiros no “Cumbuco Velho”**

O processo de territorialização no período designado pelos moradores nativos como “Cumbuco Velho” era marcado por casas de palha e áreas delimitadas por “vazantes” e coqueiros. A ocupação desse período pode ser caracterizada como fragmentada e efêmera, pois devido a motivações diversas, sejam pessoais ou relacionadas aos fenômenos da natureza, como a transgressão marinha ou movimentação do campo de dunas, os pescadores se deslocavam para outros pontos do litoral.

Os deslocamentos também ocorriam porque, mesmo com a pesca abundante e a pouca densidade demográfica, o meio natural se exauria dificultando a sobrevivência das famílias de pescadores. De todo modo, é importante destacar que mesmo com estes deslocamentos, e apesar da efemeridade resultante deles, se formou um núcleo populacional no Cumbuco constituído por populações de pescadores na condição de “posseiros”, identificação atribuída às pessoas do lugar por Jairo Souza que, posteriormente, adquiriu as terras do Cumbuco.

O território na configuração social “Cumbuco Velho” era marcado por descontinuidades e vazios aparentes, que consistiam em porções da natureza tidas como “não utilizadas por ninguém”. E, para muitos de seus habitantes, o território representava apenas a porção da natureza ocupada por várias gerações, onde o agrupamento se reproduzia econômica, cultural e socialmente.

Por sua vez, a chegada de Jairo Souza, apresentando-se como proprietário das terras, e as conseqüentes intervenções realizadas pela Construtora Cumbuco levaram os habitantes a vivenciar processos de mudança, mobilidade e fixação de moradia derivados da construção da Vila de Pescadores e da organização dos jangadeiros locais em uma associação.

Tais processos alteraram a experiência de pertencimento e as populações de pescadores passaram a se perceber como indivíduos do lugar e a se identificarem como moradores nativos. “Agora, o Cumbuco é território de pescador” foi a expressão utilizada pelo jangadeiro Francisco, durante uma das entrevistas realizadas para essa pesquisa, ao se referir à inauguração da Vila e da Colônia de Pescadores Z-7.

#### **4.1.2 A Vila dos moradores nativos**

A relação com o território, antes fragmentada e efêmera, se alterou, levando os indivíduos a percebê-lo como a porção da natureza sobre a qual o segmento de pescadores “reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que [ele] deseja ou é capaz de utilizar” (GODELIER, 1984 *apud* DIEGUES, 1994, p.74).

As populações de pescadores do Cumbuco passaram a ver o território não apenas como um fato de “natureza”, mas também como um espaço de reivindicação de acesso, controle e uso. Agora, a percepção dos moradores nativos sobre o território não era marcada apenas por uma dimensão objetiva e material sobre a “porção da natureza” que habitavam, mas também por uma dimensão subjetiva marcada pela apropriação e a identidade.

No plano teórico, algumas concepções de território procuram escapar de visões que transitam entre polos “naturalizantes” ou “sociologizantes”, como a de Haesbaert e Limonad (2007):

A construção do território resulta da articulação de duas dimensões principais, uma mais material e ligada à esfera político-econômica, outra mais imaterial ou simbólica, ligada sobretudo à esfera da cultura e do conjunto de símbolos e valores partilhados por um grupo social (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p.49).

Essa concepção não naturaliza o território nem sobrevaloriza a sua constituição social ao ponto de desconsiderar sua base material. Desta forma, no Cumbuco, o território na configuração social Vila de Pescadores pode ser compreendido como uma construção social e histórica que abrange, por um lado, uma dimensão espacial envolvida por processos de dominação que se revelam de forma material ou jurídico-política e, por outro lado, uma dimensão

subjetiva envolvida pela apropriação e o simbolismo que levam à formação de uma identidade territorial.

No Cumbuco, mesmo após a criação da Vila e da Colônia, a mobilidade se manteve por outros fatores e sob formas diferentes e, além disso, os processos de mudança geraram novas rugosidades. O projeto de fixação de moradia e organização das populações de pescadores em uma pequena porção do vasto território litorâneo, comemorado como uma referência de projeto para o Brasil, na década de 1970, possibilitou a ocupação de loteamentos para segundas residências do setor imobiliário e, posteriormente, a formação de um *trade turístico* com suas atividades econômicas e culturais.

Tendo em vista uma comparação entre o fenômeno da segunda residência e o do turismo, o primeiro pode ser considerado mais violento porque expropriou as terras dos nativos por grileiros e segmentos imobiliários, como afirmam Diegues (1994) e Coriolano (2014). Contudo, no Cumbuco, se o contexto do primeiro fenômeno permitiu manter as pessoas residindo de outra forma no lugar, o segundo fenômeno intensificou a exploração do litoral, contribuindo para uma mercantilização do espaço e provocando outros processos de deslocamento.

A influência do fenômeno do turismo sobre o território decorre do fato dessa atividade corresponder a práticas socioespaciais articuladas em uma delimitada base territorial. A construção de lugares turísticos para abrigar práticas socioespaciais relacionadas ao lazer e entretenimento carece de uma ampla ambiência com infraestrutura que viabilize o consumo de serviços turísticos. Essa nova configuração socioespacial altera os usos e as funções, bem como leva a substituição de antigos por novos moradores.

No Cumbuco, a intensificação da atividade turística interferiu na relação das populações de pescadores com o território na medida em que os investimentos privados e as políticas públicas de turismo visavam tornar a área atrativa para o consumo de bens, serviços e paisagens por parte de visitantes nacionais e internacionais. A valorização da zona de praia levou a um aumento da demanda de imóveis por segmentos mais abastados, não apenas para fins habitacionais, mas principalmente comerciais.

Muitos investidores compraram imóveis para a construção de pousadas, restaurantes e bares voltados para os visitantes oriundos do turismo, dando início a formação do *trade turístico*. Enquanto isso, outros adquiriram imóveis com a expectativa de que seu valor de mercado aumentasse no futuro, fomentando a especulação imobiliária. Tal valorização de terras ocorreu em toda a área do Cumbuco, mas principalmente na Vila de Pescadores, haja vista que esta exercia certa centralidade pela quantidade de estabelecimentos e serviços que favoreciam os fluxos de visitantes.

Assim, no contexto de intercâmbio entre os agentes sociais que davam início à formação do *trade turístico* e as populações de pescadores, o território passou a refletir os interesses divergentes dos diversos segmentos sociais, presentes naquele momento de reconfiguração socioespacial da Vila em um lugar turístico: moradores nativos, veranistas, comerciantes, investidores, especuladores imobiliários, turistas e gestores públicos.

Em um primeiro momento, o processo de formação territorial se apresentava como um “campo de forças”, permeado por relações de poder que definiam limites, alteridades e diferenças entre “nós” e os “outros” (SOUZA, 2000): as populações de pescadores se identificavam como moradores nativos, os “de dentro”, “nós”, membros de uma coletividade, e consideravam os diversos segmentos como os “de fora”, os “outros”, *outsiders*. Desta forma, a intensa circulação de pessoas “de fora” naquele território acentuou a diferença entre internos e externos.

Contudo, ao longo dos anos, principalmente, na década de 1990, a intensificação da atividade turística e consolidação do *trade* levou os moradores nativos da Vila de Pescadores do Cumbuco a vivenciar processos de mudança marcados pelo deslocamento para outras localidades. Tal mobilidade ocorreu tanto por razões endógenas, como, principalmente, por razões exógenas, identificadas na narrativa do Ailton:

A família cresceu. O pescador não tem mais pra onde ir e ficou restrito num espaço de cinquenta mil metros quadrados e, então, isso é que é a Colônia, esse espaço que é a Vila. Muitos venderam, venderam porque foi chegando o pessoal de fora e botando dinheiro

num espaço desse muito bonito. Muitos querem voltar ao Cumbuco, mas só podem vir se for a passeio, pra morar não tem mais condições. Quem vender alguma casa no Cumbuco não consegue mais comprar de volta (Ailton, 50 anos. Documentário Cumbuco: um convite à história).

Ailton relata uma causa comum compartilhada pelos nativos ao explicarem o deslocamento dos pescadores da Vila. A expressão “a família cresceu” mostra que o restrito espaço do lote de terra e casa de alvenaria na Vila de Pescadores não conseguia abrigar os filhos que passaram a casar, gerar outros filhos e não querer dividir um espaço limitado, como ratifica o Francisco:

Todas elas [as casas] aqui do começo até o fim, todas é um terreno só. Aí a maioria do pessoal venderam uma parte dos fundos e ficaram na frente, oitenta por cento fizeram isso. Ou os filhos [dos pescadores] casaram e construíram [...]. Aqui começou a inchar, porque a Vila é unificada, não tem como crescer para canto nenhum, ela cresce para cima, mas o resto só incha. (Francisco, 67 anos. Entrevista em 25 ago. 2018).

Concomitante a isto, a valorização de terras em áreas litorâneas atraiu pessoas “de fora”, principalmente, investidores locais ou estrangeiros interessados em comprar as casas da Vila para desenvolver serviços de hospedagem ou comércio, sobretudo, alimentício. As péssimas condições financeiras e a intensa especulação levaram muitos moradores a venderem partes do terreno que foi destinado, inicialmente, à construção de moradias dos familiares. As áreas comercializadas foram ocupadas por pontos comerciais, lojas e restaurantes cujos proprietários não eram nativos.

Pelos estrangeiros né, muitas propostas já foram feitas aqui. Aliás, a maioria deles [moradores nativos] já venderam, tem poucos nativos. Venderam para os europeus: os portugueses, holandeses. Aqui as barracas e casas de veraneio, tudo são deles, se tem um nativo [como proprietário] tem muito. [...] [Os que saíram] se arrependeram [...], venderam por quase nada e não puderam voltar. (Roberto, 48 anos. Entrevista em 14 mar. 2016).

Já [recebemos propostas], mas minha mãe [Maria] diz que não vende, se fosse pelos filhos ela já tinha vendido aqui, mas ela diz que só sai daqui no dia que o caixão dela for embora mesmo [...]. Um terreno aqui é valioso, tem mais terreno de trinta mil aqui não, é de cento e cinquenta mil pra lá [...]. Os que vieram comprar aqui, eles deram trezentos e cinquenta mil, mas a gente não aceitou, quer dizer ela [a mãe, Maria] né. (Cecília, 35 anos. Entrevista em 11 jan. 2016).

Por um lado, alguns moradores nativos decidiram não vender suas residências e, por outro lado, as casas daqueles que tinham os terrenos mais próximos ao mar foram vendidas por valores considerados altos, segundo os próprios moradores, como 300 mil reais. As famílias dos pescadores, que venderam suas residências, dividiram o dinheiro entre os filhos para que cada um pudesse adquirir terrenos em outras localidades.

A maioria dos filhos de pescadores se deslocou para o Parázinho, situado na Tabuba, outros foram residir na Lagoa do Barro, Icaraí, Garrote e Pecém, este último situado na cidade limítrofe São Gonçalo do Amarante. De acordo com as narrativas dos moradores nativos, aqueles que desejam morar no Cumbuco novamente não têm mais recursos para (re)adquirir uma residência na própria Vila devido à valorização imobiliária, restando apenas como área mais próxima o Parázinho.

#### **4.1.3 O Parázinho e os “cumbuqueiros”**

Saiu daqui e foram pra ali, pro Parázinho, na Tabuba. É assim. Depois eles têm vontade de vir embora e não podem. Porque aqui saiu não entra mais, porque é muito caro. Muito caro pra comprar terreno, casa. É muito caro. Depois não pode comprar não (Olívia, 77 anos. Documentário Cumbuco: um convite à história).

O relato de Olívia mostra como a expansão do turismo no Cumbuco resultou na transformação e mercantilização do espaço. No contexto do turismo, a mercantilização do espaço é produto da articulação entre as esferas macroestrutural (relacionada ao poder político e econômico) e microsocial (relacionada ao âmbito das experiências vividas). Ademais, é vista como um processo de subtração de relações sociais do lugar que envolve sentidos de

pertença, identidade, relacionados ao sagrado e à vida material, para que os lugares se tornem um produto que seja incorporado como mercadoria no circuito cultural (LÓPEZ; MARÍN, 2010).

As relações socioespaciais relativas à mercantilização envolvem questões de poder, pois, segundo Harvey (2013), o domínio do espaço é uma fonte fundamental de poder social na e sobre a vida cotidiana. Assim, quem domina o espaço sempre pode controlar a política do lugar, pois o seu controle evidencia as relações de poder existentes. Por outro lado, a reorganização de um espaço sempre é uma forma de alterar as estruturas mediante as quais o poder se expressa.

No Cumbuco, a valorização das terras em praia e a mercantilização do espaço derivadas da especulação imobiliária para fins turísticos contribuíram para a intensificação do processo de mobilidade territorial dos moradores nativos, que passaram a vender suas casas e a se deslocar, principalmente, na direção da localidade conhecida como Parázinho, situada no campo de dunas da Tabuba (MAPA 3).

Quando nós chegamos aqui [no Parázinho] essa parte quase não tinha casa não. [...] só casa de taipa, de taipazinha. Aí eu cheguei, fiz logo esse de taipa também, arrudiada<sup>71</sup> de barro [...]. Eu saí de lá [do Cumbuco] porque além de estar construindo, minha família não tinha onde fazer lá mesmo. O espaço que nós tinha já era pequeno, já era pouco, aí tinha só o espaço do canto dos meus pais, aí nem dava pra fazer pra frente nem dava pra fazer pra trás, porque já tinham tomado [construído] pra trás da casa (Dedé, morador do Parázinho. Documentário Cumbuco: um convite à história).

Eles foram vendendo e foram pra Parázinho e pra Tabuba [...]. E é saindo mais, né?! Até porque lá [no Cumbuco], futuramente só vai ter lugar para os gringos e para os estrangeiros! (Raimundinha, moradora do Parázinho. Documentário Cumbuco: um convite à história).

---

<sup>71</sup> “Arrudiar” significa dar voltas em torno de algo, contornar.

Mapa 3 - Localização do Parázinho e da Vila de Pescadores, Caucaia, Ceará



**LEGENDA:**

-  Vila de Pescadores
-  Parázinho



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Título da Tese:**

"Destinos turísticos" e populações nativas:  
Experiência e narrativas de mudança social.

**Autor:**

Francisco Willams Ribeiro Lopes

**Orientadora:**

Dra. Irllys Alencar Firmo Barreira

**CARTA IMAGEM**

**Localização do Parázinho e da  
Vila de Pescadores, Caucaia, Ceará.**

DATUM: SIRGAS 2000 Zona 24S  
Sistema de Projeção Universal Transversa de Mercator  
Imagem de satélite do Google Earth (12/03/2018)  
Sistematização: do autor (2018)  
Cartografia: Matos (2018)

**Instituição de Financiamento da pesquisa:**



O Parázinho é uma localidade situada a dois quilômetros de distância a leste da Vila de Pescadores, em uma área entre o Posto de Combustível Cumbuco e a conhecida Volta do “S”<sup>72</sup>. O Parázinho se constituiu em uma localidade oriunda da saída de pescadores e/ou filhos de pescadores de suas residências na Vila, os quais, a partir da década de 1990, começaram a se deparar com a falta de moradia devido ao crescimento da família e, principalmente, à mercantilização do espaço. Os filhos dos pescadores que não conseguiam construir uma residência no lote adquirido por seus pais, encontravam no Parázinho a possibilidade de uma moradia com menos custos.

E aí eu não tinha para onde ir, botei a placa de venda. Com dois meses apareceu três a quatro compradores. Oferecendo quarenta mil, cinquenta. Aí eu vendi há quatorze anos por setenta mil, comprei no Parázinho por vinte e cinco e gastei vinte na reforma. Fiz do meu jeito, uma casa com quintal do mesmo tamanho da casa [...]. (Francisco, 67 anos. Entrevista em 25 ago. 2018).

A mobilidade territorial dos moradores nativos para o Parázinho se constituiu em mais um “marco” capaz de suscitar narrativas sobre mudanças sociais. O deslocamento para outra área fora da Vila de Pescadores levou os moradores nativos a redefinir a percepção sobre si mesmos e, com uma tentativa de permanecerem vinculados ao lugar, passaram a utilizar a categoria êmica “cumbuqueiro” para se identificar. Desta forma, “cumbuqueiro”<sup>73</sup> designa o pescador ou seus descendentes que não residem mais na Vila e se deslocaram, principalmente, para o Parázinho.

O Parázinho não tinha calçamento, não tinha luz, com dois anos que eu estava lá é que colocaram iluminação e pavimentação. Aí foi crescendo, o pessoal foi construindo, foi chegando gente, hoje está de uma forma que ninguém sabe qual a diferença com o Cumbuco e a Tabuba. [...] Quem ia chegando lá eram os daqui, vizinhos nossos aqui estão lá hoje. Aí os cumbuqueiro de lá [do Parázinho] vem para

---

<sup>72</sup> A volta do S é um ponto de referência para os moradores do Cumbuco por se tratar de uma curva em formato de S na via asfáltica que divide as localidades litorâneas da Tabuba e Cumbuco.

<sup>73</sup> No contexto atual do Cumbuco, a categoria “cumbuqueiro” tem sido muitas vezes utilizada para designar também os moradores nativos, de forma que em alguns momentos “nativo” e “cumbuqueiro” se confundem.

cá, os de cá vão pra lá, e vão crescendo assim. Aqui pouca gente nativa está permanecendo. (Francisco, 67 anos. Entrevista em 25 ago. 2018).

O Parázinho foi uma localidade que se constituiu mesmo com a carência de serviços básicos, como energia elétrica, água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, como explicou Francisco. Os “cumbuqueiros” construíram casas de madeira e palha, costume oriundo do “Cumbuco Velho”, enquanto outros já construíam de alvenaria em uma área mais ampla, com a tentativa de adquirir o que tinham perdido na negociação com o doutor Jairo, como a parte da casa denominada “quintal”. Contudo, os “cumbuqueiros” não têm o título da terra, pois sua territorialização resulta de uma ocupação irregular.

Durante muitos anos, o Parázinho era visto como a opção futura de todos aqueles que decidissem sair do Cumbuco. Atualmente, morar nesta localidade já não representa mais uma possibilidade com menos custos, pois ao longo dos anos as moradias precárias (casas de taipa e palha) foram dividindo espaço com outras mais estruturadas (casas de alvenaria), e a procura de terrenos por estrangeiros também se acentuou nesta área. Além disso, nos últimos anos, não se consegue mais construir residência resultante de ocupação irregular nessa área.

A gente tenta pagar o IPTU [Imposto Predial e Territorial Urbano], mas a Prefeitura diz que é terreno invadido [...]. Era de propriedade de uma imobiliária, quando faliu, ele tinha vários títulos no Banco do Brasil, então o banco tem ações daquelas terras. Só que o Banco nunca se incomodou com o povo daqui [do Cumbuco] que foi pra lá, a não ser com aqueles que procuram fazer um meio de vida, construindo só pra depois vender a casa ou transferindo pra outras pessoas. Hoje, os donos que a gente conhece é o banco [...]. O pessoal começou a invadir, aí o banco limitou, quem construiu e invadiu permanece, mas daqui pra frente de jeito nenhum. Se você chegar lá encontra terreno limpo [desabitado], você cerca lá hoje, aí vem o “olheiro” [...], quando é amanhã você é chamado pra dar esclarecimento, aí tira a pessoa de lá (Francisco, 67 anos. Entrevista em 25 ago. 2018).

O relato do Francisco destaca os mecanismos de controle dos proprietários das terras do Parázinho, que aparecem nas narrativas dos moradores como uma instituição bancária que possui seus “olheiros”, ou seja, pessoas do lugar que de forma anônima repassam informações ao proprietário, para evitar outros processos de ocupação irregular.

No Parázinho, a infraestrutura em alguns pontos da localidade ainda é precária com relação ao saneamento básico e a coleta do lixo. Alguns moradores preferem dizer que moram na Tabuba e não no Parázinho pelo estigma atribuído à área devido à precariedade e ao avanço de ocupações irregulares nos últimos anos. A própria localidade vivencia, atualmente, um processo de tensão entre internos e externos nas relações entre os moradores. Os “cumbuqueiros” são tidos como os “de dentro”, o “nós”, enquanto outros indivíduos, oriundos principalmente de Fortaleza, são os “de fora”, como mostram as narrativas de Francisco e Eliane:

Quem não é daqui [do Cumbuco], vem de fora, de Fortaleza, a maioria deles vem dos “Arpoadores”, uma das áreas mais conhecidas do que diz respeito às drogas, vem se misturar com os daqui. Os “Arpoadores” é no [bairro] Colônia, da Barra do Ceará pra lá, perto das Goiabeiras [...]. Eles foram indenizados por que construíram aquela avenida bonita, litorânea [Vila do Mar]<sup>74</sup>, receberam a indenização e compraram umas casinhas por aqui em cima das dunas. No lugar chamado “suvaco da cobra”, um setor que só vai lá quem tem negócio. Os nativos [os cumbuqueiros] que moravam perto de lá saíram de lá e vieram para mais perto da praia [...]. De noite lá, tem muita polícia (Francisco, 67 anos. Entrevista em 25 ago. 2018).

É favela. É o suvaco da cobra. É em cima do morro, homem. Quem é que vai lá, negócio de oito horas, dez horas [da noite]? (Eliane, 38 anos. Entrevista 02 mar. 2016).

A tensão se expressa na redefinição territorial conduzida pelos moradores que classificam a localidade, no sentido norte-sul, em Parázinho 1,

---

<sup>74</sup> O Vila do Mar é um projeto de intervenção urbanística que visa a “requalificação” da orla de Fortaleza e atinge, principalmente, os moradores e pessoas que vivem em ocupações irregulares nos bairros Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará.

entre a Avenida dos Coqueiros e a subida da duna, e o Parázinho 2, entre a subida da duna e a parte de trás, cuja ocupação de moradias na formação côncava no campo de dunas levou os “cumbuqueiros” a denominar o local de “suvaco da cobra”. Enquanto a primeira é marcada por residências, comércios, escola, posto de saúde, igrejas, creche e, até mesmo, pousadas, em ocupações irregulares desde a década de 1990; a segunda trata-se de área de uso residencial em ocupação irregular mais recente, caracterizada pelos moradores do Parázinho 1 como favela e lugar de trocas comerciais ilícitas (FIGURA 23).

Figura 23 – Avanço da ocupação de residências no Parázinho



Fonte: Google Earth. O avanço da ocupação de residências no Parázinho. A primeira imagem é de 27/10/2004, e a segunda é de 22/08/2017. Em azul a territorialidade designada como Parázinho 2.

Os “cumbuqueiros” do Parázinho mantêm vínculos com o Cumbuco por possuírem familiares e amigos residindo na Vila e/ou trabalharem no local de origem, como disse Francisco: “os cumbuqueiro de lá [do Parázinho] vêm para cá, os de cá vão pra lá, e vão crescendo assim”. Um exemplo são os pescadores que não possuem embarcações próprias e se deslocam à Vila diariamente para exercerem suas atividades e, até mesmo, a diversidade de pessoas oriundas do Parázinho nos dias de festas religiosas, eventos e competições relacionadas aos pescadores no Cumbuco.

O vínculo dos pescadores do Parázinho com o território da Vila e, também, entre os do próprio segmento permanece mesmo com a possibilidade de pescarem no mar territorial próximo à faixa de praia da Tabuba, onde se encontra cerca de 15 paquetes de propriedade de “cumbuqueiros”. Apesar de uma diferenciação nas áreas de praia e mar territorial entre “porto pesqueiro do Parázinho” e “porto pesqueiro do Cumbuco”, os pescadores artesanais defendem que “a pesca é questão de sobrevivência”; então, dentro do mar, eles podem pescar em qualquer ponto, respeitando a posição de quem definiu o lugar da pescaria primeiro.

A conexão entre os pescadores é reforçada nas relações econômicas, pois quando a produção pesqueira supre as necessidades do comércio do Parázinho, o excedente de produção é vendido para os frigoríficos do Cumbuco. Ademais, os casamentos entre as famílias dos pescadores do Parázinho e do Cumbuco estreitam os laços sociais que vinculam os moradores das duas localidades.

Com relação à distinção entre a experiência de morar na Vila e no Parázinho, os “cumbuqueiros” ressaltam expressões que remetem ao passado e formam um quadro entre um “antes” e “depois”, assim como ocorre em contextos de intervenção (BARREIRA, 2001). Para muitos “cumbuqueiros”, a Vila não é mais um espaço residencial e tranquilo, agora é um lugar onde predominam o comércio e a circulação de pessoas “de fora” realizando atividades turísticas.

Os “cumbuqueiros” ressaltam a intensificação da atividade turística na Vila do Cumbuco, fazendo evidenciar o surgimento de outra configuração

tempo-espço. Esta configuração pode ser assimilada a partir das práticas materiais e cotidianas, experiências individuais e coletivas, nas quais os indivíduos são considerados agentes engajados em projetos que absorvem tempo por meio do movimento no espaço (HARVEY, 2013).

A mudança na configuração tempo-espço na Vila do Cumbuco pode ser observada nos desacordos gerados pelo fato de o lugar ter se tornado de parada transitória e de uso efêmero para turistas nacionais e internacionais e, ao mesmo tempo, espaço de moradia, de uso cotidiano para os moradores nativos. Assim, enquanto as portas das casas dos nativos se fecham para o descanso noturno diário, as portas das casas de shows, restaurantes e bares, situadas na vizinhança, abrem para o funcionamento.

As divergências mais recorrentes são entre alguns moradores e comerciantes, e ocorrem porque “o turismo implica quase diretamente férias ou tempo de lazer, fato que cria grandes diferenças entre o sujeito da atividade e o ‘anfitrião’, relações marcadas por seu caráter transitório e desigual” (SANTANA, 2009, p.35).

Enquanto, por um lado, alguns moradores do Parázinho destacam mais vantagens em residir nessa localidade do que no Cumbuco, por outro lado, os moradores da Vila do Cumbuco afirmam que muitos daqueles que se deslocaram querem retornar, mas não têm condições financeiras para comprar algum terreno ou casa, pois a valorização imobiliária aumentou o preço da terra.

Os processos de deslocamento e fixação de moradia vivenciados pelas populações de pescadores, como “posseiros”, “moradores nativos” e “cumbuqueiros”, podem ser vistos em duas fases com características distintas:

- a primeira ocorreu na década de 1970, de forma pontual, por meio da permuta protagonizada pelo doutor Jairo com 80 famílias que, com o passar dos anos, algumas se arrependeram, acusando Jairo Souza de uma negociação injusta, e outras agradeceram o fato de saírem de casas de madeira e palha para casas de alvenaria;

- a segunda fase ocorreu de forma processual, a partir dos anos 1990, por intermédio da venda de casas e terrenos da Vila protagonizada pelos próprios pescadores. Agora a família havia crescido e, com o passar do tempo, algumas pessoas se queixam por não poder retornar ao local de origem e outros se contentam com o fato de o Parázinho possuir uma configuração tempo-espaço diferente do Cumbuco.

Desta forma, o Parázinho, como localidade, resultou do processo de mercantilização do espaço na Vila de Pescadores. Tal processo, ao longo dos anos, contribuiu para a consolidação de um *trade turístico* e para a alteração nas formas de pertencimento dos moradores nativos em relação ao lugar. Nesse contexto, os relatos dos moradores que ainda permanecem na Vila sobre como é morar no Cumbuco são apresentados como uma conquista, haja vista os mecanismos ativados para a saída gradual deles desse lugar.

Meu filho, [o Cumbuco] começava do Parázinho até [...] lá embaixo, mas venderam pro pessoal rico. Agora o pessoal, a maior parte, tá vendendo tudo as coisas deles. Nós é que ainda estamos por aqui, de teimosos. (Amélia, 72 anos. Entrevista em 14 mar. 2016).

Hoje, pra mim, [morar no Cumbuco] tá sendo uma vitória, apesar das coisas tudo cara [alto custo], mas em todo canto tá, mas pra mim é uma vitória de permanecer aqui, doido [seria] se eu tivesse vendido, como já chegou um gringo e perguntou: “Pode dizer quanto que é”. Eu disse: “Não, não vou vender, porque isso aqui não é meu, é dos meus filhos”. Porque mais tarde vai ser dele mesmo (Roberto, 48 anos. Entrevista em 14 mar. 2016).

Muitos moradores nativos relatam a experiência de morar na Vila como algo “maravilhoso”, mas suas narrativas são acompanhadas das dificuldades que enfrentam, como a “caristia”, categoria utilizada para caracterizar o preço elevado das mercadorias. Nos lugares turísticos, é comum se falar do “preço para turista” com a intenção de informar que os itens destinados a viajantes estrangeiros são vendidos no mercado com valor superior aos produtos revendidos em outros lugares. Diante disto, os moradores reúnem a família e compram em supermercados atacadistas fora do Cumbuco, com a tentativa de superar a “caristia”.

Enfim, as narrativas sobre a relação das populações de pescadores com o território, que se tornou alvo de intervenções e práticas de mobilidade relativas ao turismo, mostram que os processos de mudança são marcados pela mercantilização do espaço, por assimetria nas relações de poder e, conseqüentemente, alterações nas atividades produtivas e na economia local.

## **4.2 Os pescadores e os bugueiros**

### **4.2.1 Atividades tradicionais**

A economia, na configuração social “Cumbuco Velho”, tinha a pesca como a principal atividade econômica de subsistência da população. A forma como era praticada produzia pouca interferência no ambiente, devido à baixa densidade populacional, aos limitados instrumentos tecnológicos e ao reduzido padrão de consumo. Outras atividades, como a lavoura nas “vazantes”, a criação de animais e, até mesmo, a venda de peixes e de cocos produzidos na região para localidades vizinhas, eram praticadas sem expressividade e somente para complementar a subsistência.

Meu avô contava que teve um período aqui que deu tanta lagosta que as cabeças ficavam jogadas, porque hoje a gente vende a lagosta inteira, mas antes vendia só a cauda. Meu avô disse que foi tanta lagosta que as cabeças ficavam eram jogadas, não tinha quem quisesse de tanta lagosta. Aí tinha uma pessoa que vinha lá da Barra do Ceará e comprava toda essa produção, levava para Fortaleza. Aí tinha gente que vendia mais e tinha mais distribuição de dinheiro, acumulou mais dinheiro (Ailton, 50 anos. Entrevista em 03 ago. 2018).

O Ailton lembra que a pesca da lagosta, na década de 1950, levou a um aumento na circulação de pessoas e de dinheiro na localidade, permitindo uma relativa acumulação de capital e aquisição de bens de consumo, sem causar mudanças nas relações produtivas da pesca.

Nesta época, as atividades produtivas eram realizadas pela família, baseadas em relações de cooperação e solidariedade, mesmo com a existência de desentendimentos e conflitos entre os moradores. No caso da

pesca, o “mestre” é, desde essa época, considerado o depositário da “arte da pesca”, das técnicas e habilidades necessárias para localizar os cardumes. Este produtor tem o conhecimento dos recursos naturais e, por meio de sua experiência e oralidade, transmite o saber para seus filhos ou parentes próximos, tornando a pesca a principal atividade produtiva (DIEGUES, 1994).

Contudo, os processos de mobilidade e fixação de moradia impulsionados pela Construtora Cumbuco, na década de 1970, reduziram o território das populações de pescadores em uma Vila, com o intuito de expandir os loteamentos para veraneio marítimo. A expansão dos loteamentos para segundas residências e prática do veraneio, na década seguinte, levaram à emergência de outras atividades produtivas, que passaram a concorrer com a pesca, fazendo muitos pescadores deixarem de praticá-la ou, então, adotarem outras atividades de forma complementar.

Um levantamento realizado com 30 famílias residentes na Vila de Pescadores em 1980 mostrou que, considerando a População Economicamente Ativa (PEA) da amostra<sup>75</sup>, parte dos homens e das mulheres entrevistados substituíram as atividades tradicionais por outras profissões ou fizeram uma combinação entre elas:

Dos 76% homens, 48% são apenas pescadores, 22% trabalham como servente de pedreiro, carpinteiro e outras ocupações ligadas à construção civil, 22% são comerciantes (donos de bares); 6% além da pesca também trabalham na construção civil e 2% é também garçom em final de semana [...]. Com relação às mulheres, 40% são empregadas domésticas em casas de veraneio; 40% fazem bordados à mão (...); 10% ajudam o marido atendendo fregueses no bar e 10% são lavadeiras (PINHO, 1981, p.30).

A ação da Construtora e a chegada de veranistas ao Cumbuco levaram alguns moradores nativos da Vila a trabalharem com a construção civil, e demandaram outras funções, como vigias, jardineiros ou serviços de carpintaria para os homens e o trabalho como empregada doméstica ou lavadeira para as mulheres.

---

<sup>75</sup> A amostra do levantamento feito por Pinho (1981) considera 125 pessoas que compunham as 30 famílias entrevistadas. A População Economicamente Ativa (PEA) refere-se a pessoas de 10 a 75 anos que exercem uma ou múltiplas atividades que propiciam alguma forma de remuneração.

Algumas destas atividades estão inseridas dentro da função de “caseiros”, pessoas que trabalham cuidando dos imóveis, principalmente quando o veranista não está presente. Nessa época, muitos veranistas ofereciam uma pequena casa dentro do terreno para o “caseiro” residir e, assim, zelar por todo o espaço. No decorrer dos anos, os “caseiros” também ficaram responsáveis por alugar o espaço, com o aval dos proprietários das residências, para pessoas interessadas em veranejar durante os fins de semana.

O levantamento citado constatou que na configuração social Vila dos Pescadores, os moradores nativos passaram a se envolver com o comércio de alimentos e bebidas, como bodegas e bares. No início de 1980, existiam 15 estabelecimentos comerciais que aumentaram no decorrer do ano para 27, e todos pertenciam a ex-pescadores que migraram para essa nova atividade (PINHO, 1981).

Estes estabelecimentos atendiam, principalmente, fortalezenses em dias de lazer e, também, estrangeiros que começavam a visitar a praia. Nesse período, pelo menos dez casas já eram destinadas ao aluguel a turistas, pois ainda não havia pousadas (PINHO, 1981). Eram os próprios moradores da Vila que alugavam cômodos de suas casas para os turistas estrangeiros. Os moradores relatavam que, com a perda das “vazantes”, tiveram a necessidade de garantir o sustento da família aceitando ofertas de emprego e se organizando para desenvolver outras atividades como fonte de renda.

Apesar da pouca representatividade da amostra do levantamento supracitado, o quadro de atividades econômicas apresentado permite também afirmar que, no início da década de 1980, pelo menos metade da população ainda tinha a pesca como atividade produtiva exclusiva. Para muitos pescadores, continuar na pesca nesta época representava a melhor opção, pois, apesar da variação na renda devido à “meiação”, que corresponde à divisão do pescado, e à sazonalidade da natureza, a renda mensal de um pescador chegava a ser bem maior do que o valor pago às outras atividades (PINHO, 1981).

Os elementos que contribuíram para a continuidade da atividade da pesca de modo artesanal, desde essa época até os dias atuais, foram a criação da Colônia de Pescadores Z-7 e o próprio modo de produção desta atividade. No caso, a pesca artesanal possui características sociais e ecológicas que levam a sua longa permanência: ela é realizada em sociedades simples (mas, não homogêneas), que tem uma capacidade pequena de acumulação e em que as relações de produção são baseadas na solidariedade grupal sendo, muitas vezes, relações de compadrio (DIEGUES, 1983, 1995).

A pesca artesanal no Cumbuco se caracteriza como uma prática tradicional devido à longa continuidade temporal, por quase um século, e ao fato de estar envolvida por um universo familiar e simples. Além disso, as técnicas, instrumentos, formas de organização e comercialização da atividade pesqueira garantem a produção e reprodução da vida das famílias dos pescadores vinculados à Colônia de Pescadores Z-7.

A Colônia de Pescadores Z-7 situada no Cumbuco é, atualmente, a instituição sede do município de Caucaia e coordena duas capatazias: a de Iparana e a de Sítios Novos. Na primeira, a pesca é realizada em água salgada do mesmo modo que no Cumbuco, e na segunda, é realizada em água doce, no açude com o mesmo nome da localidade. De modo geral, a Colônia possui atualmente 310 associados, em média, 190 na pesca marinha (no litoral de Caucaia) e 120 na pesca continental (Sítios Novos) e mariscagem (mulheres de pescadores e os índios da etnia Tapeba, de Caucaia, que também são vinculados à Colônia).

Os membros associados à Colônia são divididos em duas categorias: os sócios efetivos, que têm o Registro Geral da Pesca (RGP) e possuem direitos sociais, como a aposentadoria, que é tida como a principal razão de estarem filiados à Colônia, pois esse benefício concede ao pescador uma retribuição financeira quando chega o momento em que se considera que ele não deve mais pescar; e os sócios beneméritos, que contribuem com a associação por alguma motivação pessoal ou por possuírem vínculos com os pescadores, como os comerciantes da localidade, porém, este tipo de sócio não têm RGP, nem pratica a pesca como forma de subsistência.

Os pescadores do Cumbuco mantêm aspectos tradicionais da pesca artesanal. Os jangadeiros apresentam ser detentores de um saber apreendido com os mais antigos e internalizado pela experiência. Os “mestres” responsáveis pela tripulação cristalizam esse saber porque conhecem os “segredos” do mar e se utilizam de técnicas tradicionais para localizar cardumes. O pescador nativo Ailton comenta que o saber do pescador

é uma ciência porque eles conhecem a água, às vezes você vai correndo, aí você passa por uma água aqui, aí ah, essa água está muito clara, tá boa para peixe de caçoeira [pesca de rede], se a água tiver mais manchada, vai mais pra frente [...] Quando a pesca é de rede, a questão é ver a água, quando é de anzol, é o pesqueiro [...]. O pesqueiro é marcado pelas serras (Ailton, 50 anos. Entrevista em 03 ago. 2018).

As técnicas utilizadas até os dias de hoje são tradicionais: pesca de rede mais conhecida como “caçoeira”, e a de anzol, chamada de “pesca de linha”. Uma técnica mais recente e não muito expressiva é o “manzuá”, que se utiliza de viveiros<sup>76</sup> para a captura, principalmente, da lagosta. Além da lagosta *Panulirus/aevicauda*, os tipos de peixes mais capturados são o *Scomberomorus Brasiliensis* e o *Scomberomorus Cavalla*, com nomenclatura vernácula de “serra” e “cavala”, respectivamente. Essas três espécies representam recursos pesqueiros importantes na pesca artesanal do Brasil, principalmente da região Nordeste. No caso da lagosta, ocorre em grande abundância no estado do Ceará (FONTELLES FILHO, 1979, 1988).

As embarcações marinhas continuam sendo o paquete e a jangada, sendo que apenas um dos associados da Colônia possui barco a motor, chamado por alguns de “lança”, utilizado na pesca de viveiros. As razões pelas quais os pescadores não têm barco a motor envolvem o baixo poder aquisitivo para adquirir esse tipo de embarcação e a própria valorização das práticas tradicionais de uso do “paquete” e da jangada. Em muitas comunidades de pescadores, a tradição é reforçada pela não aceitação de

---

<sup>76</sup> A pesca de viveiros consiste em uma técnica de captura que se utiliza de prismas reto-retangulares, com telas flexíveis capazes de suportar a corrosão marinha. O intuito desses viveiros é servir como “gaiolas” para capturar, principalmente, a lagosta. O viveiro também é chamado no universo da pesca artesanal de “samburá”.

equipamentos a motor ou inovações tecnológicas que, se introduzidos, ameaçariam a função do mestre, o detentor do saber tradicional (DIEGUES, 1995).

Outro elemento da pesca artesanal presente no cotidiano dos jangadeiros do Cumbuco é a imprevisibilidade. Ao lidar diretamente com recursos naturais renováveis, a atividade do pescador é marcada pela sazonalidade e influência de fatores físico-químicos. Essa imprevisibilidade é um fato sempre recorrente na narrativa dos pescadores:

a pesca depende da natureza, o inverno bom sempre é bom para peixe, a gente está surpreso porque esse ano no verão a gente está vendo uma fartura de [peixe] serra, muito serra de rede mesmo [...]. Tanto o serra quanto a cavala, que é uma pescaria que a gente tem aqui, aí lá estão pegando a cavala de anzol. [...] Às vezes, acontece de ir cinco embarcações pro mar, aí uma pode pegar 100 quilos e outra não pegar 5 quilos, se não for numa água boa para peixe [...]. [Os pescadores] tinham trocado, não estavam indo mais à tarde, estavam indo de manhã, porque o pescador calcula o peixe quando tá correndo de manhã, ou quando tá correndo à noite, aí eles viram que à noite não tava mais produzindo, então passaram a ir de madrugada, que a gente chama, saíram daqui três e meia, quatro horas e, dez, onze horas, eles estavam chegando. Aí o peixe aumentou essa semana (Ailton, 50 anos. Entrevista em 03 ago. 2018).

A partir da narrativa do Ailton, percebe-se a forma como o pescador artesanal se utiliza do saber adquirido pela experiência para entender as estações, os lugares, os horários mais propícios para garantir o seu sustento e lidar com a imprevisibilidade dos fatores naturais.

Por sua vez, a imprevisibilidade da captura leva o pescador a praticar o sistema de “meiação”, de divisão do pescado, que contribui para o baixo nível de acumulação do capital, reforçando as similitudes nesse segmento social. Assim, as dificuldades de acumulação, o nível baixo de desenvolvimento das forças produtivas e a subordinação dos pequenos

produtores ao modo de produção dominante agravam a situação de pobreza e miséria (DIEGUES, 1995).

A pauperização faz o pescador sentir a necessidade de desenvolver outras atividades econômicas. Ao indagar o “quanto custa ser pescador artesanal?”, Dias Neto (2015) mostra que custa desempenhar outras atividades conjugadas à pesca. No caso desta combinação de atividades, “[o] modo como ela se estabelece para cada pescador, particularmente, depende de uma série de fatores que decorrem de suas trajetórias e de suas preferências pessoais” (DIAS NETO, 2015, p.296).

O empobrecimento dos pescadores pode levá-los a diversas atitudes, como explorar os recursos naturais, haja vista a existência do imperativo do seguro defeso<sup>77</sup>, que não visa somente a dar garantias de renda para os trabalhadores do mar, mas também foi criado com o intuito de preservar as espécies do ecossistema brasileiro, pois, no período do “paradeiro”, como se referem os pescadores à temporalidade do seguro defeso, eles são proibidos de pescar para fins comerciais.

Em um levantamento de estudos sobre mudança em comunidades de pescadores artesanais, Diegues (1995) apresenta as principais razões que levam tanto à descontinuidade como à continuidade da pesca artesanal<sup>78</sup>.

---

<sup>77</sup> O Seguro Defeso foi um programa surgido nos anos 1990. Trata-se de uma extensão do Programa Seguro-Desemprego dedicado ao pescador com perfil artesanal. Além de ser uma política voltada para o pescador, busca também a preservação das espécies do ecossistema brasileiro. Consiste em um impedimento legal, durante parte do ano, em que os pescadores recebem recursos do governo para que não realizem a pesca artesanal, garantindo, assim, a reprodução natural das espécies e a preservação sustentável dos recursos naturais. Disponível em: [http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1956.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1956.pdf). Acesso em 15 set. 2018.

<sup>78</sup> De acordo com o estudo de revisão realizado por Diegues (1995), as principais razões que contribuem para alterações nas relações de pesca são: 1- a emergência de uma racionalidade de mercado acompanhada de novas relações econômicas em empresas de pesca; 2- o surgimento de um novo estrato social (pescadores artesanais com embarcações motorizadas) e alterações no sistema de comercialização; 3- a mudança na organização da pesca artesanal a partir de uma nova divisão do trabalho social, substituindo o modelo familiar de cooperação pela exploração da força de trabalho de não-proprietários; 4- a ação modernizadora de órgãos públicos, como a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), com a inclusão de inovações tecnológicas que beneficiam, principalmente, os grupos empresariais; 5- e a intensificação do turismo em áreas litorâneas e sua transformação em principal atividade econômica. Ao mesmo tempo, os fatores que contribuem para reforçar a continuidade da pesca artesanal: 1- em alguns casos, a nova racionalidade não permitiu a passagem para a pesca empresarial-capitalista pela baixa acumulação de capital para a compra de embarcações maiores e equipamentos de captura mais modernos; 2- a solidariedade familiar no trabalho de pesca e o segredo dos bancos de pesca no mar guardado pelos “mestres”.

Entre as alterações que contribuem para a descontinuidade está a intensificação do turismo em áreas litorâneas e sua transformação em principal atividade econômica. No contexto de transformação do Cumbuco em um lugar turístico, as outras atividades que passaram a concorrer com a pesca, levando as populações de pescadores à substituição ou complementação, foram àquelas relacionadas ao turismo.

#### **4.2.2 Atividades turísticas**

Eu saí da pesca, eu saí mesmo porque aqui pra mim, os passeios tá melhor, né. Ganha mais. E não tem esse negócio de dormir no mar, todo dia tá em casa (Edilson, bugueiro. Documentário Cumbuco: um convite à história).

A expansão das atividades promovidas pelo *trade turístico*, no litoral do Cumbuco, iniciada na década de 1980, possibilitou as populações de pescadores a substituírem a pesca ou a combinarem duas ou mais atividades. Nesse sentido, a relação entre populações de pescadores e atividade turística é marcada por múltiplos intercâmbios: por um lado, o *trade turístico* absorve trabalhadores, altera sentidos de suas práticas e usos de seus instrumentos, por outro lado, os moradores nativos se utilizam de seus saberes e fazeres tradicionais para se inserirem na cadeia produtiva do *trade turístico*.

Um dos aspectos mais destacados nas narrativas sobre as atividades produtivas é a interferência do turismo no segmento dos pescadores no que se refere à captação de moradores nativos para trabalhar no *trade*.

Quem deixa mais de pescar hoje é os [pescadores] de água salgada, por questões que no litoral expandiu muito o turismo. De vinte anos para cá entrou pouco pescador novo, se a gente for fazer os cálculos, eles não estão mais aderindo à pesca, estão partindo para outras atividades [...]. É tanto que quando eu assumi a Colônia, ela tinha pra mais de 700 pescadores, aí tem aquela questão: o pescador vai se aposentando e os filhos não vão entrando. Só agora já tenho mais cinco aposentadorias (Ailton, 50 anos. Entrevista em 03 ago. 2018).

O Ailton apresenta, na sua narrativa, uma problemática atual no Cumbuco: não são os pescadores que deixam a pesca para assumir outra profissão, mas é, principalmente, a concorrência com outras atividades produtivas, como as provenientes do turismo, que leva os filhos dos pescadores a ingressarem no *trade* e, conseqüentemente, não se incorporarem à pesca. Assim, o saber tradicional da pesca, transmitido de forma intrafamiliar no convívio e na prática, tem o ciclo de transmissão no âmbito familiar interrompido, resultando na impossibilidade de a “arte da pesca” ser praticada.

O levantamento realizado em junho de 2011 para a pesquisa de Cavalcante (2012) em uma ação consorciada com a Colônia de Pescadores Z-7 constatou, após a aplicação de 62 questionários cujas perguntas procuravam entender o cotidiano dos moradores do Cumbuco, que cerca de 50% das famílias têm pelo menos um membro que é pescador e 27,4% dos chefes de família são pescadores (CAVALCANTE, 2012). De acordo com o presidente da Colônia, ao longo dos anos, o número de pescadores associados à Colônia vem diminuindo: em 2012, tinham mais de 500 pescadores cadastrados, incluindo as duas capatazias filiadas à sede. Entre 2012 e 2018, o número de pescadores reduziu para 310 associados à Colônia (incluindo o número total de associados).

Muitos filhos e filhas de pescadores se integram, principalmente, no *trade turístico*, haja vista ser hoje a principal atividade econômica na localidade. Mas também a não adesão à pesca envolve outras razões, como a possibilidade de continuar os estudos, ou de conseguir empregos, como os gerados por empresas situadas nos municípios vizinhos. Existem aqueles que procuram trabalhar como proprietários de pontos comerciais, pequenas lojas ou barraquinhas de venda de comida e bebida.

Outra razão que distancia os filhos dos pescadores do trabalho pesqueiro são os conselhos e as orientações dos próprios pais, que ressignificaram os sentidos atribuídos à pesca. As mães costumam relatar o desejo de que seus filhos não deem continuidade ao ofício dos pais, por considerarem uma atividade de risco. Ouvir as mulheres das populações de pescadores artesanais é também deixá-las compartilhar histórias de tragédias

e de perda de maridos, filhos ou parentes, isto é um indicativo desse desejo dos filhos migrarem para outras profissões.

Os pais não fazem tanta questão porque não tem mais pescador como antigamente e, além do mais, a sofisticação do crescimento da pesca, através de aparelho [GPS], acabou com a pesca artesanal, porque se eu tenho uma embarcação que tem todo equipamento que me leve em cima da pescaria, eu não vou numa jangadinha que eu vou ter que sofrer. Se não encontrar aqui, vou ter que ir pra acolá, é tudo muita mão de obra [...]. O sofrimento é grande, ninguém quer mais, porque você vai, mas quando chega lá encontra embarcação de grande porte tudo equipada, aí você vai se meter com uma embarcação bem pequena, você não produz nada, vai só trabalhar naquele meio sem capturar um peixe, sem nada, não tem condição (Francisco, 67 anos. Entrevista em 25 ago. 2018).

Como relata o Francisco, muitos pescadores não incentivam seus filhos a dar continuidade à atividade pesqueira por constatarem que a produção de forma artesanal não garante mais a subsistência de suas famílias. Ele ressalta outros fatores que produzem a pouca valorização da pesca artesanal, como a concorrência com as grandes embarcações de indústrias pesqueiras, as inovações tecnológicas e as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores do mar, que levam a um descontentamento. Para muitos pescadores, a pesca artesanal predominou, no período designado como “Cumbuco Velho”, porque era o único meio de sobrevivência daqueles que ocupavam o litoral, hoje é apenas um dentre vários outros meios para garantir o sustento.

Um dos segmentos mais evidentes desta incorporação de filhos de pescadores na atividade turística é o dos bugueiros<sup>79</sup>. O “Sistema *Buggy* Turismo”, como é denominado o segmento que oferece passeios de *buggy* nos campos de dunas. Tal segmento começou em 1982 com uns vinte carros para atender, principalmente, pessoas em momentos de lazer no fim de semana. Nos anos seguintes, o passeio de *buggy* se tornou um atrativo também para visitantes estrangeiros, e isto levou a um aumento do número de veículos, bem

---

<sup>79</sup> Este é o nome dado aos motoristas e condutores do veículo automotor designado como *buggy*, caracterizado por não ter portas, nem cobertura e permitir a locomoção em terrenos não usuais, como dunas, areia etc.

como a prática de passeios por motoristas desvinculados dos grupos de bugueiros da localidade.

De acordo com os moradores nativos, os vários casos de acidentes que ocorreram com bugueiros não vinculados aos grupos da localidade, levaram esses últimos a formar uma associação para esse serviço. Assim, surgiu a Cooperativa Cearense dos Proprietários e Condutores de Veículos para Passeios Turísticos (COOPTUR), no ano 2000, com 103 *buggies* credenciados e com o objetivo de organizar a atividade e combater a “pirataria”, ou seja, a circulação de motoristas e veículos sem credenciamento.

Atualmente, a COOPTUR está dividida em três cooperativas, que formam um total de 133 bugueiros credenciados. Dentre estes, a maior parte são filhos de pescadores nativos da localidade ou já de outros bugueiros. Esses trabalhadores se dividem entre proprietários de veículos e auxiliares (não-proprietários). Para ser bugueiro, o interessado precisa fazer um curso de formação elaborado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e, em seguida, receber um treinamento prático por meio do acompanhamento no percurso do passeio de *buggy*, durante três meses, por bugueiro mais experiente.

Moisés, bugueiro desde 1989, presidente da ABCTur, filho de pescador e marisqueira, nunca pescou no mar, mas é sócio benemérito na Colônia, relata motivações diversas para os filhos de pescadores nativos procurarem outras atividades produtivas como o “Sistema *Buggy* Turismo”.

Primeiro, pela questão de apoio, porque hoje no Ceará você fazer a pesca artesanal é muito complicado. Você não tem a segurança do pão de cada dia. Você tem que trabalhar com um material muito pequeno diante dos barcos grandes que estão aí pescando em pesca industrial, que o recurso é maior. Pra você ter uma ideia, meu pai saía pra ir pro mar numa segunda-feira, voltava na sexta. São cinco dias dentro de uma jangada com mais três homens pra você fazer comida, dormir e, ao chegar, o que ele trazia, mal dava para a família comer [...]. No mês de agosto ficava inviável para pescar, pelos fortes ventos. Muitos amigos dele ele perdeu no mar, se naufragou, muitas embarcações foi perdida, como até hoje acontece

[...]. Esse problema da natureza, eles já ficam com medo [...]. Diminuiu bastante porque não há um recurso necessário, aquela jangada que saia pra passar cinco, seis dias, não tem mais. O que tem é uma ou duas, eles trabalham mais no sistema sai de manhã e volta à noite, sai oito da manhã e volta dez horas da noite, mas traz o sustento ainda, não como antigamente. Mas consegue pegar o sustento pra família (Moisés, 40 anos. Entrevista em 04 ago. 2018).

Entre as motivações que levam os filhos de pescadores a não reproduzir o mesmo ofício de seus pais, estão o cenário de desvalorização da pesca artesanal se comparada com a industrial-capitalista, no que concerne à diferença entre instrumentos e técnicas empregadas, e as dificuldades e os riscos que envolvem a atividade do pescador, como a imprevisibilidade e as tragédias. A narrativa de Moisés mostra também como esses fatores já fizeram os próprios pescadores alterarem sua dinâmica na pesca, como não passar mais vários dias no mar, mas agora ir de manhã e voltar à noite.

Normalmente, os bugueiros apresentam sua atividade de trabalho em termos de vantagens econômicas em comparação com a pesca, como mostra a fala do Leandro, presidente da CPROTUR:

É mais vantajoso pelo fato do recurso financeiro, enquanto eles [os pescadores] iam ao mar para pescarem, ao retornarem, a economia deles é muito restrita. No turismo você tem um mercado mais vasto, porque além deles poderem desenvolver como bugueiro, durante esse percurso é dado a oportunidade de, nos pontos de parada, aonde ele e o cliente tem ali aquele momento de lazer, quando ele utiliza aquelas ferramentas, é comissionado ao bugueiro uma ajuda de custo para o seu mantimento (Leandro, 39 anos. Entrevista em 04 ago. 2018).

Leandro trabalha há 23 anos nessa profissão e apresenta que o retorno financeiro na atividade turística é mais rápido e não fica restrito a apenas um produto, como o peixe era para o pescador. Durante um passeio de *buggy*, em cada ponto que o cliente para e realiza algum consumo de produto ou de atividades, seja em um restaurante ou o descer na tirolesa, o bugueiro recebe comissões. Com relação às comissões, Leandro comenta

É mais rápido porque assim praticamente o dinheiro chega mais rápido na mão dele, e é um espaço menor de tempo, enquanto no mar ele sai na madrugada pra voltar no final da tarde... Quando ele começa a atuar no *trade turístico*, ele começa a ter mais facilidade e ver que as coisas são mais rentável (Leandro, 39 anos. Entrevista em 04 ago. 2018).

As comissões são formas de gratificação extra pelos acordos fechados entre os agentes sociais do *trade turístico*. São comumente apresentadas como a maior vantagem daqueles que atuam nesse setor de serviços. Um fator sempre enfatizado pelos agentes do *trade* é a alta estação, ou seja, a temporalidade em que a localidade recebe maior quantidade de visitantes e intensifica as atividades produtivas relacionadas ao turismo.

Com relação a passeios entre as dunas e na faixa de praia, o passeio de quadriciclo<sup>80</sup> se tornou outra atividade produtiva entre os descendentes de pescadores. No Cumbuco, a Associação de Quadriciclos do Cumbuco reúne aproximadamente 30 motociclistas, divididos em instrutores fixos e auxiliares.

Outras atividades iniciadas a partir da intensificação do turismo, realizadas pelos moradores do lugar e oferecida aos visitantes como uma forma de ter contato com a chamada cultura local, são os passeios a cavalo e jegue na faixa de praia e o de jangada no mar. Diferente dos bugueiros que exercem sua atividade de forma exclusiva, os passeios a cavalo, a jegue e de jangada são praticados, em muitos casos, por pescadores que combinam duas atividades, com o intuito de complementar a renda, principalmente, nos períodos de alta estação, e nos meses do seguro defeso em que fica proibido de praticar a pesca no mar.

Os passeios a cavalo são realizados, por exemplo, pelo senhor Chico e o seu genro Rafael, ambos dispõem juntos de dois cavalos e uma égua. O passeio é acompanhado por pelo menos um dos dois, e eles cobram em média vinte reais por meia hora. Eles se mostram satisfeitos com o que

---

<sup>80</sup> Os quadriciclos são veículos pequenos, motorizados, em formato aberto e com quatro rodas, em que o condutor opera da mesma forma que uma motocicleta.

recebem diariamente, principalmente durante a alta estação. Tanto os responsáveis pelos passeios a cavalo como os “jegueiros”, forma como os donos dos jegues são chamados, procuram estar próximos às “barracas de praia” (restaurantes à beira mar) por considerar os clientes de lá mais propícios ao passeio.

Com relação ao passeio de jangada, o pai de Moisés, conhecido popularmente como Pirambu, é considerado o pioneiro a realizar esse tipo de passeio com turistas. De acordo com seu filho, o Pirambu iniciou esta atividade porque

a pesca artesanal foi perdendo o valor, o pescador foi ficando desvalorizado, então veio a ideia de colocar o passeio de jangada, que não existia, aqui em Cumbuco. Então, começou: “ah, vamos fazer o passeio de jangada para ver se dar certo”. E hoje nós temos, além do *buggy*, quadriciclo e o jegue, nós temos o passeio de jangada, que inclusive, é uma beleza o passeio [...]. Então eles [os pescadores] viram no passeio de jangada um recurso melhor. O que ele ganha em uma semana no mar pescando, no passeio de jangada ele ganha num dia. Então, ficou mais viável. Ficou um sustento melhor pra família. (Moisés, 40 anos. Entrevista em 04 ago. 2018).

O senhor Pirambu é conhecedor do mar. Chegou ao Cumbuco em 1967, após ter naufragado no Mucuripe, em Fortaleza, e ser arrastado pela maré durante dois dias e uma noite. Ele chegou à localidade chamada hoje de Barra do Cauípe quase desmaiado e, após ser tratado, passou a morar no Cumbuco.

A narrativa de Moisés e de outros pescadores apresentam a substituição ou a combinação de atividades em termos de vantagens econômicas, e atribuem o início da alteração das atividades produtivas ao período da década de 1980, quando passaram a circular mais pessoas “de fora” da localidade interessadas em conhecer o modo de vida dos pescadores.

No contexto do turismo, o passeio de jangada ressignifica o instrumento de trabalho essencial para o pescador. A jangada deixa de ser somente um instrumento de trabalho e passa a ser “o transporte exótico para

turistas no litoral cearense” (BELMIRO, 2018, p.17). No passeio de jangada, o conhecimento sobre o mar continua sendo aplicado, mas agora com outra forma de apropriação: conduzindo turistas que procuram vivenciar a experiência das populações tradicionais ligadas à pesca. Os jangadeiros que promovem os passeios se localizam na faixa de praia e próximos às barracas.

As barracas de praia também absorvem grande quantidade de moradores nativos, sejam as de grande porte (Cumbuco Beach, Tendas do Cumbuco e Velas do Cumbuco) ou as menores, situadas na faixa de praia da Vila. As barracas maiores possuem um quadro de, aproximadamente, 50 funcionários diretos e as menores uma média de 20. Em períodos de férias de julho, dezembro e janeiro, os proprietários aumentam em 50% o número de funcionários para a temporada de “alta estação”. É importante salientar que nem todos são descendentes de pescadores, pois a quantidade varia entre os estabelecimentos.

Na faixa de praia, os próprios nativos também construíram pequenas barracas de madeira e palha com o intuito de oferecerem serviços alimentícios, e até mesmo, de passeio, aos visitantes. A presença das barracas dos nativos acirra as tensões e os conflitos entre os proprietários de barracas da área de praia da Vila, que consideram a ocupação dos nativos irregular.

Pelas ruas do Cumbuco, nas vias de acesso, logo no início da localidade, é comum encontrar homens com placas indicando serviços turísticos. Eles se arriscam pelos canteiros das ruas e avenidas, acenando com as mãos para aqueles que passam nos seus carros ou chegam de ônibus. Quando conseguem abordar algum possível cliente, os chamados “condutores locais” apresentam um álbum de fotografias de lugares, equipamentos e serviços turísticos.

No Cumbuco existem cerca de 30 condutores, que se distribuem entre a divisa com a Tabuba e a Vila de Pescadores. Normalmente, os condutores pertencem a famílias de pescadores ou pessoas que passaram a morar na localidade, alguns se dedicam exclusivamente a essa atividade e são remunerados a partir de comissões por cada serviço efetivado.

Como se pode notar, as atividades descritas até aqui são predominantemente ocupadas por homens. Normalmente, as mulheres estão envolvidas com atividades domésticas, educacionais ou do *trade turístico* nos serviços de atendimento, hospedagem e alimentação. Encontram-se também mulheres nativas nas lojas e lugares de venda de artesanato, roupas de banho e outros acessórios, situadas, principalmente, próximo à praça da Vila.

A integração de moradores nativos às atividades do *trade turístico* pode ser vista como uma inserção no “circuito inferior da economia”, considerando-se a teoria dos dois circuitos da economia de Milton Santos (2008). O “circuito superior da economia” e o “circuito inferior da economia” se diferenciam pela tecnologia empregada e o modo de organização do trabalho. Enquanto o superior está baseado na modernização tecnológica dos grandes monopólios e do mercado financeiro, o inferior abrange atividades de pequena escala, como os comerciantes, os vendedores ambulantes e aqueles inseridos em atividades voltadas para o consumo local.

No *trade turístico* do Cumbuco, enquanto o circuito superior é formado pelos proprietários de *resorts*, hotéis, restaurantes, equipamentos de grande porte, operadoras e transportadoras de turismo, o circuito inferior é representado pelas atividades de pequena dimensão que se reproduzem com pouco capital, como os comerciantes e os prestadores de serviços de passeio de *buggy*, quadriciclo, jangada e de animais. Por intermédio do circuito inferior, os segmentos sociais menos favorecidos se inserem na cadeia produtiva da atividade turística, como os artesãos e as bordadeiras.

Os artesãos e as bordadeiras são pessoas com ofícios e modos de fazer considerados tradicionais. O artesão Antônio, mais conhecido como “Pitote”, desde pequeno aprendeu com o pai a realizar artesanato com madeira, fabricando pequenas jangadas decorativas que são comercializadas na própria localidade para turistas nacionais e internacionais.

As bordadeiras Maria José e Maria Antonia (falecida), conhecidas popularmente como “Maria do Bobó” e “Pitó”, respectivamente, também aprenderam a bordar no ambiente familiar, desenvolvendo desde pequenas essa atividade. A principal técnica de bordado utilizada é o labirinto, e as peças

produzidas são vendidas, principalmente, aos turistas que chegam à comunidade. Para os artesãos e artesãs do Cumbuco, a inserção de suas atividades tradicionais no contexto do turismo é uma forma de participação na circulação de dinheiro e complementação na renda familiar.

Pra moradia aqui tá ficando difícil. Mas numa parte é bom porque tem muito turista que vem pra cá, que a gente vende (Maria do Bobó, moradora nativa. Documentário “Cumbuco: um convite à história”).

A interface entre atividade turística e comunidades marítimas, com ênfase nas atividades produtivas, é marcada por intercâmbios, descontinuidades e permanências. Para alguns pescadores, o fenômeno do turismo no Cumbuco valorizou a atividade pesqueira, pois grande parte da produção da pesca artesanal é destinada às barracas de praia da Vila. O processo de compra e venda ocorre via dois frigoríficos na localidade, que compram toda a produção, a qual nem sempre é suficiente para abastecer os estabelecimentos comerciais da localidade. Nesse contexto, o turismo valoriza a pesca artesanal, garantindo, assim, a perpetuação de suas características tradicionais, como a figura do “mestre”, das técnicas antigas, dentre outras.

Ao mesmo tempo, a descontinuidade mais evidente está relacionada a não inserção de filhos de pescadores no ofício tradicional da localidade. A atração por outras atividades produtivas, como os passeios turísticos em *buggies* e quadriciclos, tem levado muitos filhos de pescadores a não aderirem à pesca e, com isso, impossibilitam o ciclo de transmissão geracional do saber-fazer do pescador.

Apesar de desenvolverem atividades diferentes da pesca, os descendentes dos pescadores se apropriam de algumas formas de saber sobre o lugar, como os bugueiros que, durante os passeios, destacam o conhecimento adquirido sobre as sinuosidades das dunas móveis, e os condutores de passeios de jangada, que falam sobre as imprevisibilidades do mar.

Nos dias de hoje, as atividades pesqueira e turística são realizadas no contexto do Cumbuco. Para alguns moradores, ambas possuem, até certo

ponto, algumas semelhanças por lidarem com a sazonalidade climática, a imprevisibilidade com relação à renda e estarem sujeitas a eventualidades. As narrativas desses moradores corroboram com o que Krippendorf (2009) comenta sobre outras localidades litorâneas organizadas em torno do turismo, ao afirmar que os meios envolvidos já destacam que uma economia baseada apenas no setor turístico é muito frágil, mais que uma economia multissetorial.

No Cumbuco, os processos de mudança na relação dos moradores nativos com o território e nas suas atividades produtivas ocorrem por meio de uma rede de relações de interdependência cujo “equilíbrio de tensões” garante sua reprodução, mas as alterações de seus elementos podem levar a um processo reconfiguracional (ELIAS, 2001), que continua sendo apresentado a seguir.

#### **4.3 A chegada dos “de fora” e a rede de relações**

A chegada de agentes externos alterou as relações de interdependência, entre os moradores do Cumbuco, e impulsionou processos de reconfiguração social. A configuração é formada por uma rede de relações e se baseia em uma concepção processual do social, assim, a sociedade é formada por uma rede de reciprocidades, em dado espaço e tempo, na qual o indivíduo é incorporado (ELIAS, 2001).

Nessa rede, a ordem e o conflito são correlativos e fazem parte de um processo dialético, haja vista que o conflito é constitutivo da vida em sociedade (SIMMEL, 2006). Desta forma, as relações recíprocas evidenciam as experiências, as afetações mútuas, as temporalidades, as formas de pertencimento e os modos de participação que envolvem os indivíduos em situações de mudança social.

Um “marco” das principais transformações ocorridas na rede de relações da localidade foi a chegada, na década de 1970, do engenheiro Jairo Souza, proprietário da Construtora Cumbuco. A chegada desse agente externo que, como o estrangeiro da obra de Simmel (1983), “chega e permanece”, provocou alterações na rede de relações dessa localidade, pois ao mesmo tempo em que as intervenções e os investimentos de Jairo levaram a

processos de desenraizamento e mobilidade de alguns moradores para fora da localidade, proporcionaram a fixação e a solidariedade de populações de pescadores que passaram a se identificar como “moradores nativos”, ou seja, pessoas oriundas do lugar. Nesse sentido, a chegada do proprietário da Construtora se torna também um “marco” na compreensão dos processos de mudança social no Cumbuco.

A primeira ação de Jairo a interferir na rede de relações foi a construção da Vila de Pescadores. Inicialmente, a expectativa de intervenções no espaço físico gerou um período de tensão e conflito, tanto entre os “posseiros” e a Construtora, quanto entre os próprios “posseiros” que aceitavam e os que não concordavam com o projeto, situação que levou alguns destes últimos a se deslocarem para outras localidades. Após a definição do projeto de construção da Vila, a tensão foi minimizada com as possibilidades geradas pela Construtora: casas de alvenaria com escritura pública de doação, escola para as crianças da comunidade, maternidade, uma televisão pública, dentre outras.

Todavia, após a entrega das residências, o novo espaço de moradia mais restrito e com casas geminadas possibilitou outros tipos de relações, conflituosas ou não, na própria vizinhança, entre os moradores e a Construtora e, também, com os novos segmentos sociais que passaram a ser atraídos à localidade, como os excursionistas, veranistas, turistas, comerciantes e indivíduos interessados em promover o turismo na localidade.

As relações de vizinhança e as dos moradores com a Construtora eram conflituosas quando ocorriam problemas decorrentes da própria estrutura da Vila: falta de água, espaço reduzido, perda das “vazantes” e intrigas entre vizinhos derivadas das casas serem geminadas, compartilhando parte da mesma estrutura. No entanto essas relações, também eram tidas como “ajuda” e cooperação, na medida em que os moradores compreendiam a construção da Vila como doação da Construtora, participavam de comemorações coletivas e ajudavam uns aos outros emprestando materiais nas construções com regime de mutirão.

De igual modo, os moradores da Vila estabeleceram relações de cooperação e conflito com os segmentos considerados “de fora” da localidade. Com os excursionistas, veranistas e turistas prevaleciam a cooperação, pois estes segmentos contribuíam para uma circulação de dinheiro e bens entre os moradores da localidade e possibilitavam a realização de atividades produtivas.

No entanto, com os comerciantes e o conjunto de agentes sociais interessados em promover o turismo prevaleciam relações de tensão e conflito, quando esses segmentos construía equipamentos, voltados para a atividade turística, nas proximidades da Vila ou em áreas coletivas da faixa de praia, e não contratavam os moradores locais para trabalhar nem possibilitavam a estes participar da circulação de bens e dinheiro na localidade.

No decorrer dos anos 1980 e 1990, a utilização do espaço da praia para lazer e prática de esportes náuticos por veranistas, a construção do “hotel dos franceses”, a criação de uma imagem turística para o Ceará e a inserção do Cumbuco nas políticas públicas, que consideram o turismo um fator de desenvolvimento, favoreceram e impulsionaram também a chegada de visitantes estrangeiros de várias nacionalidades na localidade.

Muitos estrangeiros passaram não só a visitar esporadicamente, mas a permanecer por longos períodos ou, até mesmo, migrar para a localidade. Esse fato levou ao casamento de muitos homens estrangeiros com mulheres nativas, não sendo constatado casamento de mulheres estrangeiras com homens nativos. A constituição dessas famílias ampliou a rede de relações de muitos moradores nativos, possibilitando, inclusive, a visita a países estrangeiros.

Tais fatores até aqui apresentados, ocorridos após a construção da Vila, mostram aspectos protagonizados tanto por Jairo e outros investidores privados, quanto pelos próprios moradores nativos e pelas ações do Poder Público, que alteraram as relações de interdependência entre os moradores nativos.

#### **4.3.1 A Colônia, a Regata e os Festejos de São Pedro**

Nesse contexto, paralelo às mudanças pós-construção da Vila, algumas instituições e eventos criados fortaleceram a solidariedade entre as populações de pescadores, como a Colônia de Pescadores Z-7, a Regata Marítima e os Festejos de São Pedro. Tais iniciativas contribuíram, assim, para a invenção de uma tradicionalidade (HOBBSAWM; RANGER, 1984) relacionada à pesca no Cumbuco, como mostram as práticas e as narrativas derivadas dessas instituições e eventos.

A Colônia de Pescadores Z-7 foi sediada em um prédio construído na área central da Vila, e a cessão de seu espaço para o desenvolvimento de atividades relacionadas à educação, saúde, religião e lazer fizeram da Colônia um espaço sociocultural e representativo dos interesses dos moradores nativos. Na época, o prédio fazia parte da planta de construção da Vila e foi planejado pelo doutor Jairo. Esse antigo prédio da Colônia permaneceu até 2001, quando a gestão do prefeito José Gerardo Arruda e a Associação Comunitária Amigos do Cumbuco fizeram uma reunião com os moradores e, após votação de quem estava presente, realizaram a demolição do prédio e a construção de uma praça pública.

No que se refere à sua forma de organização, a Colônia realiza reuniões mensais com os pescadores para tratar de diversos assuntos, desde o excesso de bebida por parte de alguns até a organização de eventos anuais. Dispõe de escritório com três compartimentos em uma das esquinas da Praça do Cumbuco, onde se encontram arquivos, documentos e alguns materiais de pesca, conta com o serviço de uma secretária, a nativa Regiane, e um galpão para a construção de embarcações defronte ao escritório.

De acordo com a diretoria da Colônia, a instituição recebe apoio empresarial para o desenvolvimento de projetos sociais. A Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) ajudou a desenvolver dois desses projetos: Cumbuco nas Ondas do Rádio e o Bom de Bola, este último voltado ao esporte, cultura e lazer para as crianças da comunidade. Outros projetos são de compensação ambiental do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), que forneceu material para os pescadores e financiou a reforma do

galpão onde são construídas as embarcações. A atuação da Colônia possibilita a continuidade da pesca artesanal, bem como fortalece o vínculo das populações de pescadores com o lugar.

Com relação aos eventos, a Colônia, com o apoio da Capitania dos Portos, da Prefeitura de Caucaia e de empresas privadas, realiza anualmente a “Regata Marítima do Cumbuco”. O evento acontece na faixa de praia e no mar próximos à Vila e reúne grande número de pescadores e seus familiares, bem como outros interessados. O presidente da Colônia incentiva a participação dos pescadores locais durante as reuniões, divulga, organiza as inscrições e busca patrocinadores. Em alguns anos, a Prefeitura forneceu infraestrutura para o evento, segurança na praia e no mar, com policiamento e salva vidas, colaboração na premiação etc., já a Capitania dos Portos se responsabiliza pela fiscalização de documentos dos tripulantes e das embarcações. A Regata Marítima conta com essa estrutura desde o ano 2000, porém, o evento já havia sido realizado em anos anteriores.

Os participantes são pescadores com Registro Geral de Pesca (RGP) e matrícula na Colônia, sendo também permitida a participação de jangadeiros das colônias de outros municípios. As primeiras Regatas eram disputadas em três categorias, divididas a partir do tipo de embarcação: jangada, de mais ou menos seis metros e meio; paquetes, de três metros e meio a cinco metros; e bote, até três metros. Atualmente, disputam apenas as duas primeiras categorias com um número limite de tripulantes: a jangada com quatro tripulantes e o paquete com três. Cada embarcação é patrocinada por uma empresa privada, que fornece velas novas desde que estas tenham a sua logomarca.

No dia da Regata, as embarcações são separadas na faixa de praia por tipos: jangadas e paquetes. Após ser dada a largada, os tripulantes realizam no mar um trajeto triangular, demarcado por boias e outras embarcações situadas em pontos estratégicos para fiscalizar se os competidores não cometem irregularidades.

Neste momento, aqueles que estão à beira-mar visualizam o colorido das velas no mar, e aproveitam para rever e conversar com parentes e

amigos ou comprar alimentos e bebidas nos pontos de venda. O evento finaliza com a premiação para os vencedores, na qual são distribuídos troféus e prêmios em dinheiro para os três primeiros colocados. Para alguns competidores, a Regata é uma forma de conseguir uma boa quantia em dinheiro, além de poder mostrar a habilidade na navegação, que envolve seus saberes tradicionais.

O evento mostra uma rede de relações mais ampla na qual as populações de pescadores estão inseridas, pois representa a oportunidade de encontrar com amigos e familiares que não residem mais no Cumbuco ou estabelecer relações com pescadores das colônias de outros municípios. Além disso, a Regata realiza uma ressignificação do tradicional na medida em que o evento se torna, na perspectiva dos moradores nativos, uma “atração turística”, embora se perceba mais a presença de pessoas vinculadas ao lugar ou do próprio município do que turistas. Desta forma, a Regata Marítima contribui para reforçar a solidariedade do segmento de pescadores, bem como visa a se constituir em uma tradição reconhecida pela sociedade em geral.

Os Festejos de São Pedro é outro evento conhecido entre populações de pescadores, e no Cumbuco é organizado pelos moradores nativos com o apoio da igreja local. Trata-se de um evento religioso e cultural realizado por pescadores devido à devoção ao santo que lhes dá proteção e a provisão de uma boa pesca.

A procissão de São Pedro, eu não lembro quando surgiu, mas eu lembro muito bem quem fez a primeira procissão [...]. Foi assim, o doutor Jairo criou a Vila aqui e, na época, ele trouxe pessoas de fora para trabalhar, e tinha um homem que eu nunca nem soube o nome dele, ele era conhecido como “meia lua”, dirigia uma rural velha [carro] do doutor Jairo, ele que criou essa procissão. É tanto que a primeira no Cumbuco foi feita assim: as missas eram celebradas na Colônia, as jangadas saíram daqui pelo mar até o Tendas, que é um restaurante [hoje] que tem lá na frente, e as pessoas saíram em procissão por terra, levando o andor e a imagem de São Pedro até lá, quando as jangadas chegaram lá, colocaram na jangada e vieram

pelo mar aportar aqui [...] (Ailton, 50 anos. Entrevista em 03 ago. 2018).

No Cumbuco, a primeira comemoração ao santo padroeiro foi uma procissão organizada após o período de construção da Vila, por uma pessoa ligada ao senhor Jairo Souza. Os moradores relatam que o doutor Jairo não se envolvia com a pesca de forma comercial, mas patrocinava todos os eventos e comemorações dos pescadores da localidade, haja vista que seu interesse era garantir que a Vila mantivesse características de um lugar rústico e bucólico.

O doutor Jairo nunca se envolveu com pesca, o doutor Jairo foi uma pessoa que ajudou muita gente, uma pessoa muito prestativa, muito caridoso, mas no que diz respeito à pesca, ele ajudava quando tinha os eventos, ele estava lá, era um dos primeiros que chegava na Colônia perguntando o que precisava pra festa, pra Regata, pra procissão, ele sempre chegava junto, sempre tinha a parte dele independente das empresas que patrocinavam (Francisco, 67 anos. Entrevista em 26 ago. 2018).

Nos últimos anos, os Festejos de São Pedro são compostos normalmente por alguns momentos: um novenário com missas durante nove dias, procissão pelas ruas no primeiro e último dia e, também, uma procissão no mar realizada no encerramento. Os participantes dos Festejos não são apenas moradores da comunidade e do Parázinho, mas também pessoas de outras localidades atraídas a partir da rede de relações formada em torno da religião. Durante o período de festa, muitas barracas com comidas típicas são instaladas pelos moradores nativos na praça onde está situada a Igreja.

A partir de 2005, o evento passou a contar com a participação dos bugueiros, que realizam uma procissão em carreatas de *buggies* pela Avenida dos Coqueiros (FIGURA 24), da Tabuba até o Cumbuco, antes das procissões de encerramento. Nos últimos anos, a procissão de bugueiros se inicia na Igreja de São Pedro, situada no Icaraí.

Figura 24 – Procissão em carreta de *buggies* na Avenida dos Coqueiros

Fonte: Pastoral da Comunicação, junho de 2016.

O evento religioso fortalece não somente o vínculo entre os pescadores residentes nas outras localidades litorâneas de Caucaia, mas também entre os diversos segmentos produtivos como os bugueiros, que são em sua maioria descendentes de pescadores, além de ser um ritual que (re)inventa a tradicionalidade dos moradores nativos.

No Cumbuco, o encerramento, no dia 29 de junho, considerado dia do padroeiro, se inicia com uma missa na Igreja de São Pedro, situada na praça do Cumbuco, depois é realizada uma procissão pelas ruas da comunidade (FIGURA 25) e, por último, a procissão pelo mar. Neste último momento, os pescadores preparam suas jangadas para realizar a procissão, sendo que uma jangada é preparada para ir à frente com o andor e a imagem de São Pedro, o padre e, também, alguns tripulantes. Essa embarcação é conhecida como a “jangada do santo”.

Figura 25 – Procissão pelas ruas do Cumbuco na Festa de São Pedro



Fonte: Pesquisa de campo e Pastoral da Comunicação (Festa de São Pedro, 29 jun. de 2016).

No dia 29 de junho de 2016, registrei no diário de campo como a Procissão de São Pedro é tida, para alguns moradores nativos, como um dever e um privilégio de todos, inclusive para os filhos de pescadores que não exercem a pesca como atividade produtiva. Ao mesmo tempo, observei que o evento é marcado por um caráter religioso e cultural, que leva os pescadores a resistirem à possibilidade de imposições governamentais com relação à forma de ser realizado.

Um pescador, conversando com o guarda-vidas Roberto, disse que não ia colocar a jangada no mar, mas que ia ficar esperando o retorno da procissão para ajudar a tirar as jangadas do mar. Disse também que muitas mulheres querem ir nas jangadas da procissão, e que isso não era bom, pois não era bem visto pela Marinha (Capitania dos Portos). Roberto respondeu ao pescador dizendo que não concordava com sua atitude, destacando que todos deveriam participar, pois a festa do padroeiro é de todos, e todas as pessoas eram para participar. Outro guarda-vidas falou que na festa do padroeiro, em Fortaleza, os pescadores foram proibidos de levar os tripulantes na procissão sem coletes salva-vidas, por ser muito perigoso. Mesmo assim, Roberto reafirma que na festa do padroeiro todos devem participar e que a Prefeitura não poderia proibir (Diário de campo, 29 jun. 2016).

No momento de preparação para a procissão marítima, a faixa de praia é ocupada por diversas pessoas, veranistas, visitantes, cumbuqueiros e os próprios moradores nativos, que procuram garantir o lugar em uma jangada para participar (FIGURA 26). No diário de campo, também registrei elementos que compõem o cenário da procissão no mar.

Figura 26 – Procissão marítima na Festa de São Pedro



Fonte: Pastoral da Comunicação, junho de 2016.

As jangadas preparadas, as pessoas estão animadas, conversam entre si perguntando quem vai subir, isto é, quem vai participar ou não da procissão marítima. Foi interessante ver a devoção de uma senhora bem idosa subindo na “jangada do santo”, os homens ajudaram-na a subir e logo colocaram-na em um lugar seguro; outros ainda iam subindo depois que a jangada já estava nas águas. A disputa era grande para participar. Enquanto isso, outras pessoas comentavam espontaneamente que já tinham ido, por isso iam ficar apenas aguardando o retorno. Várias barracas instaladas na faixa de praia eram ocupadas por observadores (Diário de campo, 29 jun. 2016).

Depois da procissão, o andor e a imagem do santo são levados de volta para a igreja, onde o padre dá a bênção final. No calendário católico do município de Caucaia, os Festejos de São Pedro é um dos eventos com maior número de participantes, ficando atrás apenas dos festejos da santa padroeira do município, a Nossa Senhora dos Prazeres, realizados no Centro de Caucaia.

Por sua vez, os moradores relatam que o número de participantes tem diminuído com o passar dos anos. A partir de observação empírica nas festas de 2016 (quarta-feira), 2017 (quinta-feira) e 2018 (sexta-feira), percebi que a quantidade de participantes reduzia a cada ano independente do dia da semana que fosse realizada a festa. Contudo, o encerramento no dia de São Pedro não deixa de ser o momento com maior concentração de participantes, marcado pela animação e sociabilidade entre os moradores.

Os Festejos de São Pedro e a Regata Marítima são eventos que inventam uma tradição relacionada à pesca no Cumbuco. Hobsbawm e Ranger (1984) explicam a “tradição inventada” como práticas reguladas por regras veladas ou abertamente aceitas, que, de forma ritual ou simbólica, inculcam valores por meio da repetição e procuram dar a sensação de continuidade do passado. Diante de processos de mudança, os eventos considerados tradicionais buscam a reiteração de símbolos e podem apresentar tensões entre continuidades e descontinuidades.

No Cumbuco, os dois eventos colaboram com a invenção da tradição relacionada à pesca, na medida em que as narrativas dos moradores indicam que a festa do santo padroeiro e a regata de pescadores são construídas para os “de dentro”, mas, ao mesmo tempo, voltadas para os “de fora”. As narrativas sobre os eventos recorrentemente adjetiva-os como “atrativos” para visitantes locais e estrangeiros, como nota-se na fala do Ailton sobre a procissão de 2014.

Agora uma festa que eu vi que tinha bastante gente foi em 2014, mas eu acho que foi a questão da Copa [do Mundo de 2014]. Eu observei que o México jogou duas vezes aqui em Fortaleza, e os mexicanos, na questão religiosa, eles são muito católicos. Tinha um grupo de mexicanos que veio várias noites para o novenário, e no dia 29 aconteceu que era um domingo, aí além de ser um domingo tem muita gente na praia. Rapaz, quase que eu fico louco querendo organizar, e esse pessoal em cima da jangada [...] querendo ir. Eu tive que colocar um casal de mexicanos, eles vinham toda noite para o novenário, quando eles chegaram na praia a jangada tudo lotada, só que tinha uma embarcaçõzinha pequena, onde coloquei eles [...]

Em 2014 tinha muita gente. A festa é um atrativo. (Ailton, 50 anos. Entrevista em 03 ago. 2018).

A ambiguidade destacada nas narrativas sobre os eventos que aparecem voltados tanto para os “de dentro” como para os “de fora” está relacionada ao contexto em que foram produzidos. É importante lembrar que os Festejos de São Pedro iniciaram com uma pessoa ligada ao doutor Jairo, que também apoiava todas as comemorações ou movimentos de pescadores, como as Regatas. Assim, estes eventos foram organizados no contexto pós-construção da Vila, no qual o próprio doutor Jairo tinha o interesse de garantir que a localidade mantivesse características de um lugar cujo modo de vida é tradicional e bucólico e, com isso, atrair fortalezenses para o veraneio marítimo e turistas para o hotel Saint-Tropez des Tropiques.

De todo modo, os eventos Festejos de São Pedro e Regata Marítima se constituíram em rituais que ativam o sentido da Praia do Cumbuco como lugar antropológico de pescadores, pois evidenciam que a localidade é uma construção concreta e simbólica, a qual é, “simultaneamente, princípio de sentido para aqueles que [a] habitam e princípio de inteligibilidade para quem [a] observa.” (AUGÉ, 1994, p.51).

Os sentidos atribuídos a esses eventos e à Colônia de Pescadores, bem como a forma de sua organização, põem em evidência características identitárias, relacionais e históricas que definem o conceito de lugar antropológico, conforme Augé (1994). Desta forma, há um vínculo das populações tradicionais de pescadores com o lugar, embora alguns não tenham permanecido residindo na Vila ou não tenham dado continuidade ao ofício de pescador de seus pais. Estes permanecem vinculados ao lugar ao se tornarem colaboradores da Colônia mesmo exercendo outra atividade produtiva; ao participarem da Regata como forma de manter a tradição e ao se fazerem presentes no encerramento dos festejos do santo padroeiro independente do dia da semana. Assim, mesmo sem serem de fato moradores da Vila e pescadores, muitos indivíduos se sentem vinculados ao lugar por meio da Colônia e dos eventos.

A Colônia, a Regata e os Festejos de São Pedro mostram que o Cumbuco não é só o lugar de nascimento de parte dessa população, mas é o lugar em que sua identidade ligada à pesca foi constituída. Essa constituição ocorreu por meio de um processo relacional com o lugar, com seus próximos e com os “de fora”, de forma que o Cumbuco, para muitos moradores nativos, não é apenas o lugar que o corpo ocupa e se posiciona, mas sim aquele no qual ele se identifica e se reconhece. Inclusive, aqueles que nele vivem reconhecem os “marcos” de sua transformação.

#### **4.3.2 As associações**

A organização dos moradores em associações é um indicador da expansão da rede de relações das populações tradicionais no Cumbuco, pois a atuação destas organizações envolve atores sociais, funções, necessidades e usos do espaço nessa localidade. O primeiro segmento a ser organizado em associação por um agente externo foi o dos pescadores, porém, é importante lembrar que antes da criação da Colônia Z-7, os pescadores já eram um capatazia, isto é, um agregado de trabalhadores do mar reconhecidos por outra Colônia e pela Capitania dos Portos. No que concerne à rede de relações, a entidade deu visibilidade ao segmento, proporcionou novas formas de pertencimento e reforçou o vínculo destes com o lugar.

Após a criação da Colônia até o final da década de 1980, não houve a criação de outras associações, mas muitos segmentos já praticavam suas atividades de forma fragmentada. A crescente chegada de pessoas “de fora” e a conseqüente circulação de bens, de capital, e a formação do *trade turístico* levou a um aumento de novos atores sociais no território e novas atividades produtivas. Assim, a partir da década de 1990, se iniciou uma disputa pelos espaços físicos e de representação social, que pode ser percebida ao tomar as diversas associações no Cumbuco como modelo analítico (QUADRO 5).

Quadro 5 – Associações do Cumbuco

Ano	Associação	Atores sociais
1978	Colônia de Pescadores Z-7	Pescadores
1992	Associação Comunitária Amigos do Cumbuco	Moradores nativos
1996	Associação de Artesanato das Mulheres do Cumbuco	Mulheres artesãs e rendeiras
1997	Associação dos Vendedores Ambulantes da Praia do Cumbuco	Vendedores ambulantes
2000	Cooperativa Cearense dos Proprietários e Condutores para Passeios Turísticos (COOPTUR)	Bugueiros
2006	ABCTur	Bugueiros
2013	CPROTUR	Bugueiros
s/d	COOBUGGYTUR	Bugueiros
s/d	Associação de Quadriciclos do Cumbuco	Quadriciclistas
2013	Associação de Kitesurf de Caucaia (AKCA)	Velejadores, atletas, instrutores e donos de lojas e escolas de <i>kitesurf</i>
2014	Associação dos Comerciantes do Cumbuco	Comerciantes, barraqueiros, ambulantes, donos de hotéis e pousadas no Cumbuco e adjacências
2014	Associação Comunitária do Cumbuco	Moradores nativos, não-nativo, estrangeiros e pequenos comerciantes

Fonte: elaborado pelo autor a partir do Mapeamento Cultural (2006) e de pesquisa de campo.

A Associação Comunitária Amigos do Cumbuco foi criada em 1992 com o objetivo de defender os interesses dos moradores nativos, seja dentro ou fora da comunidade. Durante sua atuação, a entidade conseguiu, junto aos órgãos governamentais, a construção de equipamento de segurança, saúde e lazer, como um posto policial, um posto de saúde e a construção da praça central. Outras intervenções no espaço foram uma quadra esportiva e o centro de artesanato, com apoio público e privado.

Realizaram atividades de entretenimento para crianças e adolescentes como torneios de futebol, desfiles, festas em datas comemorativas, eventos culturais, dentre outras. Mas, devido a conflitos internos e ao fato de os moradores passarem a ser representados por outras associações, essa entidade não vigorou, sendo reativada em alguns momentos e logo em seguida desativada.

A Associação de Artesanato das Mulheres do Cumbuco foi criada em 1996 com o intuito de reivindicar um espaço para o desenvolvimento da atividade que durante alguns anos já praticavam de forma isolada. A chegada de turistas interessados em levar *souvenirs* ao retornar para casa levou muitas mulheres a vender, na própria localidade, seus produtos artesanais aos visitantes que chegavam. Os trabalhos da associação envolviam, principalmente, bordados de vários tipos: ponto cheio, ponto cruz, crochê e labirinto.

No período de organização da associação, as mulheres receberam apoio de instituições públicas e privadas, como a Empresa Vitória, a Câmara dos Dirigentes Lojistas, a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal de Caucaia, que doou o terreno para a construção de um “barracão” onde desenvolviam a atividade e, também, comercializavam. Durante muitos anos, a entidade recebeu apoio da Associação de Artesãos de Caucaia e ofereceu curso de capacitação para outras mulheres da comunidade. Nota-se, a partir do surgimento dessa associação, que a rede de relações das mulheres se expandiu, permitindo com que elas exercessem atividades de forma mais organizada, fora do âmbito doméstico.

No ano de 1997, foi criada a Associação dos Vendedores Ambulantes da Praia do Cumbuco pelos próprios trabalhadores autônomos, que praticavam essa forma de comércio na faixa de praia desde 1982. Os vendedores eram oriundos de outros bairros de Caucaia e, até mesmo, de Fortaleza. Iniciou com 33 sócios e, no ano de 2006, já estava com 72 sócios efetivos. O objetivo da entidade era organizar as atividades de venda na faixa de praia e capacitar, por meio de cursos e treinamentos, os trabalhadores filiados.

Os motoristas de *buggies* que realizavam passeios pelas dunas do Cumbuco se unificaram em 1999 na Cooperativa Cearense dos Proprietários e Condutores para Passeios Turísticos (COOPTUR), pois antes eles se dividiam em quatro grupos e se localizavam, principalmente, em restaurantes como Milano, Tendas, Velas do Cumbuco ou na própria Vila.

A criação da COOPTUR tinha o objetivo de reorganizar a atividade já praticada, pois a falta de regulamentação favorecia à “pirataria”, isto é, a prática de passeios por motoristas que não eram vinculados aos quatro grupos. A “pirataria” e aqueles motoristas que faziam o passeio em carro próprio mesmo sem conhecer o campo de dunas haviam causado acidentes com mortes nas dunas do Cumbuco e isso estava diminuindo a demanda por passeios.

No decorrer de cinco anos, a COOPTUR agregou 103 cooperados, mas, a partir de 2005, os desacordos administrativos fizeram os filiados à COOPTUR se reorganizarem em outras cooperativas: a Associação de Buggy e Turismo do Ceará (ABCTur), fundada em 2006 e, atualmente, com 37 associados; a Cooperativa dos Profissionais de Buggy e Turismo de Caucaia (CROTUR) criada há cinco anos e conta com 27 associados, em sua maioria, filhos de outros bugueiros; e a Cooperativa dos Proprietários de Buggy do Cumbuco e Áreas Circunvizinhas (COOBUGGYTUR), com 69 associados, que juntas somam 133 bugueiros, cada uma com estatuto próprio, mas regidas pelo “sistema de fila única”, no qual os bugueiros são organizados em uma “fila” para oferecer o serviço.

O objetivo das três entidades tem sido regulamentar a atividade, reivindicar perante o Poder Público a fiscalização e evitar os conflitos com indivíduos do mesmo segmento. Além disso, a entidade já discutiu a possibilidade de um tombamento do campo de dunas e a continuidade do uso para passeios de *buggy*, devido à tensão gerada com segmentos imobiliários que procuravam ocupar a área das dunas.

Outras tensões ocorrem com os condutores da Associação de Quadriciclos do Cumbuco, pois, além de concorrerem no oferecimento do serviço de passeio, muitos moradores nativos comentam sobre acidentes ocorridos durante os passeios de quadriciclo, o que deixa os turistas receosos de realizar outras formas de passeio. Com base nas informações de alguns condutores, a Associação de Quadriciclos possui 30 membros que, em sua maioria, são filhos ou netos de pescadores da localidade.

Essas instituições, criadas até os anos 1990, foram organizadas devido à relação da comunidade com a atividade turística promovida por agentes internos ou externos. Cada nova associação é um indicador de novos agentes, atividades, conflitos e tensões inseridos no cotidiano dos moradores. A heterogeneidade de agentes e a disputa pelo território se tornam mais complexas quando a localidade se transforma em alvo de intervenções e investimentos realizados por meio das políticas públicas de desenvolvimento e da inserção de práticas esportivas. Nesse contexto, surgem outras associações mencionadas no início desta subseção, no quadro 5, mas apresentadas apenas no próximo capítulo inseridas no contexto social em que surgiram.

Enfim, a descrição das associações do Cumbuco mostra um conjunto de agentes sociais, funções, demandas e usos do espaço realizados nessa localidade no contexto de inter-relação do *trade turístico* e das populações tradicionais de pescadores. A rede de relações constituída em torno das associações põe em evidência as imbricações, apropriações, tensões e conflitos existentes em um núcleo habitacional que passou a ter uma acentuada diversidade social, diferenciando-se das outras localidades litorâneas do município de Caucaia.

## 5 A DINAMIZAÇÃO DE “DESTINOS TURÍSTICOS” E A FORMAÇÃO DE TRANSLOCALIDADES

A localidade litorânea do Cumbuco se configura atualmente como um lugar turístico. Essa configuração decorreu de processos de mobilidade e mudança vivenciados por seus moradores nas últimas décadas. Tais processos podem ser observados a partir da construção do seu território, da (re)definição de suas atividades produtivas e da rede de relações de vários agentes sociais envolvidos: moradores nativos, especuladores imobiliários, veranistas, investidores do *trade turístico*, comerciantes, turistas, gestores públicos, dentre outros.

Desta forma, a configuração social do Cumbuco se aproxima de abordagens mais recentes da categoria “destino turístico”, que o consideram como um espaço dinâmico e “constantemente produzido e reproduzido pelas complexas práticas e discursos: de turistas, companhias turísticas, população local e outros atores” (SARANIEMI; KYLAN, 2010, p.8). Abordagens anteriores desta categoria compreenderiam o Cumbuco meramente como uma área sujeita a forças externas que produzem “impactos”, ou como um espaço geográfico e econômico formado por um aglomerado de serviços que facilitam a visita de turistas (FRANKLIN; CRANG, 2001).

Desde o início do processo de transformação do Cumbuco em um lugar turístico, na década de 1980, cujos “marcos” para seus moradores nativos foram a construção do hotel Saint-Tropez des Tropiques e a intensa circulação de pessoas consideradas “de fora”, essa localidade passou a concentrar os fluxos de visitantes brasileiros e estrangeiros que chegam à Caucaia, se diferenciando das outras localidades litorâneas do município.

Assim, com base em indicadores turísticos estaduais e na relação dessa localidade com a capital do estado do Ceará e com o município no qual está situada, é possível afirmar que a configuração social do Cumbuco atualmente põe em relevo o município de Caucaia nos circuitos do turismo nacional e internacional.

Os indicadores turísticos estaduais mostram que o Ceará é um dos principais destinos do turismo nacional, pois recebeu, em 2016, via capital Fortaleza, quase três milhões de turistas nacionais e, dos 6,6 milhões de turistas estrangeiros que chegaram ao Brasil, apenas o índice considerado inexpressivo de 265 mil visitaram o estado (SETUR, 2017).

No âmbito do turismo, a capital Fortaleza se configura como o principal centro de recepção e distribuição dos fluxos turísticos, haja vista acolher o Aeroporto Internacional Pinto Martins, uma larga infraestrutura e uma vasta rede hoteleira. Fortaleza é considerada por gestores públicos e agentes do *trade turístico* como o “portão de entrada”, categoria utilizada para caracterizá-la em relação às outras cidades do estado, levando em conta o Aeroporto Internacional que se constitui como um dos equipamentos que propicia a chegada de turistas à cidade.

Como “portão de entrada” do turismo no Ceará, Fortaleza dinamiza os municípios da sua Região Metropolitana (RMF), principalmente, a cidade de Caucaia, devido à proximidade<sup>81</sup> e à integração ao polo turístico Costa do Sol Poente, que abrange praias do litoral oeste da capital (ARAÚJO; PEREIRA; PAULA, 2010).

Nos últimos anos, o município de Caucaia passou a ser o segundo mais visitado pelos turistas nacionais e internacionais que ingressaram no Ceará. Entre 2009 e 2013, Caucaia teve o maior fluxo turístico do estado, atingindo o número máximo de 400.152 visitantes em 2013<sup>82</sup>, os quais se utilizaram, principalmente, dos equipamentos e serviços distribuídos nos 28

---

<sup>81</sup> Caucaia está situada, aproximadamente, a 16 km rodoviários a oeste da capital a partir das Avenidas Presidente Castelo Branco (mais conhecida como Leste Oeste) e Avenida Ulisses Guimarães, que ligam o litoral de Fortaleza à Caucaia.

<sup>82</sup> A Secretaria de Turismo do Ceará (SETUR) disponibiliza na rede mundial de computadores dados sistematizados apenas a partir do ano de 2009 até o ano de 2016. De acordo com os indicadores (excluindo, a capital Fortaleza), Caucaia atingiu o número máximo de visitantes entre 2009 e 2013 e, nos anos seguintes, ficou atrás de Aquiraz. O aumento do número de turistas em Aquiraz nos últimos anos está relacionado aos investimentos do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) no litoral leste do estado e à construção de resorts nesse município. Para mais informações sobre a expansão do turismo no litoral leste do Ceará, vide a dissertação de Cunha (2017).

quilômetros de litoral das cinco localidades litorâneas: Iparana, Pacheco, Icaraí, Tabuba e Cumbuco<sup>83</sup>.

No Ceará, o litoral é o lugar de destino mais escolhido pelos turistas que chegam ao estado. Os dez municípios mais visitados pelos turistas em 2016 estão situados em áreas litorâneas e os dois primeiros integram a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)<sup>84</sup>, caracterizando o turismo cearense como litorâneo e metropolitano (PEREIRA, 2012; SETUR, 2017).

O litoral cearense é marcado por praias, dunas, falésias e lagoas, além de condições climáticas como temperatura média de 28°C, 2.800 horas de sol durante o ano e ventos constantes. Essas características do ambiente associadas a uma infraestrutura que visa atender aos visitantes favoreceram a realização de práticas relativas ao turismo. Com relação aos tipos de práticas, as informações sobre a motivação dos visitantes que ingressam no Ceará mostram que as atividades mais realizadas estão relacionadas ao lazer e ao passeio (SETUR, 2017), como mostra a tabela abaixo (TABELA 1):

Tabela 1 - Demanda turística via Fortaleza segundo a motivação - 2016

Motivação	Turistas		Permanência (dias)
	Total	(%)	
Lazer/Passeio	1.456.332	44,9	11,1
Visita Parente/Amigo	651.944	20,1	9,3
Negócios/Trabalho	567.613	17,5	5,7
Congressos/Eventos	363.272	11,2	5,2
Outros	204.341	6,3	8,2
<b>Total</b>	<b>3.243.501</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Adaptado de SETUR (2017).

Como pode ser observado, o lazer e o passeio representam o principal interesse (44,9%) daqueles que ingressam no Ceará e passam, em média, uma “temporada” de 11 dias. As outras motivações que demandam

<sup>83</sup> O litoral de Caucaia possui 44 quilômetros, dos quais 28 fazem parte das cinco localidades litorâneas da sede do município, e os 16 km restantes compõem a Área de Proteção Ambiental do Rio Cauípe e a Estação Ecológica do Pecém, nos distritos de Guararu e Catuana.

<sup>84</sup> Os dez municípios com maior percentual de demanda turística em 2016, por ordem decrescente, são: Aquiraz, Caucaia, Aracati, Jijoca de Jericoacoara, Beberibe, Paracuru, Paraipaba, Cascavel, Trairi e Icapuí (SETUR, 2017).

serviços turísticos são a visita a parentes e amigos (20,1%), negócios/trabalho (17,5%) e congressos/eventos (11,2%). Apesar destes últimos índices se referirem a turistas que apresentam uma motivação diferente do lazer e do passeio, ocorre de muitos desses realizarem outras atividades e conhecerem atrativos naturais, mesmo com uma permanência menor de dias no estado.

A motivação dos visitantes é um dos critérios utilizados para a *segmentação turística*, que consiste na diferenciação dos visitantes com interesses comuns e sua distribuição em atividades, serviços e atrações, de forma que é definida uma “população-alvo” para cada tipo de serviço ofertado. Esse tipo de segmentação não só detecta as necessidades dos visitantes, mas, ao mesmo tempo, cria novas necessidades ao orientar a construção de atividades, roteiros e atrações (SILVEIRA, 2007). Observar a *segmentação turística* de uma localidade traz à tona as práticas, as atividades, os usos, apropriações que envolvem a rede de relações sociais do lugar de destino.

Com base na motivação predominante daqueles que visitam o Ceará e sua distribuição pelas localidades litorâneas do estado, os segmentos que mais se destacam são o de Sol e Praia, o de Aventura e o de Esporte (SETUR, 2017). O primeiro segmento constitui-se de “atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento, descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor” (BRASIL, 2010a, p.14), assim, as práticas do turismo de sol e praia são marcadas por um desejo de estar à beira-mar, em contato com a salinidade da água, exposto ao sol e aos ventos.

Os segmentos de Aventura e de Esporte possuem semelhanças, mas também algumas diferenças. O Turismo de Aventura compreende os movimentos decorrentes da “prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo” (BRASIL, 2010b, p.14), e o Turismo de Esporte consiste em “atividades turísticas decorrentes da prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas” (BRASIL, 2010b, p.14). Contudo, se as atividades de aventura são praticadas de forma esportiva e ocorrem por meio de competições, estas são inseridas no segmento de Esporte.

As práticas do Turismo de Aventura envolvem atividades que proporcionam “experiências físicas e sensoriais recreativas que envolvem

desafio, riscos avaliados, controláveis e assumidos que podem proporcionar sensações diversas: liberdade; prazer; superação, etc.” (BRASIL, 2010b, p.40). Já os visitantes do segmento Turismo de Esporte participam de torneios, campeonatos ou disputas ditas “amistosas” que envolvem não somente atletas, mas também espectadores, os quais se utilizam de serviços turísticos.

Apesar dos três segmentos serem considerados distintos, eles não são independentes ou uma coisa em si, mas estão inter-relacionados. O Turismo de Sol e Praia está relacionado aos segmentos de Aventura e de Esporte na medida em que também abrange em seu rol de atividades as práticas na parte terrestre da orla, como banhos de sol, vôlei de praia, futebol de areia, dentre outras, até aquelas praticadas em áreas marítimas, fluviais ou lacustres, com a utilização ou não de equipamentos, como surfe, *kitesurf*, *windsurf*, passeios de barco etc.

É importante lembrar que a associação do litoral com divertimento, distração ou, apenas, a contemplação da paisagem está relacionada a condições históricas que contribuíram para a definição dessas *segmentações turísticas*. Entre essas condições, vale ressaltar que estão os banhos de mar receitados pelos médicos para fins terapêuticos na Europa dos séculos XVII e XVIII; a prática do veraneio marítimo por parte das populações abastadas para o restabelecimento físico e mental; e os processos de industrialização, melhoria dos sistemas de transporte e conquista de direitos trabalhistas que facilitaram o acesso de trabalhadores assalariados ao litoral para o lazer (CORBIN, 1989; KRIPPENDORF, 2009; DANTAS, 2009).

Tais condições propiciaram a emergência de práticas à beira-mar na Europa, que se expandiram para outros continentes a partir da década de 1960. No Brasil, a construção de segundas residências no litoral foi o que mais contribuiu para o surgimento de práticas de lazer e passeio à beira-mar, primeiro no Rio de Janeiro, em Copacabana, e nas regiões Sul e Sudeste e, em seguida, na região Nordeste, cujas condições climáticas permitem a combinação dos elementos água, sol e calor, presentes no rol de atividades do segmento Turismo de Sol e Mar.

As atividades e práticas turísticas dos segmentos supracitados demandam a oferta de serviços e equipamentos como o agenciamento da viagem, o transporte, a hospedagem e a alimentação. Tais serviços são comercializados pelo *trade turístico* que é formado por um conjunto de agentes que promovem o turismo por meio de hotéis, pousadas, resorts, agências de viagem, operadoras, transportadoras, empresas de eventos, locadoras de veículos, restaurantes, equipamentos de lazer, dentre outros.

Estes serviços e equipamentos do *trade* fazem parte dos elementos de dinamização de um “destino turístico”, pois realizam a produção e a reprodução das atividades por meio de práticas, narrativas, significados que selecionam o que será “iluminado” e o que permanecerá “na sombra”, ou seja, aquilo que se constituirá ou não objeto do “olhar do turista”, como sintetiza a concepção de Urry (2001).

Com base nessa concepção, os lugares, os materiais e as situações que se constituem objeto desse “olhar” são construídos de acordo com a sociedade, os grupos sociais e o período histórico, e sempre existem aqueles que o reforçam e o autorizam (URRY, 2001). Nesse sentido, é possível afirmar que o *trade* representa um dos agentes principais na construção do “olhar do turista”, pois possuem diversas opções de oferta que indicam o onde, o quando e o quê aproveitar em um lugar de destino.

A territorialização dos equipamentos, serviços e atrativos do *trade* em um lugar propicia arranjos específicos para abrigar as práticas turísticas, por meio de atividades produtivas e infraestruturas de suporte que conferem concretude e objetivação aos fluxos de um espaço. Desta forma, sua territorialização possibilita a criação de uma ampla ambiência apropriada às práticas turísticas, o que Benevides (2007) define como *turistificação*.

Contudo, a territorialização do *trade* pode ocorrer de uma forma desigual e seletiva, na medida em que apenas alguns pontos do território se tornam alvo de investimentos e intervenções em nome do turismo. Tal fato ocorre em Caucaia cuja configuração socioespacial do Cumbuco deriva de uma *turistificação seletiva* que a diferencia das outras localidades litorâneas do município.

## 5.1 Turistificação seletiva no litoral de Caucaia

A *turistificação* consiste em um processo de construção de territórios para abrigar práticas turísticas por intermédio de atividades econômicas e de infraestruturas que viabilizam o consumo de bens, serviços e paisagens. Nesse contexto, é importante destacar que a criação de uma ambiência para o turismo não envolve somente os aspectos objetivos e econômicos, mas também as representações subjetivas que motivam os deslocamentos espaciais (BENEVIDES, 2007).

Ademais, a *turistificação* não se resume apenas à criação de lugares pautados pelo consumo, mas também está relacionada a sujeitos cujas práticas socioespaciais sugerem uma *retórica pedestre* (CERTEAU, 2012). Existem três tipos de agentes considerados fontes de *turistificação* dos lugares: os veranistas oriundos dos centros urbanos, que encontram nas segundas residências um lugar para suas práticas de lazer; os “planejadores e promotores territoriais”, que podem ser representados, por exemplo, pelos agentes públicos do PRODETUR; e, por último, os operadores e investidores privados, que criam os produtos turísticos (KNAFOU, 1996).

No município de Caucaia, o processo de *turistificação* ocorreu a partir destes três tipos de práticas. A ocupação veranista oriunda da capital Fortaleza, entre as décadas de 1950 e 1980, principalmente, em Iparana, Icaraí e Cumbuco, facilitou a prática de lazer no litoral e, posteriormente, possibilitou a infraestrutura para o desenvolvimento de atividades turísticas. As intervenções e investimentos dos programas públicos desenvolvimentistas propiciaram uma urbanização dos lugares, facilitando os fluxos dos visitantes. Desta forma, o *trade turístico* pôde territorializar seus serviços e equipamentos, bem como criar atrativos para que essa cidade se tornasse um lugar de destino.

O *trade turístico* no litoral de Caucaia passou a oferecer serviços, equipamentos e produtos que proporcionam a efetivação de atividades, principalmente dos segmentos de sol e mar, de aventura e de esporte. Contudo, sua territorialização e o concomitante processo de *turistificação*

ocorrem de forma seletiva, pois dentre as cinco localidades litorâneas do município, apenas o Cumbuco se destaca por apresentar equipamentos, atividades e atrativos em expansão, como os empreendimentos de hospedagem de padrão internacional.

A capital do estado também apresenta indícios de uma ocupação desproporcional dos equipamentos e serviços do *trade*, pois a “Fortaleza turística” fica restrita ao entorno das praias de Iracema, do Meireles e a Praia do Futuro (mais afastada do centro), porque é nessa extensa faixa que se encontra “a quase totalidade dos hotéis de quatro e cinco estrelas, os principais shoppings centers, o complexo Dragão do Mar de Arte e Cultura, e uma vida noturna bastante agitada, em todos os dias da semana” (RODRIGUES, 2015a, p.91).

Com base na territorialização do *trade*, é possível notar que os processos de *turistificação* produzem restrições locacionais, ou seja, “a distribuição espacialmente desigual de atributos variavelmente valorizados para as práticas turísticas” (BENEVIDES, 2007, p.95). Assim, a apropriação e a organização dos espaços para o turismo decorrem de uma seletividade socioespacial.

Tendo em vista dados sobre a oferta turística do litoral de Caucaia, e a sua comparação em termos de serviços, equipamentos e atrativos oferecidos pelas cinco localidades litorâneas que fazem parte do município, é possível afirmar que Caucaia vivenciou uma *turistificação seletiva* e que o Cumbuco tem uma configuração que concentra os fluxos de visitantes da cidade, diferenciando-se das outras localidades.

Os dados que possibilitam essa compreensão estão no *Inventário Turístico de Caucaia*<sup>85</sup> e no material intitulado *Caucaia 2014*, produzido pela SETUR, cujo objetivo é mostrar as razões da inserção do município como sub-sede da Copa do Mundo, realizada no Brasil em 2014. Ambos destacam a

---

<sup>85</sup> O Inventário Turístico de Caucaia foi produzido pelo Laboratório de Políticas Públicas de Turismo (LABPPTUR), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), a pedido da Prefeitura Municipal de Caucaia no ano de 2016.

infraestrutura, os equipamentos e os serviços presentes nas localidades litorâneas.

O Inventário Turístico não apresenta dados quantitativos precisos com relação aos serviços do *trade*, porém, a análise do seu conteúdo mostra a diferença da oferta turística das cinco localidades quando comparadas com relação a itens como:

a) serviços e equipamentos turísticos, que inclui as seguintes categorias: meios de hospedagem, serviços de gastronomia, agências de turismo, transporte público, espaços para eventos, para lazer e entretenimento, de diversão e cultura, espaços livres e áreas verdes;

b) atrativos turísticos, que se baseia nas categorias: atrativos naturais, atrativos culturais, atividades econômicas, atividades tradicionais, personalidades e eventos.

Esses dois itens do Inventário são compostos por várias categorias utilizadas para a descrição da oferta turística. A partir da análise dessas categorias, baseando-se em uma perspectiva comparativa entre as cinco localidades litorâneas de Caucaia, é possível identificar que o Cumbuco possui a maior quantidade de equipamentos e serviços do *trade*.

Desta forma, a partir da categoria “meios de hospedagem” do primeiro item, identifica-se que o Cumbuco concentra a maior quantidade de hotéis, pousadas, flats, dentre outros, e é a única área com resorts de bandeira internacional, indicando a maior circulação de turistas estrangeiros. De igual modo, por meio da categoria “atrativos naturais” do segundo item, nota-se que além da praia, o Cumbuco possui o campo de dunas e as lagoas interdunares que, associados a toda uma infraestrutura, possibilitam o lazer e o passeio. Porém, deixo para realizar uma descrição detalhada desses itens mais adiante, ao mostrar como funciona a atividade turística no Cumbuco e as implicações de sua *turistificação seletiva*.

Além do inventário, o documento *Caucaia 2014* apresenta dados de forma descritiva, dando ênfase ao Cumbuco, indica sua centralidade no cenário do turismo municipal e infere que grande parte do fluxo de turistas em Caucaia

se deve ao sistema *day by day*, mais conhecido como *day use*. A partir de uma descrição dessa prática, torna-se perceptível a influência de Fortaleza como “portão de entrada”, a motivação e as práticas dos visitantes, bem como a diferenciação do Cumbuco em relação às outras localidades litorâneas de Caucaia.

### **5.1.1 O sistema “day use”**

O sistema *day by day*, mais conhecido como *day use*, é uma das razões para a intensa circulação de turistas no litoral de Caucaia, principalmente na Praia do Cumbuco. No ano de 2010, entre 20 de julho e 03 de agosto, dos 332.985 turistas que chegaram ao Ceará, estima-se que 16,3% visitaram o Cumbuco, gerando um fluxo de 54.276 passageiros (CAUCAIA, 2014).

No Ceará, a expressão “*day use*” tem denominado o passeio comercializado em agências de turismo por meio de pacotes, com transporte e guia de turismo inclusos, que possibilitam ao visitante usufruir, durante uma parte do dia, de atividades turísticas em um lugar de destino. Outros pacotes possibilitam ao turista conhecer até três praias em um mesmo dia.

As operadoras<sup>86</sup> de turismo situadas em Fortaleza se utilizam dessa prática e incluem a Praia do Cumbuco nos pacotes turísticos dos viajantes que adquirem o serviço de hospedagem ou transporte aéreo, e as agências revendem esses serviços, possibilitando a visita à praia durante uma parte do dia. Para os gestores municipais de Caucaia, a prática do *day use* contribui para um aumento no fluxo de turistas nacionais na cidade.

O trabalho do guia de turismo Adriano mostra como a atividade turística e o *day use* funcionam no Cumbuco a partir de um relato da sua experiência conduzindo visitantes não só a essa localidade, mas a outras praias do Ceará:

---

<sup>86</sup> A operadora é uma empresa que elabora os pacotes turísticos, negocia com os fornecedores de forma a baratear seus serviços. A agência de viagens pode também elaborar pacotes turísticos, mas normalmente ela revende pacotes de grandes operadoras.

O Cumbuco é o passeio mais visitado, porque já é um passeio que vem incluso na programação do passageiro, então, geralmente, ele vem com um traslado de chegada, que é hotel-aeroporto, traslado de saída aeroporto-hotel e mais um passeio chamado City Tour mais Praia do Cumbuco. Esse city tour é uma volta panorâmica pela cidade. O nosso city tour [por Fortaleza] demora geralmente de uma hora a uma hora e meia a ser concluído, a gente passa pelos principais pontos turísticos da capital, geralmente o centro histórico, contemplando a Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção, Catedral, aquela parte mais histórica do Centro, contempla a região de praia, que vai da Iracema até a Praia do Futuro, e contorna os bairros de ascensão social, que é o Papicu e outros bairros ao entorno, e depois nós vamos para a Praia do Cumbuco. Lá ficamos durante todo o dia. Esse é o passeio incluso que eles [os turistas] têm. (Adriano, 25 anos. Entrevista em 12 fev. 2016).

O Adriano mostra que, além de outras facilidades, os turistas que adquirem pacotes em operadoras ou agências têm a possibilidade de realizar o “City Tour + Cumbuco”, que consiste em um passeio guiado pela cidade de Fortaleza e, em seguida, o deslocamento para a Praia do Cumbuco. Esse tipo de passeio é realizado, principalmente, por turistas nacionais do Sudeste e Sul do Brasil, e é mais barato se comparado a outros destinos.

O trajeto desses turistas se inicia pela parte da manhã, quando o ônibus da operadora de turismo vai buscá-los no seu lugar de hospedagem, normalmente em Fortaleza ou Caucaia. Dentro do ônibus, os passageiros são considerados pelos guias de turismo como um “grupo misto”, quando fazem parte de vários estados do Brasil e estão hospedados em locais diferentes da rede hoteleira, ou “grupo fechado”, quando fazem parte de uma empresa, associação ou cidade de origem, e estão todos no mesmo meio de hospedagem.

Após o *city tour* pela capital, esses turistas se deslocam para o Cumbuco, chegando ainda na parte da manhã. Nessa localidade, eles são direcionados para equipamentos que possuem parceria com operadoras e agências de Fortaleza, conhecidos como “pontos de apoio”. Os três principais

“pontos de apoio” no Cumbuco são as barracas de praia Cumbuco Beach, Tendas do Cumbuco e Velas do Cumbuco.

Esses equipamentos podem ser classificados como barracas de grande porte, por serem as três maiores na praia do Cumbuco, e seguem um padrão semelhante de atendimento: possuem uma estrutura de alvenaria com salões cobertos, piscinas, restaurantes, bar, lojas de conveniência, de artesanato, armários, *toilets*, ducha, vestiário, armários para guardar utensílios, cafeteria, tendas, redes, sombreros, dentre outros serviços (FIGURA 27).

Figura 27 – Estrutura das barracas de grande porte no Cumbuco



Fonte: Pesquisa de campo (Barraca Cumbuco Beach, julho de 2018)

A Cumbuco Beach é uma das primeiras barracas avistadas ao se chegar à localidade, está situada na divisa entre Cumbuco e Tabuba. Diferente das outras barracas, ela tem ao seu lado outro equipamento de proprietário diferente que, às vezes, se confunde com a própria barraca: o Acqua Beach.

Um parque aquático com toboáguas, piscinas para adultos e crianças, playground, dentre outros brinquedos e serviços de petiscos e bebidas. Nas proximidades dessa barraca também se encontra uma estação do Projeto Praia Acessível<sup>87</sup>, que possibilita a acessibilidade de idosos, pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida às praias, indicando que o estabelecimento possui, também, estrutura com banheiros acessíveis, estacionamento específico etc. (FIGURA 28).

Figura 28 – Barraca Cumbuco Beach e Acqua Beach



Fonte: <http://cumbucoacquabeach.com.br/estrutura/>. Acesso em 12 out. 2018.

A barraca Tendas do Cumbuco está situada a algumas quadras depois, ao lado do resort Carmel. Ela segue o padrão de atendimento dos equipamentos de grande porte e tem o aspecto de um grande restaurante à beira-mar. Na sua estrutura tem uma Escola de Kitesurf e uma guarderia com capacidade para 200 pranchas de *kitesurf*.

A barraca Velas do Cumbuco é a mais antiga. Foi construída na década de 1990 com o intuito de ser ponto de apoio para os campeonatos

---

<sup>87</sup> O Projeto Praia Acessível foi idealizado pelo Governo do Ceará e promove acessibilidade às praias tanto para idosos, como para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A estrutura do projeto é formada por tenda, cadeira de praia, guarda-sóis, esteiras e cadeiras anfíbias que possibilitam o acesso do público ao mar. O projeto funciona em Fortaleza desde 2016 e inaugurou a segunda estação na Praia do Cumbuco em maio de 2018.

internacionais de *windsurf*. Está situada nas proximidades da Vila de Pescadores e possui uma estrutura mais ampla de estacionamento e de salões para receber grupos turísticos.

Ao chegar às barracas, o guia de turismo reúne o grupo em um dos salões, apresenta o equipamento e orienta os turistas sobre as possibilidades. A fala dos guias evidencia que esses equipamentos de lazer possuem, de certo modo, uma estrutura autocontida, fazendo muitos turistas não sentirem a necessidade de sair para outro lugar. E até mesmo as “saídas” para passeios, por exemplo, de *buggy*, de quadriciclo ou de jangada podem ser negociadas no próprio equipamento.

Essas barracas de grande porte movimentam uma rede de atividades produtivas, pois possuem parcerias não só com operadoras e agências de viagem, mas também com empresas de táxi, cooperativas de bugueiros, de quadriciclos, e com alguns moradores nativos para passeios de jangada, de jéque ou a cavalo (FIGURA 29). De acordo com o guia de turismo Adriano, alguns passeios, como o de jangada são apresentados como a possibilidade do visitante estar em contato com os modos de vida tradicionais característicos da localidade.

Tem os passeios de jangada, onde a gente vai dizer que ele [o turista] vai agregar a parte de interatividade, a parte cultural, para que ele possa se sentir como jangadeiro, que é uma das figuras do povo cearense, representa a figura do nosso nativo. Eles [os turistas] vão poder ver isso, como é que o cearense vai pescar o peixe, então eles têm o passeio de jangada para chegar a um quilômetro [de distância] ao mar, a gente tem esses atrativos lá dentro do Cumbuco (Adriano, 25 anos. Entrevista em 12 fev. 2016).

Nesse contexto, o passeio de jangada no Cumbuco acompanhado por um morador nativo ressignifica a prática dos pescadores e passa a fazer parte do rol de atrativos turísticos. Os próprios jangadeiros comercializam os passeios e são impulsionados a fazer algo que não era comum para os pescadores até a chegada de pessoas “de fora”: objetivar e narrar sua atividade de trabalho. É importante destacar que os passeios de jangada, de

jegue e a cavalo realizados pelos nativos são mediados pelos gerentes das barracas, de forma que “cada barraca tem seu nativo”: a barraca Cumbuco Beach, por exemplo, indica o pescador conhecido como Cebola e a barraca Tendras do Cumbuco recomenda o Dico, ambos jangadeiros há muitos anos.

Figura 29 – Passeio de *buggy*, jegue e jangada



Fonte: Pesquisa de campo (Barracas Cumbuco Beach e Velas do Cumbuco, julho de 2018).

Ademais, as barracas possuem parceria com as cooperativas de bugueiros, pois os “clientes de barraca” são os que mais contratam o passeio de *buggy* no Cumbuco, haja vista as tentativas de venda dos guias de turismo, iniciadas ainda dentro dos ônibus. O passeio de *buggy* se constitui, no contexto de circulação de turistas no Cumbuco, como um dos principais atrativos, seja para os turistas oriundos do *day use* ou não.

O mais atrativo, posso dizer que é o maior destaque do Cumbuco, são os grandes passeios de *buggy*, com emoção, sem emoção, onde eles vão poder conhecer os grandes atrativos naturais, a Lagoa do Parnamirim, a Lagoa do Banana, ter a grande atração do esquibunda, aerobunda, como apelidamos a tirolesa, e outras coisas. (Adriano, 25 anos. Entrevista em 12 fev. 2016)

O atrativo turístico pode ser definido como um lugar, objeto, acontecimento ou atividade que motiva a visita turística, e se constitui no elemento a partir do qual se determina a seleção do local de destino em uma viagem. Eles são classificados em naturais (paisagens, praias, rios, cachoeiras etc.) ou culturais (museus, manifestações e usos tradicionais e populares, construções de valor artístico etc.) (SILVEIRA, 2007). A noção de atrativo turístico abrange uma dimensão material, mas também uma dimensão simbólica que envolve os serviços e a experiência do turista em um lugar.

Nesse contexto, é importante lembrar novamente que algumas literaturas voltadas para guias de turismo e turismólogos têm uma tendência a apresentar uma concepção de atrativos como “naturalmente” turísticos, assim evocam os lugares, por exemplo, como componentes do encantamento da localidade (ARRILANGA, 1976; CHAGAS, 2010). Porém, essa visão é equivocada, pois o próprio estado do Ceará foi objeto de um processo multifacetado que mobilizou aspectos simbólicos e infraestruturais para se tornar um lugar de destino para viajantes, como afirmam SILVA (2015) e MACIEL (2010).

Por sua vez, os componentes geoambientais também são indispensáveis para a construção de atrativos turísticos naturais, mas para mostrar a dinamização das atividades turísticas na região litorânea de Caucaia, é importante se apoiar mais na rede de relações e sua interdependência, do que nas condições geológicas e geomorfológicas do lugar<sup>88</sup>. Até mesmo porque a análise da categoria “atrativos naturais” a partir do *Inventário Turístico* (2016) mostra características de uma *turistificação seletiva* em Caucaia que diferencia o Cumbuco das outras localidades litorâneas do município.

---

<sup>88</sup> Para uma compreensão dos aspectos geoambientais com mais profundidade vide Moraes (2010).

O litoral em Caucaia possui as feições de praia e duna, de forma que cada localidade litorânea possui uma praia que leva o mesmo nome de onde está situada: praia de Iparana, do Pacheco, do Icaraí, da Tabuba e do Cumbuco. Essas praias são do tipo abertas, com perfil retilíneo ou suavemente côncavo, o que leva a receberem a influência constante das marés que determinam as feições morfológicas existentes (MORAIS, 2010). Elas se constituem como atrativos naturais e são utilizadas como espaço de lazer por diversos segmentos sociais em dias variados da semana, mas com maior contingente de visitantes nos fins de semana.

Como estão situadas entre o domínio oceânico e o terrestre, nas faixas de praia encontram-se uma grande quantidade de restaurantes e barracas à beira-mar que oferecem serviços de gastronomia e de bebidas, além de meios de hospedagem frente mar que, em alguns casos, parecem privatizar áreas da praia. Além disso, é um território marcado por uma correlação de forças entre vários agentes sociais, como mostra a narrativa do Marcelo, bugueiro e dono de uma barraca de palha no Cumbuco:

Aqui é assim, a gente [bugueiro] fica sendo impedido de transitar na frente do Vila Galé. Os donos dessa barraca aí [de alvenaria], no dia que tá fechado, não quer que eu coloque minhas mesas [com sombreiros] na frente da barraca dele. Às vezes, ele reclama até dos pescador daqui que encalha a jangada aí [no espaço onde ele estende os sombreiro] [...]. Na praia aqui o pessoal [os banhistas] querem tomar banho, e às vezes fica cheio de kite [velejadores de *kitesurf*], e ainda ficam passando entre os pescador [jangada] no mar. (Marcelo, 36 anos. Entrevista em 29 jun. 2017).

A fala do Marcelo mostra as formas de apropriação nos domínios terrestre e oceânico da Praia do Cumbuco e as disputas pelo território que envolve diversos agentes sociais, como proprietários de barracas, de meios de hospedagem, velejadores, pescadores que se utilizam desse espaço para suas práticas de trabalho, lazer e esporte.

Apesar de todas as localidades litorâneas de Caucaia possuírem uma faixa de praia correspondente, o Cumbuco tem outros atrativos naturais

como dunas e lagoas que reforçam a sua configuração como “destino turístico” voltado para os segmentos de sol e mar, aventura e esporte. A descrição desses atrativos naturais empreendidas a partir de agora não visa seguir a tendência dos “vendedores de paraíso”, apresentados por Krippendorf (2009), que reproduzem os clichês de sol eterno, paisagem intacta, pessoas exóticas, e se utilizam de superlativos que valorizam mais alguns locais do que outros. Mas, o intuito é mostrar como ocorre a circulação de visitantes em uma localidade que passou a se organizar em torno de atividades turísticas, e a rede de relações que se constitui a partir dos passeios de *buggy* (MAPA 4).

O atrativo natural mais característico do Cumbuco é o campo de dunas que possibilita o acesso a outros atrativos, pois a partir do deslocamento realizado por meio das dunas se tem acesso, por exemplo, às lagoas. O campo de dunas fixas e móveis pode ser conhecido a partir da contratação de um passeio de *buggy* com os condutores de uma das três cooperativas locais, como mostra o bugueiro Leandro:

O passeio que a cooperativa oferece é um passeio único, conhecido como passeio longo, é um passeio de duração de duas horas a duas horas e meia, com as paradas nos pontos de lagoas e, também, nos pontos altos das dunas, onde o cliente vai ter um momento para poder apreciar a paisagem e fazer algumas fotos. [Os pontos de parada são] no parque de Dunas, na primeira parada, ele vai em uma lagoa, após a primeira parada, vai ter algumas paradas no alto da duna pra ele poder visualizar a praia e também a Vila dos Pescadores (Leandro, 39 anos. Entrevista em 04 ago. 2018).

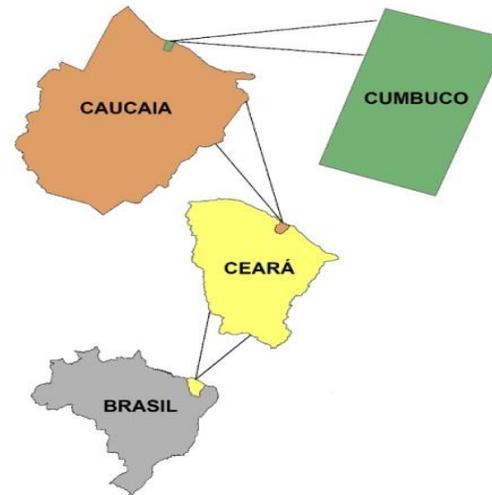
O campo de dunas do Cumbuco tem a forma de cordões arenosos longitudinais, paralelos e relacionados à linha da costa. Os cordões dunares se constituem de depósitos de areia ao longo da praia que refletem a ação eólica e podem ser classificados de acordo com o grau de estabilidade, pois podem apresentar recobrimento vegetal que diminui os efeitos da deflação eólica (MORAIS, 2010).

Mapa 4 – Atrativos naturais e pontos de parada do passeio de *buggy* no Cumbuco, Ceará.



### LEGENDA:

- Barraca Cumbuco Beach
- Barraca Tendas do Cumbuco
- Vila de Pescadores
- Barraca Velas do Cumbuco
- Lagoa do Parnamirim
- Lagoa do Banana
- Rio Cauipe
- Lagamar do Cauipe
- ▮ Parque de Dunas I
- ▮ Parque de Dunas II



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

#### Título da Tese:

"Destinos turísticos" e populações nativas:  
Experiência e narrativas de mudança social.

#### Autor:

Francisco Willams Ribeiro Lopes

#### Orientadora:

Dra. Irllys Alencar Firmo Barreira

#### CARTA IMAGEM:

**Atrativos naturais e pontos de parada  
do passeio de buggy no Cumbuco, Ceará.**

Datum: SIRGAS 2000 Zona 24 S  
Sistema de Projeção Universal Transversa de Mercator  
Imagem de satélite do Google Earth (12/03/2018)  
Sistematização: do autor (2018)  
Cartografia: Matos (2018)

Instituição de Financiamento da pesquisa:



As dunas são classificadas, principalmente, em móveis ou fixas. As dunas móveis não possuem cobertura vegetal, por isso têm uma movimentação de forma contínua devido à intensidade alta dos ventos, e contribuem para o surgimento de lagoas interdunares. Por sua vez, as dunas fixas têm cobertura vegetal, estão na retaguarda do campo de dunas móveis e, às vezes, capeadas por estas últimas (MORAIS, 2010). No Cumbuco há uma predominância de dunas móveis, que deixa a área sujeita a uma instabilidade ecológica devido à mobilização eólica.

Durante pesquisa de campo, um passeio de *buggy* realizado com o bugueiro Marcelo teve como primeira parada o ponto alto de uma duna, onde ele mostrou a Vila de Pescadores e comentou sobre a instabilidade das dunas móveis. Os bugueiros procuram mostrar o conhecimento que possuem sobre aquela área e destacar a importância de fazer o passeio com uma pessoa do lugar. Como os passeios de *buggy* são definidos de acordo com o grau de adrenalina, isto é, com ou sem emoção, Marcelo tratou de definir a forma como queria realizá-lo.

Os “passeios sem emoção” seguem um trajeto menos íngreme para apreciar as paisagens do percurso, já os “passeios com emoção” são realizados com alta velocidade e o veículo desce as dunas de forma demasiadamente inclinada, com até 90° de declive. O passeio completo de *buggy* custa R\$ 300,00 e pode ser compartilhado entre quatro pessoas, mas, em alguns casos, pode custar metade do valor se o cliente fizer apenas um dos lados: ou no sentido leste, onde fica a Lagoa do Parnamirim e encerra na Lagoa do Banana, ou no sentido oeste, da Vila de Pescadores até o Lagamar do Cauípe.

Essa é a nossa rota, nosso passeio. Nós começamos aqui que é a Lagoa do Parnamirim, onde você desde no esquibunda. Depois da brincadeira no esquibunda, nós continuamos nas dunas móveis, [no passeio] com ou sem emoção, quem vai mandar é o cliente. Se for com emoção, ele vai fazer a descida de duna, se ele não quer, o bugueiro contorna a duna pra não descer, vai pelo outro lado. Vamos parar para tirar fotografias. O primeiro parque de dunas termina aqui.

Depois ele começa, aqui na Lagoa do Banana, o segundo parque de dunas. Depois vem pra vista panorâmica, tirolesa, tobogã para dentro do Rio Cauípe, e depois segue até o final da praia que é a Barra do Cauípe, onde se encontra a galera do kite, todo mundo vem pra essa lagoa. Depois faz o retorno pela praia com dez quilômetros de praia. (Moisés, 40 anos. Entrevista em 04 ago. 2018).

O trajeto apresentado por Moisés mostra que o campo de dunas interliga várias lagoas, pois as dunas influenciam na desembocadura dos rios ao afogar os vales costeiros, impedindo que os cursos de água atinjam o oceano (MORAIS, 2010). Elas dificultam o escoamento das águas, fazendo surgir corpos d'água rasos, de água doce, salobra ou salgada no domínio continental, que não possuem refluxo no mar. O surgimento de lagoas interdunares e represas naturais, como Parnamirim e do Banana, se tornaram atrativos naturais para turistas que realizam o passeio de *buggy*.

Nas proximidades dessas lagoas surgiu uma infraestrutura para a realização de práticas de lazer por parte dos visitantes que chegam via passeio de *buggy* ou, em alguns pontos, de veículo próprio. A infraestrutura criada para receber a circulação de turistas é composta de equipamentos de lazer e pode ser utilizada mediante o pagamento de taxas. Assim, uma das formas para o turista ter acesso a todos os equipamentos de lazer é via passeio de *buggy*, que pode seguir o trajeto que descrevo adiante.

O primeiro ponto de parada é a Lagoa do Parnamirim, mais conhecida pela realização do *esquibunda*. Esse atrativo possibilita escorregar nas areias da duna em direção à lagoa em uma prancha de madeira, semelhante à de *snowboard*<sup>89</sup>. O nome *esquibunda* deriva do material esportivo usado para deslizamento na neve ou na água, o esqui.

Nesse ponto, não existem barracas como as situadas na praia, apenas os pontos de descida para o *esquibunda*. Os visitantes pagam um valor de R\$ 15,00 e descem quantas vezes conseguir, o que não se repete muitas vezes porque a subida ao topo da duna de, aproximadamente 20 metros, é

---

<sup>89</sup> O snowboard, snowboarding ou surfe na neve é um esporte que, tal como o skate e o surfe, consiste em equilibrar-se sobre uma prancha.

extremamente cansativa. Mais à frente, os bugueiros fazem uma parada em um ponto com vista panorâmica para fotos com animais, no caso, os jumentos, também conhecidos como asnos ou jegues, animais bastante presentes no contexto da localidade pela sua grande resistência e por serem utilizados para transporte de carga e montaria. Muitas pessoas que trabalham no *esquibunda* e oferecem os jumentos para fotos são moradores nativos ou cumbuqueiros.

O *buggy* segue pelo primeiro campo de dunas até chegar a um local onde se pode ter uma vista panorâmica da Lagoa do Banana. Essa lagoa é um atrativo desde a década de 1980, possui uma enorme área verde no entorno e barracas oferecendo serviços de gastronomia e bebidas, além de mesas ou espreguiçadeiras na beira da água. As barracas também oferecem atividades como passeios de caiaque, jet ski e banana-boat, que consiste em um barco inflável no formato de uma banana que é geralmente rebocado e utilizado para uso recreacional.

Os visitantes que desejam conhecer a Lagoa do Banana combinam com o bugueiro para se deslocar até o lugar, pois podem optar pelo tipo de trajeto. Nessa lagoa, algumas barracas são geridas por moradores locais, garantindo a participação da comunidade nas atividades turísticas. Todavia, o lugar não deixa de apresentar alguns pontos de tensão, como a privatização de espaços no seu entorno, a distinção entre barracas destinadas para turistas e outras para excursionistas cearenses, bem como alguns “impactos” ambientais:

destruição de ambientes frágeis como pela implantação inadequada de estruturas de apoio, ou pelo excesso de uso e movimentação nestes locais (barracas no entorno da lagoa do Banana; trânsito de buggys sobre as dunas. Retirada ou movimentação de vegetação local, afugentando e/ou mudança de comportamento da fauna provocado por construções e pelo excesso de visitação (observado em alguns pontos próximos à lagoa do Banana. (MORAIS, 2010, p.106)

Após a vista panorâmica da Lagoa do Banana, o passeio de *buggy* segue pelo segundo campo de dunas, onde a escolha pelo tipo de sensação, com ou sem emoção, define o trajeto a ser percorrido. Ambas as formas de passeio permitem aos visitantes visualizarem a ação de reflorestamento do

doutor Jairo, na década de 1980, com espécies de árvores não nativas, conhecidas como “pinheiro da praia” (FIGURA 30).

Figura 30 – Reflorestamento com “pinheiro da praia” no Cumbuco



Fonte: Pesquisa de campo (Passeio de *buggy*, julho de 2018).

O trajeto tem mais um ponto de parada no alto de uma duna em um local também conhecido como Águas Cristalinas. Nesse ponto, existem algumas barracas que oferecem poucas opções gastronômicas e de bebidas, pois elas funcionam como ponto de apoio para atividades nas dunas, como o toboágua e a tirolesa (FIGURA 31).

Figura 31 – Toboágua e tirolesa na duna das Águas Cristalinas



Fonte: Pesquisa de campo (Passeio de *buggy*, julho de 2018).

Uma das barracas com maior estrutura é o Restaurante e Tirolesa O Bertim (FIGURA 32). Como o nome do estabelecimento indica, eles oferecem práticas de lazer como a tirolesa, na qual os visitantes, a partir de um salto, descem da parte alta da duna em um cabo de aço, e usando também outros equipamentos específicos, até o rio Cauípe. Já os toboáguas consistem em um escorregador feitos de lonas que recebe jatos de água para fazerem as pessoas descerem da parte de cima da duna até o Rio Cauípe utilizando ou não uma pequena prancha.

Figura 32 – Barraca na duna das Águas Cristalinas



Fonte: Pesquisa de campo (Passeio de *buggy*, julho de 2018).

O passeio de *buggy* e a tirolesa são atividades mencionadas na cartilha de orientações básicas para o turismo de aventura e reconhecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) como terminologias situadas no âmbito do Turismo de Aventura<sup>90</sup>.

A partir de conversas com os responsáveis pelas barracas dessa área, é possível notar que algumas atividades são reinvenções de outras práticas: o esquibunda já era a brincadeira de muitas crianças da localidade e,

---

<sup>90</sup> O passeio de *buggy* é definido como “atividade de turismo que tem como elemento principal a realização de percursos em vias não-convencionais com veículos automotores. O percurso pode incluir trechos em vias convencionais”, e a tirolesa é considerada como “produto que a atividade principal é o deslizamento do cliente em uma linha aérea ligando dois pontos afastados na horizontal ou em desnível, utilizando procedimentos e equipamentos específicos” (BRASIL, 2010b, p.19).

ao mesmo tempo, faz referências ao esqui na neve. Enquanto isso, o toboágua é muitas vezes chamado de “insano natural”, fazendo referência a um dos maiores toboáguas do mundo conhecido como Insano, com 41 metros de altura, situado no Parque Aquático Beach Park, na praia Porto das Dunas, litoral leste do Ceará.

Em direção à foz do Rio Cauípe, o passeio de *buggy* também pode fazer parada nos restaurantes e barracas situados na beira do rio, que oferecem também redes dentro da água, pedalinho na lagoa, pula-pula para as crianças etc. O trajeto segue por uma área de dunas fixas até chegar a uma localidade onde pode se avistar uma pequena comunidade de moradores descendentes de pescadores, conhecida como Cauípe.

A Barra do Cauípe ou Lagamar do Cauípe, devido ao encontro do rio com o mar, é uma área que está integrada ao Cumbuco e sua principal característica é o rio ocupado por inúmeros velejadores de *kitesurf*. Além disso, é possível identificar um pequeno comércio, várias palhoças de estacionamento para carros na beira do rio, e outras palhoças na faixa de praia para fazer sombra aos “farofeiros”, que, segundo os moradores, chegam em grupos de excursão nos fins de semana. No Cauípe não existem hotéis, apenas poucas pousadas, restaurantes e barracas que servem pratos básicos, bebidas e petiscos.

O Cauípe é conhecido mundialmente por velejadores, instrutores e atletas de *kitesurf*, e tem se tornado uma localidade produzida e reproduzida a partir de outras formas de circulação (discutidas nos próximos tópicos). Com relação à circulação propiciada pelo passeio de *buggy* no Cauípe, normalmente, os turistas chegam pelo trajeto das dunas e mergulham nas águas do rio, que são represadas com sacos de areia. O intervalo de tempo que ficam na localidade é curto, mas pode variar de acordo com o interesse dos passageiros.

Outros indivíduos que chegam ao Cauípe para práticas de lazer se utilizam de veículo alugado ou próprio seguindo pela via conhecida como Estrada do Garrote (CE-085) e um trecho nas areias das dunas, ou chegam em

ônibus de excursão se utilizando, também, de outra via conhecida como Estrada do Cauípe. Existe também uma linha de ônibus que desloca pessoas à localidade, a qual é utilizada por banhistas nos fins de semana.

No final do passeio, o bugueiro retorna pela faixa de praia desde o Lagamar do Cauípe até a barraca na qual o turista está utilizando como “ponto de apoio”. Nesse trajeto, os condutores mostram os empreendimentos hoteleiros e imobiliários construídos frente mar, como Vila Galé Cumbuco, VG Sun e Wai Wai Eco Residence, além de apontar para o equipamento Café de La Musique e, também, mostrar as ruínas da novela *Meu Bem Querer* gravada pela Rede Globo naquela área em 1998.

Como pode se observar, os atrativos naturais estão associados a toda uma infraestrutura de acesso e de suporte, que determinam os fluxos de visitantes. Além disso, estão articulados a uma rede de atividades produtivas que envolvem agentes do *trade*, moradores nativos e estrangeiros distribuídos em cooperativas, pontos de apoio, restaurantes, estabelecimentos comerciais, meios de hospedagem que garantem a dinamização do Cumbuco como “destino turístico”.

Os turistas do sistema *day use* passam em média de cinco a seis horas na Praia do Cumbuco e retornam no fim da tarde para seu meio de hospedagem. Mas, antes ou durante o retorno, os guias de turismo também vendem pacotes turísticos para outras praias do Ceará. No panorama de muitas operadoras e agências, o Cumbuco funciona como um “cartão de entrada” para “atrair os olhares dos turistas para outros destinos”, como destaca o guia de turismo Adriano:

O Cumbuco é muito bom para atrair os olhares para outros destinos, então ele vai ser nosso cartão de entrada para os demais passeios. Então, o Cumbuco, ele tem que sair de uma forma perfeita e muito bonita para que o turista possa ser atraído para as demais praias, porque, como é o primeiro passeio, ele vai ser uma forma da gente conseguir vender e oferecer os outros passeios. Então, o Cumbuco, ele tem que ser uma praia muito bonita e atrativa e fazer com que o cliente se atraia pelas demais praias. Porque se ele não se

interessou pelo Cumbuco, dificilmente ele vai se interessar pelos outros passeios (Adriano, 25 anos. Entrevista em 12 fev. 2016)

As agências procuram agradar aos visitantes de forma a gerar nestes o desejo de conhecer outras praias no Ceará. No final do passeio, outros pacotes são oferecidos, normalmente, os do segmento de Sol e Mar para localidades como Morro Branco, Canoa Quebrada, Águas Belas, Mundaú e outras praias.

A inclusão da Praia do Cumbuco nos pacotes turísticos e a prática do *day use* não ocorrem apenas pelo fato de ser a localidade mais próxima da capital Fortaleza, mas, com base em conversas com outros guias de turismo, eles destacam que a Praia do Cumbuco possui uma fisionomia semelhante a das outras praias do Ceará e isto possibilita ao turista experimentar um pouco do que ele pode sentir, perceber e usufruir em outras localidades mais distantes. Para entender essa ideia, outro guia de turismo uma vez sintetizou: “o Cumbuco é o distante mais próximo”, para mostrar que a localidade possui mais facilidades de acesso para um turista hospedado em Fortaleza, pois outros destinos devido à distância exigiram mais tempo e dinheiro.

Desta forma, a partir da prática do *day use* é possível perceber como ocorre a circulação de turistas nacionais no Cumbuco e, também, como o litoral de Caucaia tem as suas dinâmicas social, econômica e cultural influenciadas pela cidade de Fortaleza. A proximidade com esse “portão de entrada” possibilita a dinamização da Praia do Cumbuco no circuito de consumo dos lugares via atividade turística e a intensificação do seu processo de turistificação, que pode ser observado também nas intervenções realizadas nos últimos anos.

### **5.1.2 A requalificação urbanística da Vila de Pescadores**

“A requalificação urbanística da Vila de Pescadores” foi o nome dado ao projeto que reforça a *turistificação seletiva* no município de Caucaia. As intervenções do projeto visavam produzir uma reorganização socioespacial que corresponde ao processo de *urbanização turística*, que adéqua cidades e localidades para o consumo de serviços turísticos e, como resultado da

globalização econômica, associa o mundo ao lugar, o global ao local (LUCHIARI, 1998).

As intervenções que visam promover a atividade turística mostram a predileção pelos destinos urbanos, pois estes apresentam diversas possibilidades para o turismo criar e recriar-se por meio da materialidade da cidade e de suas representações. Deste modo, a cidade assume cada vez mais importância na cultura contemporânea de forma que os processos sociais que envolvem o turismo estão integrados aos processos de urbanização típicos da cidade moderna (GAGLIARDI, 2009), pois as intervenções reinventam edificações, conceitos de história, símbolos culturais e padrões sociais.

A região litorânea de Caucaia tem vivenciado de forma mais intensa um processo de *urbanização turística* desde o início dos investimentos oriundos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) nos anos 1990. Tais investimentos realizados em duas etapas (PRODETUR I e II) visavam ampliar a capacidade turística com a construção de vias de acesso, de infraestrutura sanitária, de aeroportos e a recuperação do patrimônio histórico, e beneficiaram, principalmente, a capital Fortaleza e os municípios do litoral oeste, como Caucaia, Itapipoca, Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante e Trairi (ARAÚJO, 2011; ARAÚJO; PEREIRA, 2011).

Contudo, os gestores públicos do governo estadual apresentaram que os municípios beneficiados permaneceram em uma “situação frágil”, pois as intervenções realizadas no PRODETUR I e II foram acompanhadas de “impactos socioambientais indesejáveis”, devido à precariedade na gestão pública das localidades beneficiadas (COBRAPE, 2014). Por isso, tais gestores passaram a desenvolver programas de “planejamento estratégico integrado”, que indica a interdependência e interação dos elementos componentes (BENI, 1999).

Devido às implicações das outras etapas do PRODETUR no Ceará, o estado foi escolhido para ser o pioneiro na implantação de um novo programa, o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur

Nacional), instituído no ano de 2010, a partir de um acordo entre o Ministério do Turismo (MTur) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A estrutura do Prodetur Nacional é similar às outras fases, mas acrescenta novos componentes, como mostra o quadro a seguir (QUADRO 6):

Quadro 6 – Componentes do Prodetur Nacional

<b>PRODETUR NACIONAL</b>	
<b>Componentes</b>	<b>Refere-se...</b>
Estratégia do Produto Turístico	à urbanização de espaços, capacitação empresarial/profissional, estudos de viabilidade técnica, construção de equipamentos turísticos.
Estratégia de Comercialização	a planos de marketing, ações inovadoras de promoção e comercialização.
Fortalecimento Institucional	a investimentos nas gestões municipais e estaduais, elaboração de planos e projetos para a atividade turística.
Infraestrutura e serviços	ao saneamento básico, vias rodoviárias e urbanas, sinalização turística, construção e melhoria de terminais de passageiros.
Gestão ambiental	a recursos para a proteção e recuperação do patrimônio histórico e ambiental.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Termo de Referência sobre o Prodetur Nacional (PRODETUR NACIONAL, 2010).

Os principais componentes a serem desenvolvidos no Ceará pelo Prodetur Nacional foram a estratégia de desenvolvimento do produto turístico e sua comercialização. O programa no Ceará teve um financiamento do BID de US\$ 150 milhões e a contrapartida de US\$ 100 milhões, e visava seguir as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e pela Política Nacional de Turismo (PNT). O programa é gerenciado pela Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos (COBRAPE), que realizou estudos de mercado nos principais polos receptores de turistas para a definição das localidades que seriam contempladas.

No contexto dessas intervenções, as políticas urbanas e as políticas de turismo se retroalimentam concomitantemente de forma que o Prodetur

Nacional, assim como o PRODETUR II, apresentou em seus componentes a influência de uma nova concepção de gestão urbana definida por Compans (2005) como empreendedorismo urbano, cujas características são a formação de parcerias público-privada, o papel dirigente do governo local na promoção do desenvolvimento econômico e a adoção do planejamento estratégico, que introduz uma racionalidade concorrencial na administração dos negócios públicos, contribuindo para uma reificação da cidade como empresa e, ao mesmo tempo, como mercadoria.

A influência das características do empreendedorismo urbano mostra que intervenções e investimentos na área do turismo têm sido balizados por teorias e práticas da área administrativa e por técnicas publicitárias e de marketing: as primeiras desenvolvendo projeções futuras com base nas tendências de mercado, e as segundas criando hábitos de consumo (BENI, 1999).

No Ceará, o Prodetur Nacional definiu oito localidades litorâneas para serem contempladas por intermédio do “Projeto de Valorização de Destinos Turísticos”, as quais estão situadas, segundo a Cobrape (2012), nos três polos turísticos considerados estratégicos por concentrarem os atrativos naturais praias, dunas, falésias e serras do Ceará: o litoral leste, a Chapada da Ibiapaba e o Maciço do Baturité. No projeto do Prodetur Nacional, o Cumbuco foi incluído como localidade pertencente ao leste, todavia, o município faz parte do litoral oeste da Região Turística de Fortaleza. As oito localidades que foram beneficiadas são (QUADRO 7):

Quadro 7 – Oito localidades alvo do Projeto de Valorização de Destinos Turísticos

<b>PROJETO DE VALORIZAÇÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS</b>	
<b>Polos Turísticos</b>	<b>Localidades beneficiadas</b>
Litoral Oeste	Cumbuco (Caucaia)
Litoral Leste	Porto das Dunas, Prainha, Iguape e Barro Preto (Aquiraz)
	Caponga, Praia de Águas Belas (Cascavel)
	Morro Branco, Praia das Fontes (Beberibe)
	Canoa Quebrada, Praia de Majorlândia, Praia de Quixaba e Centro Histórico de Aracati (Aracati) e Praia do Canto da Barra (Fortim)
	Redonda, Ponta Grossa e Faixa Litorânea de Icapuí (Icapuí)
Chapada da Ibiapaba	Ubajara, com área de influência que abrange Viçosa do Ceará, São Benedito e Tianguá
Maciço do Baturité	Guaramiranga, abrangendo Baturité, Mulungu e Pacoti

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Cobrape (2014).

Os projetos elaborados pela Cobrape (2014) envolveram ações que visam à “requalificação urbanística das orlas das praias, construção de praças, desenvolvimento de polos gastronômicos e reforma de atrativos turísticos, entre outros”. No município de Caucaia, diferente dos outros polos turísticos, as intervenções e investimentos do projeto se concentraram apenas em uma localidade, especificamente na Vila de Pescadores do Cumbuco, reforçando a centralidade que esse lugar tem desde o período em que o Cumbuco passou a receber a circulação de turistas. Na Vila encontram-se barracas de praia, restaurantes, supermercados, bares, bem como as casas de moradores nativos, escola, delegacia e o ponto final dos ônibus oriundos de Fortaleza.

As intervenções iniciaram em 2015 e foram designadas como “revitalização” ou “requalificação”. Como mostro em outro trabalho, projetos com designações desse tipo visam transformar áreas históricas, frentes marítimas e fluviais, promovendo reformas na estrutura física dos equipamentos e medidas que incrementam o valor simbólico, contribuindo para uma mudança na configuração socioespacial a partir da substituição de “antigos” por “novos” usuários ou moradores (LOPES, 2013). No Cumbuco, as intervenções foram divididas em duas etapas (QUADRO 8).

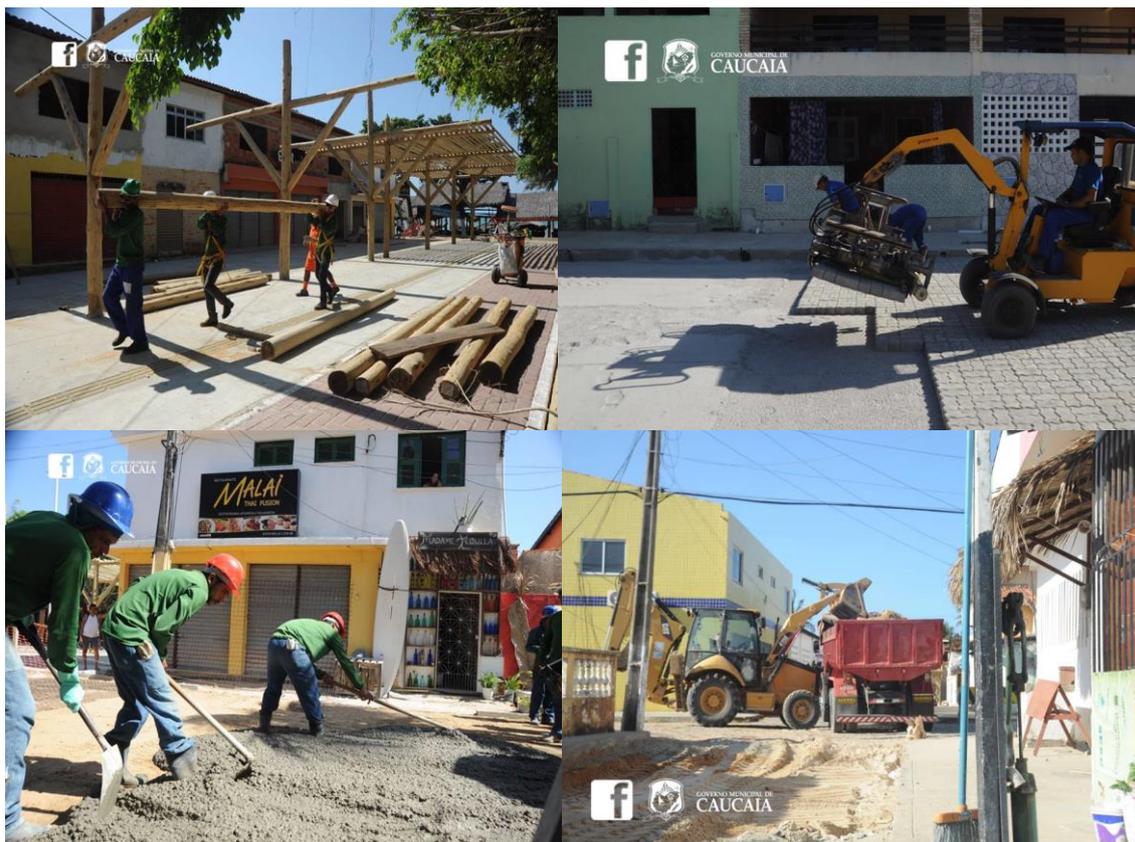
Quadro 8 – Intervenções do Projeto de Valorização de Destinos Turísticos no Cumbuco

OBRAS EM ETAPAS 1 e 2	
Etapa	Descrição
1ª	Estacionamento de ônibus
	Mercado de artesanato
	Cabine policial
	Posto guarda-vidas
	Cabine de controle (estacionamento)
	Sanitários públicos
	Caixa d'água
	Estacionamento ( <i>buggies</i> )
	Estacionamento (veículo de passeio)
	Quiosque sorveteria/churrasco
	Pavimentação de passeios e meio-fio
	Guarda-sol (pequena quantidade)
	2ª
Mercado do peixe	
Sanitários funcionários	
Abrigo para gás	
Câmara frigorífica de lixo	
Cabine de controle 02	
Sombreiro de apoio (barracão)	
Área multiuso	
Apoio <i>kitesurf</i>	
Pavimentação de passeios e meio-fio	
Guarda-sol	

Fonte: Apresentação Valorização de destinos turísticos: perspectivas Vila do Cumbuco (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA, 2015b).

As propostas de intervenção visavam dar a Vila um aspecto rústico com o erguimento de sombrero estilo barracão feito com peças de madeira, pavimentação de ruas e calçadas, instalação de mobiliário urbano como bancos, bicicletários e lixeiras de coleta seletiva nas ruas próximas à praça, e a construção de um novo centro de artesanato com cobertura de palha e uma área multiuso para turistas, dentre outras intervenções (FIGURA 33).

Figura 33 – Intervenções urbanas de “requalificação” na Vila do Cumbuco



Fonte: Página Facebook Prefeitura Municipal de Caucaia, 06 out. 2015.

A descrição das obras a serem realizadas mostra, de fato, algumas carências na oferta turística apontadas no inventário de 2016, como a ausência de estacionamentos para carros particulares, ônibus turístico e *buggies*, bem como a falta de sinalização turística. Além disso, as propostas fizeram emergir conflitos entre gestores do projeto, moradores e comerciantes, pois a intervenção previa algumas demolições e desapropriações de imóveis de comerciantes, donos de restaurantes e de moradores situados na faixa de praia próximos à Vila de Pescadores.

No contexto de discussão sobre as intervenções do Prodetur Nacional, emergiu uma disputa pelo território que se evidencia no surgimento de novos espaços de representação, como as associações. Em 2014, foi criada a Associação dos Comerciantes do Cumbuco<sup>91</sup>, que representa diversos segmentos como donos de barracas, de hotéis, de pousadas e vendedores ambulantes da localidade e adjacências. A entidade foi criada com o objetivo

<sup>91</sup> Esta entidade está cadastrada com a seguinte nomenclatura: Associação dos Comerciantes Barraqueiros Ambulantes Hotéis Pousadas do Cumbuco e Adjacências.

de reivindicar o direito de permanecer oferecendo seus serviços diante da proposta de desapropriação.

Formada por 60 associados, a entidade é composta por moradores nativos da Vila, comerciantes oriundos de outros bairros ou proximidades e, também, por estrangeiros de diversas nacionalidades, inclusive, coreanos, que junto com os outros associados possuem imóveis na área alvo da intervenção. Apesar dos moradores nativos participarem, a área privada que corresponde às casas e terrenos da Vila não seria afetada com demolições ou desapropriações.

Os proprietários dos imóveis relatavam em reunião que a indenização proposta pelo governo estadual só correspondia a dez por cento do valor do imóvel, por isso, para reivindicar o direito de permanência na localidade, eles organizaram a associação e passaram a participar dos fóruns e das reuniões realizadas pelos representantes do governo estadual e municipal.

Nesse contexto, alguns moradores que se instalaram após a construção da Vila se apoiam no tempo de residência na localidade e se auto-identificam também como “nativos”. Estes utilizam a categoria para reivindicar o direito de não ser atingido pelas propostas de intervenção. O novo tipo de “nativo” costuma se referir a si mesmo da seguinte forma: “já sou nativo, porque moro aqui há muito tempo e todo mundo me conhece”. Nesses casos, o “todo mundo” refere-se aos próprios moradores nativos que também legitimam a forma daqueles se representarem.

Para o presidente da Associação dos Comerciantes, proprietário de um restaurante à beira-mar na Vila do Cumbuco, morador há 22 anos, o projeto afetaria diretamente os interesses de alguns segmentos do *trade turístico* e a economia da localidade, que depende dos equipamentos instalados:

O projeto de demolir todas as barracas e fazer [...] outros ambientes, tipo um calçadão, não era sustentável, não tem nada a ver. Vamos colocar uma média que por restaurante, nessa faixa de praia, são doze a treze barracas, estabelecimentos, umas com estrutura maior, outras menores, a gente considera barraca por que está de frente

para a praia. Vamos colocar que empregos diretos por estabelecimento sejam doze pessoas, aí você multiplica por doze, aí são cento e poucas pessoas desempregadas diretamente. Mais uma visão geral de cem pessoas contratadas na alta estação indiretamente, ou seja, duzentos e pouco desempregos. Então, é complicado, se não tiver essa faixa de barraqueiros aqui...

Diante das intervenções públicas de infraestrutura, os segmentos representados pela Associação de Comerciantes que compõem uma parte do *trade turístico* apresentam uma noção de “sustentabilidade”<sup>92</sup> relacionada à continuidade de suas práticas comerciais. Para esses agentes do *trade*, são suas atividades comerciais que produzem a circulação de dinheiro na localidade e a garantia dos fluxos de pessoas “de fora”. O Guilherme assim prosseguiu:

Eu falo com propriedade, o polo econômico do Cumbuco mesmo, o que gira dinheiro aqui, onde a renda é concentrada é nessa faixa de restaurantes [...]. O restaurante compra o peixe da peixaria, que compra do pescador, ou seja, vamos lá, a cadeia: o pescador vende o peixe pra peixaria, que vende o peixe para o barraqueiro, o barraqueiro compra do mercantil ou da bodeguinha aqui do centro também, a cozinheira que trabalha aqui depende do estabelecimento, tem muitos garçons [...], o passeio de *buggy* provém das barracas, vem dos clientes de barraca, os passeios de jangada também, então se demolir isso aqui, ia acabar e ser um desemprego em massa, um efeito dominó (Guilherme, 33 anos. Entrevista em 28 ago. 2016).

A narrativa do Guilherme mostra também as relações de interdependência construídas entre os moradores da localidade e os comerciantes a partir dos serviços oferecidos que, ao mesmo tempo, influi sobre o território e afeta as atividades produtivas. Tendo como referência seu próprio estabelecimento comercial, o presidente da Associação afirma que está

---

<sup>92</sup> A noção de sustentabilidade está relacionada à satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas necessidades. O paradigma da sustentabilidade postula um “crescimento com equidade”, de forma a estabelecer um equilíbrio adequado entre as três dimensões: ambiental, cultural e socioeconômica, e que satisfaça as necessidades atuais de grandes empresários, turistas e comunidades nativas (MOWFORTH; CHARLTON; MUNT, 2008).

com 14 funcionários diretos, mais 12 diaristas nos fins de semana e, em período de alta estação, chega a 35 no total. Entre esses, encontram-se moradores nativos, cumbuqueiros e indivíduos que residem nas localidades próximas.

A atuação da associação levou a uma revisão do projeto de intervenção, que tanto manteve quanto alterou algumas propostas. Por exemplo, as propostas de pavimentação das ruas que, até então, eram de areia e a proibição da circulação de veículos não foram questionadas inicialmente pela Associação de Comerciantes, como mostra o Guilherme:

Conseguimos interferir muita coisa que a gente via bem claro que não era sustentável, e a outra parte que cabia e condizia com a nossa realidade foi feita e está tranquilo, como essas vias aqui, que não transitam mais carros, isso aqui era uma rua antigamente, [...] a praça ali no centro não tem mais acesso de veículo automotivo, então é só pedestre, ficou até legal isso, foi bem bacana, isso era uma das coisas que a gente topava, o que a gente não topava era... Eu lembro que tinha no projeto [inicial] a ideia de demolir todas as barracas e fazer uma pista de *skate* grande e dentre outros ambientes, tipo um calçadão e isso não era sustentável, não tem nada a ver (Guilherme, 33 anos. Entrevista em 28 ago. 2016).

Por outro lado, a proposta de pavimentação das ruas e a consequente proibição da circulação de veículos na Vila não agradou alguns moradores nativos, principalmente, aqueles que possuíam veículos e queriam estacionar na frente de suas residências. Foram tensões com os gestores do projeto como a relacionada à pavimentação que levaram alguns moradores da Vila a reativarem a associação comunitária.

A Associação Comunitária do Cumbuco foi (re)organizada em 2014 por alguns moradores nativos, por estrangeiros que passaram a residir na Vila e se auto-intitularam de “nativos” e, também, por alguns comerciantes. De acordo com o presidente dessa associação, o nativo Evandro, a entidade foi criada com o intuito de discutir as intervenções do PRODETUR e os problemas sociais como a falta de saneamento básico e coleta do lixo. Outro ponto de

tensão com os gestores do projeto era a impossibilidade de transitar de carro entre as ruas da Vila próximas à praça.

Contudo, logo após a pavimentação das ruas, a proibição da circulação de carros não se tornou um problema apenas para os integrantes da associação de moradores, mas muitos comerciantes da mesma associação do Guilherme também começaram a se queixar que seus clientes ficaram impossibilitados de estacionar os veículos próximos aos restaurantes e barracas de praia situadas à beira-mar ou na praça. O Guilherme, que não teve seu restaurante afetado com a proibição, mostrou a posição da Associação dos Comerciantes com relação a esse fato e apresentou outras tensões.

Esse projeto foi desenhado uma cinco vezes, o último desenho era bacana, fizeram 70% e os outros 30% que não fizeram eram essenciais. [Entrevistador: O que eles iriam fazer nestes outros 30%?] Um dos pontos era ajeitar a Cagece [saneamento básico], outro ponto era o projeto para fazer um [centro de] artesanato [...] bem na entrada do Cumbuco e, também, um estacionamento para quem vem em carro de passeio e ônibus de turismo. No último desenho, tinha os terrenos designados para isso e não chegou a ser concluído e como fecharam todas as vias da Vila, carro não transita mais, porque antigamente essas barracas tinham um movimento bem maior, porque o carro transitava, parava e estacionava pela praça, hoje em dia não tem mais isso. Não tem mais como estacionar do outro lado da Vila, e da pista pra cá está tudo interditado, só transita passante, que é bacana, só que é bacana quando a gente tem do outro lado um estacionamento pra compensar a perda do espaço (Guilherme, 33 anos. Entrevista em 28 ago. 2016).

O relato do Guilherme sintetiza as tensões referentes à intervenção de “requalificação”. A primeira é com relação à impossibilidade de transitar entre algumas ruas e à ausência de estacionamentos, pois a proposta inicial visava à construção destes últimos em locais que seriam desapropriados e demolidos. Com a reivindicação da Associação de Comerciantes, a proposta foi alterada e o novo estacionamento deveria ser construído em terreno atrás da escola da Vila, porém, até o ano de 2018, o estacionamento não foi construído.

A segunda tensão refere-se à falta de saneamento básico e abastecimento de água. A falta desses serviços é apresentada como um problema antigo, pois até 2011 a localidade não possuía rede de água e esgoto: “[a]s residências eram abastecidas por poços artesanais e poços profundos, e no caso dos meios de hospedagens o esgotamento era individual, por meio de fossas sépticas” (CAVALCANTE, 2012, p.34-35).

O projeto de “requalificação” não previa ações para saneamento no Cumbuco, e as obras de pavimentação das ruas e calçadas quebraram e danificaram algumas tubulações construídas a partir de 2010 com recursos oriundos das primeiras etapas do PRODETUR. De acordo com moradores e comerciantes, as tubulações tinham sido concluídas, mas não foi construída a estação de tratamento de esgoto, além disso, alguns residentes realizaram ligações clandestinas.

Assim, a falta de saneamento se estende até os dias de hoje e se agravou ainda mais quando as intervenções de pavimentação danificaram as tubulações. Além disso, alguns esgotos estão a céu aberto e sua proximidade com os poços artesanais poluem as águas ainda utilizadas por alguns moradores para consumo, ampliando o risco de contaminação, como mostra o relato de Evandro:

A questão do saneamento é um dos problemas principais, porque os dejetos das casas não têm pra onde ir. Ali é a tampa de um dejetos, mas dali até mais ou menos uns cinco metros tem um poço de água e eles bebiam dessa água, hoje não, porque já tem uma condição melhor e compram água mineral [tratada]. Na verdade, sabem que nossa água está poluída. Praticamente todas as casas aqui têm um poço próprio, mas têm fossa, tudo no mesmo espaço. [...] Essa água aqui já foi feito um estudo que está toda contaminada. (Evandro, 47 anos. Entrevista em 30 ago. 2016).

Outras narrativas do Evandro sobre a criação da associação apresentam também sua perspectiva com relação às mudanças ocorridas ao longo do tempo na localidade, principalmente, quando a Vila residencial passou a se tornar também comercial.

Essa associação [foi criada] porque a gente achou que o Cumbuco estava aleatório, as instituições e organização governamental não têm muitos olhos para nós, você pode ver como a vida primitiva tá mudando pouco a pouco [...] E nós com o intuito de alavancar essa história, que é o pescador, só que também já está se esvaindo [...]. No Cumbuco, de modo geral, mudou tudo porque saiu daquela vidazinha pacata e passou para uma vida comercial, você pode ver e entrar em qualquer rua dessa aqui que tem três ou quatro comércios, só aqui nessa rua não tinha nenhum, e hoje já tem quatro comércio [...] O Cumbuco aqui esse miolo tá uma Vila comercial (Evandro, 47 anos. Entrevista em 30 ago. 2016).

Com um tom de nostalgia, o Evandro mostra-se preocupado com mudanças que, segundo ele, contribuem para o esquecimento do personagem que caracteriza as populações tradicionais do Cumbuco: o pescador. Por outro lado, Evandro destaca que o desenvolvimento de atividades comerciais relacionadas ao turismo proporcionou possibilidades, e alguns moradores souberam aproveitar, mas outros não. Para ele, as novas atividades produtivas levaram a uma maior circulação de dinheiro e a comunidade “não acordou que ela poderia tirar proveito disso”, como afirmou:

Hoje tem mais negócio, tem como a gente ganhar mais dinheiro, mas aí tem o outro lado, tem gente que não se profissionalizou, não quer estudar, aí fica ruim dele ganhar dinheiro, aqueles que acompanharam as mudanças estão desenrolando, não tem do que reclamar, mas os que não acompanham estão sofrendo muito [...]. O comércio aqui é vinte e quatro horas, só que a comunidade não acordou que ela poderia tirar proveito disso, aí tem alguns que ainda estão vivendo naquela vida dos primatas lá de trás. Aqui nessa rua você pode ver que tem roupa estendida [em varais] acolá, tem lixo ali no pé daquela porta. Aqui era para comunidade olhar pra si e dizer: rapaz, bora fazer isso não, porque sempre tá passando alguém de outro país, de outra cidade, mas aí a visão delas é daquela época (Evandro, 47 anos. Entrevista em 30 ago. 2016).

Ao mesmo tempo, a narrativa do Evandro mostra a Vila como um espaço de circulação de pessoas “de fora”, e que alguns moradores não se

inseriram, nem “colaboram” com a cadeia produtiva que visa receber visitantes brasileiros ou estrangeiros na localidade, pois, segundo ele, as práticas de alguns moradores contrastam com aquilo que se espera de um lugar turístico.

Para além desses pontos de tensão que permanecem até o presente momento, algumas propostas do projeto de intervenção foram realizadas, como a pavimentação das ruas, a padronização de calçadas, o erguimento de um sombrero na praça central, a instalação de iluminação em alguns pontos, bem como a construção de outro Centro de Artesanato<sup>93</sup>.

A execução do projeto designado como “requalificação” do Cumbuco mostrou que os investimentos do Prodetur Nacional foram destinados apenas para uma localidade do litoral oeste, impulsionando o processo de *turistificação* que ocorre de forma *seletiva* e produzindo tensões e conflitos entre diversos agentes sociais. Entre estes, emergiu um novo tipo de “nativo”, um indivíduo, que seja de origem estrangeira ou não, reivindica sua “tradicionalidade” no Cumbuco a partir do tempo de moradia na localidade e na sua inserção na rede de relações local.

As intervenções realizadas também levaram a dinamização do Cumbuco como “destino turístico”, na medida em que reforçou a centralidade da Vila no contexto da localidade ao proporcionar uma nova fisionomia, e intensificou os laços de dependência mútua evidentes nas associações locais. Desta forma, a configuração social do Cumbuco é marcada por uma forma de circulação de pessoas, bens e capital que produz e reproduz a localidade como lugar turístico.

Os “destinos turísticos” são lugares que procuram permanentemente organizar a vida social em torno do turismo e produzem formas de deslocamento no mundo contemporâneo, marcadas pela circulação e mobilidade. Esses deslocamentos e movimentos humanos transfiguram os territórios e imprimem um novo ritmo à sociedade. Desta forma, os “destinos

---

<sup>93</sup> O Centro de Artesanato passou a funcionar no segundo semestre de 2018. Possui lojas e uma área multiuso para turistas. Diferente do Centro de Artesanato situado na praça, os proprietários das lojas não são apenas moradores nativos, mas pessoas oriundas de Fortaleza que pagam uma taxa ao município para exercerem atividades comerciais de peças apenas artesanais.

turísticos” são locais produzidos que estão permeados por elementos de *translocalidade* (APPADURAI, 1997).

## **5.2 O Cumbuco como *translocalidade***

As *translocalidades* são localidades cuja configuração é marcada pelas dinâmicas globais da circulação de pessoas, bens e capital. Nesse sentido, os “destinos turísticos” estão permeados por elementos translocais na medida em que se tornam lugares de intensa circulação e formam uma rede de relações afetivas, de trabalho ou de lazer que reorganiza a vida social local.

A emergência de translocalidades, conforme Appadurai (1997), só é possível no contexto em que a ideia de soberania territorial, característica principal de um Estado-nação, enfrenta uma crise devido ao intenso movimento de pessoas no mundo contemporâneo, provocado por questões migratórias e étnicas, oportunidades econômicas, deslocamento de trabalhadores especializados e, até mesmo, pela construção de lugares turísticos reconhecidos internacionalmente.

A localidade do Cumbuco teve sua dinâmica produzida e reproduzida no contexto de circulação de sujeitos de diversas nacionalidades, da concentração de populações circulantes e de investimentos do capital estrangeiro. Ademais, a localidade vivenciou processos de *turistificação seletiva* que, além de diferenciá-la das outras áreas litorâneas municipais e influírem sobre o território, as atividades produtivas e a rede de relações, levam a configuração social do Cumbuco a apresentar elementos *translocais*.

Os elementos dessa translocalidade podem ser observados nos investimentos para a construção de novos tipos de empreendimentos turísticos, na prática de esportes e inserção da localidade em eventos internacionais e, também, na instalação de empresas transnacionais marcadas pela migração de trabalhadores especializados. No Cumbuco, cada um desses fatores impulsiona elementos de translocalidade.

### **5.2.1 Empreendimentos turísticos e imobiliários**

O litoral de Caucaia dispõe de tipos variados e grande quantidade de equipamentos de hospedagem: hotéis, pousadas, clubes, colônias de férias, flats, albergues, resorts, dentre outros. A diversidade e a efemeridade de alguns estabelecimentos, por funcionarem apenas em temporadas como os meses de férias, cujo aumento na circulação de visitantes é chamado de “alta estação”, produzem dados divergentes sobre o número de meios de hospedagem (MHs), unidades habitacionais (UHs) e leitos oferecidos.

Contudo, tendo em vista dados do *Inventário Turístico 2016*, do documento *Caucaia 2014* e da observação empírica realizada durante pesquisa de campo para a tese ora apresentada, percebe-se que, dentre as cinco localidades litorâneas de Caucaia, o Cumbuco concentra a maior quantidade e tipos de meios de hospedagem (TABELA 2).

Tabela 2 – Meios de hospedagem em Caucaia e Cumbuco

<b>Meios de Hospedagem (MHs) em Caucaia e Cumbuco - 2014</b>		
<b>Tipo de MHs</b>	<b>Caucaia</b>	<b>Cumbuco</b>
Hotéis	15	10
Pousadas	40	29
Resorts	1	1
<b>Total de MHs</b>	<b>56</b>	<b>40</b>

Fonte: elaborado pelo autor a partir do documento Caucaia 2014.

O documento *Caucaia 2014* mostra que a maior parte dos serviços e equipamentos de hospedagem da região litorânea de Caucaia está no Cumbuco. O Inventário Turístico ratifica essa constatação ao apresentar que em 2016 foram entrevistados os responsáveis por 39 equipamentos de hospedagem e, desse total, 25 estão situados no Cumbuco. E, no ano de 2018, com base na observação empírica, é possível identificar também que é a única área com resorts de bandeira internacional.

A construção de resorts no Cumbuco tem sido acompanhada de investimentos do capital turístico internacional e de uma maior circulação de estrangeiros na localidade. Esses empreendimentos apresentam uma ampla

infraestrutura com a inclusão de diversos serviços, bem como propiciam o contato com a natureza sem precisar “sair” do empreendimento.

De acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), o resort é definido como “hotel com infraestrutura de lazer e entretenimento que disponha de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento”<sup>94</sup>. O resort se diferencia de um hotel, por exemplo, na medida em que este último se caracteriza como um estabelecimento apenas com serviço de recepção, que garante alojamento temporário para o hóspede, com ou sem alimentação, mediante cobrança de diária.

No Cumbuco, em outubro de 2010, foi inaugurada a primeira etapa de um dos maiores resorts da América Latina: o Vila Galé Cumbuco (FIGURA 34). O empreendimento é de padrão internacional, cinco estrelas, e tem 465 apartamentos e 49 chalés distribuídos em 100 mil m<sup>2</sup> de área construída. Possui capacidade para atender 1.200 hóspedes e disponibiliza cinco restaurantes, bares, campo de futebol, lojas de conveniência, agências de viagem, biblioteca e um *Satsanga SPA Med* (Centro de Longevidade e Vitalidade). Além disso, o resort opera no sistema *all inclusive*, no qual todas as despesas com bebidas e alimentação estão inclusas nas diárias.

Figura 34 – Resort Vila Galé Cumbuco



Fonte: <https://www.resortsonline.com.br/destinos/nacionais/ceara/cumbuco/vila-gale-cumbuco/>. Acesso em: 08 out. 2018.

<sup>94</sup> Informação disponível em: <http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/Entenda?tipo=2>. Acesso em 25 jan. 2018.

Na época da inauguração, foi considerado uma das primeiras grandes obras da Copa do Mundo de 2014 e um dos primeiros de uma série de empreendimentos projetados para o Cumbuco Golf Resort, um grande complexo turístico de 480 hectares situado na localidade, que tem como um dos sócios do projeto o senhor Jairo Souza<sup>95</sup>.

Com relação à ocupação do Vila Galé no primeiro ano de funcionamento, o jornal Diário do Nordeste apresentou:

o primeiro ano de operação do Hotel Vila Galé Cumbuco, inaugurado em outubro de 2010, ficou dentro das expectativas da rede. A ocupação situou-se em 32%. O resultado foi alcançado com o mercado de eventos e as viagens de lazer de famílias. Os hóspedes brasileiros representam 90% do total, com destaque para São Paulo, Ceará, Brasília, Rio de Janeiro e Minas Gerais (DIÁRIO DO NORDESTE, 19 jan. 2012).

O resort foi construído por um grupo hoteleiro de origem portuguesa designado como Vila Galé. Esse grupo se dedica à construção de empreendimentos turísticos, bem como é responsável pela gestão de 31 unidades hoteleiras: 23 em Portugal e oito no Brasil (Rio de Janeiro, Fortaleza, Caucaia, Salvador, Guarajuba, Cabo de Santo Agostinho, Touros e Angra dos Reis). O Vila Galé Fortaleza, situado na Praia do Futuro, foi o primeiro resort do grupo a ser construído no Brasil, no ano de 2001<sup>96</sup>.

O investimento de capital integralmente estrangeiro para a construção do resort Vila Galé Cumbuco contribuiu para o processo de expansão urbana em Caucaia, pois a instalação de vias de acesso impulsionou a construção de outros empreendimentos no seu entorno e na faixa de praia situada entre o Vila Galé e a Vila de Pescadores (MAPA 5).

---

<sup>95</sup> As informações na rede mundial de computadores sobre as empresas de Jairo Souza estão disponíveis em: <https://www.consultasocio.com/q/sa/>.

<sup>96</sup> As informações sobre os empreendimentos do grupo Vila Galé estão disponíveis no site <https://www.vilagale.com/br/grupo/sobre-a-vila-gale>. Acesso em: 18 jun. 2018.

Mapa 5 – Localização dos principais empreendimentos turísticos e imobiliários no Cumbuco, Ceará



● Café de la Musique



● Vila Galé Cumbuco



● VG Sun Residence



● Condomínio Summer Ville



● Wai Wai Eco Residence



● Vila de Pescadores



● Carmel Cumbuco Resort



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Título da Tese:**

"Destinos turísticos" e populações nativas:  
Experiência e narrativas de mudança social.

**Autor:**

Francisco Willams Ribeiro Lopes

**Orientadora:**

Dra. Irllys Alencar Firmo Barreira

**CARTA IMAGEM:**

**Localização dos principais empreendimentos  
turísticos e imobiliários no Cumbuco, Ceará.**

Datum: SIRGAS 2000 Zona 24 S  
Sistema de Projeção Universal Transversa de Mercator  
Imagem de satélite do Google Earth (12/03/2018)  
Sistematização: do autor (2018)  
Cartografia: Matos (2018)



**Instituição de Financiamento da pesquisa:**



Um exemplo da expansão de empreendimentos na área entre a Vila de Pescadores e o Vila Galé Cumbuco foi a construção de um equipamento de hospedagem integrado ao Vila Galé, o VG Sun. Esse empreendimento foi inaugurado em 2016 e resultou também de investimentos do grupo português supracitado em parceria com a construtora cearense Diagonal.

O VG Sun é formado por 354 unidades habitacionais, divididas em três plantas: cinco blocos de 39m<sup>2</sup> destinados a grupos de investidores, com valores iniciais de 300 mil reais; dois blocos de 62m<sup>2</sup> para público de primeira residência, com valores iniciais de 400 mil reais; e dezesseis apartamentos de 100m<sup>2</sup> em formato de bangalôs, voltados para o veraneio marítimo de alto poder aquisitivo, com valores de 600 mil reais. Além disso, o empreendimento possui restaurante, serviço de quarto, piscina interna, quadras poliesportivas, playground e acesso direto ao resort Vila Galé (CUNHA, 2017).

O VG Sun inaugura um novo padrão de consumo no mercado imobiliário e turístico cuja classificação é “condoresort”, um equipamento que visa atrair o público local, nacional e internacional do veraneio marítimo e do turismo no mesmo espaço. O grupo responsável pelo empreendimento tem como público-alvo as pessoas oriundas, principalmente, de Fortaleza, São Paulo e Brasília interessadas em adquirir uma segunda residência.

Além destes, visa também alcançar migrantes que chegaram ao Ceará para trabalhar nas obras do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e turistas envolvidos com a prática de esportes náuticos e suas competições, como o *kitesurf* e *windsurf* (CUNHA, 2017), contribuindo para reforçar características de translocalidades, como a concentração de população circulante.

A aproximação do mercado imobiliário e turístico expandiu a construção de empreendimentos destinados tanto ao uso turístico, como também a novas formas de uso ocasional, e apresenta três modalidades de equipamentos destinados a esse fim: os resorts, os condoresorts e os complexos turísticos imobiliários.

A classificação nessas três modalidades é baseada a partir de dois aspectos: o tipo de aquisição oferecido pelo estabelecimento (compra, aluguel, hospedagem) e os atrativos internos (piscina, playground, quadras poliesportivas, campos de golfe, dentre outros) (CUNHA, 2017). O quadro apresentado abaixo mostra as características distintivas dos empreendimentos que associam mercado turístico e imobiliário (QUADRO 9).

Quadro 9 – Tipologias e características dos empreendimentos do mercado turístico e imobiliário

Tipologia	Características
Resort	Tem a função exclusivamente hoteleira, sem haver componentes imobiliários. O que diferencia o hotel resort de um convencional é a sua localização, sua função e sua sofisticação. Normalmente se localizam fora dos centros urbanos, encontram-se próximos a paisagens exóticas e consistem em empreendimentos de lazer autocontidos.
Condoresort	No caso dos condoresorts, como já sugere o nome, são condomínios, sendo que os mesmos adotam serviços e componentes hoteleiros, como de restaurantes, bares, serviços de limpeza, etc. Além de possuírem um sistema de pool hoteleiro, ou seja, os proprietários dos apartamentos podem alugá-lo durante um determinado período e nele residir em outro período do ano, de acordo com a convenção do condomínio.
Complexo Turístico Imobiliário (CTI)	O Complexo Turístico Imobiliário combina duas ou mais categorias de instalações. Ele tem uma maior extensão em área e oferece mais de um tipo de propriedade e de padrão de utilização, atraindo mercados diversificados. Os seus pacotes de comodidade são mais abrangentes e usualmente consistem de, pelo menos, duas atrações mais importantes, como praia e golfe, ou esqui e golfe.

Fonte: Adaptado de Silva M. (2013, p.104 e 105).

Esses novos empreendimentos surgidos no Cumbuco se diferenciam daqueles encontrados nas décadas de 1980 e 1990, quando as segundas residências eram caracterizadas por casas de veraneio tradicionais ou pequenos condomínios. Uma característica comum dos resorts, condoresorts e CTIs é que buscam manter o visitante a maior parte do tempo dentro do empreendimento, oferecendo conforto, lazer, segurança, infraestrutura e encontro com a natureza.

De modo geral, a localização desses novos empreendimentos está situada fora dos centros urbanos, próximos a atrativos naturais ou paisagens consideradas exóticas, e concentram equipamentos de lazer e serviços autocontidos, para que os hóspedes não sintam a necessidade de sair do empreendimento, e, até mesmo, quando os hóspedes saem para ir à praia, no caso daqueles empreendimentos construídos frente mar, a sensação é ainda de permanecer dentro de sua estrutura.

Na localidade do Cumbuco, existem quatro empreendimentos com essas características (QUADRO 10), os quais são utilizados por clientes de alto poder aquisitivo, haja vista o preço elevado de venda, aluguel ou diárias de hospedagem.

Quadro 10 – Empreendimentos do mercado turístico e imobiliário no Cumbuco

<b>Empreendimento</b>	<b>Tipo</b>	<b>Inauguração</b>
Vila Galé	Resort <i>all inclusive</i>	2010
VG Sun	Condoresort	2016
Wai Wai Cumbuco Eco Residence	Condoresort	2016
Carmel Cumbuco	Resort <i>all inclusive</i>	2016

Fonte: Adaptado de Cunha (2017)

O Wai Wai Cumbuco Eco Residence é um empreendimento condoresort inaugurado em 2016 na área do antigo hotel Saint-Tropez. A parceria entre a incorporadora cearense Magis e a empresa espanhola Ingeconser construiu um complexo residencial de segunda residência, com 245 apartamentos distribuídos em oito blocos de quatro andares com elevador, que oferece também lazer e outros serviços, integrando o imobiliário e o turístico: restaurante, playground, quiosques, espaço zen, mirante, piscina com borda infinita, fitness, SPA, quadra de tênis e campo de futebol gramado.

Os apartamentos do Wai Wai possuem três tipos de plantas com dois, três e cinco quartos. Os valores iniciais para apartamentos de dois quartos eram 400 mil reais, de três quartos 500 mil reais e de cinco quartos 700 mil reais. Esse empreendimento realizou a venda de muitos apartamentos para

cearenses, principalmente para aqueles que se deslocaram residencialmente da Praia do Icaraí, devido à degradação ambiental de sua orla. Outro público de alto poder aquisitivo atingido é o de paulistas que buscam uma segunda residência em áreas litorâneas (CUNHA, 2017).

O grupo responsável pelo Wai Wai apresenta o empreendimento como um condoresort ecológico por contar com tecnologias que aproveitam os recursos naturais de forma renovável: fachada de cor clara para colaborar com eficiência energética, redução do consumo de água potável, reuso de água tratada para irrigação, sistema de coleta seletiva de resíduos e óleo comestível, dentre outras<sup>97</sup>.

Outro empreendimento inaugurado em 2016 e enquadrado em um padrão de nível internacional é o Carmel Cumbuco (FIGURA 35). Esse resort possui 88 suítes com varanda com vista para o mar, oferece serviços como “SPA Carmel by Caudalie Paris com salas de massagens, lobby bar, *jacuzzis*, sauna seca e a vapor, piscinas térmicas e infantil, *fitness center*, quadra de vôlei de praia, *beach lounge*”<sup>98</sup>, bem como restaurante, brinquedoteca, estacionamento, dentre outros.

Figura 35 - Carmel Cumbuco Resort



Fonte: <https://www.zarpo.com.br/carmel-cumbuco-resort/resort-cafe-da-manha-praia-de-cumbuco-ceara-15783.html>. Acesso em 25 jun. 2018.

<sup>97</sup> Informações disponíveis em: <http://wai-wai-cumbuco.blogspot.com/>. Acesso em 25 jun. 2018.

<sup>98</sup> Disponível em: <http://carmelhoteis.com.br/carmelcumbuco/o-resort/sobre-o-resort/>. Acesso em 25 jun. 2018.

A principal origem dos visitantes nacionais do Carmel Cumbuco é do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, e dos internacionais é da Argentina, Alemanha e Coréia do Sul. O empreendimento possui serviços voltados para velejadores de *kitesurf* e *windsurf* como uma guarderia para equipamentos, indicando hospedar parte dos visitantes oriundos do segmento de aventura.

Apesar de não serem classificados nas categorias resort ou condoresort, outros empreendimentos situados entre a Vila de Pescadores e as proximidades do Vila Galé são importantes de serem mencionados porque foram construídos no contexto de expansão urbana da localidade, como o Café de La Musique e o loteamento Summerville. Além desses, essa área conta com a proposta de um Complexo Turístico Imobiliário que já começou o processo de aplainamento do terreno, o Cumbuco Internacional.

O Café de La Musique Cumbuco foi inaugurado em 2016 e se trata de um *beach club* para realização de eventos e apresentações, situado próximo ao Vila Galé. O equipamento é conhecido pela realização de eventos como shows musicais e festas *rave*, com DJs e música eletrônica, cujo público de usuários é de alto poder aquisitivo.

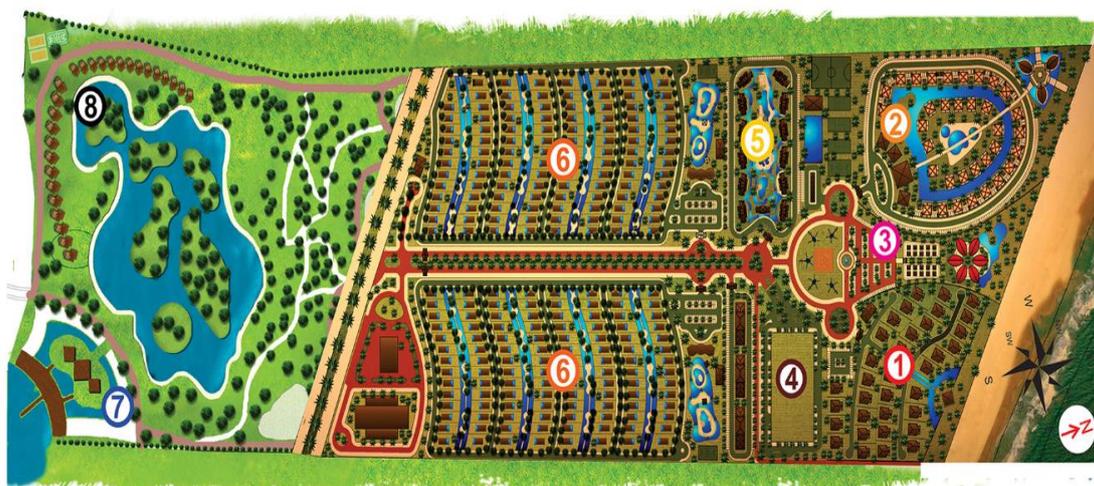
O Summerville é um loteamento residencial fechado com terrenos avaliados em R\$ 70 mil e residências a partir de R\$ 600 mil. Os sócios desse empreendimento visavam construir um resort semelhante ao Summerville Beach Resort, em Porto de Galinhas, o qual pertence ao mesmo grupo. Contudo, o Summerville possui o aspecto de um condomínio residencial, rodeado por muros e cercas elétricas, com áreas ainda por construir.

Entre o Summerville e o Vila Galé existe uma localidade designada pelos moradores nativos da Vila de Pescadores como Novo Horizonte, para a qual existe a proposta de construção de um novo “bairro” planejado, o Cumbuco Internacional. Esse projeto é do grupo empreendedor Brasil Real Construções e Empreendimentos Imobiliários, resultante da parceria entre brasileiros e escandinavos da Noruega, com o objetivo de desenvolver complexos turísticos imobiliários no litoral do Nordeste brasileiro. A proposta prevista para entrega em 2022 tem como construtora a Brasil Companhia de

Construção (BBC) e a empresa de arquitetura de Luiz Fiuza, o mesmo que construiu o projeto arquitetônico do hotel Saint-Tropez.

O *Cumbuco Internacional* prevê a construção de condomínios residenciais, resorts, condoresorts, centro de convenções, clube esportivo, parque ecológico e clube aquático em uma área com duas frentes: uma para o mar e outra para a lagoa, no caso, a Lagoa do Banana. A projeção do empreendimento pode ser visualizada na figura a seguir (FIGURA 36) e na descrição de cada intervenção indicada pelos números na imagem.

Figura 36 – Projeto Cumbuco Internacional



Fonte: <http://www.cumbucointernacional.com/o-empreendimento/o-masterplan>. Acesso em: 03 nov. 2018.

- 1- The residence Condo Resort: casas de altíssimo padrão, frente para o mar, com serviços de gestão imobiliária, restaurante e sistema *pay per use* (em português, pague pelo uso de serviços oferecidos em condomínios).
- 2- Bungalows Hotel e Condo Resort: com 296 apartamentos de frente para o mar, serviço hoteleiro de padrão internacional com restaurante, academia, SPA, quadras esportivas, dentre outros equipamentos.
- 3- Vila da Praia: equipamento social que oferecerá serviços gastronômicos, náuticos, de lazer, lojas e eventos esportivos e noturnos.
- 4- Centro de Convenções
- 5- Ilhas da Praia Condomínio: 72 apartamentos residenciais de luxo próximo ao clube esportivo, em área com espelhos d'água, piscina e estacionamento para 278 vagas.
- 6- Vila das Marés: dois grandes condomínios de casas integrados à Vila da Praia, com espelho d'água e possibilidade de acesso a todos os equipamentos e atrações do empreendimento.
- 7- Parque ecológico e Clube Aquático
- 8- Vila da Lagos (Condomínio Dream Village): 84 unidades habitacionais com vista para a reserva natural da área e acesso à Lagoa do Banana.

Apesar da execução do projeto ainda estar no início, a proposta mostra que a localidade continua sendo alvo de transformações que incidem

sobre seu território a partir da construção de novos tipos de empreendimentos turísticos e dos investimentos de capital estrangeiro.

Os tipos variados de meios de hospedagem evidenciam que o Cumbuco possui uma configuração socioespacial que o diferencia das outras localidades litorâneas de Caucaia e, por essa razão, concentra a maior quantidade de turistas nacionais e internacionais que chegam ao município. Ademais, a origem dos investidores e a forma como constroem os resorts, os condosorts e os CTIs mostram também uma concentração excessiva da propriedade de terra nas mãos de poucos grupos empreendedores, principalmente, de origem estrangeira, com a finalidade de desenvolver projetos imobiliários e turísticos.

Esses grupos estrangeiros recebem incentivos de agências financeiras internacionais, como o BID e o BIRD, que apoiam programas e projetos de desenvolvimento do turismo. Contudo, os incentivos das agências internacionais têm favorecido, principalmente, grandes investidores estrangeiros, como as redes hoteleiras de capital externo que investem de forma massiva em turismo nos países pobres ou em desenvolvimento, como mostram os estudos de Mowforth, Charlton e Munt (2008).

A escolha pela atividade turística como estratégia de desenvolvimento de uma cidade e a construção de empreendimentos de grande porte demandam investimentos públicos em infraestrutura, como vias de acesso, saneamento básico e energia, que ao serem direcionados para os interesses turísticos deixam de ser realizados em outras áreas como agricultura, educação e saúde (RODRIGUES, 2014). Em alguns casos, a população só passa a ter um acesso precário a alguns desses benefícios, após a construção dos empreendimentos, como ocorreu no Cumbuco.

Um morador nativo da Vila relatou que a população esperava há anos obras de saneamento básico e abastecimento de água, pois a localidade, até o ano de 2011, não dispunha destes serviços, e que só passou a ter a possibilidade de acesso quando recursos públicos foram destinados a favorecer grandes projetos turísticos e de industrialização nas proximidades da Vila:

Esse saneamento básico já era esperado há muito tempo. Todo mundo sonhava em ter água tratada, mas o saneamento básico está vindo aqui não em função da Vila, mas em função do Vila Galé. (Entrevista concedida a Cavalcante, 2012, p.77).

Na época de construção do resort Vila Galé em Caucaia, foi assinada uma ordem de serviço destinando recursos do PRODETUR para obras de saneamento básico e abastecimento de água em toda a área do Cumbuco. Essas obras estavam vinculadas ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e, também, ao resort Vila Galé, pois o Trecho V do Eixão das Águas, mais conhecido como Canal da Integração, feito para levar água para o CIPP, também faz um “desvio” para abastecer a atividade turística no Cumbuco, inclusive, do resort Vila Galé (CAVALCANTE, 2012).

Em outros casos, os grupos de investidores que constroem os novos tipos de empreendimentos planejam as próprias plantas elétricas, de tratamento de água e resíduos sólidos do equipamento, deixando a população à margem desses benefícios (MOWFORTH; CHARLTON; MUNT, 2008).

Os investimentos nesses meios de hospedagem têm mostrado uma ligação entre o mercado imobiliário e o turístico nos últimos anos, que, ao se associarem, produzem uma nova forma de circulação de pessoas, pois visam atingir um público de alto poder aquisitivo, interessado em adquirir uma residência fixa ou ocasional em uma área com grande oferta de equipamentos de lazer, mas também visam alcançar turistas interessados em hospedagem e atividades do segmento de sol e mar em um mesmo local (SOUSA; MATIAS; SELVA, 2016).

A presença do capital imobiliário e turístico internacional e a aquisição de apartamentos por parte de muitos estrangeiros têm sido vista como uma nova forma de colonização, mais uma vez originada na península ibérica, haja vista a origem dos proprietários dos empreendimentos (SOUSA; MATIAS; SELVA, 2016). Portugal é o país que mais investe no setor turístico no Ceará, estima-se 60 milhões de reais ao ano (HOLANDA, 2016).

Em suma, a construção de empreendimentos turísticos do tipo resorts, condoresorts e CTIs imprimem na localidade do Cumbuco um caráter

translocal ao proporcionar novas formas de circulação de pessoas, de bens e capital, e evidenciar que tais projetos estão fragilmente vinculados ao âmbito nacional e completamente envolvidos pelos interesses de grupos estrangeiros.

### **5.2.2 O paraíso do kitesurf**

Depois o *windsurf* saiu de moda e entrou o *kitesurf*, porque o Cumbuco é conhecido como um dos melhores pontos de ventos do mundo (Jairo, 71 anos. Entrevista em 31 ago. 2018).

O turismo no Cumbuco teve várias fases [...] Aí o Cumbuco foi se desenvolvendo, aí teve uma época aí de dois mil [anos 2000] que os europeus chegaram muito forte, que foi a entrada do *kitesurf* (Irapuã, 60 anos. Documentário Cumbuco: um convite à história).

Essas narrativas referem-se a práticas de esportes náuticos que inseriram a localidade litorânea do Cumbuco no circuito internacional de competições e de viagens de indivíduos interessados em aventura. Trata-se do *windsurf* e *kitesurf*, duas atividades que incidem sobre as atividades produtivas e a rede de relações da localidade.

Práticas desportivas e de lazer, como caminhada, ginástica, frescobol, voleibol e banhos de mar, são realizadas no litoral de Caucaia desde os anos 1970 por moradores locais e veranistas oriundos de Fortaleza. Contudo, de acordo com moradores nativos do Cumbuco, a chegada de indivíduos “de fora” com nacionalidade estrangeira nos anos 1980 proporcionou novos usos no espaço da praia, como o *windsurf*<sup>99</sup>.

A prática desportiva do *windsurf* no litoral do Cumbuco foi possibilitada tanto pelo ambiente marcado pela velocidade dos ventos, bem como pela chegada de turistas, principalmente de origem francesa, que passaram a velejar na Praia do Cumbuco. A chegada dos franceses está ligada às ações do proprietário da Construtora Cumbuco que construiu o hotel Saint-Tropez e, anos depois, o Restaurante Velas do Cumbuco, com a finalidade de

---

<sup>99</sup> É importante lembrar que o *windsurf* (vento + surf) é praticado com uma prancha de surfe e uma vela que mede entre dois e cinco metros de altura, com as quais o velejador de *windsurf* procura planar sobre a água, utilizando a força do vento.

receber o primeiro campeonato cearense de *windsurf*, como já mencionei anteriormente.

As intervenções do proprietário da Construtora associaram a prática do *windsurf* à circulação propiciada pela atividade turística e, também, integraram a localidade no circuito de competições nacionais e internacionais contribuindo para atrair uma grande quantidade de visitantes interessados na prática de esportes náuticos. Assim, a partir dos anos 2000, emergiu uma nova modalidade de esporte, o *kitesurf*, que dinamizou a localidade como lugar turístico e levou os agentes do *trade* e moradores nativos a atribuírem mais um adjetivo as narrativas sobre o Cumbuco: “o paraíso do *kitesurf*”.

O Cumbuco é o paraíso do *kitesurf*. Aqui, você precisa ver quando chega os meses de agosto, setembro, até novembro, os meses dos ventos, os turistas começam tudo a descer da Europa e essa praia e essas lagoas ficam tudo cheia de pipa na água (Evandro, 47 anos. Entrevista em 30 ago. 2016)

O *kitesurf* é uma modalidade de esporte náutico, de origem francesa, na qual o velejador se utiliza de uma pipa (também conhecida como papagaio) e uma prancha com uma estrutura de suporte para os pés, para deslizar sobre a superfície das águas e fazer manobras impulsionadas pelo vento que atinge a pipa. Essa modalidade é uma das atividades praticadas no segmento do Turismo de Aventura e no de Esporte.

A prática do *kitesurf* no Cumbuco levou a inserção de novos atores sociais e novas atividades dos segmentos turísticos de aventura e de esporte, que contribuíram para um aumento na circulação de visitantes na localidade interessados em aprender, treinar, competir e comercializar. A intensificação da atividade, a partir do ano 2012, e as tensões geradas em torno desses diversos interesses levaram alguns velejadores a organizar a Associação de Kitesurf de Caucaia (AKCA).

A AKCA foi criada em 2013 e reúne velejadores, atletas, instrutores e donos de lojas e escolas de *kitesurf* do município com o intuito de regulamentar a prática do esporte e minimizar situações consideradas

“problemas”, como os acidentes, por se tratar de um esporte de risco; as tensões com outras práticas que se apropriam da faixa de praia e mar territorial e, também, os conflitos com pessoas “de fora”, como explica o Ricardo, presidente da AKCA:

É isso que a gente está batendo mais de frente, porque a gente perde clientes pra essa galera que vem de fora, que tão trabalhando irregular aqui, não respeitam as regras, não respeitam as normas de segurança, então atrapalha o trabalho da gente. E quando acontece alguma coisa de forma negativa, ninguém fala que foi alguém de fora, o nome é o *kitesurf*, o pessoal generaliza, fala que é o *kitesurf*. É um negócio que a gente está tentando organizar para combater, por que a gente fez curso para se profissionalizar, teve um investimento, aí vem a galera de fora que não tem o *know-how*. Não é só gente de fora não, tem também uns brasileiros que acabam de aprender e no outro mês já querem ensinar, pensando que sabem. A gente tá tentando combater isso aí, até por questão de segurança de todo mundo, a gente preza pela segurança do banhista, mas, às vezes, infelizmente por conta de uma imagem negativa, os outros são prejudicados. (Ricardo, 26 anos. Entrevista em 25 ago. 2016).

A narrativa do Ricardo mostra tensões geradas entre velejadores da localidade e àqueles considerados “de fora”, distinções que se repetem na história da localidade quando os moradores estão diante da presença de estrangeiros e se intensificam em tempos de formação de translocalidades. Os velejadores “de fora” mencionados por Ricardo tratam-se de indivíduos, em sua maioria estrangeiros que comercializam aulas sem terem feito o curso para se tornar instrutor. Eles também comercializam viagens e roteiros de *kitesurf*, que são chamados de *downwinds*.

Algumas pessoas se aventuram a querer dar aula sem ter o mínimo de *know-how*, sem saber o que está fazendo, então, isso aí é o que incomoda a gente. E a parte do estrangeiro que comercializa aqui o que é nosso. [...] Eles comercializam aulas, viagens, roteiros, basicamente o que a gente faz. [...] As viagens são os *downwinds* em você vai seguindo a direção do vento. Tu começa, vai para o Paracuru, dorme lá, aí de lá já vai para outras praia, Flecheiras, ou

Guajiru [no município de Trairi], pode ir até Jericoacoara, até o Maranhão só velejando, até onde tuas pernas aguentarem, esses são os roteiros que a gente vende também, conta com apoio, carro 4x4. É um negócio que tem que ter um pouco mais de cuidado (Ricardo, 26 anos. Entrevista em 25 ago. 2016).

Os *downwinds* são roteiros marítimos e terrestres específicos para velejadores de *kitesurf* e mobilizam uma rede de serviços tanto durante a viagem, pois precisam de apoio com carro 4X4 ou *buggy*, alimentação e motorista, bem como impulsionam outras atividades nos lugares de destino: hospedagem e alimentação. A prática de *downwinds* mostra que o *kitesurf* não está localizado apenas no Cumbuco, mas mobiliza uma rede de relações em vários pontos do litoral, e que a comercialização por aqueles que não são do lugar reforçam a diferença entre internos e externos no Cumbuco.

Além disso, o Ricardo explica que alguns velejadores considerados “de fora” não seguem as regras de demarcação definidas. O descumprimento das normas de segurança também é um dos assuntos considerados pelo presidente da associação como “problema” e, por isso, a Prefeitura Municipal de Caucaia fez uma demarcação de áreas propícias para o *kitesurf*.

O plano de demarcação de áreas para a prática do *kitesurf* foi elaborado devido a tensões geradas entre diversos segmentos sociais que se apropriam do espaço da praia, seja para trabalho, lazer ou aventura, como pescadores, banhistas, velejadores e surfistas (estes últimos, principalmente, na Praia do Icará).

Desta forma, foi definido que as áreas impróprias para o *kitesurf* no Cumbuco são aquelas com predominância de barracas e aglomeração de banhistas e embarcações: as barracas Cumbuco Beach, Tendas do Cumbuco, Velas do Cumbuco, os empreendimentos Vila Galé e Wai Wai, e a Vila de Pescadores, esta última também ponto de aglomeração de moradores e embarcações. Assim, o plano de demarcação ratifica os pontos de maior circulação de turistas na localidade.

Os lugares mais comuns para a prática do *kitesurf*, onde se observa a maior quantidade de pipas em movimento, são o Lagamar do Cauípe

(FIGURA 37) e, fora do Cumbuco, a desembocadura do rio Barra Nova, entre o Icaraí e a Tabuba. Os períodos de maior circulação de velejadores de outros estados são durante os meses de férias (janeiro, julho e dezembro), e de estrangeiros são os “meses dos ventos”, ou seja, o período em que os ventos incidem mais sobre o litoral (de agosto a novembro).

Figura 37 – Lagamar do Cauípe



Fonte: Pesquisa de campo (Lagamar do Cauípe, julho de 2018).

A chegada de velejadores estrangeiros nos “meses dos ventos” intensifica o comércio e a movimentação na Vila de Pescadores, pois, de acordo com os moradores nativos, eles se utilizam dos bares, restaurantes, lojas, escolas de *kitesurf* e, também, da praça como ponto de encontro, principalmente à noite. Muitos velejadores do gênero masculino casaram com mulheres nativas e passaram a morar na localidade, como o italiano Alex, que visitou o Cumbuco no início dos anos 2000 e retornou anos depois, como

mostram as entrevistas com sua sogra, a moradora nativa Lizanda, e o próprio Alex:

Eu cheguei há 15 anos. Estava de férias e vim fazer passeio de *buggy*, mas lembro que não tinha nada, não tinha pousada, não tinha restaurante. Era só uma Vila de Pescadores. Depois voltei em 2006 e já tava começando a se movimentar por causa do kite. O motivo que mudou totalmente o Cumbuco é o kite, trouxe muito turismo [...] Se não fosse pelo kite, não teria chegado aqui e conhecido minha esposa (Alex, 30 anos. Entrevista em 30 ago. 2016).

Oh, muita gente aqui que não tinha nem trabalho, hoje tudo é professor, ajudou muito os bugueiros também [...] Porque eles alugam os *buggies*. Eu quero que você veja a quantidade de *buggies* que passa aqui pra deixar o pessoal do *kitesurf* aonde tem vento bom... A Lagoa do Cauípe, a Lagoa da Tabuba e a praia aqui [próximo à Vila]. (Lizandra, 48 anos. Entrevista em 30 ago. 2016).

O Cauípe é a principal área do Cumbuco em que a chegada dos kitesuristas nos “meses dos ventos” é notória, pois, devido à baixa densidade habitacional e às condições ambientais para praticar tal atividade, o local é considerado o ponto de encontro para os velejadores, instrutores e atletas do esporte, e movimenta o comércio local, principalmente, restaurantes, bares e escolas de *kitesurf*.

Para o presidente da AKCA, também morador do Cumbuco há dez anos e dono de uma loja e escola de *kitesurf*, a prática desse esporte se imbricou na rede de atividades econômicas da localidade e proporcionou, inclusive, a mobilidade social de alguns moradores nativos.

Eu diria que a economia do Cumbuco é o *kitesurf*. Vou te explicar como ela gera desde os atletas, como o menino lá do Cauípe, o Carlos Mário, que está liderando o circuito mundial, já começa por aí a mudança de vida dele [...]. Aí dessa fase de atleta, muitos deles se tornam instrutores [...] e dão continuidade com o *kitesurf*, fazendo o que gosta, vive também dessa parte do ensino. Outros vivem do conserto do *kite*, reparo [...]. Tem o Igor, filho da Eliane, que é

bastante conhecido, tem outro que é estrangeiro, o Marco italiano, tem o Carlinhos, só tinha um agora tem uns cinco, seis, tá se popularizando, tem o Tiago, da Oficina 23, uma galera que trabalha com o negócio de reparo. O que mais... as lojas, os restaurantes, que maioria das pessoas que vão lá para consumir são os kitesurfistas que vem de fora, então a economia aqui é o *kitesurf* (Ricardo, 26 anos. Entrevista em 25 ago. 2016).

Apesar do *kitesurf* não ser a atividade exclusiva que define a economia do Cumbuco, a narrativa do Ricardo mostra a rede de influências recíprocas construída a partir dessa modalidade esportiva entre os vários segmentos sociais que fazem parte da localidade. Alguns moradores nativos se inseriram nessa rede a partir do conserto de pipas de *kitesurf* como a moradora nativa e marisqueira Eliane. Apesar de não saber outros idiomas, ela negocia com os estrangeiros e considera a atividade um importante rendimento para a família.

Eu nunca trabalhei de carteira assinada, nunca na minha vida. Aí chegou agora, em dois mil e doze [ano de 2012] que nós conhecemos o kite, aí foi mudando a nossa vida, do turismo, conhecendo o turismo. Aí nós fomos começamos a consertar kite, o meu menino [o Igor], né. Eu sou administradora do negócio, da verba. [...] O kite é uma renda boa pra quem sabe manter e saber. Porque nós aqui, nós conserta, costura, faz tudo do *kite*. Nós somos muito conhecidos nessa área aí de reformar o *kite*. Olha esse aí, oh, todo estraçalhado, vai ficar perfeito (Eliane, 38 anos. Entrevista em 02 mar. 2016).

O trabalho é realizado pelo Igor, filho da Eliane, um jovem de 23 anos, praticante de *kitesurf* e considerado um especialista na manutenção dos equipamentos, que são em sua maioria importados. O Igor costura e cola, faz a troca de válvula, em duas máquinas industriais já adquiridas com a renda dessa atividade. Eliane e Igor trabalham com um material de custo muito elevado, pois somente um curso para aprender a modalidade custa cerca de R\$ 680 e o material varia de, no mínimo, R\$ 3.000 a R\$ 8.000, valor do *kite*

que ela mostrou “estraçalhado”. Enquanto isso, eles cobram uma média de R\$ 500 pelo conserto.

Quando ele chegava com quinze reais a alegria era medonha, sabe? “Mamãe, eu ganhei quinze reais”. E hoje em dia um homem nas férias, nas férias mesmo, no “quente” [alta estação], o máximo que a gente tira por semana é dois mil, três mil [...]. Na moleza, assim mesmo, na moleza, na baixa estação, o máximo por semana a gente tira mil, seiscentos reais [...]. Depois da chegada dos gringos, as coisas começaram a melhorar [...]. Nós chegamos a um tempo de ter quinze reais na conta. E esse ano nós tivemos um disparo para sete mil, oito mil [reais] [...]. Por isso que nós não entra em crise, porque nós sabe economizar. (Eliane, 38 anos. Entrevista em 02 mar. 2016).

Dentre os moradores nativos entrevistados, aqueles envolvidos com o conserto de *kites* são os que mais participam da circulação de dinheiro propiciada pelo *kitesurf*, haja vista o alto poder aquisitivo dos praticantes e o custo do equipamento. No entanto, ao comparar o valor dos equipamentos com o do conserto, este último é bem inferior, representando para muitos velejadores um benefício encontrar na localidade moradores que ofereçam o serviço de conserto.

Com relação à posição social dos velejadores e ao tempo de permanência no Cumbuco para aprender ou praticar o esporte, o Ricardo mostra as características de alguns dos seus alunos:

A maioria deles vive bem financeiramente, pelo menos os meus [alunos] são muitos empresários, advogados, professores, até porque é um investimento alto pra ter um equipamento desse aí, uma classe média alta. Mas tá popularizando, tem a galera da classe média baixa, tem a galera que tá ali, se garante, consegue e vai. [...] O tempo mínimo para ter uma experiência básica é de quatro dias, mas é puxado, porque o curso tem no mínimo dez horas aulas, mas para você aprender com dez horas aula, você tem que estar bem fisicamente, porque muitas das pessoas que vem procurar são aquelas que estão muito sedentárias, não aguentam duas horas de aula direto e, mesmo cem por cento fisicamente, é um esporte novo,

até para quem está fisicamente bem, vai ser um pouco pesado. Mas eu diria que uma semana seria o ideal (Ricardo, 26 anos. Entrevista em 25 ago. 2016).

A posição social e o tempo de permanência dos velejadores no Cumbuco possibilitam uma maior circulação de dinheiro na localidade, pois muitos se utilizam dos meios de hospedagem, restaurantes e outros serviços turísticos situados próximos à Vila de Pescadores.

Além disso, “a entrada do *kitesurf*” levou a incorporação de filhos e netos de pescadores em uma atividade ligada ao esporte, mas também ao turismo, assim como foram os passeios de *buggy*. Nos últimos anos, muitos moradores nativos, filhos e netos de pescadores, têm se tornado instrutores e comercializado aulas do esporte. Em 2016, dos 50 instrutores cadastrados, mais da metade eram moradores nativos do Cumbuco ou indivíduos que possuem algum parentesco com pescadores.

Os dois casos mais emblemáticos de como a prática do *kitesurf* se imbricou na rede de relações sociais e proporcionou uma mobilidade social, entre os moradores nativos no Cumbuco, podem ser percebidos com a trajetória de vida de Estefânia Rosa e Carlos Mário, que se tornaram atletas profissionais de *kitesurf*.

A Estefânia Rosa é moradora nativa, filha do artesão Pitó e vice-presidente da AKCA. Em sua trajetória de vida, ela conseguiu um emprego em uma loja de surfe no Cumbuco e, após conhecer David Shields, um inglês que passou a residir no Ceará para ser instrutor de *kitesurf*, se aproximou do esporte no ano de 2006. Ele incentivou Estefânia a velejar e a ensinar outras meninas da comunidade. Anos depois, já casados, os dois criaram a Kitebud, uma escola de *kitesurf* que oferece também outras atividades, como o futebol e a capoeira para meninos e meninas da comunidade<sup>100</sup>.

Outro atleta profissional é o Carlos Mário, conhecido internacionalmente no âmbito do *kitesurf* como “Bebê”, tem 20 anos, é nativo

---

<sup>100</sup> LEITE, Ana B. Projeto social com crianças do Cumbuco quer descobrir talentos do kitesurf, skate e futebol. *Tribuna do Ceará*. Fortaleza, 16 dez. 2015.

do Cumbuco, mais especificamente do Cauípe, e conheceu o esporte por meio do tio que também se tornou velejador. Desde pequeno, junto com outras crianças, pedia ao dono de uma barraca e escola de kite chamado Raimundo Ferreira, o “Bê”, para velejar com seu equipamento. Ainda pequeno venceu campeonatos locais, mas não deu continuidade à prática do esporte devido à falta de recursos para adquirir os equipamentos.

A partir de 2013, passou a receber patrocínio de uma empresa de turismo e conseguiu vencer campeonatos nacionais, atrair mais patrocinadores e a participar das competições internacionais. Atualmente, Carlos Mário é patrocinado pela *Slingshot*, uma empresa norte-americana de material de *kite* e, além disso, é o campeão mundial de *kitesurf* (FIGURA 38).

Figura 38 – Carlos Mário conquista campeonato mundial na República Dominicana



Fonte: Diário do Nordeste, 15 jul. 2018.

Carlos Mário declarou, em momento de conversa, que o Cumbuco é reconhecido por velejadores, atletas e empresas que produzem equipamentos do esporte como um dos melhores lugares do mundo para se praticar o *kitesurf*. Assim, essa modalidade esportiva põe a localidade em um cenário *translocal* e propicia o intercâmbio do Cumbuco com outras localidades também conhecidas por kitesurfistas, principalmente, Tarifa (Espanha), Cabarete (República Dominicana) e localidades no Egito.

Os elementos de *translocalidade* se evidenciam com a circulação de velejadores estrangeiros pela Vila, com a construção de equipamentos para esse tipo de visitante e a realização de campeonatos mundiais que ocorrem em etapas, cada uma em um lugar diferente. Em 2017, o Cumbuco sediou a final

do campeonato mundial de *kitesurf*, cujas primeiras etapas foram realizadas em países como França, Turquia, Holanda e Egito. Assim, os eventos inserem a localidade nos circuitos mundiais de esporte e possibilitam a expansão de uma rede de conexões formada a partir da prática do *kitesurf*, que movimenta não só pessoas, mas também informações, dinheiro e patrocínios.

### **5.2.3 Uma “mini-Coreia” no Ceará**

Uma “mini-Coreia” no Ceará foi a expressão utilizada por Eduardo Parente, presidente da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), na cerimônia oficial de inauguração da empresa em abril de 2017<sup>101</sup>. Eduardo Parente celebrava a parceria de acionistas brasileiros e coreanos na construção de uma empresa transnacional no litoral oeste do Ceará, especificamente, no município de São Gonçalo do Amarante e na região leste de Caucaia.

A costa oeste do Ceará é alvo de intervenções e investimentos públicos e privados oriundos do setor turístico, desde os anos 1990, quando a atividade turística foi adotada pelos governos estaduais como uma estratégia de desenvolvimento. Tais ações beneficiaram, principalmente, o município de Caucaia e transformaram a localidade litorânea do Cumbuco em um lugar de intensa circulação de brasileiros e estrangeiros.

Contudo, recentemente, a localidade do Cumbuco também recebe a influência de outros investimentos na linha desenvolvimentista, mas agora com fins de industrialização. Esses investimentos levaram à construção, em parte de seu território, do Complexo Industrial e Portuário Mário Covas, nome original do CIPP, inaugurado em 2002. O CIPP ocupa uma extensão territorial que não se restringe a zona costeira do Terminal Portuário do Pecém, em São Gonçalo do Amarante, mas adentra ao interior desse município e de Caucaia, em uma área de 13.337 hectares (340 km<sup>2</sup>): 46,75 em São Gonçalo do Amarante e 53,25%, do total, em Caucaia.

É importante destacar que o Terminal Portuário do Pecém e o CIPP são equipamentos diferentes em função, localização e propriedade. O Terminal Portuário ocupa parte da zona costeira com uma estrutura *off shore* no mar

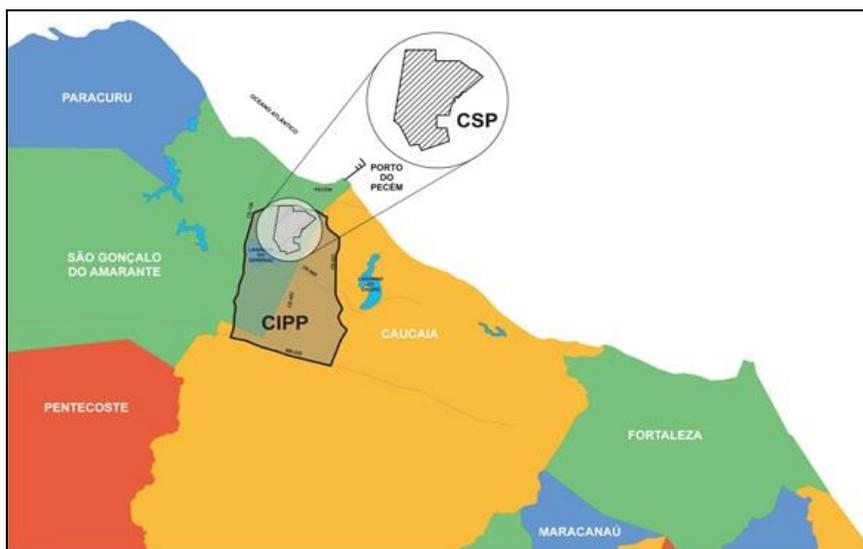
---

<sup>101</sup> CAVALCANTE, I. Uma "mini-Coreia" no Ceará. *O Povo*. Fortaleza, 05 abr. 2017.

territorial, é administrado por órgãos públicos de fisco e pela iniciativa privada e, a partir de 2001, quando o primeiro navio de operação comercial aportou, se tornou o maior centro emissor de frutas, pescados e calçados do país (SANTOS, 2013).

Por sua vez, o CIPP ocupa uma área mais ao interior de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, incluindo outros projetos estruturantes para tal empreendimento: a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) (FIGURA 39), Refinaria de Petróleo Premium II, iniciativas empresariais menores, a construção de adutoras, Ferrovia Transnordestina e rodovias (CEs 421, 156 e 085). O conjunto de equipamentos visa integrar o Ceará e a Costa do Pecém a “malha rodoviária e ferroviária do Nordeste e ao sistema nacional de energia elétrica, por meio de Paulo Afonso e Tucuruí” (SANTOS, 2013, p.78).

Figura 39 – Localização do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP)



Fonte: Notícias Portal CNPq, 15 ago. 2013.

O Plano Diretor do CIPP, ao se referir às implicações causadas por sua construção, apresenta quatro áreas de influência nas escalas macro e microrregional: 1- área de influência direta, que corresponde aos municípios nos quais o CIPP está instalado; 2- área da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), ao descentralizar atividades antes no Porto do Mucuripe e no Parque Industrial de Maracanaú; 3- área de atratividade de mão de obra, a qual engloba o entorno do CIPP e os demais municípios da RMF; 4- e, área da zona

de influência regional que extrapola os limites estaduais, alcançando as regiões Nordeste e Norte.

De acordo com a Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR), a instalação do CIPP levou a uma urbanização acelerada marcada pelo deslocamento de populações por ação indenizatória; pela transformação de algumas localidades antes consideradas vilas e sítios rurais que, agora, ficaram situadas às margens da Rodovia CE-085; e tensões relacionadas à ação reivindicatória do movimento étnico Anacé, cujas terras vêm sendo ocupadas pelo empreendimento, como mostra a pesquisa de Santos (2013).

Ademais, a construção do CIPP tem sido acompanhada pelo crescimento da população migrante com mão de obra especializada em toda a região. Uma parcela considerável de seus trabalhadores é oriunda de uma migração intralocal e interestadual, como a mão de obra que vem dos estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Maranhão e Piauí. E o corpo técnico de engenheiros, em particular, da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), é proveniente das regiões Sudeste e Sul do Brasil e outra parte da Coreia do Sul. Neste país estão as sedes das principais empresas que integram um dos empreendimentos, a CSP.

A Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) é a primeira usina siderúrgica ligada a uma zona portuária do Nordeste brasileiro. Sua composição societária, alterada em 2011, é formada pela Posco (o maior grupo siderúrgico sul-coreano e o terceiro maior do mundo), a Vale (empresa brasileira e uma das maiores mineradoras do mundo) e a Dongkuk Steel (empresa sul-coreana). A participação das empresas sul-coreanas<sup>102</sup> na liderança e a chegada de um corpo técnico especializado desse país aumentaram o número de autorizações concedidas a sul-coreanos para trabalhar no Ceará.

A entrada de capital internacional via alocação de empresas transnacionais tem contribuído para o aumento da imigração de trabalhadores qualificados, os *knowledge workers*: profissionais com alto nível de instrução e

---

<sup>102</sup> Para mais informações sobre a trajetória dos fluxos de investimento estrangeiro da Coreia do Sul, vide Britto, Homsy e Silva Filho (2017).

capacidade de ocupar funções que demandam potencial criativo e econômico (CASTELLS, 1996; DOMENICONI; BAENINGER, 2017). A inserção do Brasil na rota desse tipo de imigração foi percebida no Ceará, no que se refere a imigrantes asiáticos, principalmente oriundos da Coréia do Sul.

A partir de dados do Anuário Migração e Trabalho (2015), do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), sintetizados na tabela abaixo, percebe-se que, entre os imigrantes asiáticos, o número de coreanos com vínculo formal de trabalho aumentou consideravelmente no Ceará (TABELA 3).

Tabela 3 - Imigrantes asiáticos com vínculo formal de trabalho no Ceará

<b>Imigrantes com vínculo formal de trabalho, por nacionalidade, no Ceará, Brasil, entre os anos 2010 e 2014</b>					
<b>Nacionalidade</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>Chinesa</b>	12	18	15	18	18
<b>Indiana</b>	0	1	6	7	5
<b>Paquistanesa</b>	0	0	0	0	0
<b>Japonesa</b>	1	2	3	4	6
<b>Coreana</b>	1	3	74	246	724
<b>Outras Asiáticas</b>	5	10	10	7	6
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>34</b>	<b>108</b>	<b>282</b>	<b>759</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Anuário 2015 (CAVALCANTI *et al*, 2015).

A Tabela 3 mostra que as entradas de imigrantes coreanos com vistos de entrada, incluindo permanentes e temporários, se intensificaram a partir de 2012 e chegaram ao número máximo em 2014. Observando ainda dados de outros continentes no *Anuário 2015*, a Coréia se configura como a principal emissora de imigrantes para o Ceará nos anos de 2013 e 2014, e ultrapassou o número de portugueses, principal grupo migrante com vínculo formal de trabalho no Ceará durante os anos anteriores. No ano de 2013, entraram no estado 246 coreanos e 139 portugueses, e em 2014, foram 724 coreanos e, somente, 161 portugueses.

A intensificação desse movimento migratório de origem coreana ocorreu pela demanda de trabalhadores para a CSP. Inicialmente, a CSP demandou trabalhadores com menor qualificação, inserindo, principalmente,

peças residentes em Fortaleza, São Gonçalo do Amarante e Caucaia, entre esses, poucos moradores nativos do Cumbuco. Em seguida, começou a contratar trabalhadores com qualificações de nível superior que assumissem cargos específicos: gerentes, supervisores e diretores. Esses cargos foram ocupados por trabalhadores residentes em quase todos os estados brasileiros, bem como europeus, americanos e asiáticos, com destaque para os sul-coreanos que ocuparam 700 postos de montagem de equipamentos da siderúrgica em 2014 (TELES; AMORA, 2015).

De modo geral, a CSP demandou, no ano de 2012, 1.200 trabalhadores e, a cada ano, havia um aumento quantitativo e qualitativo. Em 2013, a empresa empregou 9.000 trabalhadores e, em 2014, atingiu o número de 12.000. No início de 2015, a perspectiva é que o número de trabalhadores chegasse a 16.000 (TELES; AMORA, 2015).

Tendo em vista apenas os imigrantes de nacionalidade coreana que entraram no Brasil, nos anos de 2010 e de 2014, os quatro principais grupos ocupacionais que se destacam são de diretores e gerentes, profissionais de ciências e intelectuais, trabalho de apoio administrativo e trabalho na produção de bens e serviços industriais, como mostra a Tabela 4.

Tabela 4 – Imigrantes coreanos com vínculo formal de trabalho, por grupos ocupacionais, no Brasil 2010/2014

<b>Imigrantes coreanos com vínculo formal de trabalho, por principais grupos ocupacionais, no Brasil - anos de 2010 e 2014</b>		
<b>Grupos Ocupacionais</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>
Diretores e Gerentes	138	418
Prof. Ciências e Intelectuais	125	225
Técnicos e Profissionais Nível médio	43	65
Trab. Apoio Administrativo	94	117
Trab. Serviços e Vendedores	27	25
Trab. Qualif. Agro. Caça	1	1
Trab. Prod. Bens e Serv. Industriais	23	76
Ocup. Elementares	2	7
Membros das Forças Armadas	32	1
<b>TOTAL</b>	<b>485</b>	<b>935</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Anuário 2015 (CAVALCANTI *et al*, 2015).

A migração internacional de sul-coreanos para o município de Caucaia, paralela à intervenção do Estado na implantação de projetos industriais e construção de infraestrutura, imprimiu às áreas litorâneas do município uma nova configuração social. Embora o Ceará, nesse contexto, seja considerado mais um destino de trabalho do que turístico para esses migrantes, sobreveio uma dinamização na economia e no *trade turístico* das localidades que receberam essa população migrante de trabalhadores, como foi o caso do Cumbuco.

A chegada de coreanos ao Cumbuco a partir de 2013 é mais um daqueles assuntos que suscitam narrativas entre os moradores nativos, e que “todos têm uma história para contar”, podendo ser considerada um “marco” para a localidade. Os moradores nativos apresentam narrativas de estranhamento em relação à chegada dos coreanos, pois, inicialmente, o que mais lhes chamou à atenção foi a quantidade de anúncios em placas e faixas de imóveis em um idioma que eles desconheciam. Tratava-se de ações do mercado imobiliário com a tentativa de vender e alugar imóveis para essa população, que passou a procurar locais para residir ou alugar no Cumbuco.

A circulação de coreanos pela localidade foi tão intensa que sua presença influenciou sobre as negociações do mercado imobiliário, nos serviços e equipamentos de hospedagem e de gastronomia e, até mesmo, nas organizações religiosas voltadas para esse público. Por isso, as fachadas dos estabelecimentos comerciais e os cardápios locais começaram a incluir caracteres em *hangul*, nome dado ao alfabeto utilizado na língua coreana.

As notícias de jornais sobre esse assunto, a partir do ano de 2013, costumavam destacar a inserção de coreanos na rede de relações que compõe o Cumbuco. Seguem alguns exemplos de manchetes desse período:

*Novo nicho de renda no Cumbuco com coreanos (Diário do Nordeste, 21 mai. 2013)*

*Atraídos por siderúrgica, coreanos invadem praia badalada do Nordeste (Folha, 06 abr. 2014)*

*Coreanos invadem litoral cearense (Tribuna do Ceará, 27 jul. 2015).*

Muitos *knowledge workers* coreanos se deslocaram para o Ceará junto com a família e passaram a comprar imóveis ou alugar casas de veraneio tanto em São Gonçalo do Amarante como no Cumbuco. Enquanto isso, aqueles cujo vínculo era mais curto reservaram meios de hospedagem como pequenas pousadas próximas a Vila de Pescadores, que se tornaram exclusivamente de trabalhadores coreanos.

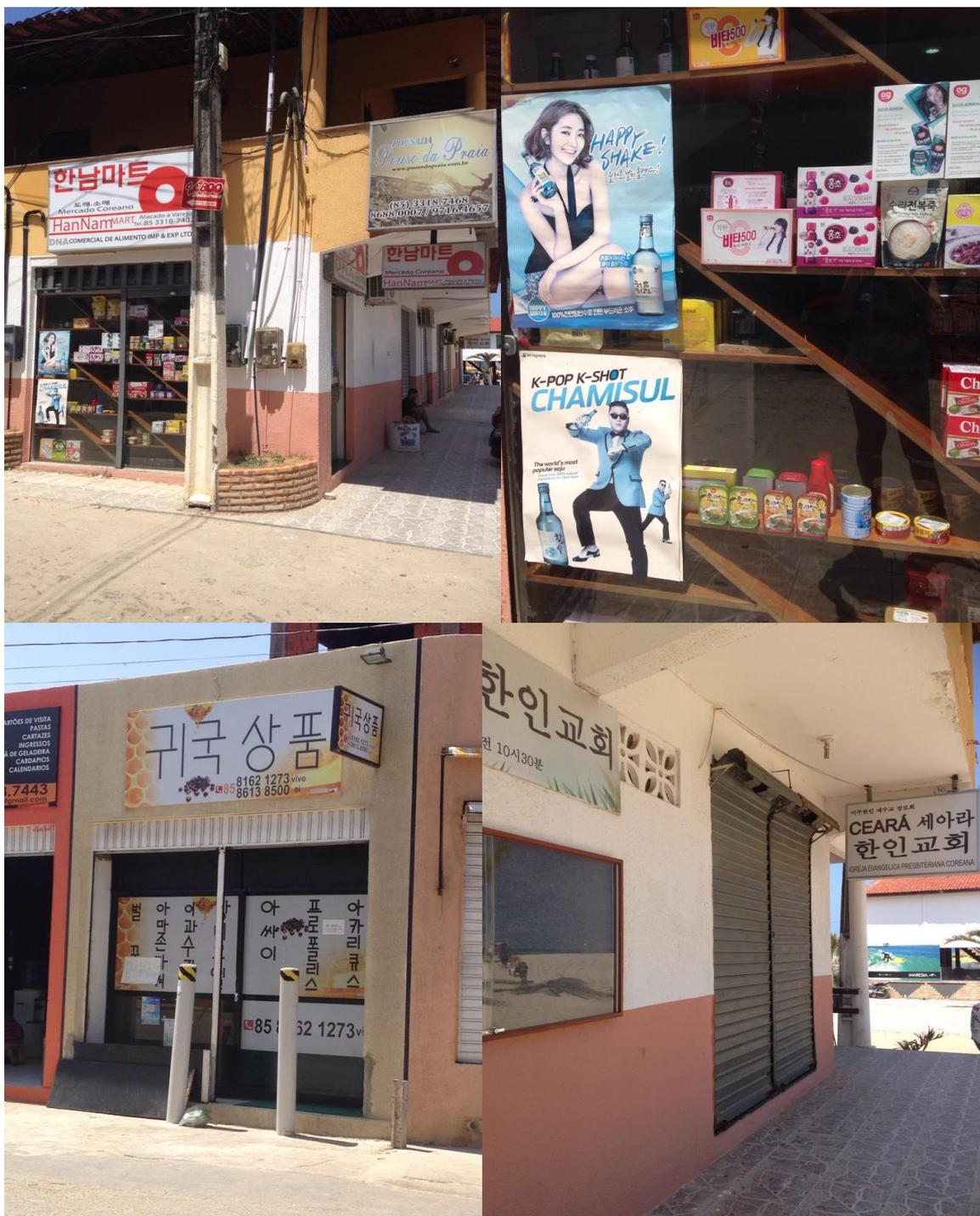
Em contrapartida, alguns coreanos residentes em outros estados do Brasil, como também, coreanos vindos de seu país de origem, acabaram vendo a possibilidade de abrir um negócio, e assim surgem restaurantes, pontos comerciais, bares, pousadas e lojas especializadas para esse tipo de imigrante (FIGURA 40). Nos restaurantes instalados por proprietários coreanos, o trabalho era realizado pela própria família ou, quando contratavam alguém da localidade, era em número bem reduzido.

Os comerciantes coreanos se preocupavam apenas em atender clientes da sua nacionalidade, por isso, não era comum encontrar ambientes como os restaurantes funcionando durante todo o dia. As fachadas e cardápios de alguns desses estabelecimentos também mantinham o alfabeto em *hangul*, e outros acrescentavam o inglês.

Os restaurantes funcionavam principalmente à noite, quando os coreanos voltavam do trabalho da CSP e, após atendê-los, os estabelecimentos eram logo fechados. Apesar da migração de trabalhadores especializados ultrapassar as fronteiras nacionais e possibilitar a formação de translocalidades, novas fronteiras físicas e simbólicas podem ser reproduzidas no lugar de destino.

Durante o dia, a saída dos coreanos pela manhã, por volta das cinco horas, para se deslocarem ao CIPP e o seu retorno no fim da tarde é um assunto recorrente entre os moradores da Vila. Isso porque a empresa fornece ônibus para buscar os funcionários, então a saída e a chegada dos coreanos chamavam à atenção dos moradores, que passaram a designá-los como um “povo trabalhador”.

Figura 40 – Lojas, comércio e igrejas para coreanos no Cumbuco



Fonte: <https://kpapeando.wordpress.com/2014/12/31/coreia-no-cumbuco-versao-2014/>. Acesso em: 10 out. 2018.

Na época foi também organizada, em estabelecimento alugado, uma Igreja Evangélica Presbiteriana cujas reuniões eram realizadas às cinco horas da manhã, costume tradicional entre sul-coreanos membros de igrejas cristãs que se direcionam aos templos nesse horário para orarem pelo seu país de origem.

Enquanto isso, o convívio entre moradores nativos e os novos estrangeiros, agora de origem asiática, não era marcado por tensões ou conflitos, pois os moradores costumavam caracterizá-los como “trabalhadores”, “reservados” e “educados”. Mesmo sem conseguirem se comunicar, os acenos recíprocos de cumprimento e os hábitos religiosos eram suficientes para os nativos reforçarem a estima pelos estrangeiros.

Apesar disso, os moradores não deixaram de reproduzir narrativas de estranhamento ou fantasiosas, como as histórias de que os animais estavam desaparecendo e sendo utilizados pelo “povo do olho puxadinho” em sua culinária exótica, e as brincadeiras jocosas com os coreanos por eles não conseguirem entender o idioma português, nem os constantes “apelidos” proferidos a respeito deles.

Contudo, os moradores nativos passaram a se referir aos coreanos com tom e gestos de repulsa após as denúncias de casas de prostituição que funcionavam no Cumbuco e no Icaraí para atender homens coreanos interessados no comércio sexual. Esse assunto se refere à Operação Oriente<sup>103</sup>, deflagrada pela Polícia Federal em 2016, que encontrou em um estabelecimento 30 mulheres oriundas, em sua maioria, de Manaus e outras cearenses envolvidas na prática do comércio sexual e vários homens coreanos como clientes.

Na época, foram detidas duas pessoas acusadas de rufianismo, ou seja, crime de tirar proveito da prostituição alheia: um homem coreano, responsável pelo funcionamento da casa, e uma mulher cearense, que também tinha uma denúncia de tráfico de pessoas, crime inafiançável. Desde essa época, a maioria das narrativas sobre os coreanos passou a associá-los a práticas de comércio sexual.

Estabelecimentos comerciais de práticas lícitas ou ilícitas, de usos recreativos, educacionais ou sexuais, com usuários de diversas nacionalidades, reforçam o caráter translocal do Cumbuco. Com relação a estabelecimentos educacionais na localidade, no ano de 2015, foi instalada

---

<sup>103</sup> OPERAÇÃO Oriente: PF prende 4 acusados de tráfico de pessoas para fins de prostituição. *O Povo*. Fortaleza, 05 mar. 2016.

uma escola internacional bilíngue, a Sandbox International School, que possui sede em Fortaleza há 20 anos. Essa escola dava certificação em inglês e português para os alunos e atendia muitas crianças coreanas durante o período em que seus pais trabalharam nas empresas transnacionais.

A chegada dos coreanos ao Cumbuco e a infraestrutura comercial e de outros serviços organizada por eles se tornou um fator de *translocalidade*, pois aumentou a circulação de estrangeiros, alterou a fisionomia dos espaços e, ao mesmo tempo, possibilitou a dinamização das atividades turísticas. Muitos turistas nacionais eram atraídos à localidade para conhecer o lugar que era divulgado pelos guias de turismo e imprensa local como uma “colônia de coreanos”.

Em suma, a chegada de trabalhadores especializados com a instalação de empresas transnacionais, a vinda de turistas estrangeiros interessados em praticar e comercializar atividades relacionadas ao *kitesurf* e a construção de empreendimentos turísticos e imobiliários contribuem para a transformação do Cumbuco em uma *translocalidade* e continuam impulsionando processos de mudança que influem sobre o território, as atividades produtivas e a rede de relações sociais.

## 6 CONCLUSÕES

“Ninguém pode entrar duas vezes no mesmo rio, pois quando nele se entra novamente, não se encontra as mesmas águas, e o próprio ser já se modificou”, essa foi a forma que o filósofo pré-socrático Heráclito encontrou para dizer que “tudo flui”, “tudo se move” e a única coisa que não pode mudar é o próprio movimento. Desta forma, compreende-se que a mudança é um processo inerente à vida em sociedade, ela possibilitou o surgimento das ciências, perpassou populações, marcou de formas diversas as experiências vividas dos interlocutores desta investigação, alcançou este pesquisador e, inclusive, você leitor desta tese. Nós não somos mais os mesmos, as águas mudam, nós também.

O processo de pesquisa na localidade litorânea do Cumbuco foi como vários mergulhos dado em um rio cujas águas continuam mudando. Nesse processo, percebi que as mudanças não são, muitas vezes, perceptíveis, elas podem ocorrer de forma sutil e silenciosa, assim, quando se percebe, a realidade observada já mudou. Contudo, aqueles que se colocam para observar ou narrar as mudanças, suas ou as dos outros, costumam constituir “marcos” como uma forma de expressá-las.

Os “marcos” são acontecimentos, pessoas ou lugares que se constituem como referências simbólicas e demarcam um antes e um depois, suscitam narrativas sobre o passado e o futuro. Eles são a forma dos indivíduos enquadrarem e articularem suas experiências, possibilitando-lhes mostrar como os fenômenos a sua volta são recebidos pela consciência.

O conceito de mudança também apresenta algumas dificuldades para ser apreendido completamente, pois, por um lado, os indivíduos podem censurar, reprimir ou, às vezes, nem estar tão conscientes ou serem capazes de articular o que foi experienciado (BRUNER, 1986). No caso de pescadores artesanais, por exemplo, o fato da pesca ser uma atividade prática, um saber transmitido de forma tradicional, muitos jangadeiros não costumam explicá-la como funciona de forma efetiva (ABREU, 2012).

Por outro lado, falar da mudança é um exercício de objetivar o que se impõe como dado natural, de dar expressão formal a algo que pode ser experienciado pelos outros. No Cumbuco, por exemplo, os moradores nativos passaram a realizar este exercício desde o dia em que a chegada de indivíduos “de fora” os impulsionou a se apropriarem da ideia de receber visitantes e se tornarem narradores do lugar.

Deste modo, tratar da mudança em lugares turísticos marcados pela presença de populações tradicionais de pescadores pode apresentar dificuldades dos dois lados: enquanto uns não objetivam as experiências que se impõem como dado natural, outros reproduzem narrativas padronizadas relativas à localidade, aquele tipo de narrativa que visa ir de encontro às expectativas do turista produzidas ainda no seu lugar de origem (KRIPPENDORF, 2009).

Diante disso, a saída é tecer reflexões a partir de ações, sentimentos e narrativas compartilhados na convivência ou na aproximação com os interlocutores. Além disso, é importante identificar os “marcos” da mudança para os indivíduos e investigar como eles pensam e agem a respeito daquilo que se tornou um referencial simbólico. Foi assim que consegui escrever esta tese sobre os processos de mudança na localidade litorânea do Cumbuco, a partir dos “marcos” compartilhados pelos moradores nativos e de aproximações constantes com os interlocutores.

Realizar um estudo sociológico sobre mudança no contexto de intervenções turísticas foi também tentar escapar de literaturas normativas e avaliadoras assentadas em “benefícios” e “prejuízos”, de concepções presentes nas políticas públicas que associam o turismo a vantagens econômicas e, também, daquelas que o compreendem como um fenômeno que produz perda e destruição. Essas literaturas costumam atribuir à mudança um único sentido, apresentam a ideia de uma causa dominante, defendendo modelos privilegiados e exclusivos.

Com a tentativa de se desvencilhar dessas concepções, esta tese procurou se aproximar de noções êmicas e mostrar como os indivíduos pensam e agem a respeito das práticas de mobilidade e intervenções que eles

mesmos designam como turísticas. Desta forma, percebi que, na perspectiva das populações de pescadores do Cumbuco, o turismo era associado à chegada de indivíduos considerados “de fora”, sejam brasileiros ou estrangeiros, e a um tipo de circulação que impulsiona a construção de estabelecimentos comerciais e equipamentos voltados para as práticas de lazer e viagens de visitantes.

Essa concepção êmica possibilita visualizar que, ao invés da existência de apenas dois tipos de indivíduos, as populações nativas e os turistas “de fora”, existem outros agentes que comercializam, promovem e se colocam como mediadores da atividade turística. Tais agentes formam a rede designada como *trade turístico* e oferecem serviços para hospedar, acolher os visitantes e promover o turismo por meio de práticas socioculturais.

O *trade* não é formado apenas por indivíduos “de fora”, mas também por pessoas da própria localidade que se inserem de diversas formas nos seus serviços e atividades. A inserção no *trade*, seja em atividades do “circuito superior” ou do “circuito inferior” da economia (SANTOS, 2008), possibilita aos indivíduos participarem da circulação de dinheiro impulsionada pelas atividades turísticas. Nesse contexto, para os moradores nativos, a possibilidade de participar ou não da circulação de dinheiro em atividades promovidas por pessoas de “fora” dá o tom das relações sociais entre internos e externos.

Ao mesmo tempo, a relação com os “de fora” possibilitou aos moradores nativos definirem um calendário de eventos religiosos e recreativos que reforçam a sua tradicionalidade. No contexto do turismo, práticas tradicionais de trabalho ou de cunho religioso e recreativo são ressignificadas e passam a compor o rol de atividade e eventos considerados atrativos para os visitantes.

Desta forma, percebi que as inter-relações entre populações nativas e *trade turístico* não podem ser analisadas apenas como processos concorrentes, ou de disputa, mas, também, como fenômenos “compósitos”, nos quais os diversos atores podem acabar contribuindo para dar um contorno as suas próprias práticas socioculturais. Isto mostra que os indivíduos ocupam espaços ou assumem responsabilidades que estão vinculados a outros

sujeitos, estando assim ligados uns aos outros por laços de “dependência recíproca” (ELIAS, 2001; SIMMEL, 1983).

As relações de interdependência entre os diversos segmentos presentes no Cumbuco levam a uma configuração que interfere nas suas práticas sociais, de forma que os agentes sociais não são absolutamente autônomos nem socialmente determinados em suas decisões. Nessas configurações, o relativo “equilíbrio de tensões” entre as relações mútuas contribui para sua reprodução, porém, são as alterações na rede de relações que levam a processos de reconfiguração social (ELIAS, 2001).

Desta forma, é possível afirmar que as mudanças no Cumbuco ocorreram por meio de processos de alteração nas relações de interdependência que levaram a localidade a apresentar diferentes configurações sociais: o “Cumbuco Velho”, a “Vila de Pescadores”, o “destino turístico” e a “translocalidade”. Cada configuração é formada por “relações recíprocas” que interferem no modo de vida dos sujeitos, ora com limites, ora com possibilidades.

No Cumbuco, as relações de interdependência das configurações sociais se formaram a partir da circulação de pessoas, bens, capital e informações, de forma que seus moradores passaram a organizar a vida social em torno dos fluxos de visitantes. Assim, os moradores do Cumbuco constituíram diferentes formas de pertencimento em sua relação com o território, com designações atribuídas a si mesmos como “morador nativo” e “cumbuqueiro”.

No que se refere às atividades produtivas, houve uma relação de complementaridade entre aquelas consideradas tradicionais e as turísticas, com a redefinição dos sentidos e significados dados, por exemplo, aos instrumentos de trabalho como a jangada. O encontro propiciado pela visita de turistas levou as populações nativas a estabelecerem múltiplas relações entre internos e externos, cujas designações que mais prevaleceram eram chamadas de forma êmica como “ajuda” ou “interesse”.

A localidade litorânea do Cumbuco mostra que os fluxos e os movimentos humanos criam lugares que orientam os sentidos daqueles que o habitam e se tornam princípio de inteligibilidade para quem os observa. Ademais, a caracterização do Cumbuco como *translocalidade* reafirma as palavras de Appadurai (1997, p.35) ao dizer que: “tornou-se notável como, no mundo em que vivemos, o movimento humano costuma ser decisivo na vida social, e não algo excepcional”.

Outras contribuições que emergiram a partir de cada mergulho dado no *locus* empírico desta pesquisa podem ser pontuadas da seguinte forma:

- 1- A metodologia proposta neste trabalho possibilitou se distanciar das concepções acerca do turismo presentes nos projetos de intervenção e desenvolvimento econômico e, por sua vez, se aproximar de práticas, usos, trajetos, apropriações e incorporações que produzem lugares, sentidos de pertencimento e afetos compartilhados por populações residentes em lugares turísticos. Nesse sentido, o turismo não é abordado como objeto dado de antemão, mas um fenômeno construído pela relação de múltiplas experiências de moradores, turistas, agentes do *trade*, investidores, dentre outros.
- 2- O estudo do processo de ocupação e formação do núcleo habitacional da localidade do Cumbuco permitiu mostrar que a designação “território do vazio”, elaborada pelo historiador francês Alain Corbin (1989) e utilizada para se referir ao período anterior à emergência dos desejos de estar à beira-mar, não contempla a territorialização de comunidades litorâneas de descendentes indígenas que já ocupavam as costas brasileiras e praticavam a pesca, antes mesmo do período colonial e apesar dos contos de assombrações no mar.
- 3- A análise dos processos de mudança, mobilidade e fixação de moradia dessa localidade possibilitou a desconstrução da ideia de que os lugares possuem uma vocação natural para o turismo. Por sua vez, mostrou que a realidade turística é marcada por processos de construção e negociação entre diversos agentes que realizam investimentos e

mobilizam aspectos simbólicos e infraestruturais na construção de lugares turísticos.

- 4- A transformação do Cumbuco possibilitou mostrar que os “destinos turísticos” não são apenas lugares sujeitos a “impactos” produzidos por forças externas, nem constituídos por um aglomerado de serviços de hospedagem, transporte e agenciamento, mas são espaços dinâmicos produzidos e reproduzidos pelas narrativas, práticas e significados de diversos agentes sociais envolvidos.
- 5- A circulação de pessoas, bens, capital e informações propiciada pelo turismo leva à formação do *trade*, isto é, de uma rede de agentes que promovem e comercializam a atividade por meio de práticas socioculturais. O *trade* é formado também por serviços e equipamentos que criam arranjos específicos com infraestrutura que conferem concretude aos fluxos de visitantes.
- 6- O processo de criação de ambiência para abrigar práticas turísticas designado por Benevides (2007) como *turistificação* se realiza a partir da territorialização de atividades, serviços e equipamentos do *trade turístico*. Contudo, a distribuição das práticas a serem valorizadas e a fazerem parte do “olhar do turista” pode ocorrer de forma desigual no território, contribuindo para o que designei como *turistificação seletiva*. Esse fato foi identificado a partir da análise de fontes secundárias, como o inventário turístico municipal, que pode se tornar instrumento para outras pesquisas.
- 7- Novas formas de pertencimento derivaram da relação das populações tradicionais de pescadores com a atividade turística, pois a chegada dos “estrangeiros” levou os moradores a se reconhecerem como nativos e, assim, tornarem-se narradores de histórias do lugar. Posteriormente, a mobilidade residencial impulsionada pela mercantilização do espaço levou os, então, moradores nativos a se deslocarem para outras localidades, como o Parázinho. Esse processo de deslocamento foi

acompanhado de novas formas de se perceber e se designar. A categoria êmica “cumbuqueiro” se tornou uma forma de mostrar que, apesar de não residirem mais no lugar de origem, os indivíduos permanecem vinculados ao lugar.

- 8- A inter-relação entre populações de pescadores artesanais e atividade turística mostrou que o turismo é um fenômeno multidirecional na percepção dos agrupamentos tradicionais: alguns associam o turismo à “perda da paz”, enquanto outros celebram a participação na circulação de dinheiro oriunda do fluxo de visitantes. Mas também, entre estes últimos, podem existir aqueles que apresentam sinais de mau humor e veem os turistas como um mal necessário: “mal, porque sua presença incomoda. Necessário, porque seu dinheiro faz falta”, como mostrou Santos (2009, p.127). Todavia, entre os moradores nativos do Cumbuco, a ideia de “mal necessário” não está relacionada aos turistas, mas àqueles indivíduos “de fora” que fazem parte do *trade turístico* e não possibilitam aos moradores participarem da circulação de dinheiro na localidade. Nas palavras de um morador, o “mal” é “o pessoal ‘de fora’ que quer comercializar o que é nosso”, e o “necessário” é porque “os donos dos equipamentos de turismo têm a estrutura, e os moradores se aproveitam dela para oferecer seus trabalhos também”. Diante disto, é possível inferir que as populações tradicionais de pescadores não procuram suprimir a atividade turística em seu todo, mas descobrir outras formas de praticá-la e participar dos seus rendimentos.
- 9- Ademais, a investigação da permanência de pescadores artesanais em áreas de expansão do turismo, da forma como ocorreu no Cumbuco, se associa a interpretações que estão na contramão daquelas que entendem o encontro das culturas tradicionais e culturas capitalistas como extinção dos modos de vida e perda de características consideradas autênticas das comunidades. Por sua vez, os processos de mudança em comunidades tradicionais mostram que as culturas estão em processo de transformação e não de extinção (SAHLINS, 1990; LIFSCHITZ, 2011).

10- O conhecimento produzido nesta tese sobre populações de pescadores artesanais que vivem em áreas de expansão do turismo fornece subsídios para a valorização de suas práticas culturais tradicionais e a proteção dos seus direitos de realizar a pesca artesanal e residir próximos ao mar, pois os pescadores constituem o agrupamento populacional menos protegido pelos dispositivos legais quando se trata dos direitos das populações tradicionais (SANTANA; OLIVEIRA, 2008; RODRIGUES; SANTOS, 2012).

Enfim, a experiência das famílias de pescadores artesanais do Cumbuco com a atividade turística mostrou que qualificar um lugar como “destino turístico” produz intercâmbios entre os interesses do desenvolvimento local e global e as expectativas tanto das populações residentes (sejam consideradas tradicionais ou não), bem como dos próprios turistas. Ademais, esta pesquisa mostrou que a criação de lugares turísticos é um fenômeno cujos contornos estão sempre em movimento e, por isso, deve ser analisado como diferentes configurações sociais que envolvem aspectos infraestruturais e simbólicos.

Desta forma, ao encerrar esta tese, tenho a sensação de sair de um mergulho dado em um rio, cujas águas continuam mudando, e eu espero não ser mais o mesmo.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Berenice. **Jangadeiros**: Uma corajosa jornada em busca de direitos do Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- AGIER, Michel. **Encontros etnográficos**: interação, contexto, comparação. São Paulo: Unesp, 2015.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- APPADURAI, A. Soberania sem territorialidade: Notas para uma geografia pós-nacional. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.49, p.33-46, 1997.
- ARAGÃO, Raimundo F. **Das práticas marítimas modernas à elaboração da imagem turística de Fortaleza/Ceará**. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- ARAÚJO, Enos. As políticas públicas e o turismo litorâneo no Ceará: o papel da Região Metropolitana de Fortaleza. **Sociedade e Território**, Natal, v.23, nº 2, p.57-73, jul./dez. 2011.
- ARAÚJO, Enos; PEREIRA, Alexandre. O turismo e valorização do litoral metropolitano: espacialidade turística em Caucaia-CE. **Raega**: Espaço geográfico em análise, Curitiba, n.21, p.78-104, 2011.
- ARAÚJO, Enos; PEREIRA, Alexandre; PAULA, Edson. Turismo litorâneo na metrópole cearense: o caso de Caucaia, Ceará, Brasil. **Conexões, Ciência e Tecnologia**, Fortaleza, v.4, n.1, p.72-81, nov. 2010.
- ARRILLAGA, J. **Introdução ao estudo do turismo**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL BNB. **Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE I** (primeira fase). Relatório Final do Projeto, 2005.
- BARREIRA, Irllys. **A cidade como narrativa**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013.
- \_\_\_\_\_. Os guias turísticos de Berlim. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.17, n.1, junho de 2005. p. 299-320.
- \_\_\_\_\_. Preservar a cidade: o centro como patrimônio cultural. In: AGUIAR, Odílio Alves; BATISTA, José Elcio; PINHEIRO, Joceny. (Orgs.). **Olhares contemporâneos**: cenas do mundo em discussão na universidade. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

BARRETTO, Margarita. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 15-29, 2003.

\_\_\_\_\_. Os estudos antropológicos sobre turismo no Brasil: uma história recente. *In*: GRABURN, Nelson *et al.* (Org.). **Turismo e Antropologia**: novas abordagens. Campinas: Papyrus, 2009.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Turismo**: discussões contemporâneas. Campinas: Papyrus, 2012.

\_\_\_\_\_. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 20. ed. Campinas: Papyrus, 2014.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BECKER, Bertha. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, vol.1, n.1, 2001.

BELMIRO, Sílvia. **Sinta na pele esta magia**: a propaganda turística do Ceará (1987-1994). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2018.

BENEVIDES, Irleno. O amálgama componente dos destinos turísticos como construção viabilizadora dessa prática sócio-espacial. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n.21, p.85-101, 2007.

\_\_\_\_\_. **Turismo e Prodetur**: dimensões e olhares em parcerias. Fortaleza: Editora UFC, 1998.

BENI, Mário Carlos. **Política e estratégia do desenvolvimento regional**: planejamento integrado e sustentável do turismo. *Turismo em Análise*, São Paulo, n.10, v.1, p.7-17, mai. 1999.

BENJAMIN, Walter. O narrador, considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: \_\_\_\_\_. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Queros, 1983.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2004. (Mudança social, p.380-386)

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003/2007**: diretrizes, metas e programas, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo, 2007/2010**: uma viagem de inclusão. Ministério do Turismo, 2007.

\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Sol e Praia**: orientações básicas. Brasília, 2010a.

\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Turismo de Aventura**: orientações básicas. Brasília, 2010b.

\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013/ 2016**: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil, 2013.

\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRITTO, M.; HOMSY, G.; SILVA FILHO, E. **Análise da trajetória recente do investimento estrangeiro direto *greenfield* da Coreia do Sul no Brasil**. Boletim de Economia e Política Internacional, n.23, mai./ago. 2017.

BRUNER, Edward M. Experience and Its Expressions. In: TURNER, V.; BRUNER, E. **The Anthropology of Experience**. Chicago: University of Illinois Press, 1986.

CAIAFA, Janice. **Aventura das cidades**: ensaios e etnografias. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

CALETRÍO, Javier. “De veraneo em la playa”: pertencimento e o familiar no turismo de massa no Mediterrâneo. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, v.24, nº 47, p.119-140, jan./jun. 2011.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos. **Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política**. Campinas: Pontes; Fortaleza: UFC, 1999.

\_\_\_\_. Imagem marca e continuísmo político: a era Tasso no Ceará. In: AGUIAR, Odílio A.; BATISTA, José Elcio; PINHEIRO, Joceny (Org.). **Olhares contemporâneos**: cenas do mundo em discussão na universidade. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

CARTILHA COLÔNIA DE PESCADORES. **Cartilha Colônia de Pescadores**, Santarém, Baixo Amazonas, julho de 2004. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/zezinhocoimbra/cartilha-colnia-de-pescadores>. Acesso em: 13 jul. 2018.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Jangadeiros**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1957.

CASTELLS, M. The Rise of Network Society. In: \_\_\_\_\_. **The Information Age**: economy, society, and culture. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

CASTRO, Celso. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In: VELHO, Gilberto (org.). **Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CAVALCANTE, Eider. **Modernização seletiva do litoral: conflitos, mudanças e permanências na localidade do Cumbuco (CE)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

CAVALCANTI, L.; *et al.* A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. **Anuário 2015**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2015.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 18. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

CHAGAS, Edson. **Guia de Turismo: teoria e técnicas profissionais**. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2010.

COBRAPE, Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos. **Ceará adota modelo pioneiro de planejamento de turismo**. Notícias, 27 set. 2012. Disponível em: [http://www.cobrape.com.br/det\\_noticia.php?id=158](http://www.cobrape.com.br/det_noticia.php?id=158). Acesso em: 20 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Sete projetos executivos de destinos turísticos do Ceará estão em fase final de elaboração**. Notícias, 28 mar. 2014. Disponível em: [http://www.cobrape.com.br/det\\_noticia.php?id=185](http://www.cobrape.com.br/det_noticia.php?id=185). Acesso em: 20 jun. 2018.

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CONSTRUTORA CUMBUCO LTDA. **História resumida do Cumbuco**. Fortaleza, 1997.

CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORIOLOANO, Luzia. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. Turismo e meio ambiente: interfaces e perspectivas. *In: O turismo e a relação sociedade e natureza: realidades, conflitos e resistências*. Fortaleza: EdUECE, 2014.

CRUZ, Rita de Cássia. **Geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, M (Org.). **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 277-299.

CUNHA, Gabriela. **Urbanização litorânea e planejamento na metrópole**: a produção do espaço urbano de Fortaleza. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter uma *anthropological blues*. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DANTAS, Eustógio. Construção da imagem turística de Fortaleza/Ceará. **Mercator: Revista de Geografia da UFC**, ano 1, n. 1, 2002.

\_\_\_\_\_. **Maritimidade nos trópicos**: por uma geografia do litoral. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

\_\_\_\_\_. **Mar à vista**: Estudos da Maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

\_\_\_\_\_. Antecedentes do turismo no Nordeste. In: DANTAS, Eustógio *et al.* **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

\_\_\_\_\_. De resignificação das cidades litorâneas à metropolização turística. In: COSTA, Maria Clélia; PEQUENO, Renato (editores). **Fortaleza**: Transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015.

DANTAS, E.; PANIZZA, A.; PEREIRA, A.. Vilegiatura marítima no nordeste brasileiro. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/302.htm>. Acesso em: 20 jul. 2018.

DIAS NETO, J. C. **Quanto custa ser pescador artesanal?** Etnografia, relato e comparação entre dois povoados pesqueiros no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

DIEGUES, Antonio. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB, Universidade São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. **Povos e mares**: leituras em sócio-antropologia marítima. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

\_\_\_\_\_. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, v.3, n.2, p.361-375, 1999.

\_\_\_\_\_ *et al.* **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1999.

\_\_\_\_\_. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DOMENICONI, J.; BAENINGER, R. A dinâmica da migração internacional qualificada para o estado de São Paulo no século XXI: os espaços da migração dos “trabalhadores do conhecimento”. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v.19, nº 40, p.749-775, set./dez. 2017.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FONTELLES FILHO, A. A. Biologia pesqueira e dinâmica populacional da lagosta *panulirus laevicauda* (latreille), no Nordeste setentrional do Brasil. **Arq. Ciên. Mar**, Fortaleza, n.19, v.1/2, p.1-43, 1979.

\_\_\_\_\_. Sinopse de informações sobre a cavala *Scomberomorus Cavalla* (cuvier) e a serra, *Scomberomorus Brasiliensis collette*, russo & Zavala- Camin (pisces: scombridae) no estado do Ceará, Brasil. **Arq. Ciên. Mar**, Fortaleza, n.27, p.21-48, 1988.

FRANKLIN, A.; CRANG, M. The Trouble with Tourism and Travel Theory? **Tourist Studies**, v.1, n.1, p.5-22, 2001.

FREITAS, H. **Caucaia no Tempo do Soure**. Fortaleza: Premius, 2015. (Vol. I).

\_\_\_\_\_. **Caucaia no Tempo do Soure**. Fortaleza: Premius, 2016. (Vol. II)

FUINI, Lucas. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia, Ensino & Pesquisa**. Santa Maria, v. 21, n.1, 2017. p. 19-29.

GAGLIARDI, Clarissa. Turismo e cidade. *In*: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio (Orgs.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Edições Almedina AS, 2009.

GARCIA, Fabiano. As transformações de uma cidade: a ‘vilota rude’ que se tornou “Administração Municipal Modelo”: o caso de Lages/SC. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v.11, n.1, p.8-33, 2017.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Schwarcz, 1990.

GIRÃO, Raimundo. **A Abolição no Ceará**. 4 ed. Fortaleza, 1988.

\_\_\_\_. **A Cidade do Pajeú**. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1982.

GODELIER, M. **L'idéal et el matériel**. Paris: Fayard, 1984.

GONÇALVES, J. Meio ambiente no jornal O Povo: de 1976 a 1997. **XXX Congresso Brasileiro de Ciências de Comunicação**, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1320-1.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2013.

GONDIM, Linda. Os “governos das mudanças” no Ceará: um populismo weberiano? In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 19, 1995, Caxambu. **Anais do 19º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu: ANPOCS, 1995.

GOODE, William; HATT, Paul; BORI, Carolina. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1960.

GRABURN, Nelson. Antropologia ou antropologias do turismo? In: \_\_\_\_ *et al.* (Org.). **Turismo e Antropologia**: novas abordagens. Campinas: Papirus, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de Exclusão. In: Iná de Castro; Roberto Lobato Corrêa; Paulo César Gomes (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.165-205.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Etc...**, n. 2(4), v.1, 2007, p.39-52.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 24º ed. São Paulo: Loyola, 2013.

HOBSBAWM, E. J.; RANGER, T. O. **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, F. **Orson Welles no Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ IFCE. **Inventário Turístico de Caucaia**. Fortaleza: Laboratório de Políticas Públicas de Turismo, LABPPTUR, 2016.

JACQUES, Paola Berenstein. Cenografias e Corpografias Urbanas: espetáculo e experiência na cidade contemporânea. **Revista Continuum**. São Paulo: Itaú Cultural, nº 5, p.47-57, 2008.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. (Mudança social, p.55)

KNAFOU, Rémy. Turismo e Território. Para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, A. (Org.). **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: HUCITEC, 1996.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3 ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LEAL, Vinicius Barros. **Os jesuítas no Ceará**. 1991 [texto online]. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1991/1991-OsJesuitasnoCeara.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2018.

LIFSCHITZ, Javier. **Comunidades tradicionais e neocomunidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

LIMA, Barbara Kelly Silva. **Paisagem**: fonte de exploração do turismo – Praia do Cumbuco/CE. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

LIMA, Josael Jairo Santos. **Turismo sustentável, alternativa de desenvolvimento local e conservação ambiental**: uma análise interdisciplinar do PRODETUR-CE. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

LIMA, Maria do Céu. Pescadoras e pescadores artesanais no Ceará: modo de vida, confronto e horizontes. **Mercator**, Revista de Geografia da UFC, v.5, n.10, p.39-54, 2006.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, ano 12, n.25, jan./jun. 2006.

LOPES, Francisco Willams Ribeiro. **A “requalificação” do patrimônio**: intervenções, estratégias e práticas na Praça dos Mártires (Passeio Público) de Fortaleza. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

LOPEZ, Àngeles; MARÍN, Gustavo. Turismo, capitalismo y producción de lo exótico: una perspectiva crítica para el estudio de la mercantilización del espacio y la cultura. **Relaciones**. 123, vol. XXXI, p. 219-258, 2010.

LUCHIARI, Maria Tereza. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. **Asociación Canária de Antropología**, n.4, 1998. Disponível em: <<http://www.antropologiasocial.org/contenidos/publicaciones/otautores/fortcon.pdf>>. Acesso em: 02 set 2013.

MACIEL, Wellington. **O Aeroporto e a Cidade**: usos e significados do espaço urbano na Fortaleza turística. Fortaleza: UECE, 2010.

MAGNANI, J.G.C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: Magnani, J. G. C.; TORRES, L. L. (Orgs.) **Na Metrópole**: textos de Antropologia Urbana. EDUSP: São Paulo, 1996.

- MAPEAMENTO CULTURAL DE CAUCAIA. **Mapeamento Cultural 2006**. Arquivo da Escola Helena de Aguiar Dias. Caucaia, Prefeitura Municipal de Caucaia, 2006.
- MARTINS FILHO, A; GIRÃO, R. **Ceará**. 3 ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.
- MIRANDA, O. (Org.). **Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Edusp, 1995.
- MORAIS, Lúcia de Fátima S. **Para onde sopram os ventos do Cumbuco?** Impactos do turismo no litoral de Caucaia, Ceará. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.
- MORAES, S. C. **Colônias de pescadores e a luta pela cidadania**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 10, 2001.
- MOWFORTH, Martin; CHARLTON, Clive; MUNT, Ian. **Tourism and responsibility: perspectives from Latin America and the Caribbean**. New York: Routledge, 2008.
- MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). **Glossário do Turismo**: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos. Brasília: Ministério do Turismo, 2018.
- NASH, Dennison. **Anthropology of Tourism**. Oxford: Pergamon Press, 2001.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introducción al turismo**. Madrid: OMT, 1998.
- PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. 2 ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 2003.
- PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo**. São Paulo: Editora brasiliense, 2013 (Coleção Primeiros Passos).
- PEREIRA, Alexandre. **A urbanização vai à praia**: contribuições da vilegiatura à metropolização no Nordeste do Brasil. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- \_\_\_\_\_. Por uma teoria da condição urbana da vilegiatura marítima. In: **Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano**, 2010. Natal, v.1, p.1-17, 2010.
- PEREIRA, A.; DANTAS, E.; GOMES, I. **Lazer na praia**: segunda residência e imobiliário turístico no Nordeste. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016.
- PIMENTEL, C. **Rezadeiras**: uma fé popular. OPSIS, v.7, nº 8, jan./jun. 2007.

- PINHO, Elizabeth Magalhães Martins. **A atuação do Capital imobiliário em um distrito pequeno Cearense**. Monografia (Graduação em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1981.
- POMPEU SOBRINHO, Thomaz. O homem do Nordeste. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo LI. Fortaleza, 1937.
- PONTES, Mirtes. **A cidade dos clubes**: modernidade e “glamour” na Fortaleza 1950-1970. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005a.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA. **Caucaia 2014**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <willams-ribeiro@hotmail.com> em 02 jul. 2015b.
- \_\_\_\_\_. **Apresentação Valorização de destinos turísticos: perspectivas Vila do Cumbuco**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <willams-ribeiro@hotmail.com> em 02 jul. 2015.
- PRODETUR NACIONAL. **Modelo de Termo de Referência para Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS**. 2010. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/images/pdf/Termo\\_Referencia\\_PDITS.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/pdf/Termo_Referencia_PDITS.pdf). Acesso em: 23 jan. 2015.
- REJOWSKI, Mirian. **Turismo no Percurso do Tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.
- ROBISON, Mike. Cultural conflicts in tourism. Inevitability and inequality”. In: ROBISON, M.; BONIFACE, P. (Orgs.). **Tourism and cultural conflicts**. Wallingford: CAB Internacional, 1999. p.129-159.
- ROCHE, Daniel. **Humeurs vagabondes, de la circulation des hommes et de l'utilité des voyages**. Paris: Fayard, 2003.
- RODRIGUES, Lea; SANTOS, Potyguara. Populações tradicionais, turismo e conflitos territoriais: estudo etnográfico em Tatajuba, Ceará. **Caderno do LEME**, vol.4, n.1, p.67-93, jan./jun. 2012.
- RODRIGUES, Lea Carvalho. Diretrizes da Política Nacional de Turismo e subsídios para sua avaliação. **Revista Gestão Pública**: Práticas e Desafios, Recife, v. 2, n.3, jun. 2011.
- \_\_\_\_\_. Turismo como estratégia de desenvolvimento na América Latina: dilemas e perspectivas de um modelo excludente. In: CARVALHO, Alba (Org.). **Brasil e América Latina**: percursos e dilemas de uma integração. Fortaleza: UFC, 2014.
- \_\_\_\_\_. Turismo em espaços urbanos: processos de turistificação no Nordeste brasileiro e no Caribe Mexicano. *Revista Iberoamericana de Turismo*. Penedo, v. 5, Número Especial, p.81-104, 2015a.

\_\_\_\_\_. O debate internacional sobre turismo, nas ciências sociais: subsídios às discussões sobre o tema. *In*: GONÇALVES, Alicia; RODRIGUES, Lea (Orgs.). **Políticas de turismo, ambiente e desenvolvimento**. João Pessoa: Editora UFPB, 2015b.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SANTANA, Agustín. **Antropologia do turismo**: analogias, encontros e relações. São Paulo: Aleph, 2009.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2<sup>o</sup> ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Potyguara. **Reelaboração étnica e novas redes de desenvolvimento no Nordeste brasileiro**: a etnogênese Anacé e os projetos de grande escala da Costa do Pecém (CE). 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SANTOS, Rafael. Hibridação cultural e turismo. *In*: GRABURN, Nelson *et al.* (Org.). **Turismo e Antropologia**: novas abordagens. Campinas: Papyrus, 2009.

SARANIEMI, S.; KYLANEN, M. Problematizing the concept of tourism destination: An analysis of different theoretical approaches. **Journal of travel research**, v. XX, nº X, p.1-11, 2010.

SECRETARIA DE TURISMO DO CEARÁ (SETUR). **Indicadores Turísticos 2010/2016**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, set. 2017.

SILVA, Igor. Rasurando guias e cartões postais: notas sobre uma experiência *couchsurfing* em Fortaleza-CE. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 5, p. 79-90, 2015.

SILVA, Isabelle Braz. **Vilas de índios no Ceará Grande**: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SILVA, José Borzacchiello. **Nas trilhas da cidade**. 2 ed. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

SILVA, Ligia. **A vila do Estevão e a dinâmica do turismo em Canoa Quebrada, Aracati (Ceará)**: cultura, território e atividades econômicas. 2013. Tese (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2013.

SILVA, Marília N. F. Empreendimentos Turísticos Imobiliários no litoral metropolitano de Fortaleza. *In*: PEREIRA, A. *et al.* **Maritimidade na Metrópole**: estudos sobre Fortaleza-CE. Fortaleza: Liro Editora Livre, 2013.

SILVEIRA, Bruno. **O morar permanente na praia**: moradia e vilegiatura na localidade praiana do Icaraí – CE. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SILVEIRA, Emerson. **Por uma sociologia do turismo**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, E. (org.), **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983

\_\_\_\_\_. A metrópole e a vida do espírito. In: FORTUNA, Carlos (Org.). **Cidade, cultura e globalização**: ensaios de Sociologia. Oeiras: Celta, 2001.

\_\_\_\_\_. **Questões fundamentais da Sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zarah, 2006.

SOUSA BRASIL, Thomaz Pompeu. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. (Coleção Biblioteca Básica Cearense).

SOUSA, P.; MATIAS, E.; SELVA, V. Do turismo residencial aos completos turísticos imobiliários: a apropriação da zona costeira de Nordeste brasileiro pela atividade turística imobiliária. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. XIX, nº 3, p.177-198, jul./set. 2016.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo; CORRÊA, Roberto (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TELES, G.; AMORA, Z. Mobilidade da força de trabalho e *ajustes espaciais* no espaço metropolitano cearense. In: **XI Encontro Nacional da ANPEGE**. A Diversidade da Geografia Brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação de 9 a 12 de outubro. 2015.

TURNER, Victor; BRUNER, Edward. **The Anthropology of Experience**. Chicago: University of Illinois Press, 1986.

URRY, John. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: UnB, 1999.

## REFERÊNCIAS DOS JORNAIS

AS MARAVILHOSAS praias de Caucaia. **O Povo**. Fortaleza, 24 mar. 1979.

ATERRISSA hoje primeiro vôo proveniente de Paris. **O Povo**. Fortaleza 02 fev. 1989. Cidades, p.7A.

CARLOS Mário "Bebê" fatura mais um título internacional de kite na República Dominicana. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 15 jul. 2018. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/jogada/online/carlos-mario-bebe-fatura-mais-um-titulo-internacional-de-kite-na-republica-dominicana-1.1970229>. Acesso em: 12 out. 2018.

CASTRO, Carol. Vila Galé terá expansão com lançamento de condo-hotel. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 jan. 2012. Negócios. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/negocios/vila-gale-tera-expansao-com-lancamento-de-condo-hotel-1.82979>. Acesso em: 30 ago. 2018.

CAUCAIA ontem e hoje. **O Povo**. Fortaleza, 24 mar. 1979. p.2.

CAUCAIA tem as mais belas praias do Ceará. **O Povo**. Fortaleza, 24 mar. 1979. s/p.

CAVALCANTE, I. Uma "mini-Coreia" no Ceará. **O Povo**. Fortaleza, 05 abr. 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2017/04/uma-mini-coreia-no-ceara.html>. Acesso em: 31 ago. 2018.

CEARÁ vai ter uma floresta atlântica. **O Povo**. Fortaleza, 19 out. 1986. Domingo do povo, s/p.

COLÔNIA do Cumbuco é modelo para o Brasil. **O Povo**. Fortaleza, 26 mar. 1985. p.7.

CONTRASTES entre especulação imobiliária e a vida primitiva. **O Povo**. Fortaleza, 24 mar. 1985.

CONSTRUTORA descarta devastação. **O Povo**. Fortaleza, 13 mar. 1990. Cidades, p.11a.

CONVITE para feira de artesanato. **O Povo**. Fortaleza, 10 nov. 1984.

COREANOS invadem litoral cearense. **Tribuna do Ceará**. Fortaleza, 27 jul. 2015. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/videos/gente-na-tv/coreanos-invadem-litoral-cearense/>. Acesso: 10 jan. 2018.

COSTA de Caucaia devastada com aval do extinto IBDF. **O Povo**, Fortaleza, 6 jul.1989.

CUMBUCO colorido de esportes no fim-de-semana. **O Povo**. Fortaleza, 01 jul.1991. Esportes.

CUMBUCO dos Trópicos a nossa Saint-Tropez. **O Povo**. Fortaleza, 18 jun. 1989. p.6b.

CUMBUCO vai à Cannes. **O Povo**. Fortaleza, 12 out. 1986. Domingo do povo, p.4.

ENTIDADES protestam contra o uso predatório das praias. **O Povo**. Fortaleza, 6 jun. 1989. Meio ambiente, p.7A.

FORTALEZA, a cidade que encanta turistas. **O Povo**. Fortaleza, 17 jan. 2016. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/dom/2016/01/16/noticiasjornaldom,3562592/fortaleza-a-cidade-que-encanta-turistas.shtml>. Acesso em: 20 jan. 2016.

FORTALEZA é a capital mais desejada pelos turistas. **G1 Ceará**. Fortaleza, 6 out. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/10/fortaleza-e-capital-mais-desejada-pelos-turistas-diz-pesquisa-do-mtur.html>. Acesso em: 25 jan. 2016.

HOLANDA, Camila. Portugal é o país que mais investe em turismo no Ceará. **O Povo**. Fortaleza, 19 fev. 2016. Economia. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/economia/2016/02/19/noticiaseconomia,3577622/portugal-e-o-pais-que-mais-investe-em-turismo-no-ceara.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ICARAÍ o mistério e fantasia de uma praia que virou cidade. **O Povo**. Fortaleza, 16 jul. 1983.

ICARAÍ praia limpa e tranquila, mas esquecida e deserta. **O Povo**. Fortaleza, 03 jun. 1983. p.22.

INAUGURAÇÃO do Saint Tropez des Tropiques. **O Povo**. Fortaleza, 03 fev. 1989.

LEITE, Ana B. Projeto social com crianças do Cumbuco quer descobrir talentos do kitesurf, skate e futebol. **Tribuna do Ceará**. Fortaleza, 16 dez. 2015. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/esportes/perfil/projeto-social-com-criancas-do-cumbuco-quer-descobrir-talentos-do-kitesurf-skate-e-futebol/>. Acesso em: 20 jan. 2017.

LÚCIO ama cidade mesmo de longe. **O Povo**. Fortaleza, 22 jul. 1990. Cidades, p. 20a.

MILHÕES de dólares em jogo. **O Povo**. Fortaleza, 04 fev. 1989. Cidades, p.9a.

OPERAÇÃO Oriente: PF prende 4 acusados de tráfico de pessoas para fins de prostituição. **O Povo**. Fortaleza, 05 mar. 2016. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/ceara/caucaia/2016/03/05/notcaucaia,3584270/operacao-orient-pf-prende-4-acusados-de-trafico-de-pessoas-para-fins.shtml>. Acesso em: 16 mar. 2016.

O PASSADO e o presente da linda praia do Cumbuco. **O Povo**. Fortaleza, 07 mar. 1982. p.8.

O RENASCER das alegrias e de todas as belezas. **O Povo**. Fortaleza, 30 nov. 1979.

PESCADORES estão cada vez mais longe do mar. **O Povo**. Fortaleza, 7 fev. 1986.

PRAIAS e lagoas de Caucaia atraem famílias e turistas. **O Povo**. Fortaleza, 26 ago. 1979.

PROPRIETÁRIO faz doação de terra. **O Povo**. Fortaleza, 26 mar. 1990. Cidades, p.9A.

SARAIVA, Raoni. Novo nicho de renda no Cumbuco com coreanos. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 21 mai. 2013. Negócios. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1269726>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

SEGURO Sol no Ceará. **Ministério do Turismo**. Notícias, 01 jul. 2009. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/1637-seguro-sol-no-ceara.html>. Acesso em: 20 mai. 2010.

SETOR privado desenvolve, Governo atrapalha turismo. **O Povo**. Fortaleza, 14 mar. 1987.

TRAIÇÃO. Coluna social Lúcio Brasileiro. **O Povo**. Fortaleza, 04 abr. 1988. Cidade, p.8.

ÚLTIMOS lotes vizinhos à valorizada Praia do Cumbuco. **O Povo**. Fortaleza, 10 mar. 1984. p.24.

UM HOMEM cultiva as terras do mar. **O Povo**. Fortaleza, 30 dez. 1986. Segundo Caderno, s/p.

UMA ATRAÇÃO à parte no roteiro do Ceará. **O Povo**. Fortaleza, 09 jun. 1984. p.8.

UZÊDA, André. Atraídos por siderúrgica, coreanos invadem praia badalada do Nordeste. **Folha**. São Paulo, 06 abr. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/04/1436539-atraididos-por-usina-coreanos-invadem-praia-do-nordeste.shtml>. Acesso: 12 jan. 2018.